

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**A GEOGRAFIA URBANA DO CAMELÔ
BELO-HORIZONTINO**

**TESE DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA
CLÁUDIO ROBERTO DE JESUS**

2011

CLÁUDIO ROBERTO DE JESUS

**A GEOGRAFIA URBANA DO CAMELÔ
BELO-HORIZONTINO**

Tese apresentada à UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais – como um dos pré-requisitos para obtenção do título de doutor no curso de pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Magela Costa

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte

2011

Tese defendida publicamente no Curso de Pós-graduação em
XXXXXXXXXXXX e aprovada pela seguinte Comissão Examinadora:

*Para meu pai, Tarcizo de Jesus (in memoriam):
operário de carteira assinada por longos anos.
Autônomo e informal por (feliz) opção. Marceneiro
por prazer. Pai carinhoso, dedicado, paciente,
compreensivo. O tamanho da saudade
que sinto é proporcional às infindáveis
boas lembranças que deixou.*

*Para minhas filhas, Beatriz e Cecília, a mais bela
expressão do milagre na concepção de Hannah
Arendt. Espero que busquem outros espaços,
espaços de liberdade.*

Agradecimentos

Ao fim de uma longa jornada como esta, é difícil ser econômico nos agradecimentos. São tantos pedidos, favores, conselhos, arguições, trocas de informações, dúvidas, desabafos. Ao fim da tese, sobram dúvidas e fica apenas uma certeza: toda produção de conhecimento é fruto de um esforço coletivo, que na maioria dos casos é assinado por um, ou uns poucos. De acordo com as regras da ABNT, o item “agradecimentos” é opcional; no entanto, ao meu ver, é mais do que mera formalidade. Este é o momento de valorizar as diversas contribuições, demonstrar gratidão pelas variadas formas de apoio, dividir autoria e méritos conquistados.

O período oficial do doutorado não corresponde, neste caso, ao tempo dedicado à produção da tese. Nos anos de 1980 e 90, considerados por muitos o momento de degradação da área central, foi quando trabalhei, sobrevivi, vivi e me diverti naquele ambiente, rico em encontros, repleto de possibilidades de manifestações espontâneas. Desde o ano de 2005, comecei a me interessar de forma mais sistemática pelas transformações do centro de Belo Horizonte, o que levou à formulação de um projeto para o programa de iniciação científica do Centro Universitário Newton Paiva. Agradeço, portanto, aos meus colegas do projeto *Globalização dos Excluídos*, à Newton Paiva e à Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular – Funadesp –, que deram suporte institucional e financeiro à pesquisa. Agradeço também aos amigos que se dispuseram a dialogar na sala dos professores, nos seminários internos e nos corredores: Marisa Fortes, Carlos Augusto, Ronaldo Fortes, Cláudio Salvo, Luciano Rodrigues, Cláudio Santiago, Jaqueline Morelo, Maria Elisa, Graça, Alberto, Albuquerque, Juniele, Leo Camisassa, Múcio Tosta, Telma, Rosane Guerra, Rodney e tantos outros. Agradeço especialmente a Astréia Soares, que construiu um espaço privilegiado para a pesquisa, mesmo com tanta adversidade; a Wilson de Avellar, sempre disponível para dialogar sobre pesquisa, trabalho e vida cotidiana; Cibele Silva, que escutava com rara paciência os intermináveis debates das noites de terça-feira e fazia de forma certa e divertida suas observações e comentários. Agradeço a Cibele por receber minha tese recheada de pequenos e grandes erros e transformá-la em algo melhor. Agradeço também a alguns discentes que se tornaram

amigos: Samer, Bruno Paiva, Bruno Rímulo, Cecília, Inês, Vandelson e outros vários por quem tenho muita consideração.

O estímulo recebido na Newton me fez ambicioso e procurei a UFMG no intuito de ampliar o debate iniciado. Lembrei-me de que, durante a coleta de dados para a pesquisa inicial, Rogério Flores, então funcionário da prefeitura de BH, fez menção ao IGC como referência nos estudos sobre questões urbanas. De imediato me inscrevi como candidato de disciplina isolada em Urbanização, Política e Cidadania, ministrada pelo professor Sérgio Martins. O aceite de matrícula significou para mim não só a possibilidade de entender melhor as questões iniciais que me acompanhavam, mas a retomada prazerosa da vida acadêmica, vivida intensamente. Os constantes debates, as críticas fundamentadas, a troca de experiências subsidiaram e motivaram a produção da minha primeira proposta formal de tese. Ainda são vivas em minha memória as aulas à tarde, compartilhadas com Renato, Natália, Ivanice, Diana.

Como não poderia ser diferente, gostaria de fazer um agradecimento mais do que especial a Sérgio Martins, que primeiramente estimulou e orientou o projeto para o doutorado. Apesar de não conseguir êxito na primeira tentativa, fui convidado pelo Sérgio a participar do grupo de estudos das saudosas tardes de sexta-feira. Fui apresentado a um Henri Lefebvre diferente do que conhecia (e que confesso ainda não conhecer muito bem). Conheci também um sem-número de pessoas que buscam no conhecimento o prazer de dividir, receber, doar, compartilhar, retribuir. O risco de esquecer nomes é inevitável, porém quero dividir este trabalho com os amigos Felipe Nunes, Marcus Sant'Anna, Mariana Welter, Alicia Duarte, Pedro, Willian, Ricardo, Cafu, Fátima e todos os outros que, em sala de aula, no grupo de estudos, na cantina e nos botecos me deixaram a pensar sobre nossa cidade. Agradeço também a Malu, Igor e Rafael, que me proporcionaram a honra e o prazer de produzir coletivamente nosso artigo.

Agradeço aos professores Heloisa Soares e Newton Bignotto, que, além do vasto conhecimento acadêmico, demonstraram infinita sabedoria. Com eles aprendi que é perfeitamente possível conciliar grande habilidade intelectual com sensibilidade e humildade no trato humano. Agradeço a todos os funcionários da UFMG, e do IGC

em especial, pelo trabalho anônimo que também tanto contribuiu para minha formação.

Agradeço aos professores que participaram do processo de qualificação e da banca final, Roberto Monte-Mór e Cássio Hissa, pelas valiosas contribuições para a melhoria da pesquisa. Os agradecimentos são extensivos aos demais membros da banca, Cibele Saliba Rizek e Antônio de Pádua Tomasi que fizeram uma leitura crítica, sábia e atenciosa da tese, sublinhando problemas, valorizando idéias e, sobretudo, levantando novas questões, que certamente farão parte de pesquisas futuras.

Agradeço ao CNPq/CAPES pela concessão de bolsa durante parte do curso, que foi de grande importância para o desenvolvimento deste trabalho.

Quero agradecer a Simone e Carlinhos, meus livreiros preferidos, que foram tão importantes quanto meus professores e colegas nas indicações bibliográficas. Simone, obrigado pelas deliciosas indicações de literatura. Carlinhos, obrigado pelo saboroso café.

Agradeço aos novos (e antigos) amigos da Fundação João Pinheiro. A todos os companheiros do projeto SEIS, especialmente Joseane, Marcos, Frederico e Fabrício, amigos que escutaram e contribuíram nas diversas fases da tese. Agradeço também a Maria Ramos e Plínio que foram extremamente solícitos ao organizar e disponibilizar os (valiosos) dados da pesquisa PED/FJP; a Flávia Brasil, que sempre me brindava com uma palavra de incentivo e que sempre vai remexer minhas lembranças e trazer à tona nossa eterna orientadora Maria de Lourdes Pereira Dolabela. Sou grato também aos colegas que tornam o trabalho diário na Fundação prazeroso: Priscilla, Nilza, Daniela, Maria Flávia, Carolina, Ana Paula, Sr. Raimundo, Alessandra, dentre outros.

Se a produção da tese precisou de tanta inspiração, foi necessária também muita descontração. Mais uma vez peço desculpas aos que por ventura me esquecer de citar. Sou muito grato aos eternos amigos, uns tão perto, outros tão longe, mas sempre sinceros, acolhedores, e sempre presentes na memória. Agradeço muito a

vocês: Charlinho, Kátia, Reynaldo, Celinho, Júlio, Alan, Pelé, Érico, Cristina, Bilú, Sofia, Fubá, Fábria, Sukinho, Dani, Marquinho, Fred, Marcelinho, Rackelzinha, Marculino, Frank, Lela, Marcos, Marina, Róccio, Ana Bovo, Tio Pio e Tia Sônia, Maurício, Lussandra, Daniela e tantos outros.

Agradeço a todos os que colaboraram com valiosas informações para a pesquisa de campo, funcionários da Prefeitura de Belo Horizonte, especialmente Patrícia Gonçalves, Valéria Braga e o amigo Welton. Um agradecimento mais do que especial aos camelôs e ex-camelôs, que me permitiram conhecer um pouco mais a rica experiência de viver à margem. Queria destacar o bate-papo com Nilo e Toquinho, no Shopping Xavantes, que rendeu duas horas e meia de prazerosa e rica entrevista. Agradeço também a Livia Souza, que me acompanhou em várias entrevistas e dividiu questões da pesquisa, e a Sibelle Diniz, que produziu valiosos dados a partir de informações do IBGE.

Sou também eternamente grato a Cristiano Rato. Aluno perspicaz, escritor sagaz, grande amigo. Sua ajuda foi inestimável na transcrição das entrevistas, coleta de informações e seleção dos entrevistados. Agradeço também a Rafael Lage, por compartilhar as angústias geradas pelas insistentes tentativas de assassinato do espaço público.

A produção desta tese é reflexo, também, da minha inesquecível passagem por Campinas. Durante os três anos de mestrado, os debates sobre economia e trabalho deixaram marcas profundas, bastante visíveis na tese. A turma do “Welfare State” muito contribuiu para tal. Agradeço especialmente os amigos Ricardo Ojima e Carlos Bovo, companheiros, confidentes, solidários em todos os momentos.

Agradeço ao meu orientador Geraldo Magela Costa, que atenciosamente recebeu meu projeto de doutorado, pacientemente me aconselhou, apontando as diferentes possibilidades de debate. Agradeço pela leitura meticulosa dos meus textos imperfeitos, pela liberdade concedida na escolha dos autores. Sou grato pelas lições dentro e fora de sala de aula, pela forma como foi compreensivo nos vários momentos em que passei por problemas de ordem pessoal.

Por fim, gostaria de fazer um agradecimento aos meus familiares, que me inspiram e dão suporte no dia a dia. A cada dia que passa me reconheço mais em meus pais. Queria ter aprendido mais suas virtudes, mas me contento com o que tenho. Agradeço à minha mãe, Maria do Carmo, pela confiança, respeito e carinho. Queria eu ter a sua força. Sou eternamente grato aos meus irmãos Beatriz, Sérgio e Rodolfo (*in memoriam*). Mais do que afinidade de sangue, há entre nós a cumplicidade, a lealdade e o afeto dos grandes amigos. Não há como descrever tamanho sentimento em poucas palavras. Não criamos nada de novo, apenas seguimos o exemplo de minha mãe com suas irmãs Tia Inha, Tia Meire e Tio Mauro (*in memoriam*): sou também muito grato a vocês. Estendo minha estima aos familiares incorporados, Michele e Paulo, e aos sobrinhos que adoro tanto: Isabella, Bárbara, Serginho, Clarinha. Agradeço à Thábata por querer fazer parte deste universo. Pelo incentivo nos momentos em que a angústia da escrita foi intensa, pela paciência nos momentos em que o nervosismo foi mais forte que a criatividade. Agradeço pelo carinho e consideração com que tratava meu pai e pela forma como delicadamente trata minha mãe. Agradeço por ter lutado comigo em inúmeros momentos difíceis. Agradeço por compartilhar a mais louca, apaixonante, assustadora e doce aventura, que é criar filhos.

*Eu.
Difícil equilibrar.
Doços e sonhos.
[Cristiano Rato]*



FOTO: Ed Marte.

Resumo

A pretensão deste trabalho é questionar alguns mitos criados no fim do século vinte acerca das relações socioespaciais na área central de Belo Horizonte. Um dos principais pontos de debate diz respeito ao estigma, criado a partir da década de 1970, de degradação e caos na região central da cidade. Sendo assim, o que é chamado de degradação é tomado aqui como um processo de popularização do centro, que se intensifica nas décadas de 1980 e 90. Há uma interpretação corrente de que as elites saem da área central por causa da degradação socioambiental instaurada. Pretende-se aqui tomar o caminho inverso, assumindo o pressuposto de que é no momento em que as elites buscam novos espaços de consumo que ocorre um relativo abandono, por parte do poder público, da área central, iniciando-se assim certa degradação. Para efeito de análise, foram tomados o mito do caos sob a ótica do conflito e o processo de degradação como popularização do centro. Além disso, foi feita uma análise do processo de construção do Código de Posturas 2003, que determinou a saída dos camelôs das ruas da cidade, especialmente na área central. Será dada especial atenção para o caso dos camelôs, visto que foram os principais atores responsabilizados pela imagem de degradação e caos da área central de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Camelôs. Reestruturação urbana. Sociedade de consumo. Sociedade dual.

Abstract

This thesis seeks to discuss some myths that emerged at the end of the 20th century regarding social and spatial relationships at the central area of Belo Horizonte (MG). One of the main questions is about the stigma since 1970's of degradation and chaos in the central area of the city. This way, what is called degradation is used here as the center popularization process, that become more intensive from the 1980's. Some approaches consider that elites ran out from the center area because of that social and environmental degradation. The path of the discussion here is the opposite, when the elites began to look after new spaces of consumption, government and public policy was relatively abandoned, leading to degradation. The analysis considered the chaos myth by the perspective of the conflict and the process of degradation as center popularization. Additionally, there is an analysis of the Código de Posturas 2003, that forced informal commerce to leave streets specially from the central area. Some attention is directed to the barkers because they were the main actors involved to the image of degradation and chaos of the central area of Belo Horizonte.

Key-words: Barkers. Urban restructuration. Consumption society. Dual society.

Lista de siglas

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal

Programa Regional Del Empleo para América Latina y Caribe – Prealc

Organização Internacional do Trabalho – OIT

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH

Produto Interno Bruto – PIB

Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte – PED

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD

Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH

Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

Fundação João Pinheiro – FJP

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH

Prefeitura de Belo Horizonte – PBH

Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais – Cedeplar

Clube de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte – CDL-BH

Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB

Partido dos Trabalhadores – PT

Central de Abastecimento de Minas Gerais – Ceasa/MG

Salário Mínimo – SM

Diário Oficial do Município – DOM

Serviço Social do Comércio – Sesc

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs

SUMÁRIO

Introdução	XVI
Capítulo I- A Beleza da Margem, à Margem da Beleza	30
A Título de Prólogo	30
1.1 Público, Privado ou Qual Espaço?	32
1.2 Posturas Municipais e Controle Social	42
Capítulo II- A Geografia do Poder Municipal	60
2.1 Estado, Poder e Espaço	61
2.2 A Cidade como Objeto de Análise	66
2.3 Saber Técnico, Interesse Econômico e Vontade Política	72
Capítulo II- Pobreza, Marginalidade e Informalidade no Brasil	100
3.1 Desenvolvimento e Subdesenvolvimento	103
3.2 Modernização e Marginalidade	108
3.3 Crítica ao Dualismo	110
3.4 Informalidade e Cidade	114
3.5 Consumo e Cidade	121
3.6 Sociedade de Consumo ou Subconsumo Periférico?	141
Capítulo IV- A Geografia Urbana do Camelô	145
4.1 Evolução da Informalidade no Brasil – Região Metropolitana de Belo Horizonte	152
4.2 Os Camelôs de Belo Horizonte	170
4.3 O Camelô Belo-Horizontino do Fim do Milênio	180
4.4 O Código de Posturas e o Advento do Shopping Popular	191
Considerações Finais	203
Referências	219

INTRODUÇÃO

As lutas sociais que se intensificaram em fins dos anos 1970 em diversas cidades brasileiras tinham em comum a busca por democracia e pela participação popular nas decisões do Estado. Movimentos sindicais, partidários, reivindicativos tiveram papel fundamental no processo de abertura democrática e forjaram a Constituição de 1988, que, sem sombra de dúvida, representou um grande avanço no longo caminho de construção da cidadania. A atual Constituição repercutiu positivamente no cenário político e social, tendo em vista as demandas dos movimentos de cunho popular para ampliação dos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas, ainda que em um contexto de crise econômica e forte recessão.

Por um lado, o fortalecimento do poder local possibilitou a emergência de um variado repertório de políticas participativas e a criação de instâncias de participação popular na esfera pública. Por outro, o contexto econômico recessivo recolocou em discussão alternativas de geração de emprego e, principalmente, renda. A crise mundial decorrente dos ajustes da produção flexível anunciava a novidade do desemprego estrutural, ou seja, mesmo com a retomada do crescimento de algumas empresas, não havia um novo ciclo de contratação. Ao contrário, tornou-se condição para o crescimento das grandes empresas a reorganização dos métodos de produção e da gestão de pessoal, com o enxugamento do quadro de funcionários e investimentos maciços na automatização da produção.

Grosso modo, foi nesse cenário que os municípios tiveram que se adequar aos novos desafios lançados pela descentralização. O poder local assumiu as principais responsabilidades pela promoção do bem-estar social através de políticas públicas, ao mesmo tempo em que os recursos, diante de tal desafio, tornaram-se escassos. Aos municípios coube também a responsabilidade de promover políticas públicas participativas e de usar da criatividade para dar conta minimamente de uma enorme demanda reprimida. As carências eram bem variadas, desde obras de infraestrutura básica até políticas afirmativas.

No entanto, o que passou a chamar a atenção na opinião pública recorrentemente foi o problema do desemprego e da falta de segurança nas principais cidades

brasileiras. No caso de Belo Horizonte, e também de várias outras capitais, a região central tornou-se o principal espelho de dilemas, contradições e paradoxos do fim do milênio. Do ponto de vista político, houve uma ampliação dos canais de participação e controle do poder público, especialmente no caso das prefeituras administradas por partidos de esquerda. As experiências de orçamento participativo e de alguns conselhos municipais são exemplos de tal processo. Porém, as taxas de desemprego não só aumentaram, como o tempo de permanência sem atividade remunerada tornou-se mais prolongado. No centro de Belo Horizonte, o número de camelôs aumentou significativamente, na medida em que houve um agravamento da crise. Ao mesmo tempo, avolumaram-se problemas relacionados à limpeza urbana, dificuldade de mobilidade de carros e pedestres, diminuição nas vendas do comércio formal, grande aumento no número de furtos e roubos nas ruas. Degradação e caos foram os termos recorrentemente usados para designar as relações na área central.

De fato, o centro tornou-se foco de problemas e, em parte, reflexo do momento econômico difícil do país. No entanto, criou-se uma mitologia acerca dos fatos e personagens do cotidiano das ruas centrais da capital mineira. Outros mitos foram recriados a partir do momento em que a retomada do crescimento no início dos anos 2000 deu impulso a um novo cenário econômico.

Sendo assim, a pretensão deste trabalho é questionar tais mitos, demonstrando o problema de formulações pouco explicativas das transformações recentes na dinâmica socioespacial. Um dos principais pontos de debate da tese diz respeito ao estigma de degradação e caos na região central da cidade, criado a partir da década de 1970. O fim do século 20 e o início do 21 foram marcados por intensa reformulação da paisagem da área central da cidade. Diversos programas e ações do poder municipal tiveram o intuito de reordenar as relações socioespaciais no centro. Foram privilegiadas as áreas de segurança pública, a requalificação e regulação urbana, com a promoção diversas intervenções arquitetônicas nos espaços públicos, a reordenação das vias de trânsito, a intensificação do policiamento e a instalação de câmeras de vigilância, além da formulação de um Código de Posturas, aprovado no ano de 2003.

Entende-se desde já que, a partir da década de 1960, o que é comumente chamado de degradação nada mais é que um processo de popularização do centro, que se

intensifica nas décadas de 1980 e 90. Há uma interpretação corrente (VILLAÇA, 2001) de que as elites saem da área central por causa da degradação socioambiental instaurada. Pretende-se, aqui, tomar o caminho inverso: assume-se, então, o pressuposto de que é no momento em que as elites buscam novos espaços de consumo que ocorre um relativo abandono por parte do poder público da área central, iniciando-se assim certa degradação. A tese da degradação é aceita parcialmente, visto que as intervenções urbanas que reforçaram o papel de passagem da área central criou um ambiente conturbado, ao passo que a omissão do poder público em fiscalizar o comércio formal e informal fez com que se intensificassem a poluição visual e a sujeira nas ruas. Para efeito de análise, será tomados o mito do caos sob a ótica do conflito e o processo de degradação como popularização do centro. Além disso, será feita uma análise do processo de construção do Código de Posturas 2003, que determinou a saída dos camelôs das ruas da cidade, especialmente na área central.

Será dada especial atenção para o caso dos camelôs, visto que foram os mais responsabilizados pela imagem de degradação e caos da área central. Além disso, tornou-se explicação comum dizer que o aumento do número de camelôs na cidade estava relacionado à crise econômica e ao aumento do desemprego. Pretende-se demonstrar que tal relação é parcialmente verdadeira, mas está longe de explicar o surgimento e permanência dos trabalhadores nas ruas das principais capitais do país.

É possível perceber, como nos alerta Martins (1997), que o capitalismo tem como força intrínseca o movimento de exclusão para inclusão. Assim, de forma mais ou menos acentuada, os indivíduos são desenraizados, retirados das suas certezas e colocados num turbilhão de acontecimentos, com oportunidades previamente calculadas, em que é permitido fazer escolhas que não passam de adequação. “A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica.” (MARTINS, 1997, p. 32) Ainda de acordo com Martins, a passagem da exclusão para a inclusão, em outros momentos do capitalismo, se dava em um curto prazo, como no caso dos processos migratórios, em que os indivíduos, antes camponeses, transformavam-se rapidamente em operários. O autor chama a atenção ainda para o fato de que, no

momento de reestruturação do capital, no fim do século 20, o período de passagem da exclusão para a inclusão torna-se um “modo de vida”, e não mais simplesmente um período transitório (MARTINS, 1997). A perspectiva apontada por Martins inclui-se em uma visão não dualista, ou seja, não se trata simplesmente de dois setores ou mercados opostos: são, em grande medida, complementares, e a questão é entender as formas com que se relacionam.

A partir de tal observação é possível formular um primeiro problema. Se a passagem da exclusão para a inclusão em um momento anterior do capitalismo era feita de forma rápida, por que há, nos países da América Latina, especialmente no Brasil, a persistência do mercado informal ao longo do século 20? O que faz com que uma forma temporária de sobrevivência (na perspectiva do trabalhador, para o capitalista seria exército de reserva) se torne permanente? De que forma a urbanização periférica contribui para a formação e manutenção da informalidade? Qual a importância do Estado para a formação e manutenção dessa realidade? Quais são as marcas que tal “modo de vida” deixa no espaço urbano?

O trabalho de ambulante/camelô se inscreve, na realidade brasileira, no bojo do processo de urbanização. Para uma grande parte desses indivíduos, a atividade, que deveria ser temporária, uma estratégia de sobrevivência enquanto não há possibilidade de inserção no mercado formal, torna-se um “modo de vida” na realidade do capitalismo fordista periférico e uma opção de grande parte dos trabalhadores que deixam de se inserir no mercado formal. O setor informal, em geral, contém atividades ligadas às formas de sobrevivência daqueles que, em uma perspectiva dualista, ainda não foram incluídos no setor formal, posição não compartilhada pelo presente trabalho. Não se trata, portanto, pura e simplesmente de um setor “atrasado” da economia nacional, setor que tende a desaparecer. Como destaca Francisco de Oliveira (2003), a relação entre “moderno” e “atrasado” não é exclusiva do caso brasileiro, apesar de apresentar aqui uma peculiaridade. É importante entender que não há oposição entre eles, ao contrário: prevalece uma relação de simbiose em que o “moderno” se alimenta das formas “arcaicas” de produção e trabalho. Ao mesmo tempo, há também um viés de resistência, uma vez que parte dos indivíduos que permanecem na informalidade diz respeito aos que não se sucumbem à lógica de dominação patronal.

Especialmente no caso dos ambulantes/camelôs, se a rua não é colocada como um projeto de vida, a apropriação do espaço urbano revela um traço importante da luta de classes que rebate na espacialidade. Portanto, reconstruir a história da urbanização belo-horizontina a partir das trajetórias dos camelôs é, também, uma forma de entender os conflitos espaciais que envolvem interesses privados, a ação do Estado e aqueles que quase nunca tiveram voz no espaço político instituído. Por mais que a conceituação de setor informal esteja ligada a um momento histórico específico, pode-se dizer, assim, que as atividades informais, mais do que um momento de passagem, são traço marcante da estrutura ocupacional brasileira. Grosso modo, pode-se entender setor informal como espaço de atividades não regulamentadas pelo Estado e que inclui atividades transitórias, ou não, de remuneração variável. As transformações recentes no capitalismo têm alterado significativamente a estrutura ocupacional formal, com reflexo direto no setor informal. Ao mesmo tempo, o espaço urbano sofre alterações radicais na sua forma e nos usos e apropriações feitas pelos sujeitos.

As grandes mudanças, porém, não afetam a todos de uma mesma maneira. O poder de difusão do capitalismo é variável, principalmente no que diz respeito aos seus benefícios. As especificidades dos lugares e a forma de atuação do Estado conferem especificidades às práticas capitalistas. Pode-se dizer, assim, que, no caso brasileiro, o setor informal e as práticas dos ambulantes/camelôs resultam da combinação urbanização – dinâmica capitalista – atuação do Estado, como nos lembra Oliveira (2003). Se, por um lado, no capitalismo periférico, cria-se uma estrutura ocupacional que deixa de fora uma quantidade considerável de trabalhadores, por outro, o espaço urbano é terreno fértil para que se desenvolvam diversas atividades e práticas de sobrevivência dos grupos marginalizados. O poder público, ao mesmo tempo em que tenta colocar limites às práticas da informalidade, especialmente no caso dos ambulantes/camelôs, não intervém diretamente no intuito de fomentar um debate sério na busca de solução de tal problema.

O setor informal sempre foi tido, pela ótica das análises estruturalistas e economicistas, como um problema transitório, uma vez que havia a crença de que, com o crescimento econômico, haveria a ampliação dos postos de trabalho formal e

a absorção desses trabalhadores (TOMAZINI, 1995). A ausência de uma elaboração teórica mais consistente foi um dos motivos da produção de tal crença. A concepção dualista de um setor “moderno” e outro “arcaico”, “integrados” e “marginalizados”, desconsiderava as interfaces que se produziram ao longo do processo de industrialização. A partir da crítica à interpretação dualista (OLIVEIRA, 2003; KOWARICK, 1985, dentre outros), informalidade e marginalidade passaram a ser considerados não mais como disfunção do sistema, mas como resultante de contradições do processo de industrialização em um país periférico. São relações funcionais que contribuem para a dinâmica de acumulação capitalista.

Sendo assim, o que se observou ao longo do século 20 é que, com o crescimento econômico, não houve nem uma ampliação suficiente do nível de emprego, nem uma melhora na distribuição de renda. No decorrer do século 20, a maior parte dos países da América Latina, com destaque para o Brasil, teve forte crescimento econômico, ampliação do emprego no setor formal e consolidação de leis de proteção aos trabalhadores. Porém, o setor informal persiste sofrendo uma drástica alteração, a partir dos anos 1990, com o processo de reestruturação econômica, quando há um aumento significativo no número de desempregados e mudanças importantes na composição do emprego e renda (POCHMANN, 2001). Coincidentemente, é o momento em que há um processo de popularização dos centros tradicionais em grande parte das capitais brasileiras, o que, para muitos administradores públicos, urbanistas, sociólogos, dentre outros, significou uma fase de decadência do centro da cidade. Tem-se, portanto, a partir de então, um processo de reestruturação do capital que coloca a cidade como palco principal das mudanças na produção, circulação e consumo capitalista.

É preciso chamar a atenção para o fato de que, no caso brasileiro, o fenômeno da fragmentação social não é novidade advinda da chamada globalização. A heterogeneidade e a fragmentação constituem elementos marcantes do capitalismo periférico, que se expressam na distribuição de riqueza, composição do emprego, acesso à saúde, educação e espaço. Nos países de capitalismo avançado, no início do século 20, as reformas agrária, fiscal e social formaram a base do Estado de Bem-Estar Social que reduziu significativamente as diferenças sociais, criando uma sociedade mais homogênea. O fordismo proporcionou a consolidação de uma

sociedade de assalariados, ao mesmo tempo em que o *Welfare State* definiu um sistema de proteção social que abrangia tanto os trabalhadores quanto os não trabalhadores. Trabalho e Estado foram os principais pilares de integração social (CASTEL, 1998). No caso brasileiro, a proteção social e a inclusão via trabalho formal não se estenderam a todos os indivíduos, o que tem reflexo direto na construção da cidadania. Portanto, a informalidade e a fragmentação social são marcas de uma sociedade desigual, mas que assumem outra dimensão, uma nova qualidade, no contexto do capital globalizado.

No entanto, há que se considerar que a sustentação do *Welfare State* está intimamente ligada às assimetrias entre os países do centro e da periferia. Do ponto de vista cepalino, o fenômeno da deterioração da relação de preços do intercâmbio promove uma transferência dos ganhos de produtividade da periferia para o centro. Para Raúl Prebisch (1968, p. 97), “a origem deste fenômeno está nessa relativa lentidão com que cresce a procura mundial de produtos primários, comparada com a de produtos industriais.” Para Lênin (1987), tais assimetrias se explicam, na fase monopolista do capitalismo, pelo que ele denominou imperialismo. A fusão do capital industrial com o capital financeiro possibilitou a sua atuação em todo o planeta, desenvolvendo assim uma forma de acumulação baseada na exportação de capitais. Porém, do ponto de vista das relações internas, no Brasil, as reformas produzidas pela burocracia estatal, ao longo de séculos, não têm feito mais do que manter o poder das elites e reforçar o caráter segregador do modelo de capitalismo aqui vigente. No caso brasileiro, é possível pensar que a atuação do Estado, principalmente nas décadas mais recentes, tem propiciado o surgimento de espaços públicos não estatais que representam avanços significativos em termos da construção da cidadania. No entanto, existem fortes indícios de manifestações assistencialistas e clientelistas que se renovam a partir de determinados tipos de políticas públicas. Tal pressuposto merece maior atenção de pesquisadores e estudiosos, uma vez que é ponto fundamental para o entendimento da relação entre a desigualdade de renda estrutural e a fragilidade das nossas instituições democráticas.

A literatura produzida acerca do papel das cidades a partir do recente processo de reconfiguração do capital tem se mostrado volumosa e rica em exemplos que

demonstram uma reestruturação do espaço urbano em função do rompimento da lógica fordista com a produção flexível, a expansão do setor financeiro e o crescimento do setor terciário. Dessa forma, procura-se entender a produção e a organização do espaço da cidade a partir da sua articulação com processos mais gerais de desenvolvimento do capitalismo. Por um lado, tal perspectiva permite compreender as mudanças que ocorrem na forma como os governos locais passam a agir e quais os atores sociais vão ser os principais indutores da renovação urbana que vai ocorrer em grande parte dos principais centros urbanos a partir da década de 1990. A literatura acadêmica produzida sobre as cidades que tentam se inserir no mundo globalizado procura destacar não só a centralidade da cidade em termos da economia globalizada e as mudanças na estrutura do emprego formal, mas, fundamentalmente, o modo como o espaço se transforma a partir da financeirização e flexibilização da produção. Vários estudos vão demonstrar os efeitos perversos da reestruturação urbana, as novas clivagens sociais, segregação urbana, vulnerabilidade social e riscos ambientais (SÁNCHEZ, 2003; CARLOS, 2005; ROLNIK, 2003). Por outro lado, pouco se sabe da forma como os sujeitos têm reagido a tais processos, as permanências, resistências e obediências. Ou seja, sabe-se cada vez mais como tal processo tem sido conduzido, mas não se tem ainda uma ideia clara da maneira como tem afetado as práticas sociais e as formas de apropriação do espaço.

Portanto, assume-se aqui uma postura teórica e metodológica que entende as verticalidades como processos que se instalam nas cidades, se pulverizam, se enraízam nas práticas sociais, assumindo formas diversas, e passam a fazer parte do seu cotidiano local. É na ordem local que a ideologia da globalização toma forma nos processos de produção do espaço, através das ações de reestruturação urbana, *city marketing*, expansão imobiliária, financeirização, dentre outras. Mas é também na ordem local que se estabelecem correlações de forças que criam rugosidades. Portanto, se há em curso um processo de globalização, torna-se relevante entender como é que se reproduz, ou não, a forma de produção do espaço dominante. A globalização econômica tem um caráter totalitário, porém é preciso levar em conta os movimentos de desejo, liberdade e singularização latentes nas horizontalidades. Daí a importância crescente do governo local, pois é nele que se realizam as mediações entre o global e o local.

Sendo assim, o presente trabalho estrutura-se a partir de duas linhas de análise que se entrecruzam em diversos momentos. No primeiro deles, é dada ênfase para o debate acerca das formas de regulação do poder municipal no espaço público. A análise tomou como referências as principais leis de posturas que, desde o início do século 20, procuravam organizar e disciplinar os usos do espaço público. As análises do processo histórico de formação da cidade de Belo Horizonte, em grande medida, enfatizaram o Plano de Aarão Reis, seu conteúdo ideológico, a arquitetura e o traçado da cidade (JULIÃO, 1996; ANDRADE, 2004). A análise das leis de posturas permite um outro olhar sobre as relações sociais que foram se estabelecendo na área central ao longo do século 20. É preciso ressaltar ainda que não se pretende, com isso, contrapor os estudos citados, mas complementar e avançar no campo de análise.

Outra linha estruturante do presente estudo diz respeito à questão da informalidade e seu papel na estrutura social brasileira. Os diversos estudos sobre a informalidade teimam em cair na armadilha da classificação e quantificação do setor informal, seja em seus aspectos econômicos, ou mesmo em suas relações jurídicas. A pretensão aqui é entendê-la em uma perspectiva dinâmica, principalmente em relação aos processos socioespaciais. Para tanto, optou-se por uma análise da vivência dos camelôs na cidade, suas relações econômicas, sociais e com o espaço da área central. A escolha de tais trabalhadores se deu em função de ser um grupo que caracteriza bem a informalidade, desenvolve e transforma seu trabalho em função do espaço central, além de, historicamente, sofrer interferências em sua atividade a partir das leis de posturas.

No primeiro capítulo desta tese, será feita uma releitura da história de Belo Horizonte a partir das leis de posturas instituídas até a década de 1950, com destaque para aquelas que tratam da regulamentação da atividade de ambulante. A análise irá privilegiar o debate acerca das contradições entre espaço público e privado, a memória em relação à cidade, as práticas sociais, o lazer, as redes de sociabilidade e os embates com o poder público. O debate partirá de formulações mais gerais, enfatizando, porém, a realidade brasileira. Nesse sentido, a história de Belo Horizonte mostra-se extremamente rica em exemplos de contradições

socioespaciais. Desde os primeiros anos de sua criação, a capital mineira produziu um espaço marcado pela ação do Estado, não só por conta da rigidez do Plano original, mas também devido às recorrentes tentativas de regular as práticas sociais por meio das leis de posturas. Tais leis são reflexos dos conflitos socioespaciais de cada época e vão, em grande medida, repercutir na vida cotidiana dos indivíduos.

O segundo capítulo também tem como objeto de análise as leis de posturas, porém procura focar o processo de construção, aprovação e efetivação do Código de Posturas instituído em 2003. Pretende-se, em um primeiro momento, colocar em debate a questão das escalas e a sua importância para a análise socioespacial, bem como a contribuição das diferentes matrizes teóricas para se entender melhor a dinâmica local de reestruturação urbana e sua articulação com processos mais gerais de produção e reprodução do capital, tendo em vista o papel do Estado. Pretende-se, ainda, entender como tais processos se constroem no interior da máquina pública e a forma como repercutem na vida cotidiana dos cidadãos. Tais questões serão analisadas levando-se em consideração o debate teórico acerca do papel do Estado e da relação com a produção do espaço. O debate subsidiará a análise do processo de elaboração e execução do Código de Posturas de Belo Horizonte 2003, visto que as articulações ocorridas no seio do poder municipal envolveram diferentes interesses de cunho econômico, político e ideológico. A retirada dos camelôs das ruas da cidade, ponto nevrálgico no debate sobre o Código de Posturas, significou não só um passo importante para as intervenções urbanas de caráter higienista, mas é muito ilustrativo e emblemático da política do consenso que se estabeleceu em Belo Horizonte. Nesse sentido, é possível qualificar um pouco melhor o sentido de popular e de democracia no contexto da realidade belo-horizontina e brasileira recente. O capítulo foi construído com base em uma revisão bibliográfica acerca do papel do Estado e também em um trabalho de campo. Desde 2005, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pessoas envolvidas no processo de reestruturação urbana vividos na cidade. Participaram das entrevistas pessoas ligadas ao poder legislativo, técnicos e vereadores ligados ao processo de formulação do Código de Posturas, tanto os favoráveis quanto os contrários à sua aprovação. Foram ouvidos também funcionários da prefeitura, do corpo técnico da Secretaria de Regulações Urbanas, da fiscalização da Regional Centro-Sul, pessoas ligadas ao Conselho Gestor dos Centros de Comércio Popular e antigos camelôs.

No terceiro capítulo, inicia-se uma releitura do processo de industrialização no Brasil, enfatizando a criação de um mercado de trabalho urbano heterogêneo e as especificidades do capitalismo nacional. Procurou-se recriar os principais debates acerca da natureza da industrialização nacional a partir dos conceitos de subdesenvolvimento, marginalidade, modernização e dependência, além da crítica à análise dualista. Tal debate é importante na medida em que ajuda a esclarecer o processo de formação de atividades informais nos centros urbanos, bem como os problemas teóricos e metodológicos para o entendimento do fenômeno da informalidade. Nesse sentido, a releitura de autores como Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, João Manuel Cardoso de Mello, dentre outros, torna-se de extrema valia. Além disso, a crítica à visão dualista será importante para, no capítulo posterior, analisar criticamente as análises dualistas a respeito do processo atual de reestruturação do capital. Torna-se necessário, ainda, revisitar o debate sobre a atuação do Estado brasileiro e seu papel determinante na condução da urbanização e na formação e manutenção do setor informal. Autores como Francisco de Oliveira, Vilmar Faria, Lúcio Kowarick, Luciano Martins, Roberto Monte-Mór, dentre outros, serão revisitados, de forma a subsidiar a análise da urbanização brasileira. Ao mesmo tempo, será discutido o conceito de *informalidade* no contexto latino-americano, com especial atenção para o caso brasileiro. Para tanto, será feita uma breve retomada do debate sobre informalidade, que começa com os estudos do Programa Regional Del Empleo para América Latina y Caribe – Prealc, passando pelo crivo da crítica de Paulo Renato de Souza, Maria Cristina Cacciamali, Patrícia Rivero e outros. Pretende-se, assim, entender como o poder público municipal produz especificidades em relação à vida social belo-horizontina, ao mesmo tempo em que segue o curso mais geral de crescimento econômico. Torna-se importante, também, uma releitura crítica acerca das especificidades da cidadania brasileira, como já destacado por Roberto Da Matta, José de Souza Martins e José Murilo de Carvalho, o que levará à formulação da ideia do Estado jardineiro.

O quarto capítulo tem como eixo central a caracterização da informalidade no Brasil e na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Foram usados dados do IBGE/PNAD para ilustrar a informalidade a partir dos dados sobre o trabalhador autônomo no Brasil no período de 1970 a 2009. No caso da RMBH, a caracterização foi feita com

base nas informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, da Fundação João Pinheiro. Além disso, foram feitos levantamento e análise do perfil sociodemográfico dos camelôs de Belo Horizonte e dos trabalhadores do Shopping Oiapoque. Foram usados dados apresentados no artigo *Diagnóstico Demográfico e Ocupacional dos Camelôs em Belo Horizonte* (BARBOSA & ANDRADE, 2000), fruto de um *survey* realizado pelas autoras, em 1999, com os camelôs da área central. No caso do Shopping Oiapoque, os dados foram também obtidos por meio de um *survey*, resultado da pesquisa intitulada *Globalização dos Excluídos*, realizada em 2005/2006 no Centro Universitário Newton Paiva. Foram ainda realizadas entrevistas semiestruturadas com camelôs belo-horizontinos, alguns dos quais ainda estão em atividade, outros em algum shopping popular e ainda outros que não mais exercem a atividade. As falas e informações dos camelôs foram usadas para ilustrar a caracterização e análise dos dados, não tendo, portanto, qualquer pretensão de ser estatisticamente representativo da categoria. Tanto no caso dos camelôs quanto no das pessoas ligadas ao poder público, procurou-se não identificar as falas com os entrevistados, tendo em vista questões éticas e de privacidade.

Por fim, é preciso esclarecer desde já o modo como alguns conceitos foram tomados para orientar a leitura da tese. Apesar de ser recorrente a crítica à distinção entre mercado formal e informal, trabalho formal e informal, é difícil fugir de tais conceitos. Conforme já ressaltado, o presente trabalho toma como pressuposto uma relação não dual entre formal e informal, o que sugere ao leitor que tais termos, quando empregados ao longo do texto, não se referem a uma oposição. O termo **informalidade** torna a leitura menos sujeita às armadilhas da interpretação dualista; no entanto, é também conceitualmente impreciso para qualificar relações tão complexas.

A diferenciação entre formal e informal, em muitos casos, é tomada a partir de uma perspectiva jurídica. Sendo assim, a diferença se dá em função de existir ou não relações determinadas pelo contrato de trabalho e que são estabelecidas e/ou mediadas pelo Estado. Esta posição é também problemática, uma vez que tende a confundir mais do que ajudar a entender determinadas relações da informalidade. No caso dos camelôs, por exemplo, não há um contrato de trabalho formal que determine as características e formas de exercício da profissão. No entanto, como

será explicitado ao longo do trabalho, em mais de um momento na história de Belo Horizonte o poder público municipal exerceu regulação da atividade dos camelôs: em alguns momentos, exigia registro, licença e pagamento de taxas; em outros, determinava inclusive o local de trabalho.

Optou-se, assim, por um viés econômico-social para definir **trabalho informal** e **informalidade** na análise aqui proposta. É importante ressaltar, também, que não se trata de uma conceituação rígida, mas de uma orientação e distinção para fins analíticos. Para o presente trabalho, as principais considerações e análises acerca da informalidade no Brasil têm como referência o trabalhador autônomo. Na definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o termo **autônomo**, ou **conta própria**, diz respeito à pessoa que trabalha e/ou explora seu próprio negócio. Pode trabalhar sozinho ou ter um sócio, ou ainda ter a ajuda de outro trabalhador não remunerado. Nessa categoria estariam incluídos os camelôs e profissionais liberais, dentre outros. No caso da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED/FJP, o autônomo, ou conta própria, é a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s), ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es). Pode ter eventualmente algum ajudante remunerado para auxiliá-lo em períodos de maior trabalho. Essas pessoas têm a liberdade (autonomia) para organizar seu próprio trabalho e, portanto, determinar sua jornada de trabalho. O autônomo pode prestar seus serviços diretamente ao consumidor (população em geral), o chamado *autônomo para o público*, e pode prestar serviços para uma empresa ou pessoa, o chamado *autônomo para uma empresa ou pessoa*. Nesse sentido, pode-se dizer que nem todo autônomo é trabalhador informal, como no caso de grande parte dos profissionais liberais, mas os trabalhadores informais que interessam para este trabalho encontram-se nesse grupo. Em relação à PED, foi possível especificar os dados privilegiando o grupo dos autônomos que prestam serviço ao público, onde se encontram os trabalhadores camelôs.

Outra observação importante diz respeito aos trabalhadores assalariados sem carteira assinada. Em tese, trata-se do grupo em situação de maior precariedade nas relações de trabalho, visto que o caráter autônomo do trabalho é quase inexistente, bem como as garantias legais asseguradas pelo contrato formal de trabalho. No princípio, como será mostrado no decorrer da tese, a atividade de

camelô não comportava tal relação. No entanto, percebe-se que as mudanças significativas que ocorreram a partir da década de 1980 na atividade dos camelôs possibilitaram a exploração do trabalho assalariado por parte de alguns donos de barracas. Sendo assim, tais trabalhadores também serão levados em conta em algumas análises.

CAPÍTULO I

A BELEZA DA MARGEM, À MARGEM DA BELEZA

A TÍTULO DE PRÓLOGO

No dia 7 de novembro de 2009, o fotógrafo Rafael Lage deu início a uma documentação fotográfica do trabalho e vivência dos artesãos (denominados *hippies*) que ocupam a região central de Belo Horizonte, especialmente a Praça Sete de Setembro. O registro começou após uma série de ações policiais, que se perpetuaram ao longo de 2010 e 2011, de repressão e cerceamento por parte dos fiscais da Prefeitura das atividades desenvolvidas pelos artesãos. A ação constante e muitas vezes truculenta que motivou o registro do fotógrafo transformou-se em uma exposição na própria Praça. O objetivo era mostrar que, apesar de fora dos padrões vigentes, o trabalho do artesão requer habilidades singulares e remete o trabalhador e seu produto, a uma estética singular. As fotos procuram captar a beleza marginal, ao mesmo tempo em que a exposição em praça pública tinha como objetivo problematizar a situação do grupo em relação ao poder público¹.

No dia 13 de novembro de 2009, sexta-feira, as fotos foram expostas na Praça Sete de Setembro, no quarteirão fechado da rua Rio de Janeiro, entre Tamoios e Afonso Pena. A exposição continuou nos dias 14, 15. Ao expor novamente seu trabalho no dia 18, houve imediata repreensão por parte de fiscais da Prefeitura, exigindo que fosse desmontada a estrutura da exposição e retirado o material. Diante da negativa de Rafael, os próprios fiscais começaram a retirada da exposição, sob o olhar protetor da polícia militar. Além de ter seu material confiscado, o fotógrafo recebeu uma multa e foi enquadrado com base no Art. 17 do Código de Posturas, em que consta que “É proibida a instalação precária ou permanente de obstáculo físico ou de equipamento de qualquer natureza no passeio ou projetado sobre ele, salvo no caso de mobiliário urbano.” Tal artigo foi feito, a princípio, para regulamentar cavaletes, mostruários com finalidade comercial, lixo e entulhos deixados em via pública.

¹ Disponíveis em <http://belezadamargem.wordpress.com/>



FIGURA 1 – A exposição foi retirada por obstruir a via pública
Foto: Cyro Almeida.

Para reaver seu material, Rafael teria de pagar o valor de R\$ 17.103,80. De acordo com a Gerência de Fiscalização da Prefeitura, o valor referia-se a diárias por cada fotografia da exposição, no valor de R\$ 43,00, multiplicado pelas 13 fotos e pelo tempo em que ficaram armazenadas, mais as taxas de transporte.

Chamam a atenção, em tal situação, a forma direta e ostensiva como a fiscalização da Prefeitura agiu, acompanhada de forte aparato policial, e a evocação do Código de Posturas para legitimar tal ação. Se o artigo quinto da Constituição determina que “IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”, como é possível, através do Código de Posturas, cercear tal expressão artística? Ou mesmo, o que é um Código de Posturas? Para que serve e a quem serve? Quais as relações de poder que se estabelecem a partir da sua existência? De que forma a vida cotidiana condiciona e é afetada pelo Código de Posturas?

A proposta deste capítulo é refletir sobre tais questões a partir da análise das leis de posturas instituídas em Belo Horizonte desde os primeiros anos após a inauguração da cidade. Em um segundo momento, será dada especial atenção para o momento de formulação e implantação do mais recente Código de Posturas de Belo Horizonte (2003). Sendo assim, parte-se do pressuposto de que entender a dinâmica da produção do espaço a partir dos instrumentos jurídicos clássicos, como o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor, é importante, porém insuficiente para entender as transformações que se operam na vida cotidiana da cidade.

1.1 PÚBLICO, PRIVADO OU QUAL ESPAÇO?

Bem no início da existência da capital mineira, a Lei n. 53, de 30 de setembro de 1911, determina, em seu artigo quinto:

Os vendedores, quer estabelecidos, quer ambulantes, de livros, revistas, jornais e revistas pornográficas, quando expostas ou anunciadas publicamente, ficam sujeitos à multa de Cr\$...100,00 (cem cruzeiros) e, na reincidência, ser-lhe-á cassada a respectiva licença. (APCBH, 1956, p. 42)

A capital mineira, preocupada com o pudor e com a moral, não proíbe definitivamente a pornografia, mas decreta que o seu lugar não é o público, nem o privado. Afinal de contas: qual é o espaço da pornografia?

Roberto da Matta (1991) responderia da seguinte forma:

(...) se entrevistarmos um brasileiro comum em casa, ele pode falar da moralidade sexual, dos seus negócios, de religião ou da moda de maneira radicalmente diferente daquela que usaria caso estivesse na *rua*. Na *rua*, ele seria ousado para discursar sobre a moral sexual, seria prudente ao mencionar seus negócios e ultra-avançado ao falar de moda. Provavelmente ficaria querendo ouvir para se pronunciar sobre religião. Em *casa*, porém, seu comportamento seria, em geral, marcado por um conservadorismo palpável, sobretudo se fosse um homem casado e falando de moral sexual diante de suas *filhas* e mulher. (DA MATTA, 1991, p. 51. Destaques do autor)

A distinção que Roberto da Matta faz entre a casa e a rua é acompanhada de outra relação dual entre pessoa e indivíduo. Os espaços distintos, para o autor, designam muito mais que um ambiente físico: para ele, trata-se de um local privilegiado para

entender as peculiaridades da estrutura social brasileira, pois estão contidos nesses espaços valores, crenças, hábitos e práticas que se distinguem de outras realidades, como no caso da sociedade norte-americana. Nas palavras do autor,

(...) quando falamos da 'casa', não estamos nos referindo simplesmente a um local onde dormimos, comemos ou que usamos para estar abrigados do vento, do frio ou da chuva. Mas – isto sim – estamos nos referindo a um espaço profundamente totalizado numa forte moral. Uma dimensão da vida social permeada de valores e de realidades múltiplas. (...) Não se trata de um lugar físico, mas de um lugar moral: esfera onde nos realizamos basicamente como seres humanos que têm um corpo físico, e também uma dimensão moral e social. (DA MATTA, 1984, p. 24)

Na casa prevalece a pessoa, um ser que tem sua posição definida e reconhecida a partir das relações de consanguinidade, parentesco, amizade e afeto. O reconhecimento pessoal na casa determina “uma espécie de **supercidadania** que contrasta terrivelmente com a ausência total de reconhecimento que existe na rua” (DA MATTA, 1984, p. 27. Destaque nosso). A rua, portanto, é também mais do que um espaço físico: embora apresente possibilidades de leitura e interpretações da realidade brasileira, tem uma lógica oposta à da casa, pois

(...) na rua temos apenas grupos desarticulados de indivíduos – a ‘massa’ humana que povoa as nossas cidades e que remete sempre à exploração e a uma concepção de cidadania e de trabalho que é nitidamente negativa. De fato, falamos da ‘rua’ como um lugar de ‘luta’, de ‘batalha’, espaço cuja crueldade se dá no fato de contrariar frontalmente todas as nossas vontades. (DA MATTA, 1984, p. 28)

Para Da Matta casa e rua designam dois lados de uma mesma moeda, e a casa compensa os malefícios da rua. No caso, a rua representa sobretudo a sujeição ao Estado e ao mercado capitalista, que significa submissão ao poder e sofrimento pelo trabalho. A impessoalidade das relações no mercado e Estado têm para o autor um caráter negativo, pois se a casa determina uma supercidadania, na rua há uma subcidadania, na medida em que o indivíduo torna-se um “João Ninguém”.

É preciso ressaltar, na análise do autor, dois pontos bastante relevantes. Em primeiro lugar, a importância do espaço na organização da vida social. Como destacado por outros autores (LEFEBVRE, 2008; FOUCAULT, 2006; HARVEY, 2007), o espaço é determinado e determina certas relações sociais. São os sujeitos

que estabelecem limites, fronteiras, monumentos, sistema viário, ao mesmo tempo em que são submetidos e condicionados por eles. Um segundo ponto importante diz respeito ao fato de que “é preciso explicar de que modo as separações são feitas e como são legitimadas e aceitas pela comunidade como um todo.” (DA MATTA, 1991, p. 37) Apesar de tocar em um ponto fundamental, o autor não apresenta de maneira clara as mediações entre a rua e a casa e nem a forma como se legitima tal separação. Se, para Da Matta, a origem de tal separação relaciona-se com uma herança escravocrata nos moldes da “casa grande e senzala”, pode-se dizer que tal pressuposto é insuficiente para se entender a relação entre público e privado na sociedade brasileira. A opção teórico-metodológica adotada pelo autor por um viés “culturalista” de entendimento das especificidades da realidade brasileira em relação a outras culturas, especialmente anglo-saxônicas, cria dificuldades para o seu esquema dualista.

Mesmo para Richard Sennett (1998), que defende a tese da morte do espaço público, a separação entre público e privado não é tão antagônica. Além disso, trata-se de uma análise da sociedade europeia ocidental, e o diagnóstico não é tão diferente da análise que Da Matta faz acerca da realidade brasileira. Para Sennett, o esvaziamento da vida pública relaciona-se com um longo processo em que pesa o surgimento de uma nova cultura urbana secular e capitalista. A concepção moderna de espaço público, para Sennett, aparece no século 18, designando um local privilegiado da sociabilidade e diversidade. O crescimento das cidades é também a ampliação do espaço público, na medida em que proliferam os locais de encontro de estranhos, os cosmopolitas. A formação de um ambiente público diversificado, que se contrapunha à hierarquização da sociedade aristocrática, não pode ser confundido com um espaço de igualdade. Se, por um lado, em público, perdiam-se, em certo sentido, as referências familiares, por outro, a forma de se vestir e se comportar determinava os grupos e lugares ocupados. No espaço público, como ressalta Sennett, exigia-se civilidade:

Comportar-se com estranhos de um modo emocionalmente satisfatório e, no entanto, permanecer à parte deles, era considerado em meados do século XVIII como um meio através do qual o animal humano transformava-se em ser social. (SENNETT, 1998, p. 33)

O autor chama a atenção ainda para o fato de que, “juntos, o público e o privado criavam aquilo que hoje chamaríamos um ‘universo’ de relações sociais.” (SENNETT, 1998, p. 34)

Para Sennet, o capitalismo industrial e a reformulação do secularismo levaram a uma mudança significativa do espaço público e à sua deteriorização. O espaço público no século XIX tornou-se um lugar diverso e, por muitas vezes, incompreensível, assustador, perigoso. Em *As Ilusões Perdidas*, Balzac descreve de forma brilhante os conflitos, as frustrações, esperanças e desilusões da vida urbana. O romance de Balzac apresenta a vida da província e seus vícios a partir das desventuras do personagem Luciano. No interior da França, a vida transcorre a partir da tirania do mundo privado, onde há a prevalência de uma rígida hierarquia baseada nos laços de consaguinidade e as relações sociais ocorrem quase que exclusivamente no âmbito privado. O relato do fiel amigo de Luciano é esclarecedor do ambiente provinciano:

Minha vida, Luciano, está decidida. Sou David Séchard, impressor do rei em Angoulême, e meu nome se lê sobre todos os muros embaixo dos editais. Para as pessoas dessa casta, sou um artesão, um negociante, se quiseres, mas um industrial estabelecido com loja na rua de Beaulieu, esquina da praça da Amoreira. Não tenho ainda nem a fortuna de um Keller, nem o renome de um Desplein, duas formas de poder que os nobres tentam ainda negar, mas que, e nisto estou de acordo com eles, nada são sem a urbanidade e as maneiras de um gentil-homem. De que modo poderia eu legitimar essa súbita elevação? Zombariam de mim os burgueses tanto como os nobres. Tu, tu te encontras numa situação diferente. Um revisor não tem compromisso algum. Trabalhas para adquirir os conhecimentos indispensáveis ao triunfo; podes explicar tuas ocupações atuais pelo teu futuro. Ademais, podes amanhã empreender outra coisa, estudar direito, diplomacia, entrar para a administração. Enfim, não és nem fichador classificado. Aproveita tua virgindade social, segue sozinho e lança mão das honrarias! (BALZAC, 1981, p. 48)

Balzac faz um retrato não só da vida provinciana, mas principalmente das relações no âmbito privado familiar. As relações sociais marcadas por uma forte coesão social criam um ambiente seguro, pouco mutável, personalizado, ao mesmo tempo em que a tirania prevalece, na medida em que o controle social é muito forte, e a expressão da individualidade, o questionamento da ordem levam a retaliações do grupo. Quando Da Matta exalta as virtudes da casa, omite as perversidades típicas de grupos tão coesos. Luciano, por não ter um lugar marcado naquela sociedade, por

possuir uma virgindade social, sofre com os olhares inquisidores dos provincianos. Ao incomodar a ordem com um desastroso romance, as decepções e ambições o levam à Paris urbana e cosmopolita.

O espaço público parisiense descrito por Balzac é extremamente rico em detalhes do universo em transformação analisado por Sennett. Se a vida na cidade era o principal meio de libertação das amarras sociais provincianas, era também um mundo marcado por uma determinada ordem, expressa em símbolos materiais – as vestimentas, carruagens, círculos de amizade, afinidades intelectuais. A urbanidade e as maneiras de um gentil-homem eram qualidades necessárias e que poderiam ser adquiridas com habilidade e perspicácia. Porém, outros valores eram necessários ao cosmopolita na cidade.

Durante o seu primeiro passeio vagabundo através dos bulevares e da rua da Paz, Luciano, como todos os recém-chegados, ocupou-se mais das coisas que das pessoas. Em Paris, o conjunto das construções e das atividades urbanas chamam logo atenção: o luxo das lojas, a altura das casas, a afluência das carruagens, os permanentes contrastes que apresentam o extremo luxo e a extrema miséria, antes de tudo despertam o interesse. Surpreendido por aquela multidão à qual se sentia estranho, aquele homem de imaginação sentiu como que uma imensa diminuição de si mesmo. (...) Ser algo em sua terra e nada ser em Paris são dois estados que requerem transições; e aqueles que passam muito bruscamente de um para o outro caem numa espécie de aniquilamento. (BALZAC, 1981, p. 93)

George Simmel (1979) foi bastante perspicaz ao descrever os conflitos vividos pelos indivíduos em *A Metrópole e a Vida Mental*. O indivíduo nos centros urbanos sofre um verdadeiro bombardeio de estímulos e é levado cada vez mais ao raciocínio lógico e calculista. A racionalidade e impessoalidade da esfera econômica penetram no cotidiano dos indivíduos de tal forma que estes são levados a desenvolver a atitude *blasé*.

A atitude *blasé* resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos. Disto também parece originalmente jorrar a intensificação da intelectualidade metropolitana. Portanto, as pessoas estúpidas, que não têm uma existência intelectual, não são exatamente *blasé*. (SIMMEL, 1979, p. 15-16)

A capacidade do indivíduo de receber diversos estímulos e ao mesmo tempo ser indiferente a boa parte deles é característica fundamental no cosmopolita urbano. Na cidade, há uma naturalização das diferenças sem que estas estejam pré-estabelecidas a partir de códigos morais. Ao mesmo tempo em que Luciano enxerga as disparidades econômicas, políticas e sociais, vê também o grande desafio de desvendar os códigos inscritos naquela paisagem. A sensação de diminuição poderia tê-lo deixado estagnado, mas, ao contrário, foi a força propulsora para buscas de novas experiências em Paris. As aventuras de Luciano no decorrer do romance de Balzac mostram um ambiente repleto de oportunidades e oportunistas. A vida urbana abre possibilidades de novas experiências e mobilidade social, ao mesmo tempo em que exige uma constante vigilância e um cálculo preciso em termos das atitudes a serem tomadas. A história de Luciano na metrópole é, antes de tudo, a transformação de um ser ingênuo e impulsivo em um cidadão racional e ambicioso.

A *rua* de Roberto da Matta é bem parecida com a Paris balzaquiana, um lugar perigoso, repleto de armadilhas e decepções. No entanto, não só os aspectos relacionados à cultura urbana solapavam a esfera pública:

A dupla relação do capitalismo industrial com a cultura pública urbana repousava, em primeiro lugar, nas pressões de privatização que o capitalismo suscitou na sociedade burguesa do século XIX. Residia, em segundo lugar, na 'mistificação' da vida material em público, especialmente em matéria de roupas, causada pela produção e distribuição em massa. Os traumas do capitalismo do século XIX levaram aqueles que detinham tais meios a se protegerem de todas as maneiras possíveis contra os choques de uma ordem econômica que nem vitoriosos nem vítimas entendiam. Gradualmente, a vontade de controlar e moldar a ordem pública foi se desgastando, e as pessoas passaram a enfatizar mais o aspecto de se protegerem contra ela. (SENNETT, 1998, p. 34-35)

Aqui, a análise de Sennett, mais uma vez vai ao encontro do pensamento de Da Matta em relação ao distanciamento entre público e privado. Porém, antes de ser uma separação advinda de uma estrutura escravocrata, o distanciamento dos indivíduos do espaço público em direção ao mundo privado familiar é uma reação ao desgaste da ordem pública. A vida pública, que no Iluminismo significou espaço de relações sociais, passou a ser encarada como moralmente inferior, lugar dos terrores e degradação moral, como bem ilustram os últimos dias de Luciano em Paris. Como

ressalta Sennett, a tentativa de controle e modelagem da esfera pública levou os indivíduos para a esfera privada, para a suposta segurança da família burguesa. O indivíduo cosmopolita passou a ter uma imagem de estranho, perigoso e ameaçador.

A interação do capitalismo e da geografia pública ia em duas direções: uma afastava-se do público, em direção à família; a outra promovia uma nova confusão, envolvendo os materiais da aparência em público, confusão essa que podia, contudo, ser transformada em lucro. Podemos então ser tentados a concluir que o capitalismo industrial sozinho fez com que o domínio público perdesse legitimidade e coerência. (SENNETT, 1998, p. 36)

Para Sennett, não foi só o que Marx chamou de *fetichismo da mercadoria* que contribuiu para a transformação do espaço público, mas também a secularidade instaurada, que fez com que os indivíduos passassem a privilegiar o instante, o imanente.

Nesse sentido, é preciso entender que a industrialização transforma o espaço público, sem, no entanto, retirar toda a potencialidade que tal espaço representava no Iluminismo.

Se o terreno privado era um refúgio contra os terrores da sociedade como um todo, um refúgio criado pela idealização da família, podia-se escapar da carga desse ideal por meio de um tipo especial de experiência: passava-se por entre estranhos, ou, o que é mais importante, por entre pessoas decididas a permanecerem estranhas umas às outras. (SENNETT, 1998, p. 39)

O indivíduo tinha, no espaço público, a sensação de liberdade, além de experiências diversas que possibilitavam um novo tipo de aprendizado, que não era baseado em como as coisas deveriam ser, mas nas experiências vividas em meio a estranhos. Era impossível permanecer ingênuo e inexperiente quando se vivia cotidianamente o espaço público, daí a sua importância para a formação da personalidade do homem urbano.

Se, para Da Matta, a oposição entre casa e rua implica também uma distinção entre pessoa e indivíduo, para Sennett tal distinção torna-se obscura na medida em que, ao longo do século 19, ocorre uma superposição do imaginário privado sobre o público, em decorrência de comportamentos políticos. O líder político construía sua

imagem não só a partir dos preceitos racionais de eficiência e eficácia, mas trazia para a cena pública atributos de uma vida pessoal exemplar.

Nessas condições, o sistema de expressão pública se tornou um sistema de representação pessoal; uma figura pública apresenta aos outros aquilo que sente, e é essa representação de seu sentimento que suscita a crença. A superposição do privado sobre o público exercia uma atração particularmente forte sobre as plateias burguesas, mas na medida em que se podia fazer com que outros, inferiores na escala social, acreditassem nos seus termos, podia ocorrer dominação de classe por meio da imposição dos cânones burgueses de ‘respeito’ diante de uma personalidade autêntica. Em suma, as ideias atuais de ‘autenticidade’ em público têm suas raízes numa arma anti-ideológica que começou a ser utilizada no século passado, na luta de classes. (SENNETT, 1998, p. 42)

Não que Roberto da Matta (1997) tenha ignorado a superposição do privado sobre o público. O ritual do “sabe quem está falando?”, comum em situações de ambiguidade, desvela uma sociedade por demais hierarquizada.

No caso do Brasil, tudo indica que a expressão permite passar de um estado a outro: do anonimato (que revela a igualdade e o individualismo) a uma posição bem definida e conhecida (que expressa a hierarquia e a pessoalização); de uma situação ambígua e, em princípio, igualitária, a uma situação hierarquizada, onde uma pessoa deve ter precedência sobre a outra. Em outras palavras, o *‘sabe com quem está falando?’* permite estabelecer a pessoa onde antes só havia um indivíduo. (DA MATTA, 1997, p. 220. Destaques do autor)

O problema do esquema dual de Da Matta é que não fica clara a articulação entre as hierarquias sociais e as ideologias que sustentam tais diferenças. A relação entre pessoa e indivíduo deixa obscuras as relações de grupos e classes e a sua dinâmica na construção do espaço público mais ou menos igualitário. Diferente de Sennett, o esquema explicativo de Da Matta não permite vislumbrar o **movimento** que altera as características do espaço público. É como se os preceitos de impessoalidade, racionalidade, típicos da ordem jurídica estatal e do mercado, funcionassem apenas como abstração, pois, nas relações concretas do cotidiano, a malandragem, o jeitinho e a “carteirada” efetivamente estabelecem a ordem social. Nesse caso, pode-se dizer que o espaço público no Brasil ainda contém tais características, mas não é só isso. Tampouco se pode dizer que tais preceitos são dominantes, uma vez que a dinâmica capitalista transforma consideravelmente as **formas e os mecanismos** de hierarquização social no Brasil.

Ainda em relação à sobreposição do privado em relação ao público na Europa, Sennett chama a atenção para o fato de que uma das formas de proteção dos indivíduos da exposição ao público foi o distanciamento. “O silêncio em público se tornou o único modo pelo qual se poderia experimentar a vida pública, especialmente a vida nas ruas, sem se sentir esmagado.” (SENNETT, 1998, p. 43) A observação das formas de agir dos outros, indivíduos e grupos, passa a ser preponderante em detrimento das interações sociais. Observar, neste caso, diz respeito não só à degustação com o olhar, mas também à catalogação e quantificação dos gestos e ações a partir de números e estatísticas, como nos lembra Foucault (2008).

O “paradoxo do isolamento em meio à visibilidade”, como destaca Sennett, decreta a morte do espaço público na modernidade. O isolamento pode ser entendido a partir de três sentidos:

(...) em primeiro lugar, significa que os habitantes ou os trabalhadores de uma estrutura urbana de alta densidade são inibidos ao sentirem qualquer relacionamento com o meio no qual está colocada essa estrutura. Em segundo lugar, significa que, assim como alguém pode se isolar em um automóvel particular para ter liberdade de movimento, também deixa de acreditar que o que o circunda tenha qualquer significado além de ser um meio para chegar à finalidade da própria locomoção. Existe ainda um terceiro sentido, um sentido um tanto mais brutal de isolamento social em locais públicos, um isolamento produzido diretamente pela nossa visibilidade para os outros. (SENNETT, 1998, p. 29)

Nesse sentido, o isolamento é decorrente de uma arquitetura que privilegia a circulação, de indivíduos e automóveis, e que também suprime as divisórias necessárias para a produção da intimidade. No âmbito organizacional, as experiências que levaram a um aumento da produtividade ao longo do século 20 relacionavam-se com mudanças tecnológicas em termos de maquinário e também na disposição espacial dos funcionários. A gestão organizacional tomou a burocracia como tecnologia e possibilitou mudanças na forma de produzir, com aumento de produtividade a partir, por exemplo, da supressão das divisórias no ambiente de trabalho. Em um ambiente de trabalho em que todos são visíveis, a sensação de vigilância é constante, o autocontrole torna-se mais eficaz que os olhos vigilantes do chefe. No espaço público, “quando todos estão se vigiando mutuamente, diminui a

sociabilidade, e o silêncio é a única forma de proteção.” (SENNETT, 1998, p. 29) Para o autor, o aumento da intimidade produzido pelo espaço público tende a uma diminuição da sociabilidade.

Cabe aqui destacar que a análise de Sennett acerca do espaço público ressalta não só o movimento que leva à morte do público, mas também para a produção de uma ambiguidade em relação ao que é público e privado. O que escapa, na análise de Sennett, é que no século 19 ocorre não só industrialização, produção em massa e secularização. A transformação do espaço público nos centros urbanos também é a sua popularização. Uma vez que os operários e populares passam a fazer parte da cena pública e ocupam o espaço com suas práticas de lazer e contestação, cria-se a imagem de horror e perigo.

O esquema dual criado por Da Matta não dá conta de tais ambiguidades, pois cria uma relação entre indivíduos e lugares que carece da compreensão das mediações entre os espaços e as práticas. Mais que isso, ao apresentar a *casa* e a *rua* como espaços antagônicos, Da Matta não abre a possibilidade de se vislumbrar as ambiguidades que são produzidas com a crescente confusão entre público e privado. A apresentação do drama “você sabe com quem está falando?” não altera o dualismo analítico, uma vez que, neste caso, ocorre uma inversão de papéis, de *indivíduo* para *pessoa*. Se o fenômeno do “você sabe...” é facilmente verificável no cotidiano brasileiro, pode-se dizer que, no espaço público das cidades brasileiras, existem indivíduos e pessoas. O espaço público contém ambiguidades, assim como as práticas ligadas à cidadania. Se a *rua* é um lugar de anonimato, de “luta”, é, portanto, o lugar por excelência do convívio e do conflito de classes, da produção e reprodução social – logo, um espaço dinâmico que mantém fortes relações com outros espaços, especialmente do mundo privado. Nesse sentido, é preciso pensar até que ponto as características do espaço público brasileiro relacionam-se com nossa herança escravocrata e quais são os aspectos de uma nova cultura urbana, como destaca Sennett, que também conformam a ordem social.

1.2 POSTURAS MUNICIPAIS E CONTROLE SOCIAL

O que é um Código de Posturas? De acordo com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH, trata-se de

uma lei que **regulamenta** o uso de espaços públicos para a melhor convivência das pessoas em Belo Horizonte. Ele foi criado para organizar a cidade, fazendo com que o **interesse de todos** prevaleça sobre o interesse individual. (PBH, 2010. Destaque nosso)

Interessante o título acima de tal definição no site da Prefeitura: **Controle das áreas comuns pelo poder público**. Regular e controlar. Talvez isso explique a função de um Código de Posturas – o difícil de se entender é a relação com o interesse de todos. Regular refere-se ao ato de se estabelecerem regulamentos, normas que pretendem uniformizar. Daí é possível ir além da simples definição para a compreensão do que é um Código de Posturas.

Se a intenção é regulamentar e controlar, pode-se dizer que as posturas se inserem no campo da norma, ou da normalização, como ressalta Foucault (1987). Para além da organização da cidade, a criação de normas de comportamento no espaço público define padrões sociais e especifica o espaço público ao procurar retirar os conteúdos subjetivos próprios da pluralidade. A função primeira da norma é estabelecer padrões e, ao mesmo tempo, parâmetros de diferenciação: normal x anormal, permitido x proibido, bem x mal, gratificação x sanção. O que se busca com as posturas municipais é um disciplinamento do uso do espaço público, o que só é possível com um adestramento progressivo e o controle permanente dos indivíduos (FOUCAULT, 1987). De forma análoga ao que ocorre nas instituições disciplinares, as posturas pretendem uma normalização a partir dos mecanismos de comparação, diferenciação, hierarquização, homogeneização e exclusão.

Em suma, a arte de punir, no regime de poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: **relacionar** os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. **Diferenciar** os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto – o que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. **Medir** em termos quantitativos e **hierarquizar** em termos de valores as capacidades, o

nível, a 'natureza' dos indivíduos. Fazer funcionar, através dessa medida 'valorizadora', a coação de uma conformidade a realizar. Enfim, **traçar o limite** que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal (a 'classe vergonhosa' da Escola Militar). (FOUCAULT, 1987, p. 152-153. Destaques nossos)

É possível afirmar desde já que a formulação de leis de posturas relaciona-se com um processo de disciplinamento e normalização do espaço público. As leis estabelecem os procedimentos de adestramento, enquanto os fiscais assumem a função de controle, vigilância e punição. Mas a norma não se define somente a partir de uma vertente. A normalização estabelecida através das posturas relaciona-se com múltiplos processos que se originam desde o projeto de construção da capital mineira.

Em Belo Horizonte, as ações da administração municipal no espaço público se fizeram prevalecer a partir da ampliação do seu poder de polícia e da organização do espaço. A coerção policial foi um meio eficaz de controle social; porém, a fiscalização sistemática do espaço público fundamentada em leis de posturas permitiu ao poder público não só inibir comportamentos considerados nocivos ou inadequados. As posturas municipais emergentes continham uma dupla função: organizar e disciplinar aquilo que já existia e era considerado atrasado e/ou não adequado e extirpar virtualidades, comportamentos desviantes. O espaço criado gradativamente passa a ser povoado por pessoas e por signos da modernidade, moralidade, religiosidade e mineiridade. Para tanto, era necessário disciplinar o espaço público, como deixa claro o Decreto n. 10, de 24 de junho de 1925:

Art. 1º. Nos jardins públicos e praças ajardinadas, a cargo da Municipalidade, é proibida a entrada de:

- a) Pessoas ébrias, alienadas, descalças, indigentes e das que não estiverem decentemente trajadas, e bem assim das que levarem consigo cães e outros animais em liberdade, e volumes excedentes de 30 centímetros de largura por 40 de comprimento.
- b) Veículos, exceção dos automóveis e velocípede no Parque Municipal até as 18 horas da tarde;
- c) Vendedores ambulantes, com os artigos do seu comércio.

Art. 2º. É absolutamente proibido:

- a) Pisar nos gramados e canteiros;
- b) Danificar e tirar os vegetais, ou pô-lhes as mãos;
- c) Pescar nos tanques;
- d) Atirar pedras ou outros projéteis;
- e) Entrar em viveiros;

- g) Lançar sôbre as alamedas, canteiros e tanques quaisquer objetos que prejudiquem o asseio e a vegetação;
 - h) Fazer algazarras;
 - i) Dar tiros e queimar fogos de artifício, exceto quanto a êstes, no Parque, com autorização especial do Prefeito;
 - j) Afixar dísticos e letreiros, escrever ou traçar figuras nas paredes ou em qualquer outro lugar;
 - k) Atirar aos animais comida ou qualquer outra coisa;
 - l) Distribuir anúncios impressos etc.;
 - m) Jogar serpentina e confete;
 - n) Penetrar nos lugares reservados ao pessoal, casas e máquinas etc;
 - o) Danificar os ornatos, estátuas, hermas, bancos, materiais e utensílios.
- (APCBH, 1956, p. 36)

A lista do que não deveria ser feito é ao mesmo tempo didática e vaga. Deixa claro quem são os indesejáveis: os ébrios, descalços e alienados caracterizam o grupo dos indigentes, pedintes e pobres miseráveis que vagavam pela cidade com seus animais e trapos em busca de migalhas. A área central era por excelência o lugar das elites, o que não impedia os moradores da periferia de frequentar e usufruir do Parque Municipal, do ritual do *footing* e da zona boêmia. Dessa forma, as posturas procuravam em certa medida disciplinar comportamentos destoantes, por isso o seu caráter um tanto quanto vago. Quando se trata do “absolutamente proibido” termos como “outros projéteis”, “algazarras”, “qualquer outra coisa” e “etc.” permitem à fiscalização interpretações variadas das condutas e da necessidade, ou não, de repreensão. Esta é uma característica importante das posturas municipais: o seu caráter normativo, descritivo e ao mesmo tempo sujeito a interpretações variadas. A aplicação da lei vai depender não só do que é determinado em termos do permitido e proibido, mas em grande medida da interpretação subjetiva da fiscalização.

Com o crescimento da cidade, o papel da fiscalização ganha gradativamente maior importância na tecnologia de controle social, o que pode ser percebido através da Lei nº 89, de 22 de junho de 1949.

Art. 1º. Para efeito de fiscalização de posturas fica a cidade dividida em trinta distritos, agrupados em três regiões de dez distritos cada uma, com os limites fixados em portaria do Prefeito e que poderão ser alterados de acôrdo com as conveniencias.

Art. 2º. Em cada distrito terá exercício um fiscal de posturas, com a incumbência precipua de verificar todas as contravenções a elas relativas, lavrando os respectivos autos.

Art. 3º. Cabe aos fiscais de posturas, de modo especial, a policia administrativa das ruas, praças, parques e jardins, canalizações, rêdes de

águas e esgoto e quaisquer outras obras publicas e, com êsse objetivo, deverão:(...) (APCBH, 1956, p. 152-153)

A lista de atribuições é longa e divide-se entre o que se deve impedir e as coisas para se anotar para que se possam tomar as devidas providências. A Lei, em seu artigo quarto, determina ainda que “a ação dos fiscais de posturas deve ser sobretudo educativa, de instrução e conselho aos infratores, só lavrando auto depois de fracassada a advertência.” (PBH, 2010, p. 154) Educar e punir – é o que determinam as leis, mas, de fato, nem sempre foi assim. Como chama a atenção José Murilo de Carvalho (1998), se, na Inglaterra e na França, a cidadania fundamentou-se no princípio da liberdade, no Brasil sua implantação deu-se através do porrete.

O cidadão brasileiro é o indivíduo que (...) tem o gênio quebrado a paulada, é o indivíduo dobrado, amansado, moldado, enquadrado, ajustado a seu lugar. O bom cidadão não é o que se sente livre e igual, é o que se encaixa na hierarquia que lhe é prescrita. (CARVALHO, 1998, p. 307)

Para José Murilo, a raiz cultural da cidadania no porrete está na sociedade escravocrata, na qual o tratamento dispensado aos escravos baseava-se fundamentalmente na disciplina da chibata. Talvez a relação não seja tão direta, mas, de qualquer forma, o que se percebe é que, efetivamente, na República, o uso de meios repressivos para dobrar o cidadão foi algo recorrente. A fiscalização recebe designação e atribuições de polícia. Torna-se não só a guardiã do espaço público, mas também a sua fiscalizadora, educadora e executora de sanções.

Assim, o poder público municipal se impõe como forma preponderante de poder sobre a cidade. A verdadeira pujança do Estado não se expressa apenas arquitetonicamente através da localização do Palácio da Liberdade, acima das edificações religiosas. Ela se faz a partir do controle da vida cotidiana, sobrepondo as ações de caridade, moldando os comportamentos individuais, não em direção a uma moralidade cristã, mas sim no caminho da racionalidade burocrática e do disciplinamento.

Podemos dizer que a existência é moderna na medida em que é produzida e sustentada pelo *projeto, manipulação, administração, planejamento*. A

existência é moderna na medida em que é administrada por agentes capazes (isto é, que possuem conhecimento, habilidade e tecnologia) e soberanos. Os agentes são soberanos na medida em que reivindicam e defendem com sucesso o direito de gerenciar e administrar a existência: o direito de definir a ordem e, por conseguinte, pôr de lado o caos como refugio que escapa à definição. (BAUMAN, 1999, p. 15. Destaques do autor)

As leis de posturas estabelecem uma forma de controle moral e social na medida em que não procuram extirpar pura e simplesmente as “imposturas”; não é um processo de aburguesamento dos pobres e interioranos, mas uma forma de estabelecer limites, ou as raias de tolerância do Estado. Em alguma medida, é um poder que complementa a moralidade cristã, mas que ao mesmo tempo se sobrepõe a ela, substituindo o princípio da caridade pelo da tolerância.

A intolerância é, portanto, a inclinação natural da prática moderna. A construção da ordem coloca limites à incorporação e à admissão. Ela exige a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado – a delegitimação do outro. Na medida em que a ânsia de pôr termo à ambivalência comanda a ação coletiva e individual, o que resultará é intolerância – mesmo que se esconda com vergonha, sob a máscara da tolerância (o que muitas vezes significa: você é abominável, mas eu sou generoso e o deixarei viver). (BAUMAN, 1999, p. 16)

Pode-se dizer que as leis de posturas não dizem respeito propriamente a um mecanismo de exclusão social, uma forma de se estabelecer uma fragmentação socioespacial. Ao contrário, é um mecanismo de inclusão e normatização. No entanto, tal inclusão só é possível a partir de mecanismos de tolerância, em que se procura criar um elo entre o poder público e os grupos sociais estabelecidos na periferia da capital. A Prefeitura, através das leis de posturas, procura não só adequar os comportamentos à geometria da cidade planejada, mas também sincronizar tempo e movimento em função das novas práticas econômicas que se estabelecem na nova capital. As leis contribuem para uma normatização das ações cotidianas, ao mesmo tempo em que toleram práticas não capitalistas como forma de sobrevivência daqueles que estão à margem do circuito superior do capitalismo. Ao mesmo tempo, impõem, através da regulamentação, fiscalização e cobrança de tributos – princípios da racionalidade econômica capitalista. Sob o estigma do trabalho, e não da caridade, o Estado atua na tentativa de minimizar os problemas relacionados à marginalidade: roubo, prostituição, comércio ilegal, dentre outros.

Como nos alerta Bauman (1999), o pensamento moderno e o exercício do poder exercitam-se pela prática de classificação e ordenação, em contraposição ao imponderável e ao caos. A cidade planejada é fundamentalmente o exercício de colocar ordem no caos urbano. A capital recém-inaugurada deveria ser síntese da modernidade, bairro para funcionários, trânsito ordenado, zonas de comércio, cada coisa em seu lugar. No entanto, há sempre algo que escapa. O ideal de previsibilidade dos comportamentos sempre esbarra no desviante, no inclassificável. A produção da ordem implica a produção de refugio (BAUMAN, 1999).

O Código de Posturas é um tipo de mediação entre os processos mais gerais de transformações econômicas, políticas e sociais e as práticas cotidianas. Como não se trata de um processo modernizador, mas modernizante², na medida em que se procura estabelecer meios de (des)envolver a comunidade, estabelece também os termos da tolerância em relação a práticas consideradas atrasadas, pré-modernas e ilícitas. As leis de posturas traduzem não só um movimento modernizante, mas revelam os limites da tolerância. Contêm, por assim dizer, o hibridismo da modernização incompleta.

O Estado moderno age como **Estado jardineiro**³ (BAUMAN, 2010. Destaque nosso). Para se manter o jardim em perfeita ordem, é preciso constantemente arrancar as ervas daninhas. Não é possível se antecipar ao seu nascimento, elas não são semeadas de forma sistemática. Nascem de forma inesperada nos locais mais improváveis, e é difícil a sua remoção no momento inicial, pois há a possibilidade de se danificarem outras plantas. Deixar a erva daninha crescer pode representar um problema, uma vez que ela, normalmente, é mais resistente que plantas de estufa e, desse modo, há sempre o risco de a erva reivindicar para si as

² Vide MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*.

³ Aqui, fez-se uma analogia com a ideia de Bauman a fim de caracterizar o Estado moderno, que, como um jardineiro, está sempre em posição de vigília, “cuidando” da cidade e evitando a proliferação de posturas desviantes e/ou indesejáveis. Bauman não usa o termo Estado jardineiro, mas faz uma análise das relações sociais no mundo moderno usando a metáfora do jardineiro. Torna-se necessário ressaltar que o termo Estado jardineiro tem como inspiração a entrevista do autor, porém tem uma conotação bem diferente do pensamento de Bauman. Para ler a entrevista acesse: <http://revistacult.uol.com.br/novo/entrevista.asp?edtCode=2BB95253-7CA0-42E3-8C55-8FF4DD53EC06&nwsCode=83FA9E51-05BA-4F2B-B922-E548B2FAB8FA>

fontes de energia destinadas às plantas graciosas. Em função das ervas daninhas, o jardineiro precisa estar em constante alerta, precisa agir, diariamente, de modo pontual, de forma a manter, no plano geral, uma imagem de beleza e ordem. As leis de posturas mostram-se ferramentas poderosas, pois se destinam a públicos específicos e são versáteis, podem ser mudadas constantemente, adequando-se às frequentes mudanças no cotidiano urbano.

Se a modernidade alimenta e é alimentada pela ambivalência, o capitalismo se move a partir de suas contradições, especialmente na periferia do mundo. Apesar do viés liberal do Estado brasileiro no início do século 20, cada vez mais havia a necessidade de sua atuação para amenizar os conflitos de classe (LE VEN, 1977) e/ou normatizar e disciplinar os indivíduos virtualmente perigosos (SOUZA, 2004).

Se, como dito anteriormente, em Belo Horizonte, a norma é estabelecida a partir dos preceitos positivistas que orientaram o plano original, o uso crescente do espaço público pelos populares subverte as pretensões de ordenamento. As posturas municipais têm como função modificar os indivíduos e os lugares, codificar e classificar os elementos. Elas estabelecem os procedimentos de adestramento progressivo e controle permanente, determinam os inaptos, incapazes e desviantes (FOUCAULT, 1987). Nesse sentido, pode-se visualizar na área central da capital os espaços das elites, dos populares e dos desviantes. De fato, o problema a ser enfrentado pelo poder público é que a nova ordem instaurada coloca como anormal parte substantiva da população. Ao mesmo tempo em que se normalizam práticas, principalmente em relação ao mundo do trabalho, estabelece-se um grande dilema: a norma é para todos; no entanto, não há como normatizar totalmente a população. Se, por um lado, existem os inclassificáveis e os insubordinados, há também aqueles que, apesar da vontade de serem enquadrados, não encontram espaço no ordenamento instituído.

Nesse sentido, chama a atenção a situação de boa parte dos trabalhadores que, conforme já mencionado, não tinham seus direitos reconhecidos. Por outro lado, uma grande parcela da população, ansiosa por ser explorada no mercado de trabalho, não conseguiu efetivamente espaço no setor formal. Ainda que tais indivíduos tenham se aventurado no mercado informal, não abrindo mão do status

de trabalhadores, nunca foram socialmente reconhecidos, como deveriam. Se a punição destina-se aos anormais e desviantes, como ladrões, prostitutas, malandros, traficantes, pedintes, dentre outros, como lidar com as pessoas que se encontram em uma situação ambígua? As leis de posturas procuravam não só prescrever uma ordem: mais que isso, tinham por finalidade normalizar práticas, ao invés de impedi-las.

Todo o indivíduo que não puder ganhar a vida pelo trabalho, que não tiver meios de fortuna, nem parentes nas condições de lhe prestar alimentos nos termos da lei civil, e implorar esmolas, será considerado mendigo. Nenhum indivíduo poderá pedir esmolas, no distrito da cidade, sem estar inscrito como mendigo, no livro respectivo da Prefeitura. Feita a inscrição será entregue a cada mendigo: Uma placa com a designação de Mendigo e o número de inscrição, para trazer no peito e por forma bem visível; Um bilhete de identidade contendo o número de inscrição, o nome, idade, residência e designação do local destinado a estacionar, bilhete este que será assinado pelo Doutor Diretor de Higiene (...). (Decreto n. 1.435, de 27 de dezembro de 1900 *apud* LIBERATO, 2007)

Sendo assim, as posturas estabeleciam os limites do que seria permitido e como as pessoas deveriam se comportar no espaço público. As sucessivas leis de posturas criadas expressam o anseio do poder público não só em ordenar o espaço, mas também em controlar os grupos não pertencentes à elite belo-horizontina e que passam a usufruir da área central. No entanto, as posturas apresentam-se como um mecanismo maleável de exercício do poder, uma vez que sua aplicação depende da forma como os fiscais vão atuar e do momento em que seja conveniente aplicar, ou mesmo criar uma lei.

As leis de posturas inicialmente procuravam:

- a) delinear o espaço urbano através de uma caracterização física, ressaltando os aspectos estéticos, higienistas e hierárquicos – cria-se um espaço público, sim, porém com inúmeras formas de segregação;
- b) estabelecer um espaço público (com toda carga ideológica e ambiguidade que o termo carrega em termos da realidade brasileira);
- c) prescrever normas de comportamento desejadas no espaço público **urbano**;
- d) estabelecer o que seria tolerado.

É interessante observar que o Código de Posturas, em outras localidades, era usado mais como instrumento urbanístico do que de controle de comportamentos, como no caso de Manaus:

Os códigos de posturas eram utilizados como instrumentos pelos administradores com o objetivo de organizar o traçado das cidades, o porte e o aspecto das construções, além de normatizar uma série de comportamentos sociais. A atuação do arruador deve ter sido muito importante para o cumprimento do traçado urbano, pois ele assumia a função de fiscalizador, zelando para que as ruas fossem traçadas de acordo com o alinhamento planejado e impedindo que as edificações fossem erguidas fora deste traçado.

O Código de Posturas de Manaus de 1875: tratava do aformoseamento - ninguém poderia edificar ou reedificar prédio, fazer cerca ou muro dentro da cidade, sem a prévia licença e alinhamento dado pela Câmara Municipal. Já determinava, na época, a altura do pé direito/altura dos prédios (fachada). Além de outras proibições, não se permitia a construção de casebres ou pequenos quartos dentro do alinhamento das ruas, travessas e praças da cidade sem que o proprietário erguesse no alinhamento um muro simulando casa com altura exigida.

(...) O Código de Posturas de 1893: acentuava ainda mais a preocupação com alguns aspectos da cidade – proibia-se a construção de casas de cobertas de palha a todo o perímetro urbano e determinava-se que todas as construções deveriam se rebocadas, caiadas ou pintadas. (TOLEDO, 2010, p. 8-9)

Em Belo Horizonte a maior preocupação das leis de posturas era em relação às práticas cotidianas na nova capital. O que se percebe é que os sujeitos que recebiam atenção especial do poder público através das posturas eram, na sua grande maioria, trabalhadores que estabeleciam com e no espaço uma relação que se diferenciava do modo de vida das elites e da forma como eram concebidas as práticas populares. Os feirantes, pequenos comerciantes, ambulantes, tropeiros, dentre outros, não correspondiam aos signos incutidos na espacialidade da capital. A preocupação do poder público em coibir as práticas tradicionalmente vividas no interior é recorrente desde a criação da capital, como ilustra o caso seguinte:

Capítulo XXX

Criação de porcos

A) na zona urbana

Lei nº 166, de 3 de abril de 1919

Art. 8º. É terminantemente proibido criar ou simplesmente conservar porcos em qualquer parte da zona urbana. (...)

b) na zona suburbana

Lei nº 220, de 13 de abril de 1922

Art. 12º. Fica terminantemente proibida a criação e engorda de porcos em chiqueiros ou a solta na parte suburbana designada pelas secções numeradas da planta cadastral da cidade. (...) (APCBH, 1956, p. 122)

As estratégias coletivas de sobrevivência típicas do interior se reproduziram na cidade, sofrendo mudanças na sua forma, porém preservando uma sociabilidade baseada nos laços familiares e pessoalizados. Sob o argumento de preservar a “saúde pública”, diversas restrições foram formalizadas, inibindo, assim, atividades diversas, como a venda de tripas e leite nos locais públicos, bem como impondo regras para o feitiço, manuseio e comercialização de gêneros alimentícios. As restrições se impunham inclusive a práticas corriqueiras, como no caso da Lei n. 166, de 3 de abril de 1919:

Art. 6º. O amontoamento ou depósito de estrume a fim de ser curtido ou humificado só será permitido na zona rural (alínea “j” do artigo 244 do Regulamento de Obras, que constitui o capítulo II desta Coletânea). Ainda assim, esse depósito só poderá ser permitido a descoberto durante uma semana, no máximo; findo esse prazo, o estrume deverá ser coberto por camada uniforme de terra ou cal para sofrer o processo de humificação ou ser espalhado sobre o terreno, ao sol, para secar.

Parágrafo único. Na zona urbana não poderá ser utilizado nas hortas e jardins estrume fresco ou incompletamente humificado. (...) (APCBH, 1956, p.389)

As práticas dos segmentos populares eram tidas como atrasadas, símbolo de um modo de vida decadente e arcaico, o que destoava dos significados atribuídos pelas elites ao espaço central. Se, por um lado, havia uma representação do espaço construída pelas elites, por outro, as práticas populares e informais foram imprimindo na área urbana a sua marca, através das diversas apropriações e vivências do espaço.

Gradativamente, as práticas populares e o espaço do trabalho foram invadindo a área urbana. Sendo assim, Belo Horizonte, desde as primeiras décadas de existência, incorpora pouco a pouco, em sua legislação municipal, diversas restrições ao uso do espaço público, principalmente na área central. Em 31 de outubro de 1925, através da Lei n. 297, ficaram proibidos balões, fogueiras, bombas e queima de fogos de artifício em qualquer das zonas da cidade. Tal restrição poderia ser suspensa nos festejos religiosos e cívicos, desde que houvesse a aprovação do prefeito. Em 1935, chama a atenção o Decreto n. 29, de 6 de junho. Consta dele: “Art. 1º. Fica proibido, nesta Capital, nas zonas urbana e suburbana,

bem como nas vilas e povoados a esta limítrofes, o comércio de aves de qualquer espécie, conduzidas de pernas ou asas atadas, ou em bandos pelas ruas e praças.” (APCBH, 1956) Os comerciantes deveriam, então, se adequar a um novo meio de transporte estabelecido pela Prefeitura: as aves deveriam ser transportadas em gaiolas e obedecendo a condições sanitárias aceitáveis para a época. Se não era possível eliminar completamente o comércio informal da área central, tornou-se necessário restringir e adequar a sua prática.

O uso do espaço público para fins particulares era possível, desde que regulamentado, o que pode ser exemplificado pela Lei n. 128, de 4 de março de 1950:

Art. 1º. Fica subordinado a especial e prévia licença da Prefeitura o exercício, no município de Belo Horizonte, da profissão de lustrador e de guarda de veículos estacionados em vias públicas.

Art. 2º. Para obtenção da licença de que trata o artigo 1º., é obrigatória a apresentação de atestado de bons antecedentes, fornecido por autoridade competente, e outros documentos que, a juízo do Prefeito, forem julgados convenientes. (APCBH, 1956, p. 41)

As feiras livres foram alvo de decretos e leis, visando à sua regulamentação, em 1924. Procuravam estabelecer também uma localização específica para sua ocorrência, como determina o Decreto n. 2, de 8 de outubro de 1924:

Art. 1º. A localização das feiras livres se fará nos seguintes logradouros públicos:

- a) Praça 13 de Maio, bairro dos Funcionários;
- b) Praça São João d'EL-Rei, no bairro da Floresta;
- c) Praça Belo Horizonte, no bairro do Quartel;
- d) Avenida Paraopeba entre rua Araguay e Paracatú, na zona operária da 8º secção urbana;
- e) Rua Aarão Reis, ex da Estação, entre a rua Caetés e avenida Tocantins, no bairro Commercial. (APCBH, 1956, p. 10)

A praça e a rua continuaram a receber os feirantes e populares, mas as regras de funcionamento foram detalhadamente definidas.

Em 1949 as feiras livres passam a ser, novamente, objeto de atenção da legislação municipal. A Lei n. 85, de 9 de junho de 1949, é bem detalhada no que diz respeito à regulamentação das feiras livres. Tal Lei prevê o que deverá ser comercializado:

Art. 1º. As feiras-livres destinam-se à venda, exclusivamente a varêjo, de frutas, legumes, aves, ovos, doces, gêneros alimentícios de primeira necessidade, óleos comestíveis, peixe fresco ou salgado, sabão, artefatos de folha e, em geral, produtos da lavoura ou das indústrias rurais.

Art. 5º. Os agentes municipais permanecerão nas feiras durante todo o tempo de seu funcionamento, observando e fazendo observar as disposições regulamentares.

Parágrafo único. A esses agentes cabe, também, apresentar relatório das ocorrências. O Administrador das feiras, por sua vez, recebendo tais relatórios, fará o seu, semanalmente, ao Chefe do Departamento de Abastecimentos.

Art. 6º. Os agentes municipais, trinta minutos antes de iniciada a feira, examinarão os produtos, mandando retirar os que julgarem impróprios ao consumo, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Art. 7º. Os produtos da lavoura e das indústrias conexas serão vendidos como foram condicionados em origem, devendo a Prefeitura exigir para os demais acondicionamento próprio, de acordo com os modelos que indicar. (APCBH, 1956, p. 24)

Na medida em que se intensificam as relações sociais na área central, tornam-se necessárias novas regras de convívio social. O poder público exerce sobre a vida cotidiana uma força de regulação, no sentido de delimitar o que poderia ou não ser feito no espaço público. Mais que isso, pouco a pouco a Prefeitura, através dos seus fiscais, passa a dispor também sobre a forma como as pessoas deveriam se comportar. Os fiscais da prefeitura passam, gradativamente, a exercer um papel fundamental na organização e manutenção da ordem cotidiana.

Tais medidas, até certo ponto, demonstram uma preocupação recorrente do poder público em coibir certos excessos no uso do espaço público. No caso das feiras livres, percebe-se que têm uma grande importância em relação ao abastecimento de alimentos da população, visto que ainda não havia na cidade, até a primeira metade do século 20, estabelecimentos que cumprissem tal função. No entanto, nem por isso a atividade era realizada sem regulação.

Por outro lado, percebe-se também que, ao mesmo tempo em que as elites passam a ocupar as ruas, intensificam-se as leis de posturas na capital. Para se construir uma cidade moderna, tornou-se necessária a tarefa de erradicação dos hábitos

tradicionais, minimização das mazelas do desemprego, criação de uma racionalidade urbana na vida cotidiana e de um ambiente cosmopolita. Porém, se tudo isso não foi possível de imediato, foi preciso ao menos esconder o patinho feio da bela cidade. Fazer de Belo Horizonte uma cidade moderna implicou uma administração moderna da vida cotidiana.

Portanto, é preciso um controle no momento em que os comportamentos indesejáveis se apresentam, e

(...) essa espécie de controle penal punitivo dos indivíduos ao nível de suas virtualidades não pode ser efetuado pela própria justiça, mas por uma série de outros poderes laterais, à margem da justiça, como a polícia e toda uma rede de instituições de vigilância e de correção – a polícia para a vigilância, as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas para a correção. (...) Toda essa rede de um poder que não é judiciário deve desempenhar uma das funções que a justiça se atribui neste momento: função não mais de punir as infrações dos indivíduos, mas de corrigir suas virtualidades. (FOUCAULT, 2003, p. 86)

Ao mesmo tempo em que Belo Horizonte recebe gradualmente seus novos habitantes, desenvolve-se pouco a pouco o mercado informal na nova capital. Diversas outras atividades ligadas à informalidade são citadas nas leis de posturas, principalmente ligadas ao comércio da agricultura familiar e congêneres, como destacado anteriormente.

A informalidade da época originária da cidade não é a mesma da atualidade, porém, ao se ler o passado, é possível compreender o presente. Pode-se dizer que o trabalho informal é resultado de relações econômicas determinadas – torna-se funcional para o capital, seja na forma de atividade temporária, ou seja, estoque de mão de obra, ou como atividade auxiliar.

No caso da Belo Horizonte do início do século 20, há uma conjuntura econômica favorável à expansão do setor informal, uma vez que as taxas de crescimento econômico são baixas e a dinâmica do setor formal não favorece a criação de empregos qualificados. No entanto, o Estado jardineiro vai agir desde o início de forma a regular e normatizar a informalidade.

Em relação aos ambulantes, houve uma tentativa sistemática de regulação das suas práticas a partir do estabelecimento de leis de posturas e fiscalização constante. Em 10 de novembro de 1927, a Lei n. 329 estabelecia:

Art. 102. A cobrança do imposto de mercador ambulante será feita de conformidade com a respectiva tabela, sendo indispensável a apresentação da carteira de identidade que acompanhará a licença para todos os efeitos.
 Art. 105. As mercadorias apreendidas por força desta lei serão vendidas em hasta pública, se dentro de um mês, a contar da apreensão, não forem reclamadas pelo proprietário. (APCBH, 1956, p. 125)

Pouco tempo depois, o Decreto n. 79, de 21 de junho de 1930, determinava que:

Art. 1º. Os passeios devem estar sempre francos, não se consentindo, neles, a colocação de vitrinas, caixas ou cestos, mesmo para servir os fregueses. (...)
 § 3º. Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar nas proximidades de mictórios públicos, em locais em que seja fácil contaminação de produtos expostos à venda ou em pontos que determinar o Departamento de Assistência e Saúde.
 Art. 2º. A licença para exercer o comércio ambulante só será concedida às pessoas que se apresentarem munidas da carteira de sanidade e carteira de identidade da Polícia.
 Parágrafo único. Aos infratores será aplicada a multa de cinquenta cruzeiros e do dobro nas reincidências.
 Art. 4º. A pessoa que, nos hotéis, pensões ou casas particulares, exercer a profissão de vendedor por conta própria ou alheia, de gêneros ou artigos de procedência nacional ou estrangeira, fica sujeito ao pagamento de taxa de mercador. (...)
 (...) Art. 13º. Os recipientes para o transporte de mercadorias, pelos vendedores ambulantes, além de satisfazerem às exigências do Regulamento do Serviço de Polícia Sanitária (D.A.S), deverão preencher os seguintes requisitos:
 I – Quando destinadas a serem carregadas pelo próprio mercador ambulante, as vitrines deverão apresentar as dimensões máximas de 1m,20 por 0m,60 por 0,40, e o peso máximo de 30 quilos;
 II – Quando de maiores dimensões, deverão dispor de rodas, de modo que possam ser conduzidas facilmente de um lugar para ao outro;
 III – Estes mostradores para a venda ambulante poderão ser montados sobre carrocinhas para tração animal ou veículos automotores;
 IV – Será permitido o uso de cestas, arcas ou cubas, aprovadas pelo D. A. S. (Polícia Sanitária), para o transporte de hortaliças, gêneros alimentícios ou sorvetes, contando que tais recipientes se prestem facilmente à remoção de um lugar para o outro pelo próprio ambulante. (APCBH, 1956)

As limitações terminam no Art. 18, que estabelece que as bebidas vendidas pelos ambulantes devam ser servidas em vasilhame descartável.

Um dos argumentos do Programa Regional del Empleo para America Latina y Caribe – Prealc – para se entender o crescimento do setor informal é que as atividades normalmente desenvolvidas são de fácil acesso para os indivíduos mais pobres e desqualificados (TOMAZINI, 1995). Ainda que tal argumento seja parcialmente verdadeiro, percebe-se que o fácil acesso implique a concretização da atividade através do comércio. No caso de Belo Horizonte, há uma intensa restrição ao comércio ambulante, que se dá desde a concessão da licença até as limitações à forma de comercialização. Os ambulantes licenciados ficam sujeitos a diversas penalidades, uma vez que, a cada decreto e/ou lei, há um maior detalhamento de como os ambulantes devem proceder. Os ambulantes eram responsáveis não só pela qualidade das mercadorias, mas também pela limpeza das imediações onde as comercializavam.

Gradualmente, as restrições à atividade tornam-se mais intensas, como mostra o Decreto n. 174, de 21 de fevereiro de 1934:

Art. 1º. Nenhum vendedor ambulante, qualquer que seja a mercadoria de seu comércio, poderá permanecer estacionado nas vias públicas, senão o tempo estritamente necessário ao ato da venda, que deverá ser rápido.

Art. 2º. É proibido ao vendedor ambulante, inclusive aos cambistas de bilhetes de loteria, o exercício do seu comércio no passeio dos prédios onde hajam estabelecimentos congêneres.

Art. 3º. A infração de qualquer das disposições deste decreto será punida com multa de Cr\$10,00 a Cr\$50,00 e com a apreensão de mercadorias, quanto bastem para garantir o pagamento da multa.

Art. 4º. As mercadorias apreendidas por força deste decreto, quando se tratar de carnes, frutas, aves, doces e alimentos, preparados de fácil deteriorização, serão enviadas às casas de caridade, se não forem resgatadas dentro do prazo máximo de 24 horas. (APCBH, 1956, p. 127)

As leis de postura ilustram bem o modo de funcionamento do Estado jardineiro. A informalidade no início do século 20 em Belo Horizonte é de suma importância para reduzir o desemprego e dar condições mínimas de sobrevivência aos indivíduos, ao mesmo tempo em que mantém um estoque de mão de obra na cidade ao dispor do setor formal. O Estado não intervém diretamente no mercado de trabalho, nem com a formalização de leis trabalhistas, nem com a proibição expressa de atividades informais. No entanto, o poder público cria restrições às atividades informais, como no caso dos ambulantes, pois dessa forma consegue manter controle sobre os indivíduos e suas práticas. Além disso, as leis de posturas permitem à Prefeitura agir com maior ou menor rigor, de acordo com a conveniência do momento. Ao mesmo

tempo em que a área central da cidade passa a ter maior movimentação, circulação de pessoas, crescem as restrições em relação ao comércio ambulante.

Nesse sentido, em 28 de dezembro de 1935, o Decreto n. 65 estabelece as regras de cobrança de impostos para licenciamento dos ambulantes. Até que, em 24 de outubro de 1951, a Lei n. 242 estabelece que:

Art. 1º. É vedado o exercício do comércio ambulante no perímetro delimitado pela Avenida do Contorno, desde a rua da Bahia, até a rua do Acre; pela rua do Acre desde a avenida do Contorno até a avenida Olegário Maciel, por esta da avenida Augusto de Lima na Praça Raúl Soares; pela avenida Augusto de Lima até a avenida Álvares Cabral; por esta até a avenida Afonso Pena; pela Avenida Afonso Pena até a rua da Bahia e por esta até a avenida do Contorno, no ponto de origem.

Parágrafo Único – Na zona vedada ao comércio ambulante incluem-se o Parque Municipal e vias públicas que o circundam.(...)

(...) Art. 3º. Havendo abuso ou não cumprimento dos dispositivos desta lei, poderá a Prefeitura cassar as licenças em qualquer tempo que julgar conveniente, não cabendo aos licenciados o direito de qualquer indenização ou devolução dos impostos e taxas pagos. (APCBH, 1956, p. 129)

Nesse momento, Belo Horizonte já vivia um processo de urbanização acelerado. A área central estava quase que completamente ocupada, com um comércio formal bem estruturado, diversos equipamentos de lazer e uma vida cultural efervescente. Crescia ao seu redor uma periferia carente em termos financeiros, que usufruía de uma infraestrutura capenga de transporte, saúde, educação e saneamento. Gradativamente, a área central passou a ser alvo preferencial dos ambulantes pelas oportunidades de comercialização. Se a restrição ao comércio ambulante na área central tornou-se mais intensa em meados do século 20, na periferia ele foi permitido:

(f) Portaria nº 391, de 16 de maio de 1952.

O Prefeito de Belo Horizonte, usando de atribuição legal e considerando os benefícios que serão usufruídos pelo povo, resolve permitir seja praticado o comércio ambulante para venda de frutas, por caminhões-feiras, nos bairros da cidade, respeitando a proibição expressa no artigo 1º e parágrafo, da lei n. 242, de 28 de outubro de 1951.

As condições para o comércio referido e o seu licenciamento obedecerão, em todos os seus termos, às disposições da lei n. 242, de 24 de outubro de 1951, referente ao comércio ambulante. (APCBH, 1956, p. 130)

É possível dizer que a incapacidade do setor formal de incorporar uma grande parte da mão de obra que chega a Belo Horizonte pode ter sido parcialmente responsável pela formação do mercado informal na cidade. No entanto, à medida que a urbanização se intensifica, as práticas econômicas desenvolvidas na informalidade não só se tornam uma forma de sustento e sobrevivência, mas se transformam em uma fonte importante de renda para parte da população, que passa a não ter pretensão de ingressar no mercado formal. Daí a necessidade de uma intensificação do controle sobre as práticas dos ambulantes na área central da cidade.

Neste capítulo, pretendeu-se fazer uma análise do papel das leis de posturas para a formação do espaço público da área central de Belo Horizonte. Parte-se do pressuposto de que tais leis, apesar de tidas como instrumentos menores de regulação urbana, são fundamentais para estabelecer não só os limites em relação aos usos dos espaços. Primeiro, é preciso destacar o caráter dinâmico de tal legislação. É possível perceber que os decretos e leis acompanham o processo de desenvolvimento e crescimento das relações sociais na área central. Como não se trata de um código rígido de posturas municipais, é possível produzir leis que **restringem ou regulam** o uso dos espaços quando determinadas relações começam a interferir na ordem estabelecida. É justamente o caráter flexível da legislação que a torna tão importante para a análise aqui proposta. Em determinados momentos, a legislação se mostra necessária para conter alguns excessos por parte dos feirantes, ambulantes, lavadores de carros e outros trabalhadores autônomos que passam a usar o espaço público para obtenção de renda. Por outro lado, as leis apresentam também um caráter fortemente restritivo em relação ao uso dos lugares. Mais que isso, a mesma lei que teria a intenção de regulação de práticas sociais pode ser usada para restrição, dependendo do momento político.

A prática de se criarem decretos e leis de posturas perdurou até o fim do século 20, quando teve início o esforço de elaboração de um código de posturas. Na medida em que se intensificaram as relações sociais na área central, houve um crescimento proporcional de leis, que muitas vezes caducavam em pouco tempo, com a criação de outra, similar, ou então por contradizer leis superiores. A ação dos fiscais tornou-se ineficaz em se tratando de controle e regulação dos usos do espaço. As tentativas de restrição também não foram muito bem-sucedidas, como pode ser observado

com o crescimento da atividade dos camelôs, a intensa poluição visual e a invasão das vitrines das lojas nas calçadas. O próximo capítulo procura entender melhor tal cenário e avaliar os impactos da criação de um código de posturas para a cidade.

CAPÍTULO II

A GEOGRAFIA DO PODER MUNICIPAL

O propósito deste capítulo é colocar em debate a questão das escalas e a sua importância para a análise socioespacial, bem como a contribuição das diferentes matrizes teóricas, para entender melhor a dinâmica local de reestruturação urbana e sua articulação com processos mais gerais de produção e reprodução do capital, tendo em vista o papel do Estado. Pretende-se, ainda, entender como tais processos se constroem no interior da máquina pública e a forma como repercutem na vida cotidiana dos cidadãos. Tal debate será feito a partir de uma discussão acerca do papel do Estado no processo de produção do espaço, levando em consideração duas questões norteadoras: a) Tendo em vista a vasta literatura que reforça a ideia de que o Estado é instrumento do capital, qual seria a sua especificidade no contexto atual da chamada globalização? b) Considerando o movimento mais recente de descentralização do Estado, quais seriam as possibilidades de mudança no âmbito do poder local?

O debate que ora é proposto analisará as questões citadas considerando teorias acerca do papel do Estado e a relação com a produção do espaço. É um debate que subsidiará a análise do processo de elaboração e execução do Código de Posturas de Belo Horizonte 2003, visto que as articulações ocorridas no seio do poder municipal envolveram diferentes interesses de cunho econômico, político e ideológico. A retirada dos camelôs das ruas da cidade, ponto nevrálgico no debate sobre o Código de Posturas, não apenas significou um passo importante para as intervenções urbanas de caráter higienista, mas é muito ilustrativo e emblemático da política do consenso que se estabeleceu em Belo Horizonte.

Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes técnicos e políticos do poder público municipal, técnicos e políticos do poder legislativo e antigos camelôs. Os depoimentos foram recolhidos no período de 2005 a 2010, com o objetivo de reconstituir os diversos momentos de elaboração de um código de posturas para a cidade, enfatizando o momento de feitura e aprovação do

Código de Posturas 2003. Em alguns momentos do texto, a fala dos entrevistados é utilizada para ilustrar melhor o momento e/ou o debate em questão. Nesses casos, foram usadas duas posturas metodológicas, as quais serão identificadas em cada situação. Em algumas situações, optou-se pela transcrição literal do que foi dito pelo entrevistado; em outras, foi feito um trabalho de transcrição, ou seja, as falas são editadas, para tornar seu conteúdo mais compreensível. No caso da transcrição, procura-se ao máximo manter o sentido da frase original, apesar da alteração, supressão e/ou inserção de palavras. Em todos os casos, optou-se por não identificar o entrevistado, tendo em vista que, em alguns deles, as narrativas envolvem questões de cunho político e de interesses conflitantes.

É preciso ressaltar ainda que os depoimentos foram usados para reconstituir o processo recente da criação do Código de Posturas 2003, haja vista não existir nenhuma literatura acerca do assunto. Foram ouvidos diferentes sujeitos do processo, no intuito de reconstituir os principais fatos, contrapor opiniões divergentes e expor os principais campos de disputa dos grupos envolvidos. Nem todos os depoimentos foram citados, apenas as falas mais ilustrativas de um momento, mas todos foram fundamentais para o entendimento e a análise do processo.

2.1 ESTADO, PODER E ESPAÇO

As primeiras formulações de Marx e Engels em relação ao Estado que aparecem na *Ideologia Alemã* procuram, em grande medida, se contrapor ao idealismo hegeliano, colocando o Estado como uma instituição que se constrói a partir de determinadas relações materiais estabelecidas e que expressa, em boa parte, os antagonismos de classe de uma dada sociedade. Em outros termos, é nessa instituição que se expressam as contradições entre os interesses particulares de indivíduos, em contraposição aos interesses comunitários. No entanto, o Estado tem que, do ponto de vista ideológico, aparentar certa neutralidade ou independência em relação a tais contradições, o que resulta em uma instituição que aparentemente zela pelo bem coletivo e público ao decidir por tal ou qual direção, mas que, em última instância, é um instrumento de dominação da classe dominante. Nesse sentido, o Estado tem que aparentar, do ponto de vista estratégico, ser independente, assim como os

burocratas que o dirigem, o que coloca em questão a possibilidade de se pensar a sua autonomia relativa. Por outro lado, o Estado procura promover, através de suas ações, a ideologia de um interesse geral que é comum para a sociedade como um todo, por isso são produzidas verdades, além de conceitos universais, como justiça, igualdade e liberdade.

A ideia de que o Estado seria o comitê executivo para gerenciar os negócios da burguesia citada no *Manifesto do Partido Comunista* não é, por si só, mero reducionismo em relação ao seu papel, mas, fundamentalmente, uma síntese panfletária da sua essência. Isso porque, a partir de tal pressuposto, pode-se perceber que tal função ocorre tendo em vista o arcabouço jurídico institucional que visa a assegurar o status de pessoa jurídica aos indivíduos, de modo desfazer os laços pessoais, consolida e protege a propriedade privada, estabelece um padrão comum de troca (moeda) e a prevalência das relações de troca via mercado.

Para Harvey (2005), a luta de classes reflete no Estado, porém de uma maneira mais complexa do que a simples proteção à propriedade privada. Nesse sentido,

(...) uma função chave inclui organizar e transferir determinados benefícios e garantias aos trabalhadores (padrões mínimos de vida e condições de trabalho, por exemplo), que talvez, para ser exato, não sejam do interesse econômico imediato da classe capitalista. Em troca, o Estado recebe a obediência genérica das classes subordinadas. Além disso, talvez se verifique, secundariamente, o uso do poder estatal para o controle da organização do consumo, o que pode ser vantajoso para a classe capitalista a longo prazo, pois estabiliza o mercado e a acumulação. (HARVEY, 2005, p. 87-88)

Pode-se considerar, a partir de tal perspectiva, que o Estado não é só um meio de dominação burguesa, mas um dos meios fundamentais para o exercício do poder de uma classe sobre a outra. Além disso, o Estado é um agente fundamental na organização dos interesses do capital, tendo em vista a natureza anárquica que se estabelece a partir do confronto dos interesses particulares das diversas frações de classe da burguesia. Atua também no sentido de criar as condições estruturais para o desenvolvimento das atividades industriais e assume papel essencial nos momentos de crise, de forma a impedir a diminuição drástica das taxas de lucro da burguesia.

Em relação aos conflitos de classe que rebatem no Estado, Marx, em *O Dezoito Brumário*, faz uma análise instigante das articulações, avanços e retrocessos que ocorrem em um momento da história da França. Apesar da especificidade contida em seu objeto, a análise marxiana permite compreender melhor as premissas contidas no *Manifesto*. Em primeiro lugar, Marx não só demonstra que o Estado é a instituição fundamental para o domínio de uma classe sobre a outra, como também aponta sua fragilidade em manter tal domínio. Uma vez que os conflitos se acirram, é no Estado que se expressam as contradições de classe, o que coloca tal instituição como local privilegiado de luta e possibilidade de mudanças. Em segundo lugar, Marx demonstra que o embate entre as classes não leva necessariamente a uma revolução: existe, na verdade, um momento de avanço e vários retrocessos, inclusive com o brutal uso da força. Outro ponto que chama a atenção na análise marxiana é a consideração de que o Estado e a democracia moderna são, em grande medida, instituições reacionárias, uma vez que todo o seu “imenso” aparato burocrático serve para controlar e minar as ações de cunho revolucionário. Tais interpretações levaram a diversas formulações sobre a relativa autonomia do Estado. Se, para Marx, o Estado, em certo sentido, representava o fim da política, a importância da sua tomada ou supressão para a emancipação social não fica clara em sua obra.

No entanto, se por um lado Marx não desenvolve uma análise teórica mais abrangente acerca do papel do Estado, ficou a cargo dos marxistas tal tarefa, o que foi feito em grande medida ao longo do século 20, tendo em vista a ampliação das funções estatais a partir da instauração do *Welfare State* nos países de capitalismo central.

Martins (1985), ao propor uma revisão do quadro teórico que discute a gênese e o papel do Estado na sociedade capitalista a partir das principais correntes marxistas, procurou mostrar as insuficiências que tais formulações apresentam em termos de se pensar empiricamente a formação institucional e burocrática de tal aparato. Nesse sentido, destaca inicialmente que o ponto de partida para o entendimento da questão do Estado só faz sentido se são levados em consideração os contextos históricos específicos que condicionam peculiaridades em torno do que se

convencionou chamar de “relativa autonomia” em relação às classes dominantes. Tal perspectiva coloca o pressuposto sociológico de que,

na medida mesma em que tais processos seguem processos históricos distintos e apresentam padrões diferenciados de estruturação interna e de inserção no mercado mundial, o relacionamento entre Estado e sociedade nelas assume padrões também distintos. (MARTINS, 1985, p. 18)

Martins (1985) toma como princípio a ideia marxiana desenvolvida pelos marxistas de que o Estado tem como função primordial garantir “as condições materiais de produção e o sistema legal que ordena as relações capitalistas e a exploração de classe.” (MARTINS, 1985, p. 19) Porém, torna-se necessário um entendimento que vá além de tal abstração e dê conta de entender os processos que conferem especificidades à estrutura burocrática estatal e sua relação com as classes sociais constitutivas de um dado momento histórico. Isso se justifica na medida em que “o desenvolvimento capitalista gera padrões estruturais diferentes e percorre caminhos distintos sem por isso deixar de ser capitalista” (MARTINS, 1985, p. 18), o que levou Alain Touraine a afirmar que “um mesmo modo de produção pode engendrar distintos modos de desenvolvimento”. (TOURAINÉ *apud* MARTINS, 1985, p. 20)

A crítica ao pensamento marxiano e marxista predominante é que, em grande medida, a sua análise parte de um raciocínio analógico para entender os processos gerais de formação do Estado e seu papel. Dessa forma, ao analisar um caso específico de um país de capitalismo avançado, pressupõe-se que alguma lei geral de desenvolvimento pudesse desencadear processos correlatos, o que leva, em grande medida, a uma análise equivocada, pois não são consideradas as especificidades locais. É assim que,

em consequência, pouco espaço intelectual abriu-se para que fosse indagado como, sob o capitalismo periférico, modificam-se as funções do Estado, as formas por ele assumidas e seu relacionamento com a estrutura de classes existente neste ou naquele contexto capitalista – mesmo mantida sua função básica de aparelho de dominação. (MARTINS, 1985, p. 22)

Por um lado, os estudos baseados no Estado capitalista colocam o papel do Estado como um instrumento coercitivo de dominação de uma classe dominante. Tal pensamento coloca o Estado como: 1 – instituição parasita, sem importância no

processo produtivo; 2 – reflexo da base econômica; 3 – fator de coerção e mediador dos conflitos; 4 – instrumento capturado por uma classe dominante; 5 – conjunto de instituições que não permitem mostrar a sua verdadeira face de dominação; 6 – sistema político de dominação a partir de representações como a democracia. Tais funções são perfeitamente perceptíveis em termos da produção e reprodução do capital; a questão que Martins (1985) coloca é como isso ocorre e quais são as especificidades dadas em contextos diferenciados em termos da divisão internacional do trabalho e do imperialismo.

Nos países periféricos, por exemplo, o Estado assume não só as funções tradicionais já citadas, mas passa a servir de mediador de uma ordem internacional e legitimador de tal relação. A burocracia estatal assume um papel fundamental nesse processo, não pela relativa autonomia, mas fundamentalmente por conta da autonomia da dimensão política.

Essa autonomia do político, que antecede e ao mesmo tempo condiciona a autonomia do Estado, está referida a um dado modo de desenvolvimento; no caso da sociedade brasileira, uma das características desse modo de desenvolvimento é a 'desarticulação social' (MARTINS, 1985, p. 27)

Nesses termos, a análise do Estado não faz sentido se é baseada apenas na identificação das classes beneficiárias das ações estatais. No que diz respeito à realidade brasileira, o autor destaca que o processo histórico de industrialização e a sua ruptura com a estrutura oligárquica não foram movidos por conflitos internos de classe, ao contrário, os conflitos de classe aparecem como resultado de uma mudança social maior, dada pelo desenvolvimento econômico. Em outras palavras, o Estado tem um papel fundamental no processo de organização da acumulação que se faz a partir de condicionantes externos, assumindo assim o papel de promotor e ator da industrialização. A partir de tal pressuposto, pode-se dizer do Estado, "enquanto agente histórico de mudança social que é e, ao mesmo tempo, que se interpõe às classes dominantes e às classes a elas subordinadas enquanto mediador, que também é, dos conflitos entre elas existentes." (MARTINS, 1985, p. 34)

O que se destaca, em termos analíticos, é o papel fundamental que adquire a chamada tecnocracia, no que diz respeito ao controle que passa a exercer para promover o desenvolvimento, que, no entanto, não é feito a partir de um controle exercido pela classe dominante, mas do interesse institucional da manutenção de tal modelo de desenvolvimento, uma vez que a burocracia estatal se legitima tendo em vista o resultado desse processo.

Tal perspectiva é importante para se pensar processos mais gerais de conformação de uma dada sociedade e, apesar da preocupação de certos autores em ressaltar as especificidades de cada caso, é uma visão que tende a conceber o espaço como um dado, algo que serve apenas como base para a reprodução do capital. Dessa forma, perde-se a possibilidade de se entender as formas de resistência e potencialidades em termos dos sujeitos que, na ação cotidiana, não só se sujeitam à lógica do capital, mas também recriam suas relações a partir da sua relação com o espaço.

2.2 A CIDADE COMO OBJETO DE ANÁLISE

Se, por um lado, a análise marxiana foi fundamental para se estabelecer não só uma crítica contundente ao capitalismo, colocando pelo menos uma possibilidade virtual de outra forma de organização social, a história ainda hoje tem mostrado a grande capacidade de tal modo de produção se reorganizar a partir das sucessivas crises que cria. No entanto, o fundamental do pensamento marxiano diz respeito a uma questão de ordem metodológica, ou seja, Marx, ao retomar a dialética hegeliana, estabelece outra possibilidade de compreensão dos fenômenos sociais através do materialismo histórico, que em grande medida foi banalizado por correntes reducionistas, que viam nas determinações econômicas e históricas a única possibilidade de análise, construindo assim uma “história sem sujeitos”. A cidade aparece nessas análises somente como suporte ao desenvolvimento capitalista.

Somente na segunda metade do século 20 é que a análise de inspiração marxista toma a cidade como objeto de estudo, tendo em vista os diversos movimentos sociais que ganham destaque em termos das novas reivindicações que são colocadas e da sua capacidade de organização e contestação da ordem

estabelecida. Tais movimentos aparecem em grande medida como sujeitos históricos, deslocando radicalmente o campo da análise para as relações de cunho local.

Ao mesmo tempo em que há uma grande produção sobre a cidade e suas potencialidades, desenvolvem-se também, ao fim do século 20, uma percepção de que todo o potencial revolucionário exaltado por uma parte da literatura marxista, na verdade, esbarrava em determinações mais gerais e, a partir de então, pôde-se perceber o ressurgimento de teorias e correntes de pensamento que passam a privilegiar aspectos pontuais em detrimento das grandes teorias. Para além das análises de cunho culturalista, o que se coloca em evidência é a chamada questão urbana, como bem destacou Castells (1980). Na sua visão, os movimentos reivindicativos não seriam desprezíveis do ponto de vista analítico, seriam na verdade uma expressão das contradições do capitalismo que tem a cidade como palco privilegiado para o entendimento das novas relações entre capital e trabalho. Os movimentos reivindicatórios, no seu enfrentamento com o Estado, se apresentariam como embrião dos movimentos sociais urbanos, que efetivamente teriam potencial transformador. Mais que isso, as lutas urbanas estariam, ao fim do século 20, propondo questões que demandariam uma reformulação das estruturas e práticas burocráticas.

Tal perspectiva apresenta uma nova formulação para se compreender o papel do Estado. Na visão de Castells (1980), a fase monopolista do capital demandaria cada vez mais do Estado o desenvolvimento dos meios de consumo coletivo, que, por sua vez, torna-se objeto de reivindicação de uma parcela crescente da população. A contradição resultante da impossibilidade do governo em atender satisfatoriamente a tais demandas resultaria em uma crise. Dessa forma,

na medida em que esses serviços coletivos condicionam as práticas sociais do conjunto da população, todos os grupos sociais sofrem profundamente as consequências da intervenção do Estado nesse âmbito: o Estado se transforma no padrão dos serviços públicos estruturadores da vida cotidiana. (CASTELLS, 1980, p. 24)

Para Castells (1980), a crise urbana vivenciada à época estaria levando a uma reestruturação das administrações municipais em vários países, nos quais os partidos de cunho socialista estariam promovendo transformações radicais, não só de âmbito local.

Apesar da instigante análise produzida por Castells a partir de pesquisas empíricas e da mudança em termos analíticos da escala, há de certa forma uma sobrevalorização do potencial revolucionário dos movimentos sociais urbanos. Em grande medida, ao se inverter a escala da análise, ficou faltando entender melhor as mediações que se estabelecem entre o poder central e o governo local. Por outro lado, apesar de enfatizar a complexa trama que se estabelece no âmbito da burocracia na administração municipal, falta a Castells também um melhor entendimento da relação entre tais movimentos e o governo, que vai desde a pressão por demandas coletivas e a consequente reestruturação de parte da máquina administrativa até a cooptação de lideranças e o esvaziamento de certos movimentos. Se, por um lado, não é possível negar os avanços produzidos pelos governos progressistas, por outro, é preciso ter em mente que, efetivamente, apesar das mais diversas experiências, não se produziu um questionamento do poder do Estado e da sua função de guardião da propriedade privada.

O que se pode perceber atualmente é que a chamada globalização tem colocado outras questões em relação ao entendimento do papel do Estado e sua forma de atuação. Apesar de toda a onda neoliberal que proclamou o “fim” do Estado, percebe-se que, efetivamente, o que tem ocorrido é uma mudança em sua natureza, porém sem tornar menos importante seu papel para a produção e reprodução do capital. Milton Santos (2000) traz uma importante contribuição para se pensar as mediações que se estabelecem em termos das escalas quando retoma o conceito de **território** em suas análises. Para ele, a globalização revaloriza os lugares, ao mesmo tempo em que, dependendo do que podem oferecer, os lugares são agentes impulsionadores do processo de globalização, porém com o predomínio dos atores mais poderosos. Assim sendo, as forças hegemônicas acabam por fragmentar o território, principalmente onde o Estado é mais permissivo, como no caso do Brasil. Dessa forma, os problemas nacionais são tratados de modo fragmentado e pontual, o que impõe a necessidade de se pensá-los a partir de uma outra perspectiva, que

leve em consideração a ideia de território usado, que promova a inclusão de vários atores (SANTOS, 2000). Assim sendo, o que se observa é a prevalência de um discurso e de práticas que são construídos a partir das grandes corporações em detrimento dos Estados, o que tem levado também à impossibilidade da política como prática do cidadão. A globalização impõe um novo ritmo a produção e à vida cotidiana.

Outro ponto interessante que Santos destaca diz respeito à distinção que faz entre o espaço banal, onde se realiza a vida cotidiana (horizontalidades) e o espaço das redes (verticalidades), que dizem respeito aos fluxos econômicos. Nesse sentido, as verticalidades tendem a interferir diretamente no espaço banal, reordenando a vida cotidiana a partir da necessidade de produção e realização do capital. Ao mesmo tempo, é nas horizontalidades que se estabelece a possibilidade de resistência (na cidade, e não no campo).

Aqui, mais uma vez se coloca a dificuldade de se pensar uma transformação radical a partir do lugar. Em um primeiro momento, em face da brutal desigualdade social estrutural da realidade brasileira, o que se percebe é ao mesmo tempo a manifestação de alternativas em termos de estratégias de sobrevivência e o acirramento de conflitos no cotidiano, que têm cada vez mais fragmentado o tecido social. A violência urbana, o poder do tráfico de drogas e o individualismo exacerbado têm diminuído, em termos durkheimianos, a solidariedade social e dificultado não só convívio entre os diferentes grupos sociais, mas também a consolidação de ações coletivas que busquem questionar efetivamente a produção de desigualdades. Se os grupos e movimentos baseados em identidades as mais diversas, como destaca Castells (2000) no segundo volume da *Sociedade em Rede*, têm um forte potencial transformador em termos da realidade concreta vivida pelos seus atores (ou sujeitos), pouco efeito têm produzido para uma transformação radical. O movimento ambientalista, feminista, dos gays, pela paz, dentre outros, têm sido sistematicamente cooptados pelas forças do mercado, que transforma suas pretensões em camisetas e valores a serem comercializados.

No âmbito do poder local, a descentralização administrativa ocorrida no fim do século 20, nos mais diversos países, inclusive no Brasil, deu maiores

responsabilidades para as administrações municipais, ao mesmo tempo em que pouco se fez em termos de uma reforma fiscal. Os municípios se viram, assim, incumbidos de novas responsabilidades no que diz respeito à formulação e execução de políticas sociais, ao mesmo tempo em que se depararam com restrições orçamentárias. Cabe ressaltar que, no caso brasileiro, tal processo se apresenta imbuído de contradições. É inegável que houve significativa ampliação de espaços democráticos de participação e deliberação de questões públicas induzida pelo processo de redemocratização pós ditadura militar e pela Constituição de 1988. A partir de então, houve um processo importante de revitalização dos movimentos populares com a ampliação dos espaços públicos não estatais, como os Conselhos e as diversas experiências de orçamento participativo. Por outro lado, as cidades têm sucumbido à lógica do capital, seja de uma forma direta, através das ações do *city marketing*, seja por meio de outras ações, chamadas de *revitalização do espaço urbano*, que, em grande parte, têm agido no sentido de transformar as cidades em locais de consumo, despolitizadas, “destituídas” de conflitos, ou seja, uma ordem absoluta, onde as contradições de classe e os interesses divergentes são regulados e mediados para a manutenção de privilégios de grupos econômicos, como ressaltado por Carlos Vainer (2000).

A relação entre o poder público e os movimentos sociais tem levantado questões que acabam por nos fazer repensar as possibilidades efetivas da política no seio do Estado, seja na esfera central ou mesmo na administração local. Nesse sentido, Boschi (1983) considera que o sucesso (parcial ou total) e a continuidade desses movimentos requerem a sua articulação ou com a burocracia estatal ou com partidos e sindicatos. Além disso, para dar continuidade a um movimento dessa categoria, muitas vezes é preciso certa organização burocrática e também uma ligação institucional como forma de conseguir suprir suas reivindicações.

O autor destaca que é relevante para a análise dos movimentos sociais entender a articulação dos grupos com as instituições estatais. Uma forma de tal atuação seria a relação entre esses movimentos e os partidos políticos. Mesmo se considerando um movimento “apolítico”, muitas vezes suas reivindicações são levadas a um determinado partido, que consegue suprir as demandas desses movimentos, evitando assim o confronto da “sociedade civil” com o Estado. Além disso, esse

Estado muitas vezes é quem estimula o diálogo com esses movimentos, seja através do estímulo à abertura de canais, ou mesmo da criação desses. Evita-se, assim, o conflito direto, ocorre uma tentativa de manter esses movimentos dentro de um determinado controle. Dessa forma, a maneira como o governo se relaciona com os movimentos populares muitas vezes tendem a levá-los a uma burocratização em demasia, ritualizando certas práticas que se faziam de forma mais espontânea.

A partir das considerações feitas ao longo do texto, percebe-se que as análises acerca do papel do Estado aqui expostas tendem a focar seu objeto de análise em uma escala macroestrutural, deixando de lado os sujeitos da história, ou enfocam as ações que se dão no lugar, esquecendo, muitas das vezes, os processos mais gerais que condicionam os conflitos e sujeitos analisados. Efetivamente, sabe-se pouco ainda o que se passa no seio do Estado nos tempos da globalização.

Outra observação pertinente em relação aos autores citados é que, direta ou indiretamente, as análises acerca do papel do Estado negligenciaram a importância do espaço no entendimento de tais relações. É preciso considerar que a produção do espaço expressa as contradições da sociedade, o espaço urbano se reproduz como capital fixo e é condição para a reprodução do capital e da vida humana. No entanto, é mais que isso, é também produto, trabalho materializado. A sociedade e seu espaço constituem um todo em que a sociedade se cria criando seu espaço. A partir de tal perspectiva apontada por Lefebvre (1999), coloca-se como uma nova questão entender como determinada parcela do espaço urbano se reproduz e quais as relações sociais que comandam tal processo. Trata-se, portanto, da compreensão do fenômeno urbano a partir de outra visão. O homem, através do seu trabalho, cria o espaço e suas representações e passa a ser dominado por elas. A produção de relações sociais, econômicas e políticas leva à individualização do espaço, que pode e deve ser articulada a uma totalidade. Deve-se ressaltar que a totalidade aqui não diz respeito à teoria estruturalista, que não deixa de ter importância, mas à compreensão de um determinado processo, no caso a metropolização no contexto da globalização, tendo em vista a relação entre o percebido, o concebido e o vivido. Se, por um lado, a globalização tem produzido cada vez mais um espaço homogêneo, por outro, as novas contradições que são colocadas tendem a produzir a possibilidade de uma nova realidade. A questão é entender aquilo que impede a

sua realização, daí a importância de entender o papel do Estado e suas escalas de poder.

As práticas sociais, em grande medida, vão se definir na cidade a partir do poder público (concebido), das percepções acerca do espaço (percebido) e das apropriações que vão ser feitas (vivido) (LEFEBVRE, 1999). Apesar de a globalização cada vez mais transformar o espaço, é preciso concordar com Lefebvre quando ressalta que

As contradições do espaço não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Elas advêm do conteúdo prático e social e, especialmente, do conteúdo capitalista. Com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. (LEFEBVRE, 2008, p. 57)

Desse modo, pode-se pensar que o atual processo de reestruturação urbana tem produzido cada vez mais a homogeneização dos espaços, transformando os valores de uso em valores de troca, fragmentando as relações sociais e acirrando a segregação espacial. No entanto, percebem-se também novos espaços de representação, ações contestatórias, reapropriações dos lugares. A questão que fica é: qual a possibilidade de tais movimentos se contraporem à ordem global? Se, por um lado, as administrações progressistas têm ampliado os canais participativos, o que efetivamente se passa nos meandros da burocracia que efetivamente impede o exercício da política?

2.3 SABER TÉCNICO, INTERESSE ECONÔMICO E VONTADE POLÍTICA⁴

Se, no início do século 20, a capital mineira recebia adjetivos como cidade fantasma, inacabada, apesar de uma maior densidade nas relações sociais, pode-se dizer que Belo Horizonte, até meados da década de 1940, tinha uma forte característica de

⁴ Esta parte do trabalho contou com a inestimável colaboração dos amigos Igor, Maria Luisa e Rafael. A partir de um agradável debate, foi produzido o texto *Nos labirintos da reclusão: o discurso ideológico do controle e do privado na fragmentação socioespacial da metrópole Belo Horizonte*, apresentado no XVII Encontro Abep, realizado em Caxambu, entre 20 e 24 de setembro de 2010. Parte do texto apresentado foi reproduzida aqui. Para ter acesso ao texto completo, veja <http://www.cedeplar.ufmg.br/abep/encontro/>.

província. A área central era por excelência o lugar das elites, o que não impedia os moradores da periferia de frequentar o Parque Municipal e usufruir do ritual do *footing* e da zona boêmia. As manifestações, de cunho político ou não, tornam-se mais constantes na área central, especialmente na Praça Sete de Setembro.

Entretanto, é a partir da década de 1950 que transformações radicais vão ocorrer na área central. A transição cidade/metrópole ocorreu com alterações significativas na paisagem urbana, nas formas de apropriação do espaço e nos hábitos citadinos (LEMOS, 1988). A construção de novas edificações para moradia e serviços, como o Edifício Maletta, Acaiaca e o Conjunto JK, colocou em curso não só uma mudança na arquitetura da cidade, mas também nos usos e apropriações da área central. A diminuição do Parque Municipal e a construção da área hospitalar acentuaram ainda mais o caráter metropolitano da área central. O centro, apesar de preservar características provincianas, gradativamente tornou-se lugar de consumo e conflito; ao mesmo tempo em que adquiria um ar cosmopolita, passou a atrair de forma mais intensa os populares. O *footing*, as lojas de departamentos, os bares e cafés, a prostituição e boemia passaram a exercer forte atração (LEMOS, 1988).

A partir dos anos de 1960, a verticalização da área central consolida-se, influenciada significativamente pela forma de atuação do governo Juscelino Kubitschek. Para Celina Borges,

À proporção que as atividades se avolumavam no espaço verticalizado, o declínio de algumas taxas de serviços, caso do comércio varejista e atacadista, das moradias e dos serviços de saúde e mistos, indica uma tendência à descentralização, consequência, por um lado, da renovação dos espaços e atividades do lugar, reforçando a permanência de alguns serviços e, simultaneamente, expulsando outros. Com o fenômeno da metropolização, esses serviços vão se implantar nos novos núcleos urbanos formados ao longo da década. **Dentro de um tal quadro de renovação, a concentração não controlada de atividades e a falta quase total de planejamento urbano e viário por parte do poder público vão determinar os primeiros sintomas de deteriorização da área.** (LEMOS, 1988, p. 253-254. Destaque nosso)

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que ocorreu uma expansão e renovação da área central, houve um processo de descentralização; não é por acaso que a região da Savassi transformou-se rapidamente no período referenciado. As elites da capital mineira passaram gradativamente a frequentar e a ocupar a região, onde um

comércio diversificado e de alto padrão, escolas, cinema, bares e restaurantes aflorou. Rapidamente, a Savassi consolidou-se como lugar das elites, tornando-se, assim, outra centralidade em Belo Horizonte (LEMOS, 1988).

É preciso ressaltar, entretanto, que a deteriorização da área central é uma ideia um tanto quanto obscura. O argumento corriqueiro afirma que a saída das elites do centro ocorre em função de sua deteriorização, sem, no entanto, qualificar os elementos que contribuíram para isso. Em alguns casos, é a paisagem que se apresenta deteriorada (edificações mal cuidadas, praças abandonadas, poluição visual). A degradação ambiental e o trânsito caótico também são formas de degradação da área central, como afirma Celina Borges Lemos (1988, p. 255): “A degradação do meio ambiente do centro torna-se mais evidente com a derrubada das árvores da Avenida Afonso Pena em 1963.”

A imagem do centro degradado também é fortemente associada à visibilidade dos indesejáveis. Desde os primeiros anos da capital, o centro convive com mendigos, ambulantes, prostitutas, pedintes. No entanto, a partir da década de 1960, tais grupos tornam-se mais visíveis em função da maior atração exercida pelo centro e da sua popularização. O que escapa (ou se esconde) ao discurso ideológico são as verdadeiras causas da degradação do centro.

É possível aceitar em parte o argumento dessa degradação; no entanto, é necessário ressaltar que não há como comungar do discurso ideológico no que diz respeito à relação de causalidade estabelecida e à sua forma de qualificar a degradação. Em primeiro lugar, ao contrário do que afirma Celina Borges, pode-se dizer que é a partir do momento em que as elites deixam o centro que ocorre gradativamente a sua degradação, o que se dá ao mesmo tempo em que há uma maior popularização da área central. Não é a popularização da área central que leva à sua degradação, mas, fundamentalmente, a ausência de investimentos do poder público e privado em um espaço que se torna popular.

Evidenciam-se, deste modo, as decisões de *cunho político* que marcam o tecido da cidade e seus usos. Pode-se dizer que, de fato, o que ocorre é um esforço de degradação do centro da cidade: inviabilizá-lo, tanto em termos materiais (o caráter

ambiental, por exemplo) quanto simbólicos (sua desqualificação; deslocamento de um lugar de encontro para lugar de passagem), significa favorecer a produção de *outros espaços* – a Savassi, o eixo sul – para a reprodução de frações importantes do capital através da suburbanização.

Tal tendência confirma-se a partir dos anos 1970, quando se percebe claramente um número maior de investimentos do capital imobiliário no eixo sul. Ao mesmo tempo, o Estado atua de forma decisiva na área central ao intensificar ainda mais o processo de verticalização através de uma legislação permissiva e da ausência de investimentos em obras e equipamentos urbanos. Pode-se pensar que a sobreposição de avenidas e espaços múltiplos de circulação, em detrimento da oferta de lugares de encontro e de troca, gera um tipo de movimento e de relação com a cidade, fortalecendo ainda mais seu caráter fragmentado. A valorização do trânsito, de espaços de passagem, pode funcionar como um mecanismo segregativo, mesmo porque as avenidas são também *cercas*: controle, disciplinamento, encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado (CHAUÍ, 2006, p. 27).

As intervenções urbanas fizeram da cidade um espaço moderno, ao mesmo tempo em que se criaram novas centralidades. Entretanto, a situação parece apresentar maiores níveis de complexidade, afinal o centro ainda é foco de interesse de determinados setores do capital, mesmo que seja num sentido de diferenciação socioespacial. Como ressalta Frúgoli Jr. (2000), diversos estudiosos da realidade norte-americana têm apontado para a pulverização da região central, principalmente em função da proliferação dos shoppings centers e de centralidades secundárias, que em grande medida passam a concorrer com os centros tradicionais. O centro tradicional passa, assim, por um intenso processo de reconfiguração de sua estrutura econômica e social, com uma intensificação do uso e ocupação das camadas populares. Pode-se dizer, a partir dos autores citados, que a criação de outras centralidades está relacionada com a necessidade do capital em criar novas raridades⁵, espaços mais valorizados, através de novos usos e apropriações.

⁵ Ver Lefebvre (2008).

Essa segregação começa a se fazer acompanhar pelo desenvolvimento de dois centros urbanos: o centro tradicional, que, abandonado pelas elites, progressivamente passa a ser ocupado pelo comércio e por serviços dirigidos aos mais pobres, e um “centro novo”, estrategicamente localizado junto à área de grande concentração das camadas de mais alta renda, e concentrando o comércio e os serviços orientados para essas camadas.

No entanto, ao mesmo tempo em que houve um deslocamento de diversas atividades do centro tradicional para a Savassi, também foram construídos shoppings em outras regiões, um contraponto de segurança, beleza e tranquilidade em relação ao centro tradicional “degradado”. O marco desse processo é a inauguração do BH Shopping, em 1979. No início da década de 1990, surgem vários outros: Minas Shopping, Shopping Cidade e Shopping Del Rey, em 1991, Diamond Mall em 1996. É claro que nem todos os shoppings foram construídos para a elite da cidade, o que de certa forma reflete certa decadência do centro tradicional, ou seja, até mesmo as camadas populares acabam por participar, enquanto consumidores, de um processo maior que está relacionado com a metropolização e a formação de novas periferias (COSTA, 2006).

A popularização do centro caracteriza-se a partir da diversidade de usos e apropriações desse espaço. Numa análise mais recente, Sant’anna (2008) descreve essa região como sendo de grande vitalidade, comportando uma ampla diversidade de atividades econômicas e de tipos sociais que utilizam esse espaço. As atividades destacadas pelo autor vão desde grandes shoppings até vendedores ambulantes; dos tipos sociais que frequentam a região, ele descreve o profissional liberal, o burocrata, vendedores ambulantes, o grande e o pequeno comerciante, os prestadores de serviço especializado ou não, dentre outros. Desse modo, é possível afirmar que Belo Horizonte nunca chegou a perder seu centro; ele mantém seu colorido desordenado, ainda que cada vez mais marcado por dispositivos de controle e vigilância. Para Beatriz Sarlo (2009, p. 57),

Nada permite, como la calle, la multiplicación de elementos. La calle produce, sin deliberación, sin intenciones, el efecto barroco. Lo que carece completamente de cualidades en el interior; el espacio privado, donde no puede multiplicarse sin caer en lo insensato, en la calle prolifera sin parecer un exceso sino una simple necesidad tolerada por la perspectiva amplia de

visión. La calle permite una cumulación que es inmediatamente vivida como escenografía.

Dotado de grande vivacidade, o hipercentro de Belo Horizonte ainda passou por uma ampla “revitalização”, promovida pelo projeto Centro Vivo. O objetivo dessa empreitada era promover a “requalificação” dessa área, encampando assim novas funcionalidades e investimentos do poder público e da iniciativa privada. No seio desse programa, outra forma-conteúdo instrumental é concebida: trata-se do *Programa Olho Vivo*, que foi implantado com o “objetivo de diminuir o índice de ocorrência de delitos e aumentar a segurança da população⁶.” (CDL-BH)

O discurso que justifica tais práticas é legitimado pela ideia de executar um controle ou erradicação do chamado “caos urbano”, promovendo assim um espaço instrumentalizado que seja capaz de (des)articular a própria realização da vida. Ao mesmo tempo em que se fortalecia a imagem de degradação e caos da área central, havia também uma preocupação do poder público em ordenar o espaço. A ideia de um código de posturas ocorre na década de 1980 e vai germinar lentamente até o ano de 2003.

De acordo com o Entrevistado 1, a primeira minuta feita sobre um código de posturas foi no governo Sérgio Ferrara (1986-1988). A área central de Belo Horizonte já apresentava problemas ambientais em relação à circulação de pedestres e automóveis, e a presença dos camelôs era considerada um grave problema, tanto que algumas medidas foram tomadas.

Os fiscais que trabalhavam nessa área eram pessoas que antes, sabe o que eles faziam? Limpavam o rio Arrudas. Aí chegou o Ferrara e deu pra eles um cargo de fiscal, porque quem é que queria pegar na massa? Enfrentar esse pessoal? Quem? Ninguém queria fazer esse trabalho. Então eles pegaram esse pessoal que até hoje existe quem era desse tempo trabalhando. Eles é que iam pra cima do camelô e tomavam a banquinha da mão deles. Eles limpavam o rio Arrudas, aí o Ferrara pegou, e precisando resolver o problema dos camelôs, e como não tinha pessoal, apesar de ter o corpo de fiscalização, mas ninguém queria mexer com isso. (Entrevistado 2 – funcionário da fiscalização)

⁶ Para maior detalhamento dos objetivos do *Programa Olho Vivo*, veja <http://www.cdldbh.com.br/interna.aspx?fo=82>.

No fim da década de 1980, foi criada uma Secretaria de Desenvolvimento Urbano e uma Gerência de Postura. Não havia uma definição clara do que seria tal secretaria, e uma das primeiras tarefas que se estabeleceu na Gerência de Posturas foi o levantamento de toda a legislação referente à postura de Belo Horizonte, desde o início da cidade.

A compilação de toda a legislação foi feita de forma que, excluindo-se o que era do Código de Obras (1940) e da Lei de Uso e Ocupação do Solo (1976), o que restava da legislação urbanística foi enquadrado como postura. Inclusive nessa época não havia códigos sanitários, não havia legislação ambiental – então havia um capítulo das posturas só para tratar da questão sanitária, outro da limpeza urbana, outro da questão ambiental. Isso, com o tempo, foi se desvinculando.

Na gestão do PSDB (1989-1992) foi feito um projeto de lei de postura que foi enviado para Câmara. O prefeito Eduardo Azeredo, através de uma portaria, montou uma comissão ampla na cidade para discussão com várias categorias. Após o debate, já no final do mandato, o prefeito mandou o projeto para a Câmara e os vereadores não votaram, alegando pouco tempo para o debate.

Na época da gestão do prefeito Patrus Ananias (1993-1996), foram elaborados o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, e criou-se uma nova comissão para elaboração do código de posturas. Depois de pronto o projeto, não houve o seu envio à Câmara, uma vez que a liderança do governo da época, Virgílio Guimarães, avaliou que o pacote ia ficar muito grande, caso o código de postura fosse enviado junto com o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo. O projeto nem chegou a ir para a Câmara. Então, na administração seguinte, com Célio de Castro (1997-2002) e Fernando Pimentel como vice, o Entrevistado 3 tomou a iniciativa de fazer novamente um código de posturas. O Entrevistado 3 entrou em contato com o corpo técnico que havia produzido anteriormente o esboço de um código e colocou novamente em movimento a feitura de uma proposta a ser votada na Câmara. O que se pretendia com o código de posturas, em um primeiro momento, era a consolidação da legislação que já existia e que era extremamente fragmentada.

Havia uma grande dificuldade de o poder público agir de forma eficaz e definitiva por conta do caráter disperso da legislação. Nas ruas, os fiscais enfrentavam dificuldades, pois

(...) Tinham leis isoladas, uma lei falava de publicidade, a outra falava da ocupação da via pública, então, tudo separado, e elas eram conflitantes umas com as outras. Então não dava pra gente trabalhar. Na fiscalização, a gente tinha dificuldade de fazer esse trabalho. Por quê? A gente não sentia firmeza na legislação, um amparo. E muitas vezes a gente fazia as ações de forma desamparada e elas não surtiam efeito. (Entrevistado 2 – funcionário da fiscalização)

Apesar da vontade inicial de se fazer uma compilação das leis de posturas sem promover grandes alterações na legislação urbanística, houve grande liberdade para o corpo técnico formular alterações nas posturas municipais, principalmente em relação a poluição visual, controle e exploração de publicidade. O código de posturas, que em 2003 foi concebido, é aprovado na Câmara Municipal. Apesar de todo o corpo técnico envolvido na sua formulação e de ter atendido a interesses da coletividade, sobressaíram interesses político-partidários. Se, por um lado, os outros projetos partiam de uma premissa de reformulação ampla da cidade, e por isso mesmo sofreram forte resistência mesmo antes de se colocar em votação no plenário, a ideia de se criar um código a partir da legislação vigente e com algumas alterações não permitia, aparentemente, grandes mudanças na paisagem da cidade; porém, do ponto de vista estratégico, tornou-se viável o seu debate em plenário.

Ele tem um viés mais político do que técnico, no seguinte sentido, não que o trabalho técnico não tivesse sido importante. Ocorre que não houve, de fato, um enfrentamento de determinados 'privilégios', que já existiam com relação a licenças e outros projetos. Antes, eles partiam de um projeto novo, e talvez, até se tivessem sido aprovados, não teriam colado tanto feito esse. O atual código (2003) não avança muito em termos de intervenção urbana, mas tem uma das grandes inovações que é de proibir camelô, que nós técnicos nem ousamos pensar uma coisa dessa, e no entanto houve uma decisão política, nesse sentido, foi aprovado esse tipo de coisa e foi uma coisa que deu certo, eu acredito que tenha dado certo pelo menos até agora... (Entrevistado 1 – funcionário da Secretaria de Regulação Urbana)

Nos projetos anteriores, a ideia era regularizar as atividades do camelô, permitindo o seu trabalho e quase igualando o camelô com o ambulante. A atividade do ambulante existe há décadas, e sempre houve uma forte regulação da atividade por parte do poder público. Grosso modo, a diferença entre os dois é que o ambulante

não tem um ponto fixo, e o camelô passou a ter. O ambulante tem seus produtos pré-determinados e controlados, como no caso dos pipoqueiros, engraxates, dentre outros. Já no caso dos camelôs, os produtos não são determinados, visto que variam de acordo com o momento e as oportunidades de rendimento. Além disso, não são controlados em termos de procedência e qualidade.

A administração municipal, na época do prefeito Patrus Ananias (1993-1996), havia licenciado mais de dois mil camelôs, o que, em alguma medida, gerou uma expectativa entre eles de permanência da atividade na cidade. Porém, essa forma de regulação apresentava alguns problemas, porque no momento em que licencia, a Prefeitura se torna corresponsável por aquilo que o camelô está vendendo. Não só havia produtos de difícil controle de qualidade, como é o caso dos alimentos, mas também proliferaram na cidade produtos eletrônicos oriundos de contrabando.

Outro problema que surgiu para o poder público foram os “toreros”. Na década de 1990, houve elevação no número de desempregados, o que contribuiu, em certa medida, para o aumento da informalidade. Este ponto será discutido posteriormente, com mais propriedade. Porém, percebe-se que, no tocante aos camelôs, houve uma proliferação de trabalhadores, não só na área central da cidade, mas também em outras centralidades da periferia, como nas regiões de Venda Nova e do Barreiro. A Prefeitura procurou conter o crescimento dos camelôs através do cadastramento, controle e padronização das barracas. Foi estabelecida uma distância mínima entre as barracas para melhorar a circulação dos pedestres e a atuação da fiscalização municipal. Porém, gradualmente, outros indivíduos passaram a vender produtos sem a permissão da Prefeitura. Eles invadiram, na “tora”, um espaço entre um camelô e outro – daí a denominação *torero*. A atividade dos toreros tornou-se intensa, e eles foram chamados a negociar com o poder municipal uma forma de desocupar as calçadas. Depois de um acordo para retirada dos toreros, eles constituíram as *minifeiras*, como eles chamavam, que eram concentrações de toreros em determinados lugares, como na rua dos Carijós, um dos lugares mais conturbados do ponto de vista do imobiliário urbano, da passagem de pedestre, de veículos. A situação na área central ficou ainda mais caótica, do ponto de vista da ação da administração municipal, dada a incapacidade de controle e fiscalização. Em grande medida, a Prefeitura não tinha controle sobre o espaço: a organização e os ritmos

eram estabelecidos pelos e para os sujeitos da rua. A popularização da área central da cidade implicou um outro tipo de ordenamento do espaço, o que, do ponto de vista das elites, aparecia como caos, mas obedecia a um ordenamento específico.

O discurso oficial apresenta a área central de Belo Horizonte na década de 1990 pela ótica da cidade privatizada:

Olha, nós tínhamos aí próximos de três mil camelôs e toreros, eles foram cadastrados, quando o código de postura foi aprovado. Agora a questão da rua de qualquer cidade, de grande parte das cidades de Minas Gerais, é que estão privatizadas e você encontra a privatização de várias maneiras. O comerciante quando invade uma rua e fecha com cadeiras, ele está tentando privatizar aquela rua. Os camelôs, quando estão nas calçadas, estão privatizando a calçada, o tomador de carro, quando ele quer te cobrar uma taxa, está privatizando a rua, na medida em que o empresário invade uma área pública para estender o seu estabelecimento comercial, ele tá tentando privatizar também essa área pública, no caso. Então você tem que ter normas para proibir isso, e as normas têm que ser iguais para todos. (Entrevistado 4 – funcionário da Regional Centro-Sul)

Os camelôs e toreros tornaram-se, do ponto de vista do poder público, os principais responsáveis pelo caos urbano, pois

(...) o problema não era o camelô, o problema era a barraca dele. Essa barraca provocava um cenário na região central que dificultava inclusive a segurança, pensando em um só desdobramento. Com a retirada das barracas, o nosso projeto, que se chama Olho Vivo, foi implementado com eficácia, mas o Olho Vivo implantado com barraca para todo lado ele não tem nenhuma finalidade. Com o Olho Vivo você tem uma câmera, por exemplo, em um cruzamento da Carijós com São Paulo, a visão dele chega até ali na Avenida Paraná. Se houvesse barraca de camelô as câmeras não teriam eficácia nenhuma. A segurança no centro melhorou com as retiradas das barracas e a eficácia do Olho Vivo, zonas que eram consideradas quentes se tornaram mornas. (...)
 (...) Ela (*a bandidagem*) perdeu o cenário, hoje, por exemplo, quando o indivíduo bate uma carteira no centro de longe com o Olho Vivo você já faz o flagrante e se ele for preso, por exemplo, vai ter a comprovação da carteira. (Entrevistado 4 – funcionário da Regional Centro-Sul. Destaque nosso.)

Difícil é dizer de que forma a cidade se tornou pública, ou menos privatizada, com o sistema de vigilância eletrônica. O importante é chamar a atenção para o fato de que os camelôs e toreros passaram a ser responsabilizados não só pela insegurança pública, mas também pela instauração do caos urbano, pois dificultavam a

mobilidade dos pedestres, sujavam as vias e concorriam de maneira desleal com o comércio formal.

No final dos anos 1990, criou-se uma imagem de que a situação na área central era incontrolável, principalmente em relação aos camelôs, pois a Prefeitura não tinha nenhum controle sobre o número de barracas e as atividades desenvolvidas por eles. Havia um cadastro dos trabalhadores licenciados, mas que, na prática, não correspondia efetivamente ao contingente que atuava na rua. A fiscalização era muito tímida e carecia de um instrumento legal eficaz para atuar de forma decisiva e coibir a proliferação dos toreros e camelôs não cadastrados.

Eu lembro que eu cheguei aqui (prefeitura) a primeira coisa que minha chefe me perguntou era se eu ia pegar camelô na rua. Como eu queria ficar aqui na Centro-Sul, porque se a gente falasse que não, ela falava “então você não vai poder ficar aqui, porque o trabalho aqui é esse”, aí eu falei assim: nós pegamos sim. A gente trabalhava a semana inteira na rua com os comerciantes lá no Centro, andando, o trabalho do fiscal é solitário, você tá com sua pastinha, você tem seu serviço, faz seu serviço, você tem meta diária, você faz sua meta, você vai para casa. Mas no domingo a gente tava aqui, coibindo os camelôs na Feira de Artes e Artesanato. Quando a gente ia sozinha pro Centro, eles tentavam pegar a gente e às vezes tínhamos que esconder, porque eles vinham pra cima. Aí foi aquela confusão, a gente não estava aceitando isso, mas nós fizemos concurso pra isso e tudo, e conseguimos no governo Patrus criar um cargo só pra fiscal de vias urbanas que ia tratar desse pessoal. Aí separou, então criou um outro cargo, nós ficamos só com a parte do comércio formal e eles ficaram com a parte do comércio informal. E foi aí que pessoas mais qualificadas começaram a entrar, porque o concurso era de 2º grau, mas passava todo mundo de nível superior, e foi aonde nós conseguimos alavancar nessa questão assim, de querer uma legislação compatível pro nosso trabalho, que a gente pudesse fazer tudo de acordo (...) (Entrevistado 2 – funcionário da fiscalização)

Ao longo da década de 1990, houve uma conjuntura econômica que favoreceu o aumento do número de camelôs e toreros, tanto por conta do aumento do desemprego quanto pela abundância de produtos oriundos do Paraguai. Nesse sentido, a atividade de comércio informal tornou-se não só uma forma de sobrevivência, mas uma atividade extremamente rentável para uma parte dos proprietários de barracas. Naquele momento, a palavra **camelô** abrigava uma diversidade de situações no comércio informal: atacadistas de frutas, pessoas que se ocupavam especificamente de buscar produtos eletrônicos no Paraguai, donos de barracas que sublocavam o espaço, trabalhadores assalariados informais, dentre outros. Ao mesmo tempo em que a atividade do camelô se expandia, tornou-se também um problema em diversas instâncias do poder público. Tais trabalhadores

tornaram-se um incômodo não só para a Administração Regional Centro-Sul e seus fiscais, mas também para a vigilância sanitária, a segurança pública e os comerciantes. A administração Patrus Ananias optou pelo controle e fiscalização da atividade enquanto era aberto um canal de negociação para que tais trabalhadores pudessem ser remanejados para outros locais.

(...) com esse novo momento, do governo do Patrus, a possibilidade de que se instalasse o contraditório na cidade foi um grande avanço, foi uma conquista democrática. O debate levou a alguns conflitos, como foi o relacionado com o comércio ambulante. As discussões ocorreram em um período muito prolongado e numa estrutura em que eles tinham voz. Então a proposta, as propostas dos shoppings populares se deu como parte de uma etapa superior de uma estruturação anterior dos ambulantes, dos camelôs. (Entrevistado 5 – ex-vereador)

Porém, é preciso ressaltar que a proposta dos shoppings populares dos camelôs era diferente do que foi apresentado pela Prefeitura. Os debates, na época do prefeito Patrus, tendiam para se pensar uma saída para o problema dos camelôs através do fortalecimento de uma economia popular, ou economia social, conforme José Luis Coraggio⁷. As discussões acerca da saída dos camelôs das ruas envolvia não só as partes diretamente interessadas, mas também representantes do legislativo, e refletiam em grande medida o princípio da gestão Patrus de inversão de prioridades. Essa perspectiva rompe-se posteriormente.

Há uma diferenciação. O Patrus inicia um processo em que se abre a cidade para os mais pobres, como ele dizia. Você tinha como prioridade um, a gente discutia muito no partido, o projeto que nós considerávamos mais importante. A prioridade número um era a inversão de prioridades. A segunda tarefa era a melhoria da qualidade de serviços. E a terceira, o processo de participação democrática. Então a administração Patrus teve a preocupação de ser descentralizada, preocupada com as periferias, com as precariedades com as camadas populares. Claro que a administração Célio [de Castro] ainda manteve uma administração mais voltada para essa população, com um grau de interlocução também maior. A administração [Fernando] Pimentel ela já dá um tom de buscar abreviar resolutividades. Então a proposta do código de posturas e a proposta dos shoppings populares, já absorvem um componente de restrição ao uso do espaço. (Entrevistado 5 – ex-vereador)

A vivência no legislativo municipal possibilitou ao Entrevistado 5 um olhar sobre o momento de transição das administrações Patrus e Célio para o governo de

⁷ Desarrollo regional, espacio local y economía social.

Disponível em: http://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_ep.htm

Pimentel que capta uma inflexão na forma de administrar os conflitos. A mesma percepção teve Sérgio Franco (FRANCO, 2007), quando procura analisar os governos de esquerda em Belo Horizonte a partir de 1993. Ao assumir a Prefeitura, a Frente BH Popular colocou em prática alguns dos ideais socialistas na administração municipal. A principal meta era fazer uma inversão de prioridades e tornar a máquina estatal mais transparente, trazendo para o seu interior a participação popular. A proposta era criar uma gestão participativa, que procurasse dar prioridade às camadas historicamente menos favorecidas em termos da distribuição de recursos. Nesse sentido, diversas instâncias de participação foram criadas, seguindo uma tendência nacional pós-Constituição de 1988.

O Orçamento Participativo, o Orçamento Participativo da Habitação, os diversos conselhos tiveram bastante vigor nos primeiros anos de gestão da Frente, apesar dos problemas e desafios encontrados. O poder municipal encontrou diversos limites para a efetivação de suas propostas, principalmente no que dizia respeito ao contexto macroeconômico de recessão, crise fiscal e alto desemprego. Apesar do momento adverso, na análise de Franco (2007) das políticas, ações e resultados das frentes de esquerda (1993 a 2000) em Belo Horizonte, constatou-se que houve um grande avanço na qualidade dos serviços ofertados e objetivação da inversão de prioridades. Ocorreu em Belo Horizonte, de acordo com o autor, uma melhoria no sistema de transporte público, saúde, lazer, assistência social, educação, habitação, dentre outros serviços. O problema central enfrentado pela administração municipal no período foi o desemprego e criminalidade, que teve índices alarmantes. O autor chama atenção para o fato de que

(...) as ações progressistas engendradas pelo poder público, durante a década de 1990 e início de 2000, mesmo que promovidas no sentido de reverter a tendência crescente da inadequabilidade habitacional, não têm sido suficientes para solucionar o conjunto de problemas encontrados na cidade. Dessa forma, mesmo que os avanços e melhorias sejam consideráveis e reflitam a diretriz de inversão de prioridades adotada pelos governos das frentes de esquerda a partir de 1993, tais avanços obtidos e as perspectivas promissoras devem ser vistos com alguma ressalva. (FRANCO, 2007, p. 191)

O que o autor destaca é que, apesar dos avanços, as diversas políticas ficaram longe de resolver os principais problemas da cidade. Ainda assim, é possível fazer um balanço positivo dos governos de esquerda, pois

Mesmo que as melhorias não signifiquem solução definitiva dos problemas encontrados, é preciso reconhecer que estas foram consideráveis em relação à realidade encontrada. Ademais, mesmo que em algumas questões a cidade tenha sofrido significativos retrocessos como, por exemplo, quanto ao desemprego, à criminalidade e também à desigualdade de renda, esse padrão de evolução vivenciado por Belo Horizonte é comum ao país de uma forma geral na década de 1990 e início da seguinte.

As inovações e peculiaridades apresentadas a partir de 1993 se relacionam à centralidade da participação popular e, principalmente, da inversão de prioridades como diretriz de governo que possuía como horizonte uma alteração radical da realidade encontrada na cidade em favor de seus habitantes mais desfavorecidos. (FRANCO, 2007, p. 192-193. Destaque nosso)

Tais inovações e ganhos sofrem, na perspectiva de Franco (2007), uma inflexão a partir do governo de Fernando Pimentel (2002-2009):

Nesse sentido, o provável esgotamento do modelo de inversão de prioridades no patamar de melhorias estritamente infra-estruturais (urbanas?), a dissipação de um modelo transformador em seu sucesso meramente parcial, em seus benefícios pontuais e imediatos – bem como sua inépcia em alçar uma solução projetual em escala e conteúdo superiores, ou ainda, sua incapacidade em articular ações, medidas e conquistas a um projeto mais amplo para a cidade e seus habitantes (e, de forma mais geral, também para a sociedade), um projeto efetivamente transformador, que apresentasse um horizonte aos problemas vivenciados cotidianamente (seria tal horizonte impossível a partir do poder local?) – parece ter deixado aberta uma fresta para a emergência de outras proposições e projetos, em nada emancipatórios, para a cidade. De maneira mais particular, é possível supor que uma razoável insuficiência do Orçamento Participativo, da diretriz de inversão de prioridades e das frentes de esquerda em promover e consolidar um projeto efetivamente distributivo-participativo-regulatório para a cidade seja um fator explicativo para o vigor de propostas de desenvolvimentismo local e regional, muitas vezes balizadas por estratégias e preceitos próprios do que se convencionou qualificar de planejamento estratégico urbano, na capital mineira a partir dos anos 2000. **Assim sendo, da inversão de prioridades e da luta pelo ‘direito à cidade’ como ‘função social da cidade’ passa-se à aberta defesa e promoção da função mercantil da cidade, no entanto, agora como metrópole mundial na entrada do século XXI.** Eis uma mudança de ênfase pela qual estão passando os governos das frentes de esquerda da capital mineira. (FRANCO, 2007, p. 230-231)

Há, portanto, a partir da gestão Pimentel, uma mudança na orientação das políticas públicas e na forma de lidar com os problemas da cidade. Apesar de Franco (2007)

considerar o código de posturas uma ação positiva de regulação urbana, pretende-se aqui mostrar que a formulação e implementação de tal instrumento é também um sinal de inflexão na forma de gestão baseada na participação popular. Sendo assim, pode-se afirmar aqui que o código de posturas, da forma como foi aprovado, significa também uma inflexão na forma de gestão democrática da cidade.

Durante a década de 1990, houve o esforço de se sistematizarem as leis de posturas. Ainda que o Código não tenha sido colocado em votação, foi um passo importante para sua consolidação, pois o segundo momento diz respeito justamente às articulações que foram feitas para viabilizar sua aprovação na Câmara dos Vereadores. O argumento técnico já havia sido posto, pensando principalmente uma melhor organização e disciplinamento dos usos do espaço público, o que era extremamente necessário no momento, tendo em vista que a expansão da atividade dos camelôs e toreros tornou-se um problema urbano. A efetivação de um código de posturas significava não só uma forma de ordenamento do espaço público, mas também a disputa de interesses e o debate com certos grupos, como os camelôs, publicitários, comerciantes, dentre outros. A aprovação do Código foi possível em um segundo movimento do poder público, porém em um momento em que há uma mudança na forma de governar na gestão municipal, como destacado anteriormente. Foi no início dos anos 2000, mais especificamente em 2001, que o Entrevistado 3 teve a iniciativa de colocar em pauta novamente a confecção de um código de posturas para Belo Horizonte. Se, para os fiscais, as inúmeras leis de posturas impediam uma ação mais eficaz, para o legislativo municipal o emaranhado de leis também colocava dificuldades para a formulação de uma política urbana. Não era possível saber se uma proposta de projeto colocada em pauta já havia sido aprovada por um vereador, se já existia a lei sobre o tema proposto. O levantamento da legislação existente e o diálogo com os fiscais permitiu maior clareza dos problemas da cidade, especialmente da área central. Nesse sentido, problemas como poluição sonora, poluição visual, mobilidade e violência chamaram a atenção de parte do legislativo, como destaca Entrevistado 3:

Nós começamos mesmo essa luta em 2001, eu comecei a fazer uma articulação na Câmara, escrevendo para sensibilizar vereadores da minha confiança, que não tinham característica de política urbana, mas que eu podia confiar, como foi o caso do vereador César Masci. Ele foi de grande utilidade pra quebrar arestas de um grupo, que é denominado pela Câmara

dos deputados como **baixo clero**, que eu não penetrava muito. O César, por ter sido presidente [da Câmara] duas vezes, que circulava muito bem entre os grupos, e esse baixo clero não tinha muito interesse nessas discussões de disciplinar por via da legislação. Pelo contrário, eu sofri críticas violentas, ofensivas, de alguns vereadores: que eu estava **tirando emprego** do sujeito que põe a barraca dele no meio da rua. Na minha visão não era assim, porque o pedestre tinha que atravessar carrinho de cachorro-quente que tava funcionando na rua, menino vendendo bala nos sinais etc. Não tinha fiscalização eficaz, mas isso era proibido, a lei não permitia. O sujeito que estava vendendo fruta no sinal, você sabe onde eles guardavam fruta? Na boca de lobo, de água pluvial... (Entrevistado 3 – ex-vereador. Destaques nossos)

Se, por um lado, não havia no legislativo municipal um grupo bem articulado de vereadores dedicados a discutir política urbana, por outro, havia um forte sentimento de que os camelôs, assim como outros trabalhadores informais, eram resultantes da crise econômica dos anos de 1990. Não havia no legislativo um representante dos camelôs, ou dos trabalhadores informais, no entanto eles contavam com a simpatia de vários vereadores, seja por questões eleitorais/eleitoreiras ou por afinidades ideológicas. No legislativo, o debate acerca das posturas municipais era tido como necessário, porém a determinação de retirar os camelôs das ruas da cidade criou certas animosidades internamente. Foi preciso fazer diversas articulações e debates até o momento de colocar em votação a nova legislação:

Nós ficamos um ano montando essa estrutura e fui ver porque, por exemplo, que o grande deputado, colega meu, Sávio Souza Cruz, não conseguiu aprovar o Código de Posturas. Ele foi o primeiro que tentou fazer a coisa, o vereador Caixeta tentou criar um código, também não obteve sucesso. Conversando com o Sávio, chegamos à conclusão **de que não foi aprovado porque não previa, como previu no meu, o deslocamento, a transferência do comércio de rua dos camelôs** (que não são toreros, estes eram proibidos e o governo fazia vista grossa e estava vindo torero de tudo quanto é lado, do Rio, São Paulo, tudo pra cá). Camelô que era o autorizado, que tinha o credenciamento, que começou na época do Patrus. O Sávio falou assim: “você vai enfrentar?”, eu falei: “eu vou pegar muita coisa das suas idéias e vou encarar a luta”. Ele me deu força e tudo. O Sávio seria um grande parceiro se ele tivesse lá. Mas aí chegamos num ponto: se ele não conseguiu, como que eu iria conseguir? Fizemos então um esboço do Código de Posturas, deixando a proposta de **projeto do camelô lá no finalzinho pra ver se passava despercebido**, e aí eu falei de poluição, coloquei um capítulo sobre a rua, de fachada, poluição visual. Porque o problema dos camelôs era que usavam um local que não era deles (o passeio era do pedestre), sujavam a cidade e competiam com o comércio formal vendendo produto contrabandeado sem pagar impostos na porta da loja que vendia a mesma coisa, então tinha coisa errada nisso. (Entrevistado 3 – ex-vereador. Destaque nosso)

Torna-se importante destacar mais uma vez que, na década de 1990, o número de camelôs na área central era superior aos credenciados. Havia não só o problema crescente de desemprego e precarização do trabalho no país, mas também um momento de grandes ganhos para os camelôs, tendo em vista mudanças no padrão de produção, distribuição e consumo de mercadorias. Este ponto será explorado mais detalhadamente posteriormente, porém é preciso adiantar algumas considerações. Se, por um lado, o comércio formal era bastante sensível à crise gerada pela reestruturação produtiva global, o mesmo não ocorreu com o comércio informal. A facilidade de acesso à mercadoria *made in* Paraguai e seu preço baixo transformaram o camelô em forte concorrente do comerciante formal. Se a motivação declarada para a criação de um código de posturas em Belo Horizonte era a perspectiva de se disciplinar o uso do espaço público, os motivos ocultos também podem ser vislumbrados. Não é sem motivo que a CDL e a Associação dos Comerciantes do Hipercentro tornaram-se os principais promotores e patrocinadores de debates acerca das mudanças na área central da cidade e da feitura do código de posturas.

Gradativamente, a imagem do camelô trabalhador transfigurou-se: apesar de ainda continuar trabalhador, tornou-se também um estorvo social, sonegador e acobertador de delinquentes. Para os comerciantes acostumados a invadir as calçadas com suas mercadorias, ocupar os tímpanos dos passantes com suas ofertas gritadas, era hora de recuar para ganhar. O Código de Posturas em debate previa a adequação dos comerciantes a uma rígida organização do espaço, porém poderiam ter de volta à paisagem a preponderância de suas vitrines. Entretanto, o ponto crucial para a aprovação do Código diz respeito à forma como foi arquitetada a retirada dos camelôs: ao invés de simplesmente proibir a atividade do camelô, optou-se pela transferência dos trabalhadores para locais específicos. Tal estratégia foi fundamental para a aprovação do Código, uma vez que se criou uma forma de superação de impasses e conflitos. No legislativo, não houve unanimidade em relação à transferência; no entanto, os que eram contra a retirada imediata dos camelôs tornaram-se minoria e com pouca força para barrar tal medida. Para uma parcela dos camelôs, a transferência era tida como uma boa opção, visto que as condições de trabalho na rua, apesar do ganho, são por demais precárias. O embate maior ficou então por conta de como seria feita a transferência, para onde, quem

teria direito, quais seriam os direitos e obrigações. Estava germinando a ideia do empreendedor popular.

Ainda assim, havia muita resistência para a aprovação do projeto no legislativo. Somente quando o executivo percebeu a importância do Código para dar impulso ao projeto de revitalização da área central, decididamente o debate ganhou contornos mais nítidos. Nesse sentido, o então prefeito Fernando Pimentel, ainda que não tenha atuado diretamente, teve um papel fundamental para a aprovação do Código:

O Pimentel, o prefeito, de forma muito inteligente, **começou a articular um consenso entre os empresários do comércio da cidade**, foi aí que eu vi que era possível o que o Sávio não conseguiu na época. Primeiro, que o prefeito não era o Pimentel, era o Célio; segundo, que talvez o Sávio por outras funções não tivesse tido tempo, deslocou o tempo dele para outra função e não se preocupou devidamente com o código. O Pimentel preocupou-se e conversamos, ele falou: "olha, se não tivermos o respaldo de lojistas, associações de comerciários e de comerciantes, nós não vamos conseguir". Daí então, em um ano e meio nós fomos pra luta.

Já havia uma posição na Câmara de aniquilar com o meu projeto: que era um projeto elitista, a crise estava começando, desemprego, FHC pra presidente (eu era o verdadeiro representante do FHC), acabar com o emprego, aí vem aquele discurso que a gente já conhece bem. E fui entrando, nos bastidores a gente conversa com os vereadores relutantes, eles falam uma coisa com a gente, chega no microfone, quando põe na galeria lá, eles vão e criticam... E no jogo político eu vi que o projeto poderia ser engolido como foi o do Sávio. O César teve um papel importante porque ficou e o prefeito mais ainda.

Então o que o prefeito fez? Foi uma estratégia política genial, ele chamou dentro do processo a instituição mais poderosa que tinha: o Clube de Diretores Lojistas – CDL. E a Associação Comercial que ficou assim numa posição mais de retaguarda, "vou esperar, vou ver o que dá". A CDL entrou para valer, o presidente começou a fazer reuniões de iniciativas da CDL em cada CDL pra discutir o Código de Posturas e já colocando claramente que pra revitalizar o centro, pra garantir o direito de propriedade de pessoas que lá moram (aposentados, pessoas de idade...), a degradação, a falta de segurança não tem condição. Os Sindicatos vestiram a camisa. Porque o comerciante era prejudicado nas condições de venda e sabia disso, como que ele ia se dirigir a um cliente com um camelô na porta do seu estabelecimento vendendo um produto três vezes mais barato? A CDL começou a fazer reuniões com esses segmentos pra discutir vários assuntos do código; e o setor comercial, de outdoor, de placas, viram que eles mesmos estavam se autodestruindo. Uma parte ficou com a gente, a outra não; uma ficou conosco, deu força, chegou à conclusão que tinha que disciplinar senão ia acabar era com todos eles (...) (Entrevistado 3 – ex-vereador. Destaque nosso)

A aprovação do Código de Posturas foi possível graças à articulação entre o executivo (PT), legislativo (representado, dentre outros partidos, pelo PSDB), setor privado (CDL) e sindicato (Sesc). Também foi fundamental a produção de uma

opinião consensual acerca da cidade ideal e do problema camelô. Como dito anteriormente, alguns vereadores, que tinham uma base eleitoral mais popular, se sentiam constrangidos em votar a proibição dos camelôs nas ruas da cidade. Muitos dos seus eleitores eram trabalhadores informais ou usuários dos serviços dos camelôs. Outros vereadores, como no caso do Entrevistado 5, entendiam que o código de posturas era necessário, porém representava um retrocesso em relação às práticas de debate e negociação do uso do espaço público. As relações de bastidores que marcaram a criação do Código de Posturas 2003 ocorreram mais na esfera privada do que na arena pública. Como dito pelo Entrevistado 3, outros setores foram convocados para se manifestar em relação ao hipercentro da cidade:

Só que o CDL, **como um grande anunciante, já tinha feito parcerias com os grandes veículos de comunicação da cidade** que não precisa dizer quais são. O que nós tínhamos **a nosso favor? O grande jornal dos mineiros e a rádio mais ouvida que estavam com a gente 24h através de artigos em jornal, através de editoriais de rádio.** E dentro de uma visão que o público ia ver, mesmo o cidadão mais humilde que usava o camelô na compra de um produto reconhecia que a cidade não podia ficar daquele jeito. Ele sabia, nós não tínhamos pesquisa formalizada disso, mas nós tínhamos a associação do hipercentro de moradores, tá tudo registrado. Eles não aguentavam que o centro tava entrando em processo de degradação, com sujeira, criminalidade, eu via cenas que o pedestre corria o risco de ser atropelado porque não podia andar no passeio. (Entrevistado 3 – ex-vereador. Destaque nosso)

O discurso da degradação do centro da cidade tornou-se o principal argumento para impulsionar diversos programas de requalificação urbana, principalmente no que diz respeito à paisagem da área central. No entanto, diferente de outros momentos em que se propunha, através das leis de posturas, uma higienização da área central, o Código tem um importante papel na revalorização dos capitais. Por detrás do discurso da requalificação e revalorização dos espaços públicos, havia interesses bem distintos, dentre eles o dos comerciantes, que saíram satisfeitos:

Depois que aprovamos tudo, o CDL fez um jantar, um coquetel, chamou todos os vereadores, fez uma homenagem a todos os vereadores da Câmara. (...) Todo mundo saiu feliz e satisfeito com esse problema dos camelôs. **O CDL foi o grande captador de tudo**, na verdade o eixo principal foi o CDL, **o poder executivo sinalizou “vai que eu te acompanho”, demonstrou boa vontade.** (Entrevistado 3 – ex-vereador. Destaque nosso)

Se, por um lado, houve uma forte articulação entre diversos grupos para a retirada dos trabalhadores da rua, por outro, a organização dos camelôs era bastante fragmentada. Havia duas ou três lideranças, incluindo os toreros, que não foram capazes de se fazer ouvir e resistir ao processo de retirada das ruas. De uma forma geral, os movimentos populares encontram dificuldades para lidar com o poder público e a máquina estatal (DULCI & SOMARRIBA; 1995, DOIMO, 1995). Uma das virtudes da administração da Frente BH Popular na capital mineira, e também no caso de Porto Alegre, foi a criação de mecanismos de participação que repercutiram positivamente na forma como o pessoal técnico/administrativo passou a lidar com os movimentos (JESUS, 2004; DIAS, 2002). Em relação ao Orçamento Participativo, por exemplo, houve mudança desde a forma como era feita a apresentação do orçamento e a prestação de contas até a maneira como os técnicos e engenheiros lidavam com a população local no momento da implantação das obras. No caso do legislativo, os debates de interesse coletivo nem sempre são plenamente partilhados com os movimentos populares. Quanto aos camelôs, a participação das lideranças no debate do código de posturas foi tardia e ingênua, no sentido de que os representantes e representados pouco conheciam dos meandros da burocracia estatal e das formas de se fazerem acordos, barganhas e reivindicações.

Quando nós começamos a ouvir falar de código de postura, por que código de postura já vinha uma discussão antiga. O código era muito antigo e estava caduco e tentava-se reformular ele e não conseguia por uma questão política parava nas gestões, né. E nessa última gestão o Pimentel prefeito eles fizeram a renovação do código e publicou e sancionou o novo código de postura pra ordenamento do município de BH. Nessa discussão quem discutiu mais essa parte foi o Conselho Municipal de Política Urbana e o comando e nós não tivemos acesso às discussões do [] praticamente na questão de camelô, ambulante [] da informalidade quem discutiu mais foi o poder público [] e nos isentou de forma até ilegal das discussões. Quando nós tivemos acesso à discussão ela já estava aqui na Câmara para ser votada no primeiro turno. Aí nós começamos a imprimir uma reação que já não adiantava, já estava assim praticamente definido. (Entrevistado 10 – ex-camelô)

A sensação de impotência dos camelôs era bem perceptível:

(...) Como o número de camelôs na cidade estava aumentando muito, inclusive com os autorizados e licenciados e os que invadiam a praça os toureiros, né, que era uma demanda que na verdade os toureiros, os camelôs eram contrários aos toureiros mesmo que eles exerciam a mesma atividade tinham posições diferente, por que um estava regulamentado e o outro não. E isso houve debates da sociedade, os meios de imprensa

divulgaram muito essa situação, havia grupos de camelôs que estavam eu não estou dizendo se era formal ou informal se estava legalizado ou não, mas estavam envolvidos com algumas coisas erradas na cidade, existia algumas pessoas que estavam envolvidas com roubo de pedestre, assédio e uma série de outras situações. E mesmo assim eles estavam invadindo os toreros estavam invadindo as frente de lojas. Aquilo criou uma conturbação, então o CDL veio, inclusive isso está todo essa que eu estou dizendo do CDL foi matéria da imprensa, saiu no jornal Estado de Minas, saiu no Hoje em Dia que a CDL estava promovendo a confecção do código de postura por implantação da cidade. Algumas categorias foram convidadas para discutir as questões do código, a minha principalmente. Nós tivemos aqui debatendo aquela coisa, só tem que aquilo veio um documento pronto aonde que as audiências e os debates nada contribuiu para inserção dentro do código era uma política pronta, já veio pronta. Fizeram as audiências públicas nós reclamamos, dissemos qualquer coisa contra elas, mas não houve modificação. (Entrevistado 11 – ex-camelô)

Além da dificuldade de lidar com a máquina estatal e o poder de persuasão dos comerciantes, faltou aos trabalhadores uma coesão interna em torno dos objetivos comuns. Na verdade, é preciso pensar se efetivamente havia objetivos comuns e quais seriam. Tal debate será retomado posteriormente, mas é importante ressaltar que o deslocamento do debate acerca dos camelôs para o legislativo e a solução dada, a transferência para o shopping popular, foi estrategicamente importante para o executivo municipal evitar um desgaste político. Por outro lado, encerrou-se nesse momento todo um debate sobre as possibilidades de se buscar uma saída para o problema dos camelôs através da economia popular urbana, economia solidária, ou outras alternativas.

O Código de Posturas aprovado em 2003, em conjunto com os diversos programas de revitalização, altera consideravelmente a paisagem da área central da cidade. O texto do código deixa, desde o princípio, bem clara a sua função:

Art. 1º - Este Código contém as posturas destinadas a promover a **harmonia e o equilíbrio no espaço urbano por meio do disciplinamento dos comportamentos, das condutas e dos procedimentos dos cidadãos no Município de Belo Horizonte.**

Art. 2º - As posturas de que trata o art. 1º regulam:

I - as operações de construção, conservação e manutenção e o uso do logradouro público;

II - as operações de construção, conservação e manutenção e o uso da propriedade pública ou particular, quando tais operações e uso afetarem o interesse público;

III - o uso do espaço aéreo e do subsolo.

Inciso III, acrescentado pela Lei nº 9.845, de 8/4/2010 (Art. 1º)

§ 1º - Para os fins deste Código, entende-se por logradouro público:

- I - o conjunto formado pelo passeio e pela via pública, no caso da avenida, rua e alameda;
- II - a passagem de uso exclusivo de pedestre e, excepcionalmente, de ciclista;
- III - a praça;
- IV - o quarteirão fechado.

§ 2º - Entende-se por via pública o conjunto formado pela pista de rolamento e pelo acostamento e, se existentes, pelas faixas de estacionamento, ilha e canteiro central.

Art. 3º - (VETADO)

Art. 4º - O uso do logradouro público é facultado a todos e o acesso a ele é livre, respeitadas as regras deste Código e de seu regulamento.

Art. 5º - As operações de construção, conservação e manutenção e o uso da propriedade pública ou particular afetarão o interesse público quando interferirem em direito do consumidor ou em questão ambiental, sanitária, de segurança, de trânsito, estética ou cultural do Município.

Art. 6º - Dependerá de prévio licenciamento a realização das operações e dos usos previstos nos incisos do caput do art. 2º, conforme exigência expressa que neste Código se fizer acerca de cada caso.

Art. 6º-A - É vedada a colocação de qualquer elemento que obstrua, total ou parcialmente, o logradouro público, exceto o mobiliário urbano que atenda às disposições desta Lei.

Art. 6º A acrescentado pela Lei nº 9.845, de 8/4/2010 (Art. 2º)

Art. 7º - O regulamento deste Código disporá sobre o processo de licenciamento, sobre o documento que poderá dele resultar e sobre as regras para o cancelamento do documento expedido. (PBH, 2009, destaque nosso)

A pretensão de promover harmonia e equilíbrio do espaço urbano através do disciplinamento das condutas soa bem diferente de promover a diversidade dos usos do espaço público. O disciplinamento dos corpos (FOUCAULT, 1993) no espaço urbano ainda é uma utopia contida no Código de Posturas 2003. Apesar das recorrentes tentativas de impor um espaço disciplinado, a todo momento se vê emergirem movimentos contrários, ou contra-usos (LEITE, 2004). Se, por um lado a administração da Frente BH Popular propunha implementar um planejamento urbano crítico, percebe-se mais uma inflexão a partir da administração Pimentel com o retorno de mecanismos de dominação e produção de consenso tradicionalmente utilizados pela burocracia estatal. Nesse sentido, é preciso ter em conta que não se deve cair na armadilha do otimismo da inteligência que não leva em consideração o pessimismo da vontade. Ou seja, não adianta pensar e formular propostas bem intencionadas, mecanismos institucionais sofisticados e supostamente democráticos

sem levar em conta aspectos da cultura política e da vontade popular. A formulação do código de posturas passou pelas boas intenções do corpo técnico, porém foi formatado tendo em vista interesses de grupos dominantes. O Código aprovado apresenta, no início, uma idealização do espaço público, esquecendo os velhos e sempre atuais ensinamentos de Maquiavel:

Muitos foram os que conceberam repúblicas e principados que jamais foram vistos ou reconhecidos como tais. Há, porém, uma tão grande distância entre o modo como se vive e o modo como se deveria viver, que aquele que em detrimento do que se faz privilegia o que se deveria fazer mais aprende a cair em desgraça que a preservar a sua própria pessoa. Ora, um homem que de profissão queira fazer-se permanentemente bom não poderá evitar a sua ruína, cercado de tanto que bons não são. (MAQUIAVEL, 1998, p. 87)

O espaço urbano é na verdade espaço de conflito, lugar de encontros e confrontos, afirmação e sujeição. Mais uma vez recorrendo a Maquiavel, o que importa ao governante é manter os conflitos em um patamar de civilidade, de tal forma que não se estabeleça o caos. O poder público tem como função primordial impor uma estabilidade para que as relações sociais (conflituosas ou não) mantenham sua dinâmica no espaço. O Código de Posturas foi, efetivamente, importante para se estabelecer um ordenamento do espaço urbano belo-horizontino, especialmente na área central. No entanto, *O Príncipe* não é um texto que objetiva justificar a tirania: para o autor, o conflito era fonte de vigor da república. No caso de Belo Horizonte, parece que as ações do poder público municipal procuraram, em certa medida, suprimir o conflito.

As intervenções do código de posturas e dos projetos de revitalização da área central são acompanhadas de uma crescente militarização (JESUS *et al*, 2010), controle e vigilância constante do espaço (como evidencia o programa em expansão *Olho Vivo*, que espalha câmeras de vigilância por toda a cidade) e segue “patrocinado” pelas entidades privadas (CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas)⁸.



FIGURA 2 – Diversos dispositivos de controle policial, encontrados facilmente, numa mesma tarde, no centro de Belo Horizonte.
Fotos: Igor Torres.

É possível afirmar, pelo menos, que os princípios de segurança e liberdade, tal como observáveis no cotidiano da capital, apresentam contradições entre princípios e desejos e as práticas cotidianas. A sobreposição de avenidas e espaços múltiplos de circulação, em detrimento da oferta de lugares de encontro e de troca (*lugares*), a multiplicação de restrições e do medo produzido pela vigilância constante geram um tipo de movimento e de relação com a cidade, fortalecendo ainda mais um caráter fragmentado e segregativo. Assim, por meio de sua desqualificação, realizada pelo deslocamento de sua função de um lugar de encontro para o de mera passagem

⁸ O Programa Olho Vivo foi implantado com o objetivo de diminuir o índice de ocorrência de delitos e aumentar a segurança da população (CDL). Para melhor detalhamento de seus objetivos, ver material disponível em: <<http://www.cdldbh.com.br/interna.aspx?fo=82>.> Acessado em 1º dez. 2010.

(BORGES, 1988; FRÚGOLI JR., 2000), o conteúdo *popular* do centro passa a ser visto, pela ótica do poder público, como degradado, morto, algo a ser revitalizado ou protegido, ainda que na prática se mostre dinâmico e eferescente (SANT'ANNA, 2008). Mas o que se protege? O acesso do público aos espaços públicos? O que tanto se vigia por meio da multiplicação das câmeras do Olho Vivo? Liberdade de circulação e a segurança da vida vigiada? O que se produz com tanta vigilância, controle, proibição?

Logo após a aprovação do Código de Posturas, em 2003, houve a promulgação do Programa Centro Vivo, em 2004, que tem como pretensão ser um

Conjunto de obras e projetos sociais que visam à recuperação de toda a área central da cidade, o Programa Centro Vivo pretende criar condições para reforçar o papel do Centro de Belo Horizonte como região simbólica da cidade e do estado, valorizando a diversidade de suas atividades e **consolidando-a como local de encontro de todos.**

A iniciativa enfatiza o objetivo de mostrar para a cidade um conjunto de ações que a Prefeitura está realizando para a recuperação do centro da capital, além de trazer outras iniciativas que irão beneficiar a região.

O Programa Centro Vivo envolve **requalificação de espaços públicos**, ruas e avenidas, preservação do patrimônio e obras de melhoria e manutenção da infra-estrutura. Também contempla a qualidade ambiental, a valorização da paisagem urbana, a melhoria das condições de mobilidade e a segurança. O fomento das atividades econômicas é outra frente do programa, por meio de ações que estimulem o comércio e gerem emprego e renda. (PBH, 2010. Destaque nosso)

Tal documento é instigante, pois a proposta de requalificação e restauração por si só remete à ideia de um espaço desqualificado e degradado. É sintomático, neste sentido, que o projeto se intitule “vivo”, fazendo referência à necessidade de reverter uma situação de “morte”, de vazio a ser preenchido. Mais que isso, fica expressa a intenção de reforçar a função de passagem e consumo do centro da cidade, ao mesmo tempo em que se pretende fazer dali um local de encontro de todos, o que, para o poder público, levaria a uma melhor qualidade de vida urbana. Difícil é compreender como isso pode se realizar na prática, ou melhor, nas práticas urbanas. Assim como o Código de Posturas prevê o uso e acesso livre dos logradouros públicos, há uma distância grande entre como deveria ser a vida cotidiana no espaço público e como efetivamente ela ocorre.

É perceptível que, com a saída dos camelôs da área central, há uma melhora no trânsito de pedestres, da mesma forma que a intensificação dos mecanismos de repressão permitiu um maior controle da criminalidade e violência. Resolveu-se não só o problema da limpeza urbana (os camelôs e toreros, além dos moradores de rua, eram, para parte do poder público municipal, um problema de poluição), mas foi a partir da obrigação de transferência dos camelôs para os shoppings populares que se justificaram e viabilizaram algumas operações urbanas que movimentaram vultosas cifras no mercado imobiliário. Alguns trabalhos procuraram ressaltar as contradições afloradas a partir da aprovação de operações urbanas na área central (LAGE, 2008; GONÇALVES, 2008).

Especialmente no caso dos camelôs e da promulgação do Código de Posturas, efetivou-se a possibilidade de ganho dos proprietários de imóveis na área central.

A constituição dos shoppings populares possibilitou aos proprietários fundiários refuncionalizarem suas propriedades, como alguns antigos galpões ou prédios que há muito não realizavam a renda da terra ou a realizavam em patamar inferior, devido à chamada deterioração do espaço central de Belo Horizonte.

Quando por meio do Código de Posturas 124 de Belo Horizonte estabeleceu-se a obrigatoriedade da retirada dos camelôs do centro e sua realocação em espaços fechados na área central, colocou-se aos proprietários destes imóveis a possibilidade de reatualizá-los, já que tais determinações garantir-lhes-iam a formação de uma demanda solvável para as propriedades antes obsoletas. Ao fim e ao cabo, por meio da locação dos 'boxes' estes puderam auferir a renda da terra em patamares inclusive determinados por eles, proprietários, já que a lei imputava a estes camelôs a obrigatoriedade deste deslocamento para tais espaços e ao proprietário do imóvel a administração do shopping popular. (...)

(...) Foi neste contexto que pelo menos dois empreendimentos realizados em Belo Horizonte obtiveram o alvará de construção a partir da transferência dos créditos edificáveis advindos dos shoppings populares. O primeiro foi o shopping (nada popular) Pátio Savassi, localizado na região centro-sul em um local que, sem estes instrumentos, seria vedada a construção de um equipamento desse porte. De fato, segundo um dos envolvidos na comercialização deste empreendimento, sem os créditos edificáveis advindos da operação urbana Shopping Popular Oiapoque, a área do Pátio Savassi seria cerca de 80% inferior à que foi construída, inviabilizando-a.

O outro exemplo são alguns edifícios localizados na Avenida Raja Gabaglia, todos situados em locais onde a legislação restringia a edificação, devido aos impactos causados na infra-estrutura urbana. Porém, tal como no caso do Pátio Savassi, suas construções foram viabilizadas pelos créditos advindos do Shopping Popular Tupinambás. Assim, por meio da compra dos direitos construtivos oriundos das operações urbanas dos shoppings populares, aqueles que atuam na construção civil conseguiram viabilizar a edificação e construção de empreendimentos em locais que se acreditava resguardados pela legislação urbanística. (GOMES, 2006, p. 90-91)

Nesse sentido, fica claro que, se o Código de Posturas não foi formulado no intuito explícito de promover ganho para os capitais, na prática ele propiciou uma revalorização dos imóveis da área central. A obrigatoriedade de transferência dos camelôs para os shoppings populares também promoveu ganhos com aluguel e venda dos boxes, além da viabilização de empreendimentos milionários em área nobre da cidade.

Percebe-se, assim, que o Código de Posturas de Belo Horizonte não é um conjunto de leis menores. Pretendeu-se mostrar com este capítulo as diversas implicações da criação de um conjunto de leis de posturas na capital mineira no início dos anos 2000. É preciso ressaltar, dentre outras coisas, que a reconstituição do processo de formulação e implementação do Código possibilita outro olhar sobre as relações estabelecidas na área central. Em primeiro lugar, pode-se dizer que a imagem do centro caótico não é mais adequada para caracterizar o cotidiano da cidade. Havia, sim, uma grande efervescência e complexidade de relações sociais de cunho popular, principalmente em relação ao comércio informal, o que não quer dizer que não houvesse um ordenamento. A rede social e econômica que se desenvolveu a partir dos camelôs seguia regras próprias de ordenamento, além das formas de regulação determinadas pelo poder público municipal. Se o aumento significativo do número de camelôs no centro criou transtornos em relação à circulação, limpeza e segurança, havia por parte da administração municipal uma preocupação em relação aos problemas gerados. Mais do que preocupação, havia uma ação na busca de resolução de tais mazelas, porém sob a forma de diálogo e negociação. A partir do momento em que há uma mudança na forma da gestão municipal (FRANCO, 2007), os conflitos são cada vez menos negociados, e os problemas passam a ser resolvidos diretamente pelo poder público. Nesse sentido, o Código de Posturas 2003, em conjunto com outras medidas e programas, viabilizou uma profunda mudança na paisagem da área central.

Um segundo ponto a ser destacado a partir da reconstituição do processo de formulação do Código de Posturas 2003 diz respeito à questão da regulação por parte da administração municipal da atividade de camelô. Nos debates sobre

trabalho informal, tanto na área acadêmica quanto na mídia em geral, não fica clara a relação entre informalidade e Estado. Aparentemente, o trabalho informal não sofre nenhuma forma de regulação estatal, e os trabalhadores são totalmente autônomos, constituindo assim um grupo à parte. Tal relação pode ser tomada, em muitos casos, como oposição. O que se percebe a partir da atividade dos camelôs é que as relações são mais complexas do que se imagina. Sendo assim, o próximo capítulo procurará retomar o debate acerca do dualismo presente nas análises da realidade econômica e social brasileira, destacando as principais linhas de pensamento em relação à informalidade.

CAPÍTULO III

POBREZA, MARGINALIDADE E INFORMALIDADE NO BRASIL

Em 1993, durante o 17º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs, em Caxambu, MG, Loïc Wacquant chamava atenção para a necessidade de o Estado, nos países de capitalismo avançado, criar mecanismos que minimizassem a fragmentação social. Para ele,

(...) se isso não ocorrer, podemos testemunhar não apenas contínua desordem urbana, violência e conflitos etnorraciais no coração da sociedade avançada, como um prolongado processo de fissão social e uma ramificação da desigualdade e de insegurança equivalente a uma **'brasilinização'** da metrópole europeia e da norte-americana. (WACQUANT, 2001, p. 39. Destaque nosso)

Wacquant faz tal afirmação após analisar três conflitos, que envolviam a hostilidade “antiárabe” na França (1990), problemas com os “negros” na Inglaterra (1992) e a discriminação das minorias, principalmente dos afro-americanos, nos Estados Unidos (1992). Para ele, a situação de pobreza e miséria dos grupos envolvidos nesses conflitos era marcante, fruto da perda do papel integrador do Estado em tais sociedades. Mesmo sem uma definição conceitual precisa em relação à classe social, Wacquante destaca um perfil comum entre os envolvidos nos conflitos. Trata-se, na maioria dos casos, de pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho há longo tempo, de jovens, muitos dos quais vivendo de benefícios do Estado e desproletarizados.

Esses fatos reinauguram os conflitos de “classe”, frutos das transformações na economia, da desestruturação do mercado de trabalho e da incapacidade do Estado de oferecer proteção social abrangente.

Tais mudanças resultaram em uma polarização de classes que, combinada com a segregação racial e étnica, está produzindo uma dualização da metrópole, que ameaça não apenas marginalizar os pobres, como condená-los à redundância social e econômica direta. Essa violência ‘vinda de cima’ tem três componentes principais: (1) desemprego em massa, persistente e crônico, representando, para segmentos inteiros da classe trabalhadora, a desproletarização que traz em seu rastro aguda privação material; (2) o exílio em bairros decadentes, onde escasseiam os recursos públicos e

privados, à medida que a competição por eles aumenta devido à imigração; (3) crescente estigmatização na vida cotidiana e no discurso público, tudo isso ainda mais terrível por ocorrer contra o pano de fundo de uma escalada geral da desigualdade. (WACQUANT, 2001, p. 28)

Quando fala de uma “brasilinização” da metrópole, o autor se refere à dualização que se produz com a crise do fordismo nos países de capitalismo avançado.

Em 1995, Robert Castel publica *Les Métamorphoses de La Question Sociale*, em que analisa as transformações na economia, a desestruturação do mercado de trabalho e a incapacidade do Estado de oferecer proteção social abrangente na sociedade francesa. Castel (1998) faz uma análise da importância da “sociedade salarial” e do papel do Estado Providência na conformação de uma sociedade menos heterogênea em relação às disparidades econômicas e sociais. Destaca os mecanismos de inclusão social via trabalho e proteção social que conformam uma sociedade (no caso, a francesa, mas a análise pode ser extensiva aos demais países de capitalismo avançado) com forte coesão social no período pós-guerra. Porém, chama a atenção para o surgimento de uma nova questão social, que, pela ótica do trabalho, resume-se a três pontos centrais. O primeiro diz respeito ao que ele chama de “desestabilização dos estáveis”, ou seja, a sociedade salarial criou um ambiente de estabilidade (plano de carreira, previdência etc.) que deixa de existir nas relações de trabalho contemporâneas. A mobilidade descendente passa a ser considerada como uma possibilidade real para as camadas médias assalariadas. O segundo ponto relaciona-se com a “instalação da precariedade”, uma vez que a flexibilização das leis trabalhistas abre espaço para a terceirização, contrato temporário de trabalho e outras formas de precarização do trabalho. Por último, Castel destaca que

A precarização do emprego e o aumento do desemprego são, sem dúvida, a manifestação de um *déficit de lugares* ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público. Trabalhadores ‘que estão envelhecendo’ (mas frequentemente têm cinquenta anos ou menos) e que não têm lugar no processo produtivo, mas que também não o têm alhures; jovens à procura de um primeiro emprego e que vagam de estágio em estágio e de um pequeno serviço a um outro; desempregados de há muito tempo que passam, até a exaustão e sem grande sucesso, por requalificações ou motivações: tudo se passa como se nosso tipo de sociedade redescobrisse, com surpresa, a presença em seu seio de um perfil de populações que se acreditava desaparecido, ‘inúteis para o mundo’, que nele estão sem verdadeiramente lhe pertencer. Ocupam uma posição

de *supranumerários*, flutuando numa espécie de *no man's land* social, não integrados e sem dúvida não integráveis, pelo menos no sentido que Durkheim fala da integração como pertencimento a uma sociedade que forma um todo de elementos independentes. (CASTEL, 1998, p. 529-530. Destaque do autor)

A ideia dos supranumerários diz respeito não só aos que trabalham de forma precária, mas fundamentalmente àqueles que não servem nem para serem explorados, ou seja, não podem ser considerados nem como estoque de mão de obra, uma vez que, mesmo com crescimento econômico, a tendência atual é de redução de empregos.

O debate sobre a sociedade dual aparece como novidade nos países de capitalismo avançado na década de 1990, e não é sem motivo que Wacquant fala de uma brasilinização da metrópole europeia. Ao longo dos anos de 1970, a discussão a respeito da sociedade dual foi marcante nas análises acerca do processo de urbanização e industrialização no Brasil. Será que o que se vivencia hoje nos países de capitalismo avançado diz respeito a uma nova dualidade ou apenas a um momento de recomposição dos lugares na estrutura social? Quais são as perspectivas para aqueles que não conseguem um lugar no mercado? Como esta suposta dualidade se manifesta no espaço urbano? Para responder a tais questões, torna-se importante uma retomada dos principais argumentos do debate sobre o dualismo na América Latina, para evidenciar similaridades e diferenças em relação à dualidade destacada pelos autores contemporâneos.

Pretende-se, neste capítulo, destacar os principais pontos do debate latino-americano acerca da formação capitalista na periferia do mundo. Para tanto, será retomada a discussão sobre desenvolvimento, dependência e dualização produzida no Brasil e na América Latina. É preciso advertir desde já que não se trata de uma busca na história das origens das atuais mazelas sociais. Porém, torna-se necessário o entendimento dos fatores estruturantes da nossa formação social e as especificidades da formação capitalista periférica. Pretende-se ainda, neste capítulo, entender como a história de Belo Horizonte relaciona-se com o momento de transformação nas condições gerais de reprodução capitalista no Brasil e como se conforma um setor informal cuja existência perdura até os dias atuais.

3.1 DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

Antes mesmo de se pensar o capitalismo industrial no Brasil, é preciso destacar alguns aspectos que dizem respeito às condições gerais que antecedem desenvolvimento do capital industrial brasileiro. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels (2002) ressaltam o caráter revolucionário da burguesia que “rompe o véu de sentimentalismo” das relações de dominação feudal. O projeto político burguês baseado nos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade tinha uma pretensão universal, o que na prática não se realiza. Porém, como destaca o próprio Marx, o modo de produção capitalista não só torna obsoletas as formas de produção tradicionais como destrói relações sociais arcaicas. O trecho destacado abaixo, extraído do artigo publicado no *New York Daily Tribune*, de 25 de junho de 1853, intitulado *A Dominação Britânica na Índia*, é bem ilustrativo do caráter revolucionário imposto pela burguesia industrial. Ao observar as transformações na estrutura econômica e social promovidas pela colonização inglesa, Marx considera que

Estas pequenas formas estereotipadas de organismo social foram dissolvidas na maior parte e estão em vias de desaparecer não tanto por causa da intervenção brutal dos preceptores e soldados britânicos, mas sob a influência da máquina a vapor e do livre comércio ingleses. Estas comunidades familiares baseiam-se na indústria artesanal, aliando de um modo específico a tecelagem, a fiação e a cultura do solo executados a mão, o que lhes assegurava a independência. A intervenção inglesa, estabelecida a partir da fiação em Lancashire e da tecelagem em Bengala, ou mesmo fazendo desaparecer tanto o fiação como a tecelagem indianas, destruiu essas pequenas comunidades semi-bárbaras, semi-civilizadas, destruindo seus fundamentos econômicos e produzindo assim a maior e, na verdade, a única revolução social que jamais teve lugar na Ásia.

Ora, por mais triste que seja do ponto de vista dos sentimentos humanos ver essas miríades de organizações sociais patriarcais, inofensivas e laboriosas se dissolverem, se desagregarem em seus elementos constitutivos e serem reduzidas à miséria, e seus membros perderem ao mesmo tempo sua antiga forma de civilização e seus meios de subsistência tradicionais, não devemos esquecer que essas comunidades villageoisies idílicas, malgrado seu aspecto inofensivo, foram sempre uma fundação sólida do despotismo oriental, que elas retêm a razão humana num quadro extremamente estreito, fazendo dela um instrumento dócil da superstição e a escrava de regras admitidas, esvaziando-a de toda grandeza e de toda força histórica. Não devemos esquecer os bárbaros que, apegados egoisticamente ao seu miserável lote de terra, observam com calma a ruína dos impérios, as crueldades sem nome, o massacre da população das grandes cidades, não lhes dedicando mais atenção do que aos fenômenos naturais, sendo eles mesmos vítimas de todo agressor que se dignasse a notá-los. Não devemos esquecer que a vida vegetativa, estagante, indigna, que esse gênero de existência passiva desencadeia, por outra parte e como

contragolpe, forças de destruição cegas e selvagens, fazendo da morte um rito religioso no Hindustão. Não devemos esquecer que essas pequenas comunidades carregavam a marca infame das castas e da escravidão, que elas submetiam o homem a circunstâncias exteriores em lugar de fazê-lo rei das circunstâncias, que elas faziam de um estado social em desenvolvimento espontâneo uma fatalidade toda poderosa, origem de um culto grosseiro da natureza cujo caráter degradante se traduzia no fato de que o homem, mestre da natureza, caía de joelhos e adorava Hanumán, o macaco, e Sabbala, a vaca. (MARX. Disponível em: <http://marxists.org/portugues/marx/1853/06/10.htm>)

No caso brasileiro, a organização social agrária fundamentada numa relação escravocrata era um forte empecilho à criação de um mercado de mão de obra livre. As relações de trabalho na sociedade escravocrata baseavam-se em uma lógica bem distinta das relações capitalistas, tanto no que diz respeito ao processo de produção quanto nas relações sociais e culturais estabelecidas. A produção baseada no trabalho escravo mostra sinais de decadência a partir da segunda metade do século 19, ao mesmo tempo em que a pressão política e social abolicionista ganhou forma no fim do mesmo século. A passagem da sociedade escravocrata para uma de homens livres implicava a tarefa de se criar um mercado de trabalhadores não só livres, mas disciplinados e dispostos a se submeterem à lógica do trabalho assalariado para a produção capitalista (KOWARICK, 1994).

Dessa forma, a solução conservadora para o problema da escassez de mão de obra livre e disposta a se submeter ao trabalho assalariado, principalmente na lavoura cafeeira paulista, foi o incentivo à vinda de italianos, espanhóis, portugueses e japoneses. Os pobres livres e os libertos não foram incorporados ao setor mais dinâmico da economia no setor cafeeiro. Ficaram relegados a atividades secundárias nas fazendas, como manutenção e cultivo de subsistência (atividades fundamentais para os ganhos de produtividade na fazenda, mas que eram mal remuneradas e desvalorizadas socialmente). A situação dos nacionais os coloca em uma posição em que,

Desabilitados subjetiva e objetivamente para o trabalho disciplinado, nem por isso deixaram de ser incorporados ao processo produtivo, tão logo este os necessitasse: foi assim durante a escravidão, ou mais tarde, nas regiões cafeeiras estagnadas, para onde o imigrante não se dirigiu. Nas áreas novas, por outro lado, desempenharam as tarefas mais árduas – derrubadas de matas e preparo da terra – que o estrangeiro tendia a rejeitar. Trabalharam, portanto, em atividades que antes o escravo não podia fazer e

depois o imigrante não queria desempenhar. (KOWARICK, 1994, p. 102-103)

Na medida em que os intensos fluxos imigratórios criaram um contingente de trabalhadores livres suficiente para dar conta da produção cafeeira, não houve preocupação de incorporação dos livres pobres e libertos na dinâmica capitalista nascente. Diferente do modelo clássico da formação capitalista, baseado na destruição das relações tradicionais e criação de novas relações de produção e trabalho, ocorre no caso brasileiro uma transformação com a manutenção de formas arcaicas e tradicionais de produção e trabalho. Ao mesmo tempo em que os fazendeiros não se preocuparam em incorporar uma parcela considerável da população nas novas formas de produção, houve também uma crescente resistência dos livres e libertos em se submeter aos desmandos do patrão, que continuava ditando ordens como senhor (KOWARICK, 1994).

Nesse sentido, podemos perceber ainda hoje, como traço marcante da nossa cultura do trabalho, desprezo pelas atividades manuais, relações de trabalho baseadas na personalidade e viés autoritário das chefias no trato com os subordinados. Mais marcante ainda são os efeitos da discriminação em relação aos negros no mercado de trabalho. Mesmo quando há, a partir da segunda metade do século 20, uma incorporação maior do negro no mercado de trabalho formal, observa-se uma desigualdade nos rendimentos e na ocupação de cargos de chefia. Em termos do imaginário social, criou-se uma associação entre tais indivíduos e suas práticas a ideia de vadiagem. Não raro, nos dias de hoje, aqueles que não se submetem às práticas de dominação capitalista são considerados indóceis, vadios e, portanto, perigosos. Do ponto de vista político, desenvolvem-se formas híbridas de participação na vida pública. O mito da democracia racial foi, e continua sendo, uma forma velada de preconceito, que, ao não declarar abertamente o preconceito de cor, escamoteia uma estrutura social fortemente hierarquizada, que privilegia o branco de posses em detrimento do negro, índio e pobre (DA MATTA, 1984). Dessa forma, “o bom cidadão não é o que se sente livre e igual, é o que se encaixa na hierarquia que lhe é prescrita.” (CARVALHO, 1998, p. 307) O Estado brasileiro tem como peculiaridade “formar” cidadãos. Como destaca José Murilo de Carvalho, desenvolve-se aqui uma “estadania” a partir de um Estado liberal, que

paradoxalmente é o grande regulador da vida social. Tais aspectos serão retomados, de forma detalhada, no próximo capítulo.

O desenvolvimento da economia cafeeira no Brasil criou os pré-requisitos para o processo de industrialização na medida em que não só possibilitou uma forte acumulação de capital na mão de uma classe, mas também formou um mercado de trabalho baseado na especialização e assalariamento e promoveu a formação de um mercado interno.

Em suma, o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo de capitais, **o que só foi possível porque estava atravessando um auge exportador.** (CARDOSO DE MELLO, 1984, p. 101. Destaque do autor)

O que o autor citado pretende é chamar a atenção para o fato de que a industrialização capitalista na América Latina, e mais especificamente no Brasil, é específica, tendo em vista que são economias exportadoras e se constroem no momento em que o capitalismo monopolista consolida-se mundialmente.

O desenvolvimento da economia cafeeira voltada para o mercado externo possibilitou não só a formação de um excedente interno, mas também a criação de um mercado interno consumidor com características específicas. O excedente de mão de obra, a manutenção de formas pré-capitalistas de sobrevivência, a concentração de terra e a mínima intervenção do Estado nas relações de trabalho fizeram com que a pequena parcela detentora dos meios de produção se apropriasse de parte substantiva do excedente produzido socialmente. Dessa forma, houve uma rápida diversificação dos hábitos de consumo das elites via importação de artigos produzidos pelos países de capitalismo avançado. O excedente, em um primeiro momento, não foi usado para financiar a industrialização em curso nos países centrais, e sim para difundir na periferia hábitos de consumo de produtos produzidos na metrópole.

(...) os frutos dos aumentos de produtividade revertiam em benefício de uma pequena minoria, razão pela qual a renda disponível para consumo do

grupo privilegiado cresceu de forma substancial. Convém acrescentar que tanto o processo de realocação de recursos produtivos como a formação de capital que a este se ligava (abertura de novas terras, construção de estradas secundárias, edificação rural, etc.) eram pouco exigentes em insumos importados: o coeficiente de importações dos investimentos ligados às exportações em expansão era baixo. Exceção importante, constituiu-a a construção da infra-estrutura ferroviária, a qual foi financiada do exterior e assumiu parcialmente a forma de 'enclave' produtor de excedente que não se integrava na economia local. De tudo isso resultou que a margem da capacidade para importar, disponível para cobrir compras de bens de consumo no exterior, foi considerável. **As elites locais estiveram, assim, habilitadas para seguir de perto os padrões de consumo do centro, a ponto de perderem contacto com as fontes culturais dos respectivos países.** (FURTADO, 1974, p. 79-80. Destaque nosso)

A tese de Furtado foi, à sua época, bastante convincente, não só pelos fatores econômicos destacados, mas principalmente pela resultante desse processo. A relação nacional com os países de capitalismo central não se resumiu a uma mera troca comercial. Os efeitos políticos, sociais e culturais foram tão importantes quanto os econômicos. Na medida em que há um movimento decrescente de ganhos na economia agrícola exportadora e promove-se a formação de uma indústria interna, não se verifica uma ruptura em termos de uma luta de classes no sentido clássico. No Brasil, de um modo geral, a elite agrária, que passa a morar no núcleo urbano, é também elite cultural e passa a financiar a indústria.

A relação de dependência centro-periferia seria, para Furtado, o ponto de partida para o subdesenvolvimento, que, no entanto, está relacionado a

processos sociais em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação do nível de vida médio da população. (FURTADO, 1992, p. 7)

Nesse sentido,

O subdesenvolvimento é um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida atraso na adoção de métodos produtivos mais eficazes. É que os dois processos de penetração de novas técnicas se apóiam no mesmo vetor que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço de outra. **A raiz do subdesenvolvimento reside na desarticulação entre esses dois**

processos causada pela modernização. (FURTADO, 1992, p. 8. Destaque nosso)

Para Furtado, a desarticulação na relação entre consumo e produção teria levado à formação de uma estrutura industrial não integrada e dependente de importações. Mais que isso, a industrialização integral seria a principal forma de se superar o subdesenvolvimento e eliminar a pobreza. Porém, para se chegar a uma industrialização plena, seria preciso uma ação do Estado através de um planejamento que levasse em conta as desarticulações e a relação de dependência. O autor ressalta ainda que a industrialização plena era condição fundamental, porém insuficiente para o Brasil abandonar a condição de subdesenvolvido. O principal entrave a ser superado diz respeito à existência de uma estrutura econômica dual. Um dos grandes problemas seria a coexistência de mercado de trabalho atrasado, baseado em formas artesanais e precárias de subsistência, e um setor formal avançado. Posto nesses termos, o problema do subdesenvolvimento seria resolvido com a incorporação dos trabalhadores informais pelo mercado formal, pois dessa maneira teríamos uma homogeneização social. Cabe ressaltar que a homogeneização diz respeito a criar laços sociais comuns, coesão social baseada em um sentimento nacional.

Furtado defendia um projeto nacional de autodeterminação conduzido pelo Estado. O planejamento seria o principal instrumento para a realização de uma reforma social com o objetivo de acabar com o desemprego e as formas arcaicas de trabalho. O problema central a ser resolvido seria a integração da população urbana e rural no processo de desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, seria necessária uma política econômica que sustentasse a reforma social, com a diversificação do parque industrial e tendo como fim o desenvolvimento da nação.

3.2 MODERNIZAÇÃO E MARGINALIDADE

A passagem de uma estrutura agrária para urbano-industrial foi analisada por Émile Durkheim como uma mudança da sociedade mecânica para orgânica. De acordo com o sociólogo positivista, em uma sociedade onde prevalecem os laços sociais diretos, há uma baixa individualidade e uma forte consciência coletiva, prevalece

uma *solidariedade mecânica* (DURKHEIM, 1995). As comunidades pequenas, onde prevalecem os laços familiares e há baixa divisão social do trabalho, são marcadas também por uma produção artesanal e uma prevalência do coletivo sobre o individual. Ao fazer referência ao processo de urbanização e industrialização, Durkheim diz que há um gradual incremento na densidade moral das relações entre os indivíduos, o número de instituições sociais cresce e se diversificam em funções inter-relacionadas. Conseqüentemente, cresce o espaço para comportamentos individuais baseados em escolhas que são feitas a partir das novas exigências sociais. A sociedade passa a funcionar como um organismo humano: cada instituição social tem uma função, cada indivíduo cumpre um papel que contribui para o bom funcionamento do todo social. O comportamento individual não altera o funcionamento do todo; no entanto, se alguma instituição social não funciona bem, se há uma disfunção, o corpo social torna-se doente.

O funcionalismo durkheimiano tem uma forte influência nas análises acerca do processo de industrialização na periferia do mundo. A teoria da modernização toma como pressuposto a ideia de que o bom funcionamento das estruturas sociais mantém o todo harmonioso. No entanto, existem momentos em que o corpo social torna-se doente em função de um descompasso nas estruturas que compõem a sociedade. Dessa forma, torna-se necessário conhecer os mecanismos de funcionamento desse todo para que se possam aplicar medidas de ajustes – conhecimento, ordem e progresso.

A teoria da modernização pretende entender a história da urbanização e da industrialização na periferia do mundo a partir do binômio moderno/atrasado. Dessa forma, o processo de modernização

(...) gera desequilíbrios, tanto sociais como econômicos, que são equacionados pela teoria da modernização em termos de padrões polares, entre os quais as disparidades regionais, a dualidade cidade-campo ou as diferenças entre grupos e sistemas sócio-culturais. Estes desequilíbrios seriam inerentes ao processo de criação e distribuição de riquezas mas adquirem com o impacto da industrialização uma tônica particular. (KOWARICK, 1985, p. 47)

Tal perspectiva apresenta um viés evolucionista, uma vez que considera o desenvolvimento social a partir de estágios de desenvolvimento. Nesse sentido,

existem sociedades em estágios mais avançados que outras, da mesma forma em que, numa mesma sociedade, pode haver setores mais avançados que outros convivendo em um mesmo momento histórico. A falta de sincronia no processo de transição gera a coexistência e conflito de valores econômicos, culturais, modos de comportamento e crenças.

A consequência de tal colocação é a coexistência de setores *arcaicos* e *avançados* dentro de uma mesma sociedade, configurada em termos polares. Isto significa que a marginalidade é vista a partir de uma dualidade estrutural que opõe dois termos ao longo de um contínuo em que um pólo, o *marginal*, é definido pela ausência de um conjunto de características existentes no pólo inverso, o *integrado*. (KOWARICK, 1985, p. 48, Destaque do autor)

A passagem da estrutura agrária cafeeira para a sociedade urbana industrial no Brasil, pela ótica da teoria da modernização, foi feita a partir de grandes saltos, o que resultou na produção de uma marginalidade estrutural. Na cidade, desenvolve-se uma cultura urbana, ou, nos termos de George Simmel (1979), uma vida mental baseada no cálculo matemático. Para o jeca Mazzaropi⁹ adaptar-se à nova mentalidade urbana, é preciso uma mudança radical na sua personalidade, o que nem sempre é possível. A **incapacidade do indivíduo** em se adequar às novas instituições sociais torna-se a principal causa da marginalidade. Do ponto de vista econômico, a industrialização brasileira teria produzido um descompasso entre a estrutura agrária exportadora e industrial urbana, daí a coexistência, no meio urbano, de formas sociais díspares. Para tal corrente de pensamento, a expansão do setor industrial, a mobilidade social e o incremento da educação profissional e formal seriam as formas de inclusão social por excelência de uma sociedade aberta.

3.3 CRÍTICA AO DUALISMO

A tese do subdesenvolvimento de Celso Furtado e suas propostas de superação de tal condição renderam aos pesquisadores da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal – tema para diversas pesquisas e busca de soluções,

⁹ Mazzaropi é o personagem de Amácio Mazzaropi em diversos filmes. A imagem do jeca da roça que não se adapta à cultura urbana é recorrente em seus filmes, como *Jeca Tatu* (1959) e *A Tristeza do Jeca* (1961), dentre outros.

especialmente no âmbito do planejamento estatal. No entanto, surgiram também questionamentos em termos do poder explicativo da tese do subdesenvolvimento e, principalmente, dos termos colocados para superação da condição de inferioridade. Seria possível, no caso brasileiro, contar com uma burguesia nacional anti-imperialista para promover o desenvolvimento? O planejamento proposto e conduzido pelo Estado seria capaz de reverter a condição de subdesenvolvimento? Seria possível, somente a partir de condicionantes endógenos, promover-se o fim da pauperização do trabalho?

Os críticos ao modelo cepalino e às teses de Furtado procuraram demonstrar as fragilidades contidas em suas análises. Fernando Henrique Cardoso (1972), em seu momento intelectual, procurou, através do estudo do comportamento dos empresários, demonstrar que as camadas dirigentes capitalistas não tinham pretensões nacionalistas. Ao mesmo tempo, a associação do capitalista nacional com os conglomerados internacionais colocava o país como “sócio menor” do capital internacional. Posteriormente, Cardoso e Faletto (1975) desenvolvem a tese de um capitalismo baseado no desenvolvimento associado e dependente. Apesar de a noção de dependência estar contida nos trabalhos de Furtado, a partir do trabalho *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* há outra interpretação. A dependência não é vista como condição a ser superada, mas que foi criada historicamente, a partir do embate interno de grupos sociais distintos, e na medida em que há uma associação do capital nacional com o internacional, estabelece-se uma subordinação que dificilmente poderia ser rompida. Mais que isso, a dependência se expressa não só através das relações econômicas, mas também por meio de relações políticas e sociais. Para os autores, além de a burguesia nacional não ser revolucionária no início da industrialização, uma vez que sua origem era oligárquica, não se constituiu nos centros urbanos um proletariado com força suficiente para fazer frente aos abusos do capital. Ao mesmo tempo, o Estado autoritário e populista arrefeceu o embate de classes na medida em que teve papel fundamental ao antever os conflitos e oferecer uma solução conservadora.

A inexistência de um setor agro-importador que tivesse dado origem a uma economia industrial subsidiária de importância, e a impossibilidade do sistema de poder anterior continuar controlando o Estado depois da crise da economia exportadora, assinalaram o começo da industrialização. Essa industrialização, de caráter substitutivo como se disse, alcançou-se, por um

lado, através da ação direta do Estado e, por outro, pelo impulso de uma 'burguesia industrial' em grande medida desvinculada do setor agro-importador. E o que é ainda mais marcante, não apenas os ramos tradicionais das indústrias básicas foram fomentados e inclusive criados pelo poder público, mas até indústrias de bens de consumo permanente, como a automotriz e as indústrias de bens intermediários, encontraram no Estado, durante as fases iniciais da instalação desses ramos industriais, seu propulsor direto. (CARDOSO & FALETTTO, 1975, p. 103-104)

Os autores chamam a atenção ainda para o fato de que a dependência não impede o desenvolvimento, porém confere a ele uma especificidade. Na medida em que o capital internacional se associa ao nacional, consegue-se um desenvolvimento associado, porém sem a perspectiva de autonomia, como pretendia a perspectiva cepalina.

Outra fonte de crítica ao modelo cepalino, ao pensamento de Furtado e demais teorias da dependência baseadas na contraposição entre “atrasado” *versus* “desenvolvido” foi exposta de forma contundente por Francisco de Oliveira (2003) no livro *Crítica à Razão Dualista*. Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro pós-1930, o autor chama a atenção para a formação das condições endógenas de desenvolvimento do setor industrial avançado. Para Oliveira, o Estado populista criou um horizonte estável para a acumulação capitalista através da legislação trabalhista e fixação do salário mínimo. Por outro lado, a manutenção de relações arcaicas na agricultura relaciona-se com as novas formas de produção, com fortes reflexos na cidade, pois

(...) o preço de oferta da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo da alimentação – determinado este pelo custo de reprodução da força de trabalho rural – e custo de bens e serviços propriamente urbanos; nestes, ponderava fortemente uma estranha forma de ‘economia de subsistência’ urbana, (...) tudo forçando para baixo o preço de oferta da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, os salários reais. Do outro lado, a produtividade industrial crescia enormemente, o que, contraposto ao quadro da força de trabalho e ajudado pelo tipo de intervenção estatal descrito, deu margem à enorme acumulação industrial das três últimas décadas. **Nessa combinação é que está a raiz da tendência à concentração da renda na economia brasileira.** (OLIVEIRA, 2003, p. 46-47. Destaque nosso)

O que é importante destacar no pensamento do autor é que a relação entre o setor atrasado e o moderno leva a um aumento na taxa de lucro dos capitalistas. Em primeiro lugar, a relação entre “moderno” e “atrasado” não é particular ao caso

brasileiro, apesar de apresentar aqui uma peculiaridade. Segundo, não há uma oposição entre eles, ao contrário, prevalece uma relação de simbiose em que o “moderno” se alimenta das formas arcaicas de produção e trabalho.

Sendo assim, é possível admitir que o desenvolvimento econômico tenha conexões fortes com as relações externas, porém, é preciso entender a dinâmica interna do desenvolvimento e as resultantes dos embates ocorridos entre as classes. O Estado, capturado pelas elites locais, vai agir de forma a promover as condições gerais de produção e reprodução do capital. Mais que isso, vai procurar maximizar os ganhos na medida em que mantém as camadas subalternas dentro de uma “normalidade”. Desenvolve-se, assim, nos centros urbanos, uma rede de articulações que conecta o setor industrial avançado ao mercado informal.

Qual é o volume de comércio de certos produtos *industrializados* – o grifo é proposital – tais como lâmina de barbear, pentes, produtos de limpeza, instrumentos de corte, e um sem-número de pequenos objetos, que é realizado pelo comércio ambulante das ruas centrais de nossas cidades? Qual é a relação que existe entre o aumento da frota de veículos particulares em circulação e os serviços de lavagem de automóveis realizados braçalmente? Existe alguma incompatibilidade entre o volume crescente de produção automobilística e a multiplicação de pequenas oficinas destinadas à *re-produção* dos veículos? Como explicar que todos os tipos de serviços de consumo pessoal cresçam mais exatamente quando a indústria recupera seu dinamismo na criação de empregos e quando todo um processo se cristaliza – conforme os resultados do censo demográfico de 1970 – numa distribuição da renda mais desigual? Esses tipos de serviços, longe de serem excrescências e apenas depósito do ‘exército industrial de reserva’, são adequados para o processo da acumulação global e da expansão capitalista e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração de renda. (OLIVEIRA, 2003, p. 58)

A informalidade apresentada assim contém um duplo aspecto. Por um lado, cria subsídios para o ganho dos capitalistas através do excedente de mão de obra, rebaixamento de salários e geração de renda mínima para consumo dos informais. Por outro lado, a informalidade “regulada” pelo Estado serve, assim como o mecanismo de mobilidade social, de mecanismo eficiente para amortecedor de conflitos sociais.

Kowarick (1985), ao apontar a insuficiência da teoria da modernização em dar conta do processo de formação da marginalidade, corrobora o pensamento de Oliveira, uma vez que, para ele

(...) a marginalidade não é resultado de disfunções do sistema. É, ao contrário, resultado das estruturas societárias de caráter global as quais trazem em seu âmago um conjunto de contradições cujas expressões são múltiplas, e dentre essas, a própria marginalidade. A abordagem deve ser duplamente deslocada. De um lado o conceito a ser privilegiado não é mais o de *disfunção*. O conceito básico é o de *contradição*. Por outro lado, do ponto de vista teórico, essa contradição precisa ser analisada do ponto de vista teórico, essa contradição precisa ser analisada como decorrente de um tipo de configuração estrutural necessário na dinâmica da sociedade. A participação não realizada é fruto do sistema que a cria. E para o *sistema* isto não é necessariamente disfuncional. Ao contrário, representa barateamento do fator trabalho o que na ótica do *sistema* é altamente 'funcional', ou seja, rentável e inerente ao processo de acumulação. (KOWARICK, 1985, p. 55-56. Destaques do autor)

Como destaca Oliveira (2003, p. 47), “por detrás da aparente dualidade existe uma relação dialética”. Pode-se dizer, assim, que a informalidade e a marginalidade não são efeitos diretos do subdesenvolvimento ou da dependência: são fenômenos relacionados à forma como as elites dominantes vão se apropriar do Estado e das formas de exploração, tendo em vista a produção maior possível de excedente.

3.4 INFORMALIDADE E CIDADE

Conforme ressalta Oliveira (2003, p. 59),

(...) o processo de crescimento das cidades brasileiras – para falar apenas do nosso universo – não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos da cidade.

Nesse caso, o caos não pode ser confundido com anarquia: mesmo em uma sociedade urbana caótica como a brasileira, formas rudimentares se compatibilizam com a expansão dos ganhos dos capitalistas. O caso da habitação popular produzida no sistema de mutirão e autoconstrução evidencia tal proposição, pois possibilitou o rebaixamento do custo da reprodução do trabalho e a espoliação urbana (KOWARICK, 1993).

As primeiras formulações acadêmicas preocupadas exclusivamente com o mercado informal têm origem com estudos do Programa Regional Del Empleo para América Latina y Caribe – Prealc. Grosso modo, os estudos associavam a origem do

mercado informal a processos migratórios, em que os indivíduos se viam sem condições de permanecer no campo por conta do processo de modernização, e nos centros urbanos a estrutura ocupacional não era capaz de absorver toda a mão de obra excedente (TOMAZINI, 1995).

Apesar de os estudos destacarem a heterogeneidade do mercado informal, tornou-se consensual a ideia de que o

(...) setor denominado setor informal, em contraposição ao setor moderno e organizado da economia, é o mecanismo através do qual procuram sobreviver os migrantes que não encontram emprego na área organizada do mercado de trabalho. É o excedente estrutural de mão-de-obra que cria o setor informal urbano, segundo sua própria lógica: gerar circuitos de sobrevivência, através de um amplo segmento de atividades econômicas, onde seus integrantes se auto-empregam na produção de bens e serviços em pequena escala e com baixos níveis de produtividade, com os quais obtêm uma pequena renda, a renda informal. (TOMAZINI, 1995, p. 9)

Considerando tal perspectiva, pode-se inferir que, a partir do momento em que exista uma ampliação das oportunidades no mercado formal, deve haver um movimento inverso no mercado informal com a sua retração. Segundo a teoria da modernização, o desenvolvimento do capitalismo poderia levar a uma homogeneização social com a incorporação dos trabalhadores na estrutura de emprego formal, uma vez que o excedente estrutural de mão de obra seria o responsável pela criação do mercado informal urbano. A partir de tal perspectiva, pode-se dizer que o setor informal seria não só uma estratégia de sobrevivência, mas também serviria como porta de entrada para o mercado formal.

A perspectiva estruturalista marxista, representada aqui pelo pensamento de José Nun (2001), suscitou um fecundo debate acerca da marginalidade e informalidade na América Latina. O autor parte dos conceitos de *superpopulação relativa* e *exército industrial de reserva* de Marx para formular o conceito de *massa marginal*. Para Nun, a superpopulação relativa relaciona-se com cada modo de produção. A superpopulação serve como indicador de pauperização social, e a forma como uma sociedade lida com tal problema pode ser compreendida a partir da sua funcionalidade. A superpopulação torna-se “disfuncional” para uma determinada sociedade quando passa a concorrer com os demais membros do grupo no uso de

recursos limitados. As guerras e o infanticídio são exemplos de controle populacional em sociedades ditas primitivas. Nas sociedades em que há produção mínima de excedente, é possível que indivíduos sobrevivam das sobras sem representar risco ao grupo, como no caso dos mendigos nas sociedades feudais. Nesse sentido, a superpopulação é “afuncional”, ou seja, sua existência ou não é indiferente. Por fim, a superpopulação adquire um caráter “funcional” em uma sociedade quando a sua presença torna-se um mecanismo de controle social, quando se torna necessária para manutenção de determinadas relações econômicas e/ou de poder (NUN, 2001).

Para Nun, no capitalismo a superpopulação converte-se em exército industrial de reserva, como destacado por Marx, e tem um papel funcional fundamental para os ganhos dos capitalistas. Em primeiro lugar porque cria uma grande quantidade de homens disponíveis para o ciclo de crescimento econômico, ou seja, força de trabalho. Segundo, porque serve como reserva de mão de obra para os momentos de aumento na demanda por força de trabalho. Serve ainda como forma de pressão para o rebaixamento dos salários dos que estão empregados. Para José Nun, o conceito clássico de exército industrial de reserva torna-se insuficiente para dar conta das relações de funcionalidade entre a superpopulação relativa e os setores dominantes das economias. Daí ele propõe o conceito de massa marginal:

Llamaré ‘masa marginal’ a esa parte afuncional o disfuncional de la superpoblación relativa. Por lo tanto, este concepto – lo mismo que el de ejército industrial de reserva – se situa a nivel de las relaciones que se establecen entre la población sobrante y el sector productivo hegemónico. La categoría implica así una doble referencia al sistema que, por un lado, genera este excedente y, por el otro, no precisa de él para seguir funcionando. (NUN, 2001, p. 87)

Assim,

Tal como ha sido conceptualizada aquí, em cambio, La masa marginal – en contraste con el ejército industrial de reserva clásico – indica ese bajo grado de ‘integración del sistema’, debido a um desarrollo capitalista desigual y dependiente que, al combinar diversos procesos de acumulación em el contexto de um estancamiento crónico, genera una superpoblación relativa no funcional respecto de las formas productivas hegemónicas. (NUN, 2001, p. 137)

O conceito de massa marginal foi criticado especialmente por Fernando H. Cardoso, principalmente por substituir a ideia de *contradição* pela de *funcionalidade*. Chama a atenção ainda o fato de que o conceito de *masa marginal* implica, também, uma

visão dualista da sociedade. Nesse sentido, tanto a visão cepalina quanto a teoria da marginalidade e o pensamento marxista estruturalista baseavam suas análises em uma concepção dualista. Especialmente para os cepalinos, a ideia de que os não assalariados seriam um grupo social em extinção tornou-se predominante, uma vez que o desenvolvimento econômico almejado levaria à incorporação dos informais pelo setor informal na medida em que fosse expandindo.

Apesar de toda a crítica aos modelos duais, o debate acerca do setor informal ganha força nos anos de 1970, a partir de estudos da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Pela definição da OIT, o *setor formal* caracteriza-se por apresentar barreiras na entrada, depender de recursos externos, propriedade impessoal do empreendimento, operar em grande escala, utilizar processos produtivos intensos em capital e tecnologia importada, mão-de-obra que adquire as qualificações requeridas através da escolaridade formal, atuar em mercados protegidos através de taxas, impostos, etc.

O *setor informal* caracteriza-se pela sua facilidade na entrada, recursos de origem doméstica, propriedade individual ou familiar do empreendimento, opera em pequena escala, os processos produtivos são intensivos em trabalho e a tecnologia é adaptada, a mão-de-obra adquire a qualificação fora do sistema escolar normal, atua no mercado competitivo e não regulamentado. (SILVEIRA, 2009, p. 50. Destaques do autor)

Tal caracterização também foi alvo de críticas, principalmente em relação à incapacidade de uma verificação empírica dos atributos de um e outro setor. O que se percebe empiricamente é que o chamado setor informal contém uma diversidade de atividades com características bem distintas. Além disso, é quase impossível encontrar um empreendimento que corresponda à descrição do setor informal acima mencionada. O conceito de informalidade contém o pressuposto de que as atividades não formais são essencialmente ligadas às estratégias de sobrevivência dos não “incluídos”, e não são consideradas, portanto, uma forma de opção dos indivíduos. Por isso, há uma tendência de se associar o aumento nas taxas de desemprego e da pobreza ao aumento da informalidade e da marginalidade.

Cacciamali (1983) ao fazer uma revisão da literatura acerca do mercado informal, propõe uma análise a partir de uma perspectiva da pequena propriedade mercantil. Nesse sentido, o setor informal é visto como subordinado às leis gerais do

capitalismo, porém sofre grande influência **não só das particularidades da forma de produção, mas também das condições socioeconômicas de cada localidade** (CACCIAMALI, 1983).

Tal debate será retomado na medida em que o caso dos camelôs de Belo Horizonte for analisado, para que se possa demonstrar que tal perspectiva de fato é fundamental para a compreensão das transformações no chamado setor informal. No entanto, assumem-se aqui os pressupostos colocados por Oliveira (2003), Kowarick (1985) e Cacciamali (1983) para entender a dinâmica do comércio ambulante. Cacciamali admite que o tamanho do setor informal tenha relação com o nível de desenvolvimento econômico. Regiões com um dinamismo menor na produção capitalista tendem a deixar um espaço maior para trabalhadores autônomos. Porém, apesar da diferença na sua intensidade, o fenômeno da informalidade é comum nas grandes cidades brasileiras desde o início da urbanização e acentua-se com o processo de industrialização, ou seja, existem outros fatores que impulsionam a informalidade nos grandes centros urbanos.

Pode-se dizer que a inclusão social feita a partir do trabalho formal não é diretamente relacionada à condição de dependência ou subdesenvolvimento, mas deve-se, em última instância, aos interesses das elites dominantes em manter seus altos ganhos sem se preocupar com a incorporação da maioria da população no setor formal. O mesmo pode ser dito em relação ao uso do espaço público. No Brasil, o espaço urbano sempre foi, por excelência, o espaço das elites. As práticas populares no espaço público foram em grande parte reprimidas quando consideradas subversivas, como no caso dos anarquistas, ou passaram a ser reguladas através de mecanismos diversos. Ao mesmo tempo em que o Estado passou a regular as relações de trabalho no setor formal de forma direta, produzindo uma legislação trabalhista, criou mecanismos de controle da informalidade, seja através de proibições ou de leis e decretos que regulavam atividades informais nos centros urbanos emergentes.

Algumas leis de posturas expressam a forma de regulação estatal em relação à informalidade, como citado anteriormente. Uma vez que parte considerável dos trabalhadores não encontrava acesso ao mercado formal, buscaram na

informalidade as mais diversas formas de sobrevivência. Dessa maneira, recorreram não só a formas tradicionais de sobrevivência, como o plantio de hortas, criação de animais, como criaram meios de obter algum rendimento. Do ponto de vista do Estado, coibir a informalidade significaria colocar um enorme contingente populacional na condição de desempregados, além de encaminhar outros tantos para a criminalidade. Acabar com a informalidade, portanto, implicaria um projeto mais amplo de inclusão social via redistribuição de renda e diminuição da desigualdade social, o que não fazia parte dos interesses das elites.

No caso de Belo Horizonte do início do século 20, há uma conjuntura econômica favorável à expansão do setor informal, uma vez que as taxas de crescimento econômico são baixas e a dinâmica do setor formal não favorece a criação de empregos qualificados. No entanto, o Estado vai agir desde o início de forma a regular e normatizar a informalidade. Não se pretende aqui refutar ou confirmar alguma tese acerca do mercado formal, mas apenas chamar a atenção para aspectos que não estão diretamente relacionados ao mercado que têm influência no setor informal.

A proposta deste capítulo, portanto, é fazer uma inversão do olhar acerca da informalidade: que não se oriente somente a partir da produção, mas pela ótica do consumo (consumo do espaço, inclusive). Nesse sentido, a informalidade, mais especificamente no caso dos camelôs, seria construída não só por conta de problemas estruturais de desigualdade e na composição do emprego e distribuição de renda, mas também pela forma como os sujeitos se integram e dispersam pelo e no consumo.

As análises que procuram explicar a informalidade têm como principal problema o seu ponto de partida focado na esfera produtiva. Consideram como referência o mercado formal e o emprego padrão assalariado. Direta ou indiretamente, parte-se do pressuposto de que todo trabalhador informal almeja, em última instância, tornar-se empresário ou assalariado de carteira assinada. Em *As Metamorfoses da Questão Social*, Castel (1998) mostra que o emprego padrão assalariado torna-se preponderante somente no século 20, mais especificamente durante os “anos dourados”, nos países de capitalismo avançado. Se, no fim do século 20, ser

assalariado era um privilégio, em função do desemprego estrutural, durante os primeiros séculos do capitalismo industrial ser assalariado era o mesmo que ser desqualificado. O indivíduo que se submetia ao assalariamento era aquele que não possuía qualificação suficiente para o livre exercício de uma profissão. O trabalhador qualificado possuía um ofício, que lhe propiciava seu sustento e o da família e, portanto, não precisava se submeter às vontades de outrem. O desenvolvimento do capitalismo industrial levou à bancarrota as corporações de ofício, o pequeno comércio e a agricultura familiar, possibilitando a todos serem livres para se tornarem assalariados (CASTEL, 1998).

Nesse sentido, pensar o trabalho assalariado como meta de todos aqueles que estão na informalidade é desconsiderar as implicações do assalariamento. Diante de todos os ganhos oriundos das lutas proletárias em termos de proteção social e melhoria nas condições de trabalho, é bastante razoável dizer que o trabalhador formal possui uma condição favorável em relação aos que não estão no mercado formal. O trabalho formal, mesmo em um país como o Brasil, que possui uma legislação trabalhista frágil, permite ao trabalhador certa segurança, seja em relação ao salário mensalmente depositado em sua conta, que lhe permite comprar as prestações, seja em termos de seguro social. A sociedade salarial (CASTEL, 1998) cria, através do trabalho formal assalariado, uma maior coesão social. No entanto, o imaginário social do século 20, que vincula trabalho assalariado formal a segurança, encobre outras possibilidades de se pensar emprego e renda. Estabilidade, segurança pode ser também traduzida como acomodação, covardia, resignação, tédio, sujeição. O trabalho informal comporta riscos os mais diversos, porém não pode ser compreendido simplesmente como uma anomalia, falta de oportunidade, alternativa de sobrevivência, dentre outras coisas. O não assalariado formal, excetuando-se os desempregados, representa a não sujeição. Não se trata aqui de assumir o discurso piegas e escorregadio do empreendedorismo. Trata-se de pensar que a sociedade salarial traz, sem sombra de dúvida, um grande ganho para os trabalhadores em termos de estabilidade e proteção contra os riscos do capitalismo, no entanto limita consideravelmente o potencial criativo e, talvez, emancipatório do sujeito. Além disso, é preciso pensar que, se o desemprego potencializa distúrbios sociais por um lado, por outro é extremamente útil na promoção de rebaixamento de salários e estoque de mão de obra.

Sendo assim, pretende-se analisar o chamado setor informal, mais especificamente os camelôs, numa perspectiva que pretende deixar de lado a classificação e ordenação dos indivíduos na estrutura social e que possa passar a compreensão dos sujeitos em relação às estruturas sociais e formão modo como reagem aos limites impostos pelo capital. Desde já é preciso ressaltar que não se pretende generalizar o chamado setor informal a partir da análise da trajetória dos camelôs, mas, sim, a partir daí, pensar não só outras possibilidades de trabalho e renda, bem como de apropriação do espaço urbano.

3.5 CONSUMO E CIDADE

A análise marxiana do capitalismo, grosso modo, enfatiza a esfera produtiva, procurando desvendar o processo de produção do capital. Tal perspectiva justifica-se na medida em que, para Marx, é na esfera da produção que se encontram os fundamentos de uma dada sociedade:

na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. (MARX, <http://marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>)

Sem querer entrar no mérito do debate acerca dos determinismos derivados de tal colocação e da necessidade de compreender os processos históricos e sociais a partir de uma perspectiva dialética, torna-se necessário enfatizar a importância da crítica ao idealismo. Se não é a consciência do homem que determina sua existência, torna-se extremamente necessária a tarefa de entender como é formada tal consciência a partir das relações sociais e de produção. Nesse sentido, na perspectiva marxiana, é na esfera produtiva que se define, por exemplo, a estrutura de classe, a forma de exploração de uma classe sobre outra, o ganho do capital etc.

A superestrutura (ideologia) derivada a partir de um determinado modo de produção teria como função primordial justificar, escamotear, reafirmar e reproduzir as desigualdades contidas na infraestrutura.

Desse modo, é preciso ressaltar que a relação entre as diferentes instâncias não ocorre em um sentido único, há uma inter-relação entre elas que só pode ser entendida na perspectiva de movimento. Um ponto crucial nas elaborações de Marx diz respeito à centralidade do trabalho como categoria-chave para o entendimento das relações sociais humanas, especialmente na sociedade capitalista. O trabalho, apesar de presente no cotidiano dos animais, não tem o mesmo sentido, uma vez que os animais

(...) só produzem o estritamente indispensável a si mesmos ou aos filhotes. Só produzem em uma única direção, enquanto o homem produz universalmente. Só produzem sob a compulsão de necessidade física direta, ao passo que o homem produz quando livre de necessidade física e só produz, na verdade, quando livre dessa necessidade. Os animais só produzem a si mesmos, enquanto o homem reproduz toda a natureza. Os frutos da produção animal pertencem diretamente a seus corpos físicos, ao passo que o homem é livre ante seu produto. Os animais só constroem de acordo com os padrões e necessidades da espécie a que pertencem, enquanto o homem sabe produzir de acordo com os padrões de todas as espécies e como aplicar o padrão adequado ao objeto. Assim, o homem constrói também em conformidade com as leis do belo.

É justamente em seu trabalho exercido no mundo objetivo que o homem realmente se comprova como um ente-espécie. Essa produção é sua vida ativa como espécie; graças a ela, **a natureza aparece como trabalho e realidade dele**. O objetivo do trabalho, portanto, é a objetificação da vida como espécie do homem, pois ele não mais se reproduz a si mesmo apenas intelectualmente, como na consciência, mas ativamente e em sentido real, e **vê seu próprio reflexo em um mundo por ele construído**. (MARX, <http://marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>. Destaque nosso)

É através do trabalho que o homem tem consciência do mundo, transformando a natureza e a si próprio. Porém, no capitalismo, o trabalho estranhado retira do homem a possibilidade de emancipação. A divisão do trabalho levada ao extremo no capitalismo provoca a sua alienação e uma cisão entre produtor e produto.

Quanto mais o trabalhador se desgasta no trabalho tanto mais poderoso se torna o mundo de objetos por ele criado em face dele mesmo, tanto mais pobre se torna a sua vida interior, e tanto menos ele se pertence a si próprio. Quanto mais de si mesmo o homem atribui a Deus, tanto menos lhe

resta. O trabalhador põe a sua vida no objeto, e sua vida, então, não mais lhe pertence, porém, ao objeto. Quanto maior for sua atividade, portanto, tanto menos ele possuirá. O que está incorporado ao produto de seu trabalho não mais é dele mesmo. Quanto maior for o produto de seu trabalho, por conseguinte, tanto mais ele minguará. A alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência externa, mas ainda que existe independentemente, fora dele mesmo, e a ele estranho, e que com ele se defronta como uma força autônoma. A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil. (MARX, <http://marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>)

A divisão do trabalho intensificada, como ocorre no capitalismo, possibilita um incremento de produtividade nunca antes visto na história da humanidade, ao mesmo tempo em que torna o trabalhador um apêndice da máquina (MARX, 1993). O emprego da maquinaria e o parcelamento das atividades possibilitaram ao capital não só produzir em ritmo acelerado as mercadorias, mas também aumentaram o grau de exploração da força de trabalho. A divisão do trabalho possibilitou o emprego do trabalho feminino, infantil e de portadores de deficiências, levando ao rebaixamento de salários e à alta rotatividade.

Além disso, é preciso ressaltar que a divisão do trabalho não se encerra no ambiente da fábrica. Na medida em que a industrialização avança, a cidade passa a ser um importante lócus para o crescimento dos capitais. A passagem da manufatura para a fábrica não é dada simplesmente pelo incremento de maquinário usado na produção. O aumento da escala dos meios de produção e o seu uso comum possibilitam uma diminuição dos custos do capitalista, ao mesmo tempo em que promovem uma maior cooperação e a criação de um trabalho social médio (MARX, 1980). Dessa forma, “chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos.” (MARX, 1980, p. 374) Não se trata, portanto, de um aumento da produtividade individual, mas da criação de um processo de cooperação complexo, que permite a diminuição do tempo de trabalho necessário para a realização das mais distintas tarefas.

A cooperação permite ampliar o espaço pelo qual se realiza o trabalho, sendo exigida por certos processos de trabalho em virtude da extensão do espaço em que se executa. É o que ocorre com a drenagem, com a construção de diques, com obras de irrigação, canais, estradas, ferrovias etc. Além disso, ela possibilita que a produção, relativamente à escala, seja levada a cabo num espaço menor. Essa redução do espaço do trabalho simultaneamente com a ampliação de sua eficácia, com o que se eliminam uma série de custos dispensáveis, torna-se possível com a aglomeração de

trabalhadores, a conjunção de vários processos e a concentração dos meios de produção. (MARX, 1980, p. 377)

Visto desta forma, o capitalismo industrial é, em última instância, menos competição (como normalmente afirmam os economistas tradicionais) e mais cooperação. A formação dos grandes centros urbanos na era industrial é indutora e induzida pela lógica da cooperação. A cidade torna-se força produtiva na medida em que potencializa os ganhos dos capitalistas com a concentração de mão de obra, infraestrutura básica e diversos outros serviços, como segurança, por exemplo. Vale a pena ressaltar que cooperação não significa necessariamente solidariedade e coesão social. Os trabalhadores, nesse caso, trabalham em um regime de cooperação, porém são coagidos a tal, uma vez que no capitalismo industrial tornam-se livres, sem no entanto ter outra alternativa a não ser vender (emprestar) sua força de trabalho no mercado. Diversas outras formas de coerção atual são exercidas sobre os indivíduos para se submeterem à jornada de trabalho capitalista, como as leis contra a vadiagem, as regras morais da instituição casamento, em suma, a ideologia do trabalho. Para Marx,

(...) a relação se torna ainda mais complicada e de aparência mais enigmática porque, com o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista, opõem-se ao trabalhador e o confrontam no papel de 'capital', além dessas coisas imediatamente materiais – todas elas produtos do trabalho; condições objetivas e produtos do trabalho, segundo o valor de uso, e tempo de trabalho geral materializado ou dinheiro segundo o valor de troca – as formas de trabalho socialmente desenvolvido, cooperação, manufatura (forma de divisão do trabalho), fábrica (forma do trabalho social organizado com base material na maquinaria), representando formas de desenvolvimento do capital, e por isso as forças produtivas do trabalho desenvolvidas a partir dessas formas do trabalho social, em consequência também à ciência e as forças naturais aparecem como forças produtivas do capital. De fato, a unidade na cooperação, a combinação na divisão do trabalho, o emprego, na maquinaria para fins produtivos, das forças naturais e da ciência junto com os produtos do trabalho, tudo isso se opõe aos próprios trabalhadores individuais como algo estranho e coisificado, como simples forma de existência dos meios de trabalho deles independentes e que os dominam, e do mesmo modo esses meios os enfrentam na forma visível, simples, de material, instrumento etc., nas funções de capital e, portanto de capitalista. (MARX, <http://www.marxists.org/portugues/marx/1863/mes/prodcapital.htm>. Destaque nosso)

Porém, a teoria de Marx sobre alienação e estranhamento não se restringe à esfera da produção. Com a elaboração da teoria sobre o fetichismo da mercadoria, Marx

demonstra que as diversas relações de produção capitalistas são apresentadas como coisas no mercado. Ou seja, a alienação contida na produção se expressa nas relações sociais através da coisificação, da idolatria e da fantasmagoria. O fetiche pode ser entendido a partir de uma perspectiva psicanalítica, na qual se observa uma obsessão, compulsão por uma determinada parte do corpo, ou por um objeto. Nesse sentido, os objetos, que seriam um meio de se obter prazer, passam a ter um fim em si mesmos; o prazer, nesse caso, só é obtido mediante dor, sofrimento ou tortura. Do ponto de vista religioso, o fetiche se apresenta como um endeusamento de algo, uma idolatria a um objeto considerado sobrenatural. Em ambos os casos, cabe destacar justamente o caráter extraordinário que os objetos ganham, perdendo assim suas propriedades humanas. Ao analisar a mercadoria pela ótica do fetiche, Marx enfatiza que

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhadores individuais dos produtores e o trabalho to tal, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. (...) Uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (MARX, 1980, p. 81)

A teoria do fetichismo da mercadoria distancia ainda mais Marx dos teóricos da economia clássica, que tomam a relação entre oferta e demanda como determinação do valor da mercadoria. Se para Marx o valor da mercadoria é dado pelo tempo socialmente gasto na produção, tal relação não é aparente no mercado, pois

(...) os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos. (MARX, 1980, p. 81-82)

O fruto do trabalho humano passa por um processo de enfeitiçamento, tornando-se mercadoria, coisa intercambiável no mercado. O dinheiro torna a relação entre os

homens e as coisas ainda mais nebulosas, pois é o principal mediador das trocas, ao mesmo tempo em que também assume a forma mercadoria. Como ressalta Marx, “essa forma acabada do mundo das mercadorias, a forma dinheiro, realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência.” (MARX, 1980, p. 84) Portanto, se as mercadorias fossem encaradas como fruto de um processo de produção e não como coisas acabadas, seria possível retirar o mistério e a nebulosidade que envolvem o seu valor final. O valor de troca é na verdade uma forma socialmente dada de expressão do trabalho empregado em algo, porém, dado o processo de alienação na produção, tal valor aparece como algo natural. Além disso, o trabalho alienado propicia uma relação de idolatria do indivíduo em relação às mercadorias. Nessa perspectiva, a superação da alienação seria possível a partir de uma mudança radical nas formas de produção, na base da sociedade.

Apesar de apresentar a teoria do fetichismo, Marx preocupa-se fundamentalmente com a esfera produtiva e a vida política. Não há, no momento de Marx, propriamente uma sociedade de consumo, tal qual será formada no século 20. A ideia de fetiche em relação às mercadorias, na concepção de Marx, busca complementar a teoria do valor, não procura explorar as relações de consumo, visto que, naquele momento, trata-se de um mercado restrito, extremamente elitizado. O consumo de bens tinha como principal função marcar os espaços sociais, ou, nos termos de Bourdieu, estabelecer a distinção¹⁰. É preciso ressaltar também que, no século 19 a divisão do trabalho e a alienação do trabalhador estavam longe da intensidade que adquirem após as mudanças na produção decorrentes do fordismo e taylorismo. A linha de montagem e a ênfase na relação tempo/movimento elevaram a produtividade a níveis inimagináveis na época de Marx. Se, por um lado, houve simplificação extrema dos movimentos do operário, aumentando o grau de alienação e diminuindo o tempo socialmente gasto na produção, houve também uma complexificação em relação à realização do ganho do capitalista no mercado.

¹⁰ A distinção a um conjunto de valores adquiridos a partir do capital cultural acumulado põe em evidência gostos e preferências culturais, que aproximam ou distanciam pessoas, tendo em vista uma lógica interna de cada campo social. Tal conceito será retomado nos próximos capítulos e mais bem explicitado.

Como destaca Lipovetsky (2007, p. 28),

O capitalismo de consumo não nasceu mecanicamente de técnicas industriais capazes de produzir em grandes séries mercadorias padronizadas. Ele é também uma construção cultural e social que requereu a 'educação' dos consumidores ao mesmo tempo que o espírito visionário de empreendedores criativos, a 'mão invisível dos gestores'. No fundamento da economia de consumo encontra-se uma nova filosofia comercial, uma estratégia em ruptura com as atitudes do passado: vender a maior quantidade de produtos com uma fraca margem de ganho de preferência a uma pequena quantidade com uma margem importante.

A produção em massa pressupõe, do ponto de vista econômico, um constante aumento do mercado consumidor, seja pela inclusão de novos consumidores, seja pela conquista de novos mercados. O menor ganho por produto era compensado pelo ganho em escala. Tal transformação pressupunha uma alteração radical na vida dos indivíduos, como destaca Harvey:

Ford acreditava que o novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada ao poder corporativo. O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores. Mas isso presumia que os trabalhadores soubessem como gastar o seu dinheiro adequadamente. (HARVEY, 2009, p. 122)

O tempo livre do trabalhador tornou-se tempo de lazer e, logo, tempo de consumo. Etimologicamente, o lazer, diferente do ócio, está relacionado ao que é lícito, permitido. Com a gradual redução da jornada de trabalho e o aumento nos rendimentos dos operários, seria possível, para Ford, orientar os comportamentos através de uma nova moral social difundida por assistentes sociais e psicólogos. Como chama a atenção Harvey (2009), apesar da crença de Ford no sistema corporativo, o seu estabelecimento foi lento e complicado. Mesmo com um salário alto para os padrões da época, era difícil submeter os trabalhadores a uma jornada de trabalho intensa e monótona.

Apesar dos contratemplos e ajustes, houve, do fim do século 19 até o fim da Segunda Guerra Mundial, um grande desenvolvimento da indústria em termos de

produtividade, aliado a um processo de difusão de bens de consumo duráveis e não duráveis para uma parcela maior da população. É possível afirmar que há, desde então, uma democratização do consumo, apesar de bastante restrita.

Algumas cifras ilustram os limites dessa democratização. Nos Estados Unidos, em 1929, contam-se dezenove automóveis para cem habitantes, e na França e na Grã-Bretanha dois para cem habitantes. Em 1932, há nos Estados Unidos 740 aspiradores, 1580 ferros de passar e 180 fornos elétricos para 10 mil pessoas contra respectivamente na França, 120, 850, oito. Na França, o uso dos aparelhos eletrodomésticos permaneceu muito tempo associado ao luxo: ainda em 1954, apenas 7% dos lares estão equipados com um refrigerador. (LIPOVETSKY, 2007, p. 29)

A produção em massa, mesmo com suas limitações, marca definitivamente as relações comerciais e o mercado consumidor através da publicidade e do marketing. Os produtores passaram gradualmente a abandonar o anonimato dos produtos vendidos a granel e a marcar suas embalagens para diferenciar suas mercadorias, ao mesmo tempo em que os investimentos em publicidade ganharam destaque.

O aparecimento das grandes marcas e dos produtos acondicionados transformou profundamente a relação do consumidor com o varejista, este perdendo as funções que até então lhe estavam reservadas: daí em diante, não é mais no vendedor que se fia o consumidor, mas na marca, sendo a garantia e a qualidade dos produtos transferida para o fabricante. (LIPOVETSKY, 2009, p. 30)

O cliente fiel torna-se, dessa forma, consumidor moderno. O fetichismo da mercadoria alcança então uma outra feição. A partir do momento em que os produtos são acondicionados, marcados e oferecidos pela publicidade, a sua ligação com a produção torna-se ainda mais distante: de coisas, passam a ser nomes e, além de idolatrada, a mercadoria passa a ser desejada.

O desenvolvimento do consumo de massa ocorre concomitante às transformações no espaço da cidade, especialmente pela reestruturação das áreas centrais das metrópoles e pelo surgimento dos grandes magazines. Tais comércios foram preparados para dar rápida vazão à grande quantidade e diversidade de produtos que brotavam das fábricas. Desde a vitrine ao interior, as novas lojas comerciais procuravam criar uma atmosfera de desejo e consumo, criando definitivamente uma ruptura com o mundo da fábrica. O caráter religioso do fetichismo foi então

reafirmado com a criação desses templos de consumo, ao mesmo tempo em que olhar as vitrines tornou-se um passatempo, um lazer das camadas médias consumidoras.

Outro fator que impunha limites ao estabelecimento de uma sociedade de consumo de massa na primeira metade do século 20 relacionava-se com a dificuldade de o Estado impor uma forma de regulação que atendesse à produção fordista (HARVEY, 2009). A Revolução Russa de 1917 e a Grande Depressão de 1929 representaram de fato uma ameaça ao capitalismo. Por um lado, ganhou força o movimento de revolução através da tomada do poder estatal. O socialismo de Estado deixou de ser uma utopia revolucionária e passou a ameaçar o capitalismo na medida em que se apresentava como alternativa real às sucessivas crises econômicas. Por outro lado, a Crise de 1929, que perdurou ao longo da década de 1930, expôs as contradições da produção capitalista, principalmente em relação à concentração de riqueza e à superprodução. Além disso, a solução nacional-socialista também passou a assombrar os regimes democráticos e a ameaçar o liberalismo burguês. Para Harvey,

O problema, tal como o via um economista como Keynes, era chegar a um conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo, ao mesmo tempo que se evitavam as evidentes repressões e irracionalidades, toda a beligerância e todo o nacionalismo estreito que as soluções nacional-socialistas implicavam. É nesse contexto confuso que temos de compreender as tentativas altamente diversificadas em diferentes nações-Estado de chegar a arranjos políticos, institucionais e sociais que pudessem acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução. (HARVEY, 2009, p. 124)

Somente após a Segunda Grande Guerra é que o novo papel do Estado se define nos países de capitalismo central, potencializando assim o sistema fordista de produção e consumo. A transformação da indústria de guerra em indústria de bens de consumo foi relativamente fácil e rápida. O keynesianismo e a formação de uma rede de proteção social propiciaram estabilidade social e uma elevação nos padrões de vida da maioria da população. O equilíbrio de forças do tripé capital, trabalho e Estado foi fundamental para que houvesse crescimento econômico constante e forte distribuição de renda.

O Estado keynesiano mostrou que a esfera produtiva é de suma importância para a economia, mas que também o consumo é ponto fundamental para o crescimento econômico. É preciso ressaltar que o consumo de massa não foi uma descoberta do keynesianismo, mas que a elevação real dos salários dos trabalhadores foi fruto de inúmeras lutas e da forte organização sindical e partidária. O desenvolvimento do *Welfare State*, nas suas diferentes configurações e especificidades, contribuiu fortemente para uma diminuição das desigualdades sociais a partir da redistribuição de renda e proteção social.

Nesse contexto de forte crescimento econômico, alta produtividade das empresas, redistribuição de renda e elevação real do salário dos trabalhadores, o consumo massificou-se por completo nos países de capitalismo avançado. Não só a alta produtividade e a diminuição de preços elevaram as vendas de bens duráveis e não duráveis, mas também a facilidade de obtenção de crédito e o horizonte estável propiciado pelo “pleno emprego”. A massificação do consumo se fez a partir do barateamento das mercadorias e de uma mudança radical nas formas de consumo com a criação dos hipermercados e a difusão do autosserviço. Porém, como resalta Lipovetsky,

Há algo mais na sociedade de consumo além da rápida elevação do nível de vida médio: a ambiência de estimulação dos desejos, a euforia publicitária, a imagem luxuriante das férias, a sexualização dos signos e dos corpos. Eis um tipo de sociedade que substitui a coerção pela sedução, o dever pelo hedonismo, a poupança pelo dispêndio, a solenidade pelo humor, o recalque pela liberação, as promessas do futuro pelo presente. (...) Música rock, quadrinhos, *pin-up*, liberação sexual, *fun morality*, design modernista: o período heroico do consumo rejuvenesceu, exaltou, suavizou os signos da cultura cotidiana. Através de mitologias adolescentes, liberatórias e despreocupadas com o futuro, produziu-se uma profunda mutação cultural. (LIPOVETSKY, 2009, p. 34)

Em uma sociedade salarial (CASTEL, 1998), a diferenciação entre grupos e classes, pelo menos do ponto de vista aparente, passa a ser feita através da esfera do consumo. No primeiro momento da sociedade de consumo de massa, o papel da propaganda era, em grande medida, divulgar as novas mercadorias e “educar” as pessoas quanto aos usos e necessidades. Dessa forma, mais importante do que anunciar a existência de um aparelho de telefone era fazer com que as pessoas acreditassem que fazer ligações era melhor e mais elegante do que enviar cartas.

No momento em que a industrialização se intensificou e os produtos se tornaram similares, houve uma mudança no papel da publicidade, voltada cada vez mais para a criação de significado da marca. No entanto, as empresas tinham como preocupação principal a produção de mercadorias, uma vez que a qualidade dos produtos conferia confiabilidade à marca. Os gastos em publicidade e propaganda eram considerados até então despesas, era um tipo de estratégia de venda, não faziam parte dos investimentos em capital. Somente a partir da década de 1980, no contexto da produção flexível, que a marca descolou-se dos produtos, reinventando o marketing e alterando novamente a natureza do fetichismo da mercadoria.

Contudo, antes de dissertar sobre o consumo no contexto da produção flexível, é importante situar algumas críticas contundentes sobre o consumo durante os chamados “anos dourados” nos países de capitalismo avançado. Henri Lefebvre, Guy Debord e Jean Baudrillard marcaram com originalidade a análise da sociedade de consumo e a contradição entre abundância e decadência.

A primeira formulação de sociedade de consumo encontra-se em Lefebvre, em *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. Em primeiro lugar, é preciso destacar que o Estado torna-se não só um importante agente regulador das relações entre capital e trabalho, mas também tem papel fundamental em relação ao consumo. A ruptura entre valor de uso e valor de troca, a separação entre tempo de trabalho, tempo de lazer, lugar de trabalho, lugar de lazer, sendo o lazer severamente associado ao consumo, faz com que a sociedade se torne essencialmente fetichizada em todas as suas esferas. Nesse sentido, é valiosa a contribuição de Lefebvre (1991) ao cunhar o termo *sociedade burocrática de consumo dirigido*. O autor é um dos primeiros a destacar o papel do Estado em nortear a reprodução capitalista em uma sociedade de consumo, onde a vida cotidiana é destinada às formas de consumismo. Tal reflexão é de extrema importância, uma vez que, na segunda metade do século 20, há uma tendência do Estado em orientar suas ações na promoção da renda e do crédito, estimulando o consumo, modificando a vida cotidiana. De acordo com Lefebvre,

Sociedad burocrática de consumo dirigido, tal es la definición que aquí proponemos para ‘nuestra’ sociedad. De este modo se subrayan tanto el carácter racional de esta sociedad y los límites de tal racionalidad

(burocrática) como el objeto que organiza (el consumo em lugar de la producción) y el *plano* al que dedica su esfuerzo para asentarse em él: lo cotidiano. (LEFEBVRE, 1984, p. 79. Destaque do autor)

Nesse sentido, o Estado assume diversos outros papéis, a sua estrutura se torna mais complexa, ele deixa de ser visto como simples agente de repressão e passa a manipular valores, inculcar e estimular hábitos de consumo.

Guy Debord, em tom provocativo, anuncia já no primeiro parágrafo de *A Sociedade do Espetáculo* que “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se representação.” (DEBORD, 2009, p. 13. Destaque do autor) Debord destaca o papel das imagens no mundo moderno, a criação de ilusões e de consensos, que na verdade são ilusões. Sendo assim, “o espetáculo em geral, como inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não-vivo.” (DEBORD, 2009, p. 13) O espetáculo não é uma faceta do modo de produção, não é determinado por uma infraestrutura, ele é projeto e resultado de um modo de produção. “(...) o espetáculo constitui o *modelo* atual da vida dominante na sociedade. É a afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção, e o consumo que decorre dessa escolha.” (DEBORD, 2009, p. 14-15. Destaques do autor)

Quando escreve, em 1967, *A Sociedade do Espetáculo*, Debord procura entender a sociedade de consumo, ao mesmo tempo em que reage contra ela. Para ele, a sociedade naquele momento vivia em torno de imagens e representações, negando a realidade concreta. Os indivíduos prezavam pela aparência e ilusão, evitando a atitude de pensar e reagir, optando pela passividade. A realidade estaria sendo vivida no reino das imagens, da espetacularização e não no plano da realidade. O mundo da fantasia passa a ser a própria vida, o mundo das aparências, movido pelo consumo constante de produtos, fatos, notícias, arte. Se Lefebvre chama a atenção para o papel do Estado no estímulo ao consumo, Debord cita os meios de comunicação de massa como os principais manipuladores da realidade. O espetáculo seria, assim, a forma de manipulação da realidade e a criação de consensos, onde os indivíduos se apresentam como consumidores passivos.

A aceitação passiva em relação ao espetáculo pode ser observada na relação entre produção e consumo. No período pós-Segunda Guerra, nos países de capitalismo avançado, de regime democrático, a produção abundante de mercadorias e a profusão de marcas e modelos criou a ilusão do consumidor livre, dotado de razão e consciente de suas escolhas. Em um mundo onde tudo vira mercadoria (como já apontado por Marx em seu *Manifesto*), as relações de consumo tornam-se primordiais, relegando ainda mais a relação trabalho-mercadoria ao esquecimento. A mercadoria passa a exercer domínio sobre a economia a partir do momento em que se torna abundante.

O espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo. A produção econômica moderna espalha, extensa e intensivamente, sua ditadura. Nos lugares menos industrializados, seu reino já está presente em algumas mercadorias célebre e sob a forma de dominação imperialista pelas zonas que lideram o desenvolvimento da produtividade. Nessas zonas avançadas, o espaço social é invadido pela superposição contínua de camadas geológicas de mercadorias. Nesse ponto da 'segunda revolução industrial', o consumo alienado torna-se para as massas um dever suplementar a produção alienada. *Todo o trabalho vendido* de uma sociedade se torna globalmente *a mercadoria total*, cujo ciclo deve prosseguir. (DEBORD, 2009, p. 30-31. Destaque do autor)

O mundo da mercadoria e do consumo promete a realização individual, ao mesmo tempo em que exige toda a atenção da sociedade. Nesse sentido, desenvolve-se toda uma gama de profissões no setor terciário, as quais têm por finalidade distribuir e promover mercadorias. Assim como Lefebvre, Debord chama a atenção para a obsolescência programada dos objetos de consumo. É necessária, para a manutenção do ciclo produtivo, a produção constante de novos desejos e necessidades: do ponto de vista existencial, o ser é substituído pelo ter e posteriormente pela aparência.

A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou, no modo de definir toda realização humana, uma evidente degradação do *ser* para o *ter*. A fase atual, em que a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do *ter* para o *parecer*, do qual todo 'ter' efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última. Ao mesmo tempo, toda realidade individual tornou-se social, diretamente dependente da força social, moldada por ela. Só lhe é permitido aparecer naquilo que ela *não é*. (DEBORD, 2009, p. 18. Destaques do autor)

A partir de *A Sociedade do Espetáculo*, Debord enfatiza o papel opressor dos meios de comunicação de massa e as distorções produzidas pela mídia. Frente à ideologia democrática liberal de mercado, o homem consumidor é fantoche da mídia.

Outro autor que faz uma crítica importante em relação ao consumo de massa é Jean Baudrillard, especialmente em *A Sociedade de Consumo*. O autor tem como principal alvo a ideologia do consumo e da abundância material, mito que se ancora na ideologia da liberdade e democracia. Além da relação fetichista com as mercadorias, já destacada anteriormente, ocorre com o desenvolvimento industrial e o consumo de massa uma modificação na relação do consumidor com os objetos, que passam ter sua utilidade concebida em uma totalidade, ou seja, na relação com outros objetos. No consumo, leva-se em consideração menos o valor de uso da mercadoria, mas o conjunto de objetos que têm um significado social. Não se trata de consumir um fogão, mas de se pensar em toda a cozinha, os outros utensílios, eletrodomésticos, sua disposição no espaço. Nesse sentido, as motivações para o consumo tornam-se mais complexas, a possibilidade de escolha pode ser entendida também como negação de outros objetos. A esfera do consumo passa a ter uma centralidade nas relações sociais, porém é atravessada por concepções quase mágicas de prazer e felicidade. “Na prática cotidiana, os benefícios do consumo não se vivem como fruto do trabalho ou de processos de produção; vivem-se como *milagre*.” (BAUDRILLARD, 2010, p. 22. Destaque do autor)

Na medida em que os produtos não são apresentados como fruto do trabalho, não se relacionam com o processo produtivo, são vistos como objetos de poder. Como destaca o autor, tal perspectiva não significa que se tenha passado definitivamente da ordem da produção para a ordem do consumo, mas que se passa a viver cada vez mais em torno das representações manifestas na esfera do consumo. O pensamento de Baudrillard aproxima-se ao de Debord, pois para ele

O que caracteriza a sociedade de consumo é a *universalidade do fait-divers* na comunicação de massa. Toda a informação política, histórica e cultural é acolhida sob a mesma forma, simultaneamente anódina e miraculosa, do *fait-divers*. *Actualiza-se* integralmente, isto é, aparece dramatizada no modo espetacular – e permanece de todo *inactualizada*, quer dizer, distanciada pelos meios de comunicação e reduzida a signos. O acontecimento

irrelevante não constitui, pois, uma categoria entre outras, mas a categoria cardial do nosso pensamento mágico e da nossa mitologia. (BAUDRILLARD, 2010, p. 25. Destaque do autor)

As comunicações de massa têm um importante papel na criação das representações e distorções da realidade. Mais do que produtos, consomem-se imagens, signos, que remetem à segurança miraculosa. O indivíduo não é orientado para pensar no conteúdo das mensagens e no significado dos signos. Do ponto de vista cultural, político e intelectual, há um declínio da busca do conhecimento, substituído pela indiferença e curiosidade, ou seja, não se trata da total ignorância, mas do desconhecimento, da recusa do real (BAUDRILLARD, 2010). “Ao nível do ‘vivido’, o consumo faz da exclusão maximal do mundo (real, social e histórico) o índice máximo de segurança. Tende para felicidade por defeito, eliminando as tensões.” (BAUDRILLARD, 2010, p. 27)

Para o autor, o mito da felicidade sustenta-se no círculo virtuoso de crescimento dos anos dourados, que pôs em evidência outro mito, o da sociedade de abundância. Baudrillard afirma que, se em termos absolutos, os números apontam para um crescimento na produção de bens e incremento nas políticas redistributivas na década de 1960 na França, não é possível associar tal crescimento à diminuição das desigualdades sociais. Do ponto de vista estrutural, não há efetivamente uma diminuição das desigualdades, o que leva o autor a questionar se os mecanismos de redistribuição não seriam fundamentais para a manutenção de privilégios. O crescimento pelo crescimento, fundado no mito da felicidade do indivíduo, é a principal fonte da ruína coletiva.

Os progressos da abundância, isto é, da disposição de bens e de equipamentos individuais e colectivos cada vez mais numerosos, oferecem em contrapartida ‘prejuízos’ cada vez mais graves – consequências, por um lado, do desenvolvimento industrial e do progresso técnico e, por outro, das próprias estruturas de consumo.

Degradação do quadro coletivo pelas actividades económicas: ruído, poluição do ar e da água, destruição das paisagens e lugares, perturbação das zonas residenciais pela implantação de novos equipamentos (aeroportos, auto-estradas, etc.). O estorvo causado pelo automóvel origina um deficit técnico, psicológico e humano de dimensões colossais: que importa, uma vez que o superequipamento infra-estrutural necessário, as despesas suplementares em gasolina, as verbas para o cuidado das vítimas de acidente, etc., tudo acabará por ser contabilizado por consumo, ou seja, tornar-se-á, debaixo da capa do produto nacional bruto e das

estatísticas, expoente de crescimento e de riqueza! (BAUDRILLARD, 2010, p. 34)

O automóvel não é apenas um exemplo dos dilemas decorrentes do crescimento pelo crescimento, pois é a partir da indústria automobilística que se dá o crescimento econômico e a degradação dos centros urbanos. O trânsito passa de espaço do encontro para local de passagem, as vias públicas tornam-se cada vez menos públicas, sucumbidas ao interminável fluxo de veículos. “Depois de atingido determinado limiar, o aumento da produtividade é quase todo absorvido e devorado pela *terapia homeopática do crescimento pelo crescimento*.” (BAUDRILLARD, 2010, p. 34. Destaque do autor) Desde já, Baudrillard chama a atenção para a obsolescência programada das mercadorias no intuito de se manter o crescimento econômico.

Até mesmo a lógica do desperdício apresenta mudança substancial na chamada sociedade de abundância. Para o autor, a visão simplista do mundo e do consumo concebe o desperdício como irracionalidade, uma disfunção ou aberração, uma vez que seria inconcebível alguém destruir as próprias condições de sobrevivência. No entanto, do ponto de vista antropológico/sociológico, consumir significa viver.

Todas as sociedades desperdiçaram, dilapidaram, gastaram e consumiram sempre além do estrito necessário, pela simples razão de que é no consumo do excedente e do supérfluo que, tanto o indivíduo quanto a sociedade, se sentem não só existir, mas viver. (BAUDRILLARD, 2010, p. 40)

Nas sociedades ditas primitivas, o excedente, a produção para além do estritamente necessário relacionava-se em grande medida com rituais ostentatórios, celebrações e, principalmente, com a festa.

Nesse sentido, o pensamento racionalista não dá conta de perceber que o desperdício, que pode chegar à completa destruição dos meios de subsistência de uma tribo, não é uma disfunção ou surto de irracionalidade, ao contrário, em determinadas tribos ele tem uma função social superior. A lógica do homem racional, fundada na ética do trabalho e da acumulação, é um mito criado pelo capitalismo industrial e reforçado pela tese weberiana. Há tempos Marx chamava a atenção para

o fato de que o capitalismo e a ação do capitalista fundamenta-se no consumo. O investimento do burguês em insumos e maquinaria é também consumo, assim como o gasto do operário na recomposição e reprodução da força de trabalho. Porém, na sociedade industrial capitalista orientada pelo consumo, há uma diferença fundamental que

reside no facto de que, no sistema actual, a dilapidação espectacular deixou de ter o significado simbólico e colectivo determinante, que podia assumir na festa e no *potlatch* primitivos. (...) O que se produz hoje não se fabrica em função do respectivo valor de uso ou da possível duração, *mas antes em função da sua morte*, cuja aceleração só é igualada pela inflação dos preços. (BAUDRILLARD, 2010, p. 44. Destaques do autor)

Nesse sentido, a sociedade de consumo perpetua-se a partir da destruição e obsolescência da produção. A sociedade de consumo, como destaca Baudrillard, necessita dos objetos para existir, ao mesmo tempo em que tem a necessidade de os destruir. A relação de consumo moderna justifica-se a partir do mito da felicidade, de uma suposta propensão natural da busca pelo prazer. Porém, o mito da felicidade precisa ser quantificado para que se torne passível de comparação. A felicidade moderna é diferente da festa, é fundada no princípio individualista dos direitos do cidadão e alicerçada pelo mito da igualdade (BAUDRILLARD, 2010).

A 'Revolução do Bem-Estar' é a herdeira, a testamentária da Revolução Burguesa ou simplesmente de toda a revolução que erige em princípio a igualdade dos homens sem a poder (ou sem a conseguir) realizar a *fundo*. O princípio democrático acha-se então transferido de uma igualdade real, das capacidades, responsabilidades e possibilidades sociais, da felicidade (no sentido pleno da palavra) para a igualdade diante do objecto e outros signos *evidentes* do êxito social e da felicidade. É a democracia do '*standing*', a democracia da TV, do automóvel e da instalação estereofônica, democracia aparentemente concreta, mas também inteiramente formal, correspondendo para lá das contradições e desigualdades sociais à democracia formal inscrita na Constituição. Servindo uma à outra de mútuo *álibi*, ambas se conjugam numa ideologia democrática global, que mascara a democracia *ausente* e a igualdade impossível de achar. (BAUDRILLARD, 2010, p. 50. Destaques do autor)

Aparentemente, as desigualdades sociais desaparecem nas relações de consumo na medida em que são iguais perante o valor de uso dos bens e objetos, ainda que os valores que dispõem para o consumo sejam diferenciados. Nas palavras de Baudrillard (2010, p. 51), "ao nível do bife (valor de uso), não existe proletário nem

privilegiado.” A crítica do autor dirige-se diretamente ao *Welfare State* e à sociedade de consumo, que prometem uma sociedade mais justa a partir de um equilíbrio entre capital, trabalho e Estado. Numa concepção idealista, ao passo em que as forças produtivas se desenvolvem controladas pelo Estado, a tendência é de uma homogeneização do corpo social. A pobreza seria então residual, uma disfunção que tenderia a ser corrigida com o crescimento econômico. Para Baudrillard, é nesse momento que o mito da felicidade e da igualdade não se sustenta, pois para se produzir e reproduzir crescimento econômico é preciso também reproduzir a desigualdade social.

Na ordem dos factos, não existe, nem nunca existiu 'sociedade de abundância' ou 'sociedade de penúria', já que toda a sociedade, seja ela qual for e seja qual for o volume dos bens produzidos ou da riqueza disponível, se articula ao mesmo tempo sobre um excedente estrutural e sobre uma penúria estrutural. O excedente pode ser a parte de Deus, a parte do sacrifício, a despesa sumptuária, a mais-valia, o lucro econômico ou os orçamentos de prestígio. De qualquer maneira, é este levantamento de luxo que define a riqueza de uma sociedade e a respectiva estrutura social, porque ele constitui sempre o apanágio de minorias privilegiadas, tendo precisamente como função reproduzir o privilégio de casta ou de classe. No plano sociológico, não existe equilíbrio. O equilíbrio é o fantasma ideal dos economistas, que contradiz, se não a lógica interna do estado de sociedade, pelo menos a organização social por toda a parte assinalada. (BAUDRILLARD, 2010, p. 54-55. Destaques do autor)

Para o autor, há um tipo de desigualdade que se reproduz através da manutenção da ordem econômica, política e social; no entanto, no capitalismo industrial e na sociedade de consumo, a desigualdade se reproduz a partir do crescimento. É a partir de tal constatação que a crítica de Baudrillard ganha força em relação à sociedade de consumo e à incapacidade do *Welfare State* de corrigir as desigualdades estruturais. Na medida em que o consumo se generaliza, a ostentação de determinadas mercadorias deixa de ser a principal forma de situar os indivíduos socialmente. Se, até meados do século 20, a posse de um automóvel significava uma posição social de grande prestígio, na sociedade de consumo tal representação se dilui. No mundo moderno, a ostentação não situa diretamente o indivíduo nas camadas privilegiadas. Porém, como destaca o autor, é até possível que os rendimentos tenham uma equivalência com a diminuição na diferença entre os mais ricos e os mais pobres. No entanto,

(...) não se encontra aí a determinação fundamental da 'desigualdade'. Critérios como o saber, a cultura, as estruturas de responsabilidade e de decisão, o poder, embora largamente cúmplices da riqueza e do nível de rendimento, relegaram os últimos, com como os signos exteriores do estatuto, para a ordem dos determinados sociais do valor, para a hierarquia dos critérios de 'poder'. (BAUDRILLARD, 2010, p. 57. Destaque do autor)

Nesse sentido, a distinção se dá menos pela posse de determinados bens, mas fundamentalmente pela forma como se consomem determinadas coisas. Tal debate será retomado e mais bem explicitado nos próximos capítulos, na análise da geografia urbana dos camelôs de Belo Horizonte.

Por enquanto, é preciso ressaltar que os autores que trabalharam a crítica da sociedade de consumo tiveram um importante papel ao qualificar, do ponto de vista teórico, a manifestação do fetichismo da mercadoria no mundo moderno. Apesar da imensa dificuldade de se conceituar sociedade do consumo, é possível estabelecer algumas características marcantes do consumo no mundo moderno, mais especificamente nas sociedades de capitalismo avançado. Chama a atenção, em primeiro lugar, o destaque dado à esfera do consumo, que ganha centralidade em termos do entendimento da reprodução social. Trata-se do reconhecimento de que não só na esfera produtiva se produzem laços e instituições sociais (sindicatos, associações, partidos) de grande importância no tecido social, mas também através do consumo se constroem identidades e relações sociais estruturantes. Nesse sentido, é possível dizer que o consumo no mundo moderno significa bem mais que a satisfação das necessidades básicas. Quando Marx se refere ao tempo livre no capitalismo, diz que não passa de futilidade.

'Que é uma jornada de trabalho?' De quanto é o tempo durante o qual o capital pode consumir a força de trabalho, cujo valor diário ele paga? Por quanto tempo pode ser prolongada a jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário à reprodução dessa mesma força de trabalho? A essas perguntas, viu-se que o capital responde: a jornada de trabalho compreende diariamente as 24 horas completas, depois de descontar as poucas horas de descanso, sem as quais a força de trabalho fica totalmente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Entende-se por si, desde logo, que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo o seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho; portanto, pertencente à autovalorização do capital. Tempo para educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais,

mesmo o tempo livre de domingo – e mesmo no país do sábado santificado – **pura futilidade!** (MARX, 1983, p. 211. Destaque nosso)

Porém, os autores citados vão destacar que, apesar da alienação e massificação, o tempo livre do lazer/consumo é extremamente importante para a reprodução do capital. Não que se pretenda refutar a análise de Marx, pois em última instância o tempo livre continuaria a ser futilidade, uma vez que se tornou tempo de consumo, o que dá dinamismo à produção de mais mercadorias. No entanto, do ponto de vista ideológico, o efeito da sociedade de consumo sobre os indivíduos é avassalador. Nesse sentido, vale destacar mais uma vez a mudança no consumo, que passou de coletivo para individual, alterando significativamente as relações sociais. A separação radical entre produção e produto criou um vazio que gradativamente foi preenchido pelo consumo.

Considerando isso, vale destacar também que o conceito de Lefebvre é importante, pois permite perceber os limites de uma interpretação do consumo a partir da liberdade individual de criação e recriação da moda. Ao limitar ou restringir o crédito, o Estado cria impactos diretos no mercado consumidor. Por exemplo, a legislação trabalhista, que determina o décimo terceiro salário e a gratificação de um terço das férias também é providencial para alavancar as compras de fim de ano e as viagens de lazer.

Por outro lado, o consumo segue, sim, padrões ligados à estratificação social. Ainda que não exista uma relação de imposição de gosto e moda pela indústria, esta captura na realidade elementos do cotidiano, transformando-os em mercadorias, como no caso das roupas que remetem à religiosidade, as músicas da periferia que são transformadas em produto industrial pela mídia. Tais elementos retornam aos consumidores (não só ao grupo de origem) na forma de produto de massa; não são recriações particulares, nem são escolhidos de acordo com a conveniência individual.

O contexto da produção flexível recolocou em cena o debate acerca da sociedade de consumo. Para os que defendem a ideia de uma cultura do consumidor, os objetos são produzidos para um consumidor genérico, não são produtos individualizados, como no caso do alfaiate. O consumidor é, efetivamente, livre para

escolher os produtos que vai consumir; no entanto, há um padrão em termos das escolhas que coloca limites à ideia de liberdade. Já a análise da cultura de mercado parte do princípio de que os indivíduos são livres para consumir o que quiserem e da forma como lhes convier. O mercado também não coloca restrições para a entrada de objetos e serviços, tudo pode ser negociado. Dessa forma, as práticas sociais, os grupos, hábitos e valores se definem a partir do consumo, tendo menor peso na definição das identidades a família, trabalho, religião e outras instituições sociais. As escolhas de consumo seriam, portanto, fruto de decisões individuais, que ocorrem no âmbito privado, na esfera íntima de cada um.

3.6 SOCIEDADE DE CONSUMO OU SUBCONSUMO PERIFÉRICO?

Como salientado anteriormente, no debate referente ao modo de industrialização e desenvolvimento brasileiro, não houve, ao longo do século 20, uma expansão do mercado consumidor interno. Enquanto uma pequena parcela da população tinha acesso aos mais variados e sofisticados bens produzidos pela indústria de ponta dos países de capitalismo avançado, a maior parte da população tinha o seu consumo voltado para gêneros de primeira necessidade. Não só os baixos rendimentos inviabilizavam o consumo das camadas mais pobres, o acesso ao crédito era também restrito. Sendo assim, desenvolve-se, paralelamente ao consumo formal, um comércio chamado informal. O termo *informal*, no caso, é bem inadequado para caracterizar a venda de produtos por camelôs, ambulantes e pequenos comércios da periferia, uma vez que parte dos produtos vendidos era oriundo das indústrias de São Paulo. Os comerciantes informais trabalhavam basicamente com dois tipos de produtos: as miudezas (penteados, pilhas, cortador de unha etc.), compradas diretamente nas indústrias, e produtos de fabricação caseira (doces, salgadinhos etc.). Não havia, portanto, relação direta entre informalidade e ilegalidade. A comercialização era feita de maneira informal, mas os produtos eram comprados por meio de mecanismos formalmente estabelecidos.

É principalmente a partir da segunda metade década de 1980 que ocorre uma mudança nas relações de consumo no Brasil, com a abertura do mercado. Até então, havia fortes restrições à importação de produtos, principalmente os chamados

supérfluos. A abertura brasileira ocorre ao mesmo tempo em que a globalização econômica ganha força e tem forte repercussão nas formas de consumo e na disseminação de uma cultura da marca. Alteram-se não só os hábitos de consumo, mas também o lugar de consumo, com a proliferação dos shoppings e a formação de novas centralidades.

Não é pretensão deste trabalho explorar o rico debate em torno do tema da sociedade de consumo e suas variantes na periferia do mundo. Pretende-se, a partir de tal reflexão, assinalar uma mudança radical nas relações do comércio informal, principalmente no caso dos camelôs. Ao mesmo tempo em que há uma relativa ampliação do mercado consumidor interno, fica mais evidente a distância entre as classes no Brasil. A comunicação de massa encarregou-se de divulgar as marcas e inculcar os valores a ela associados. No entanto, a maior parte da população não tinha como comprar tais mercadorias, ou o acesso aos bens era parcial. Não se constitui no Brasil um modo de consumo ligado à marca, pelo menos no seio das camadas populares. A distância entre o produto de marca e o salário dos trabalhadores foi gradualmente sendo encurtado com a expansão do comércio de produtos pirata e/ou contrabandeados. Principalmente nos anos de 1990, verifica-se a proliferação de produtos falsificados, ou que tentam imitar as marcas mais famosas no Brasil, e os camelôs passam a ser os principais varejistas de tais mercadorias. Apesar de a forma e de o contexto serem bem diferentes em relação aos países de capitalismo avançado, a formação de uma sociedade de consumo no Brasil tem, em grande medida, a mesma função de amortecedor dos conflitos sociais.

Ao mesmo tempo, é principalmente a partir de então que se estabelece uma complexa relação entre trabalho informal e produtos ilegais. A percepção dual do legal/ilegal torna-se ainda mais frágil na medida em que há um envolvimento direto ou indireto do Estado na regulação da atividade dos camelôs. Especificamente no caso de Belo Horizonte, a retirada dos camelôs das ruas, antes de resolver o problema, tornou ainda mais complexa a questão, com a criação do shopping popular. Ao analisar as relações que se estabelecem entre o arcabouço jurídico e a atuação do Estado em relação aos produtos piratas no shopping popular, Lima (2011) considera

(...) que as posturas tomadas pelo Executivo, Legislativo e o próprio Judiciário, apoiam a percepção de que o Estado exerce um papel ambíguo nesse contexto de 'nova informalidade', pois em certos momentos é ele quem reprime o comércio ilegal e a pirataria, mas em outros, é o mesmo que a organiza. Essa ambivalência de atitudes permite que, sob a ótica de uma problemática que se poderia dizer sócio-jurídica, se perceba que o comércio de produtos piratas nos Shoppings Populares é antes de tudo um fator complexo, que não se deve unicamente à existência de leis que não conseguem dirimi-lo, mas sobressai dos próprios costumes dos brasileiros, das atitudes do ente estatal, da forma como as normas são impostas e do período histórico vivido pelo trabalho informal no país. (LIMA, 2011, p. 40)

Como bem ressaltado pela autora, não é o arcabouço jurídico que define as relações entre informalidade, ilegalidade, pirataria e contrabando, mas, antes, relações sociais e econômicas que são constitutivas da estrutura social brasileira. Pode-se dizer que, apesar de ilegal, o comércio de produtos piratas e/ou contrabandeados tem importante papel na promoção da sobrevivência de um grande número de famílias. Além disso, é a partir de tal comércio que se estabelece uma forma de sociedade de consumo, ou subconsumo, visto que a qualidade dos produtos comercializados, em sua grande maioria, tem qualidade inferior aos originais. O comércio informal alimenta a sociedade de consumo de forma direta, com a venda de produtos genéricos e cópias, além de indiretamente sustentar parte do comércio formal. Na medida em que é possível comprar CD, DVD, jogos eletrônicos, dentre outros produtos, a preços bem abaixo do mercado legalizado, torna-se viável e justificável a compra de aparelhos de televisão, CD players e videogames.

Nesse sentido, considera-se bastante pertinente recorrer ao conceito de *ilegalismo*, como faz Lima (2011). Recorrendo a Foucault (1993), a autora chama a atenção para o fato de que é possível compreender a tolerância à ilegalidade como ilegalismo, fugindo assim ao olhar dual legal/ilegal. Não é possível definir, dessa forma, pirataria, contrabando e o comércio de tais produtos simplesmente como um ato ilegal, uma vez que tais práticas remetem a uma relação funcional na estrutura social e econômica da realidade brasileira. Pode-se dizer, assim, que a tolerância em relação aos camelôs e, posteriormente, à venda de produtos pirateados no shopping popular, tem relação com importante papel que o subconsumo tem de mascarar as enormes diferenças sociais da realidade brasileira.

Se, pela ótica do consumo, é possível vislumbrar a importância e funcionalidade dos camelôs e do comércio informal para se estabelecerem determinadas relações

econômicas e sociais, também é possível entender tal perspectiva no mundo do trabalho. O amplo circuito econômico que se estabelece a partir da rota China-Paraguai-Brasil e, posteriormente, China-Brasil (PINHEIRO-MACHADO, 2008), demanda também um grande número de trabalhadores. Nesse sentido, a informalidade diz respeito não só à busca de formas temporárias de trabalho, mas também a formas bem estabelecidas de geração de renda, como se pretende mostrar no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

A GEOGRAFIA URBANA DO CAMELÔ

Como ressaltado no capítulo anterior, a relação centro-periferia do capitalismo, apesar da discrepância em termos do desenvolvimento industrial, tinha certa proximidade em relação ao consumo das elites. Furtado (1974) é um dos autores que chama a atenção para o fato de que o lucro auferido pela exportação de produtos primários se traduziu, por parte das elites nacionais, em um padrão de consumo tipicamente europeu. O grande equívoco da tese de Furtado era achar que investimentos na industrialização brasileira pudessem nos elevar autonomamente ao patamar de produção e consumo dos países de centro. Nesse sentido, a crítica ao pensamento dualista mostra que não há como superar setores “atrasados” da economia nacional (como a informalidade), na medida em que são parte estruturante de uma formação social fundada na desigualdade e dependência. Baudrillard, ao seu modo, chama a atenção para o fato de que a inserção das massas na sociedade de consumo não torna a sociedade menos desigual, pois a desigualdade passa a se expressar por outras formas. Tão importante quanto a análise empreendida por Baudrillard é a linha de raciocínio que acompanha o seu pensamento. Nesses termos, pode-se dizer que o setor informal no Brasil não é apenas um sintoma do atraso, um resíduo ou uma aberração que tende a deixar de existir com uma industrialização intensiva. Como destacam os críticos do dualismo, a informalidade alimenta e é alimentada pelo setor formal, definindo os contornos da nossa estrutura social desigual.

Camelôs, traficantes, prestadores de serviços diversos, a indústria da pirataria movimentam somas vultosas não contabilizadas pelo Produto Interno Bruto – PIB nacional. Tais valores não só garantem o sustento de inúmeras famílias no nível elementar, mas também possibilitam a inserção de seus participantes na sociedade de consumo. Estes, no entanto, dificilmente deixam de ser marginalizados socialmente em relação a onde, como e o que consomem. A relação entre informal, ilícito e ilegítimo carece de uma melhor investigação, tanto nos procedimentos que envolvem as atividades que recebem tais rótulos quanto nas implicações sociais,

econômicas e jurídicas. A tentativa deste trabalho é esclarecer um pouco mais as relações que se desenvolvem no chamado trabalho informal, enraizado há décadas na estrutura econômica e social brasileira.

O processo de urbanização no Brasil ganhou força a partir da segunda metade do século 20, quando a migração do campo para as grandes cidades ganhou contornos expressivos. Esse processo corresponde também à incrementação do número de trabalhadores urbanos vulneráveis, expostos a formas precárias de trabalho no mercado formal, desempregados e parte empurrada para a informalidade. Diferentemente da situação de desemprego, o trabalho informal teoricamente diz respeito não a uma situação passageira, mas duradoura de trabalho desprotegido, sem regulação estatal e muitas vezes marginal. O setor informal pode ser considerado, teoricamente, como excedente populacional relativo (MARX, 1983), na medida em que os trabalhadores de tal setor contribuem para o rebaixamento dos salários formais ao mesmo tempo em que, com o crescimento do setor formal, podem ser absorvidos, servindo como estoque de mão de obra. Teoricamente, seria a população relativamente excedente estagnada (MARX, 1983) a desenvolver trabalho irregular, mas que estaria inteiramente à disposição do capital, uma vez que as condições de trabalho e remuneração estariam abaixo do trabalho formal. Torna-se necessário enfatizar que isso se dá no nível teórico, porque na realidade brasileira a informalidade tende a ser permanente para boa parte dos trabalhadores, seja porque as chances no mercado formal são historicamente restritas, ou mesmo porque os trabalhadores encontram na informalidade condições de trabalho e renda superiores ao setor formal. Inicialmente, pode-se ilustrar o debate a partir da seguinte situação:

O Entrevistado 2 nasceu em Bocaiúva, interior de Minas Gerais. O pai mudou-se para Belo Horizonte e trabalhava como zelador, com carteira assinada. Moravam na periferia, região de Venda Nova, e quando o pai veio a falecer, no fim da década de 1960, ele, então com 10 anos, e os sete irmãos, exceto o caçula, foram trabalhar na rua para ajudar no sustento da família. A mãe sabia fazer salgados e os colocava em balaios para que fossem vendidos na área central da cidade. No começo, ela os acompanhava e tomava conta, depois passaram a ir para o centro sozinhos. Naquela época, havia um grande movimento de pessoas no entorno da rodoviária,

muita gente do interior vinha para a capital fazer compras por atacado para revender em suas cidades. Além disso, havia em frente à rodoviária o Armazém do Grilo, e ao lado, a Feira dos Produtores, que atraíam um público diversificado. Como relatado pelo entrevistado, além da venda de salgados, eles tinham o costume de fazer pequenos serviços, como auxílio no transporte de mercadorias do supermercado até os ônibus, pequenos trabalhos na Feira e no Armazém. O trabalho de ambulante não só proporcionou a sobrevivência da família, como fez surgirem laços de amizade e uma forma de viver na rua. O comércio das elites era situado nas ruas São Paulo e Rio de Janeiro e na Galeria Ouvidor, mas a preferência dos ambulantes era a região da rodoviária – avenida Olegário Maciel, rua Guarani –, frequentada prioritariamente por trabalhadores e populares. Dos oito irmãos, apenas um trabalha com carteira assinada como pintor; duas irmãs ficaram em casa e os outros cinco permaneceram trabalhando na rua como camelôs.

O relato acima tem vários aspectos em comum com relatos coletados por Florestan Fernandes no livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (2008) e a análise desenvolvida por Kowarick (1994), citada anteriormente. Seria tentador explicar a informalidade atual a partir de tais análises, visto que o perfil de grande parte dos trabalhadores informais apresenta alguma semelhança com os descritos pelos respectivos autores. No entanto, a primeira dose de cautela pode ser tomada a partir das análises de José de Souza Martins, em *A Sociedade Vista do Abismo* (2002). Ao fazer uma análise das inúmeras formas de trabalho forçado no Brasil no final do século 20 (trabalhadores nas fazendas, prostituição infantil, tráfico de mulheres etc.), Martins chama a atenção para o fato de que pouca reflexão teórica foi produzida acerca de tal fenômeno. Há um equívoco recorrente de se associarem as formas modernas de trabalho forçado com nossa herança escravocrata, ou então considerar tais relações como residuais e/ou disfunções do capitalismo, que tendem ao desaparecimento na medida em que se tenha uma retomada do crescimento econômico. O relato mencionado coloca problemas para tal perspectiva na medida em que se percebe não só um desinteresse tácito por uma ocupação no mercado formal, mas principalmente pelo caráter duradouro e permanente das relações estabelecidas no setor informal. Não se trata aqui de explicar o complexo e heterogêneo universo da informalidade a partir de alguns depoimentos, mas, sobretudo, tomá-los como ponto de partida da problematização.

Baudrillard (2010), ao analisar a sociedade francesa em 1970, condena severamente o olhar desenvolvimentista como solução para a pobreza. Nesse sentido, as críticas de Baudrillard e Martins são extremamente pertinentes para analisar a informalidade no Brasil. Não se trata de um setor atrasado da economia, ou um meio de sobrevivência dos mais pobres e excluídos do mercado formal. Pode-se afirmar então que a economia informal no Brasil é parte constitutiva de relações econômicas hierárquicas e intercambiáveis, que condiciona e é condicionada por uma estrutura social de extrema desigualdade.

Antes de aprofundar a análise dos condicionantes econômicos da informalidade, torna-se necessário esclarecer os equívocos da explicação, não tão incomum, da herança escravocrata como causa da informalidade atual. O desenvolvimentismo fulgurante que prevaleceu na economia brasileira de 1930 até início da década de 1980 não só deu ao Brasil o título de país que mais cresceu no século 20, como posicionou sua economia entre as dez maiores do mundo ao fim do período citado. Mesmo assim, a desigualdade social permaneceu quase intocada. Do ponto de vista político, a centralização do poder e a ditadura militar colocaram severos limites à participação popular nas decisões políticas.

Para Jessé de Souza (2003, p. 153), é nesse contexto que ocorre “a formação de um padrão especificamente periférico de cidadania e subcidadania”. A tese defendida por Souza parte de questões cruciais levantadas por Florestan Fernandes na obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. A partir de uma exaustiva investigação empírica das condições de vida dos negros e trabalhadores rurais na cidade de São Paulo, na virada do século 19 até a década de 1960, Florestan consegue definir as principais dificuldades enfrentadas pelos grupos marginais para se adaptar ao capitalismo concorrencial em desenvolvimento. Segundo Souza, Florestan reconstituiu de forma notável o quadro socioeconômico e psicossocial que aflige o negro liberto e outros grupos sociais marginalizados. Nas palavras de Souza,

Ao negro, fora do contexto tradicional, restava o deslocamento social na nova ordem. Ele não apresentava os pressupostos sociais e psicossociais que são os motivos últimos do sucesso no meio ambiente concorrencial. Faltava-lhe vontade de se ocupar com as funções consideradas degradantes (que lhe lembravam o passado) – pejo que os imigrantes

italianos, por exemplo, não o tinham -; não eram suficientemente industriais nem poupadores e, acima de tudo, faltava-lhes o aguilhão da ânsia pela riqueza. Neste contexto, acrescentando-se a isto o abandono dos libertos pelos antigos donos e pela sociedade como um todo, estava, de certo modo, prefigurado o destino da marginalidade social e da pobreza econômica. (SOUZA, 2003, p. 154-155)

Em desvantagem na competição com o imigrante e sob o imperativo de manter sua dignidade de homem livre, ao negro restaram possibilidades de sobrevivência nas margens da sociedade. Souza resume o drama social do negro da seguinte forma:

A ânsia em libertar-se das condições humilhantes da vida anterior, tornava-o, inclusive, especialmente vulnerável a um tipo de comportamento reativo e ressentido em relação às demandas da nova ordem. Assim, o liberto tendia a confundir as obrigações do contrato de trabalho e não distinguia a venda da força de trabalho da venda dos direitos substantivos à noção de pessoa jurídica livre. Ademais, a recusa a certo tipo de serviço, a inconstância no trabalho, a indisciplina contra a supervisão, o fascínio por ocupações 'nobilitantes', tudo conspirava para o insucesso das novas condições de vida e para a confirmação do preconceito. (SOUZA, 2003, p. 155-156)

A dificuldade de adaptação do negro ao sistema de trabalho livre e a sua resistência em seguir os padrões sociais da sociedade competitiva urbana somavam-se, segundo Florestan, a mais um agravante, que seria a anomia familiar (desestruturação do núcleo familiar por conta de vícios, permissividade sexual, condições de habitação insalubres). Nesse ponto, Souza faz a primeira consideração crítica em relação ao estudo de Florestan no que diz respeito ao preconceito e à discriminação social. Assim como o negro, o branco de origem rural humilde também sofre com problemas de inadaptação no centro urbano. Sendo assim,

(...) se há preconceito neste terreno, e certamente há e agindo de forma intransparente e virulenta, não é, antes de tudo, um preconceito de cor, mas sim um preconceito que se refere a certo tipo de 'personalidade', julgada como improdutiva e disruptiva para a sociedade como um todo. (SOUZA, 2003, p. 159)

Dessa forma, pode-se dizer que não é propriamente a herança escravocrata que determina a produção da subcidadania: a cor da pele tem uma determinação relativa, uma vez que os despossuídos brancos também sofrem de discriminação e marginalização. Para Souza,

(...) é precisamente o abandono secular do negro e do dependente de qualquer cor à própria sorte a 'causa' óbvia de sua inadaptação. Foi este abandono que criou condições perversas de eternização de um 'habitus precário', que constrange esses grupos a uma vida marginal e humilhante à margem da sociedade incluída. Por outro lado, é necessário ter-se clareza teórica e prática acerca das causas reais da marginalização. **É precisamente o tipo de explicação que enfatiza o dado secundário da cor – a qual permitiria, supostamente, atribuir a 'culpa' da marginalização unicamente ao preconceito – que joga água no moinho da explicação economicista e evolucionista de tipo simples, que supõe ser a marginalização algo temporário, modificável por altas taxas de crescimento econômico, as quais, de algum modo obscuro, terminaria por incluir todos os setores marginalizados.** (SOUZA, 2003, p. 160. Destaque nosso)

Não se trata, portanto, de uma transposição das relações escravocratas no mundo urbano capitalista,

mas a redefinição 'moderna' do negro (e do dependente ou agregado brasileiro rural e urbano de qualquer cor) como 'imprestável' para exercer qualquer atividade relevante e produtiva no novo contexto, que constitui o quadro da nova situação de marginalidade. (SOUZA, 2003, p. 161)

A caracterização do negro como incapaz de se adaptar à nova ordem por conta de certos atributos psicossociais tende a reforçar o preconceito já existente e a transferir para o indivíduo a culpa de sua marginalidade. O conceito moderno do capital humano originário dos economistas neoclássicos, incorporado largamente a partir dos anos de 1980 nos departamentos de recursos humanos e também nas análises sociais, reproduz o mesmo equívoco. A força de trabalho, quando rotulada de capital humano, permite uma inversão no olhar sobre as mazelas sociais da produção flexível. Não é mais a produção exponencial de mais-valia que cria desemprego e miséria, mas a ausência de qualificação e iniciativa do indivíduo frente às novas possibilidades criadas pelas inovações tecnológicas. Visto dessa forma, é como se a recusa em participar do modelo de capitalismo europeu fosse a recusa da civilidade e da redenção. A negação do mercado formal aparece como inaptidão e não como opção e/ou resistência.

A partir das análises de Souza e Martins, é possível constatar, como o faz Kowarick, que a informalidade torna-se o principal meio de sobrevivência das camadas marginalizadas, porém difere radicalmente das relações escravocratas, ainda que seja um mecanismo eficiente de manutenção das diferenças sociais. Nesse sentido,

a informalidade não é porta de entrada para o mercado formal, muito menos apenas mão de obra excedente disponível para o capital. Não é um trabalho temporário; pode até ser inicialmente, mas torna-se permanente por conta de inúmeros motivos. Como revelam os depoimentos iniciais, a informalidade tornou-se para muitos opção e é estrutural na nossa organização social.

O viés culturalista da análise de Florestan tem forte repercussão nas análises sobre o mercado de trabalho brasileiro, especialmente na sociologia das organizações, que traz nos seus manuais inúmeros exemplos de uma cultura organizacional específica da realidade brasileira. Destaca-se como especificidade da nossa cultura, herdada do regime de escravidão, o desprezo pelo trabalho manual, a falta de um ofício de origem, que leva ao desleixo na produção e, principalmente, a separação de classes.

A nítida separação entre classes sociais, de um lado o fazendeiro 'coronel' na casa grande e de outro os escravos na senzala, **que hoje ainda perdura** pela forma autoritária e áspera que a classe média e alta trata garçons, balconistas e os ajudantes dos prédios de apartamentos. Essa divisão é **fisicamente visível** em cidades como Rio de Janeiro e Vitória, onde descendentes dos escravos, gente de pele escura, moram nos verdadeiros guetos ou são as favelas nos morros, isoladas da planície onde habita a classe média e alta. Por esse traço cultural, **nos dias de hoje**, muitos empresários visualizam seus empregados como coisas (ou 'peças', conforme eram designados os escravos à venda) e não como pessoas, além de tudo descartáveis. Tal prepotência dificulta as aplicações das novas técnicas gerenciais de parceria patrão/empregado, cada vez mais difundidas no primeiro mundo. Essa diferenciação cultural tinha que se consolidar pelo motivo de, neste país, a escravidão ter durado três séculos e meio, durante os quais foram trazidos da África 4.000.000 de negros. (BERNARDES & MARCONDES, 2000, p. 156. Destaques nossos)

A associação simplista, equivocada e pouco explicativa dada pelos autores citados sobre as relações de classe no Brasil contemporâneo é muito comum não só no imaginário social. A citação acima foi retirada de um livro de sociologia aplicada à administração que, no ano 2000, estava na quinta edição. Sendo assim, pode-se deduzir que a superação do preconceito de cor resolveria o problema de classe, ou mesmo que a superação das desigualdades pode ocorrer por meio das empresas. Mesmo sem cair em tamanha simplificação, existe no meio acadêmico e político brasileiro uma forte crença no desenvolvimentismo como forma de superação da desigualdade brasileira. O período de 1930 a 1980, principalmente durante a ditadura, forjou o mito do crescimento para posteriormente dividir o bolo. A grave

crise que perdurou durante os anos de 1980 e 1990 colocou a nu as contradições da ideologia desenvolvimentista. O desemprego de longa duração, a precarização das condições de trabalho e o rebaixamento de salários impulsionaram a busca por alternativas à crise. Houve não só um crescimento da informalidade, como surgiram (ou ressurgiram, em alguns casos) movimentos como Cooperativismo, Economia Solidária, Economia Popular Urbana, dentre outros. A cidade tornou-se um laboratório para novas experiências de produção e consumo. Porém, com a retomada do crescimento no início do novo milênio, houve um abandono parcial de tais experiências e a retomada das idéias desenvolvimentistas.

Sendo assim, é preciso caracterizar a evolução do chamado setor informal na economia brasileira, para o melhor entendimento das suas características estruturais.

4.1 EVOLUÇÃO DA INFORMALIDADE NO BRASIL – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Conforme já destacado anteriormente, o debate acerca do mercado informal e trabalho informal é carregado de contradições e pouco diz sobre a heterogeneidade de um bloco considerável do mercado brasileiro que não faz parte das relações formais. Sob a ótica da luta de classes, o trabalhador, ao aceitar a formalização do contrato de trabalho, em última instância está aceitando as regras do jogo capitalista, está considerando como legítimas as regras que garantem a apropriação da mais-valia pelo empregador. Nesse sentido, a formalização do trabalho significa a submissão dos trabalhadores às regras do capital. Porém, a correlação de forças entre as classes determina um movimento em que as regras vão se alterar em certos momentos históricos, podendo ocorrer ganhos consideráveis para os trabalhadores em termos de rendimento, melhores condições de trabalho, estabilidade, dentre outros. O contrato de trabalho formal, principalmente a partir do século 20, promove uma maior segurança para os trabalhadores através da ação do Estado em meio às constantes crises do capitalismo. Tal paradoxo nos países de capitalismo avançado foi resolvido com uma generalização do contrato formal; sendo

assim, aqueles que permaneceram na informalidade, em grande medida, o fizeram por opção, assumindo os riscos do mercado.

No caso brasileiro, o embate entre capital e trabalho, historicamente, colocou amplas vantagens para os proprietários. As relações de trabalho desde a escravidão possibilitaram ampla exploração da força de trabalho. O papel do Estado foi decisivo nessa relação, seja por não deixar claras as regras do jogo e permitir o uso indiscriminado da força de trabalho, promovendo inclusive importação da mesma, ou através de uma ampla regulamentação das relações de trabalho feita pelo Estado Getulista, que tutelou os sindicatos e sufocou movimentos de cunho progressista. Porém, dada a complexidade da estrutura econômica e social brasileira, formou-se ao longo do século 20 uma diversidade de relações econômicas e sociais chamada arbitrariamente de informalidade. O mercado informal foi então identificado em oposição às relações formais estabelecidas pelo contrato de trabalho e regulada pelo Estado. Como já citado, as tentativas de caracterizar e explicar a informalidade sempre esbarraram na complexidade de relações envolvidas. Para os economistas, preocupados em classificar e ordenar coisas, foi mais fácil acreditar na ideologia desenvolvimentista do que aceitar que é impossível enquadrar as relações informais em categorias, conceitos e teorias. Dizer que o setor informal é atrasado e que tende a desaparecer à medida que houver crescimento econômico é não admitir que no seio do capitalismo moderno competitivo possa haver diferentes formas de produção e consumo, que não obedeçam à racionalidade de mercado.

Se o conceito de informalidade é por demais impreciso, não é pretensão deste trabalho qualquer tentativa de reconstituí-lo, nem mesmo de abandoná-lo. Considera-se, para efeito de análise, o conceito de informalidade não em oposição ao mercado ou contrato formal de trabalho. Entende-se informalidade como constituída de sujeitos que não estão sujeitos à regulação direta do contrato e mercado formal, mas que se orientam e mantêm relações com o mundo formal. Mais que isso, considera-se aqui a informalidade em toda a sua complexidade e dinâmica decorrente de um movimento histórico próprio das sociedades capitalistas, que altera as posições dos indivíduos no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que sua posição na estrutura de classes permanece inalterada. A fragilidade do conceito de informalidade no campo econômico é virtude para a análise da dinâmica

socioespacial na medida em que a impossibilidade de classificação rigorosa indica a necessidade um olhar dinâmico acerca dos grupos que compõem a informalidade. Se a legislação belo-horizontina proíbe e retira os camelôs das ruas da cidade, isso não significa dizer que a informalidade diminuiu, ou que os camelôs acabaram.

Nesse sentido, ao fazer uma caracterização da informalidade no Brasil e em Belo Horizonte, tem-se a pretensão de entender um pouco melhor a dinâmica dos processos socioespaciais que operam na informalidade, ao invés de classificar ocupações. A análise da informalidade em Belo Horizonte privilegiará o grupo dos antigos e atuais camelôs da cidade. Não se pretende generalizar a análise para os outros grupos, muito menos ditar soluções para os problemas do mercado informal, mas vislumbrar outras racionalidades contidas na (des)ordem econômica, as interações com a economia formal e o Estado.

Um dos principais pressupostos da pesquisa é de que a informalidade no Brasil não é residual, uma anomalia, que tende a desaparecer com o crescimento econômico. A Tabela 1, a seguir oferece uma primeira impressão acerca das características da informalidade no Brasil. Ao se observar a dinâmica do setor terciário ao longo das décadas de 1950, 60, 70 e 80, percebe-se que o subsetor “outros serviços” apresenta expressiva taxa de crescimento anual na década de 1960 (6,38%) e, apesar de uma diminuição na taxa de crescimento na década de 1950 (3,47%), mostrou ser persistente ao longo das demais décadas. Chama a atenção ainda o gradual crescimento do percentual do subsetor “outros serviços” em relação ao total da PEA, inclusive na década de 1970, quando houve o chamado Milagre Brasileiro.

TABELA 1

PARTICIPAÇÃO RELATIVA E TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) POR SETORES E SUBSETORES ECONÔMICOS — BRASIL — 1950 A 1980

SETORES E SUBSETORES ECONÔMICOS	PEA (%)				TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)			
	1950	1960	1970	1980	1950/60	1960/70	1970/80	1950/80
Primário	59,90	53,97	44,27	29,93	1,81	0,64	0,02	0,82
Secundário	14,18	12,93	17,92	24,38	1,93	6,06	7,26	5,06
Indústria de transformação	9,39	8,60	10,97	15,66	1,98	5,19	7,78	4,95
Construção civil	3,42	3,43	5,82	7,20	2,94	8,21	6,24	5,78
Outras	1,37	0,90	1,13	1,52	(-1,34)	5,01	7,14	3,54
Terciário	25,92	33,10	37,81	45,69	5,43	4,02	6,00	5,15
Distribuição	9,24	10,79	11,55	13,53	4,50	3,35	5,67	4,50
Social (1)	5,32	6,45	9,08	11,09	4,88	6,22	6,11	5,74
Outros serviços (2)	11,36	15,86	17,18	21,07	6,38	3,47	6,16	5,32
PEA urbana	—	—	—	—	4,31	4,63	6,42	5,12
População urbana	36,20	45,10	56,00	67,70	5,47	5,15	4,48	5,03

(1) Serviços sociais e coletivos: administração pública, saúde, educação, defesa e segurança nacional e saneamento.

(2) Serviços pessoais, de reparação, biscateiros, vendedores ambulantes e ocupações mal definidas.

Fonte: IBGE, 1981a – Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980 / IBGE, 1981b – Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1980.

In: COSTA, 1984.

Fonte: COSTA, 1997, p. 1.427.

Na Tabela 2 percebe-se, através do percentual de trabalhadores classificados como conta própria (em que nem todos são informais) e empregado sem carteira de trabalho assinada, certa regularidade em relação ao conjunto da população ocupada, tanto nas décadas de forte crescimento econômico quanto nos momentos de recessão. Já em relação ao empregado com carteira de trabalho assinada, há uma grande variação que acompanha os ciclos econômicos.

TABELA 2

Distribuição dos ocupados com 10 anos ou mais de idade, segundo posição na ocupação no trabalho principal na semana de referência – Brasil (%)

DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL NA SEMANA DE REFERÊNCIA - Brasil								
(%Distribuição dos ocupados com 10 anos ou mais de idade, segundo posição na ocupação no trabalho principal na semana de referência - Brasil (%))								
Posição na ocupação	Ano							
	1976	1981	1986	1992	1996	2001	2006	2009
Empregado com carteira de trabalho assinada	32,22	36,21	37,17	29,60	28,88	29,36	31,60	34,92
Funcionário público estatutário e militar				6,07	6,72	6,45	6,61	6,86
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	13,59	19,05	20,10	16,62	17,41	18,40	17,74	16,52
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	1,09	1,09	1,04	1,16	1,63	2,03	2,05	2,15
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	4,31	4,40	4,68	5,49	5,72	5,77	5,53	5,64
Conta própria	23,25	22,68	22,89	21,71	22,30	22,31	21,22	20,48
Empregador	2,69	3,17	3,42	3,68	3,65	4,22	4,45	4,31
Trabalhador na produção para o próprio consumo	-	-	-	4,91	4,25	3,83	4,55	4,08
Trabalhador na construção para o próprio uso	-	-	-	0,24	0,27	0,20	0,15	0,00
Trabalhador agrícola com carteira	1,89	0,00	0,03	-	-	-	-	-
Trabalhador agrícola sem carteira	8,27	3,46	3,09	-	-	-	-	-
Não remunerado	12,66	9,92	7,57	10,47	9,11	7,41	6,09	4,64
Sem declaração	0,03	0,02	0,00	0,04	0,06	0,02	0,00	0,00

Fonte: IBGE - PNADs 1976, 1981, 1986, 1992, 1996, 2001, 2006, 2009 - elaboração Sibelie Cornélio Diniz

Observações:

1) Para 1976, 1981 e 1986, não é possível distinguir os funcionários públicos e militares dos empregados com carteira.

2) Em 1976, 1981 e 1986, não foram trabalhados os conceitos de produção para o próprio consumo e construção para o próprio uso. Ademais, havia categorias para os trabalhadores agrícolas, o que não ocorre após 1992.

3) Devido ao Censo Demográfico de 1991, não foi realizada PNAD naquele ano.

Chama a atenção o fato de que a informalidade persiste nos momentos em que há um forte crescimento econômico, como demonstrado através da Tabela 1, na década de 1970, e Tabela 2, na primeira década do século 21. Várias razões que empurram as pessoas para a informalidade já foram aqui citadas. A grande dificuldade para o observador é entender a permanência dos trabalhadores na informalidade. Se há um número considerável de trabalhadores que transitam entre os dois campos, o que pode ser caracterizado como excedente de força de trabalho, o mesmo não se pode dizer para parcela considerável de trabalhadores que são levados à informalidade e que lá permanecem. Foi característico do período acima um forte crescimento do setor industrial e das metrópoles, especialmente na região sul e sudeste. Se, por um lado, o forte crescimento aparentemente não alterou significativamente a

informalidade, por outro lado reforçou a situação de distanciamento dos mais ricos para os mais pobres. O quadro da desigualdade social torna-se mais dramático ao se considerar que, durante o período de referência, principalmente nas décadas de 1950, 60 e 70, houve uma forte mobilidade social ascendente, que serviu mais de amortecedor dos conflitos sociais do que mudança na estrutura social (PASTORE, 2000).

Ao longo da década de 1980 e, principalmente nos anos 1990, o Brasil sentiu de forma mais intensa os reflexos das transformações estruturais do capitalismo. Os efeitos perversos da produção flexível, baixa atividade econômica, desemprego estrutural, precarização do trabalho foram sentidos conjuntamente ao processo de abertura econômica promovido pelo governo FHC. Como reflexo da abertura econômica, houve uma mudança significativa na estrutura ocupacional brasileira (POCHMANN, 2001). Além do aumento do desemprego, houve maior precarização das condições do setor formal com a flexibilização das leis trabalhistas e a criação do contrato temporário de trabalho, incremento da terceirização e diminuição da renda dos trabalhadores (POCHMANN, 2001). Nesse contexto, a variação para mais no grau de informalidade expresso no Gráfico 1, abaixo, pode ser explicada não só pelo aumento do desemprego, mas também pelas mudanças estruturais na composição do emprego. Ou seja, foram jogados para a informalidade não só os trabalhadores “desqualificados” para o novo contexto de produção flexível, mas também sujeitos em busca de melhor renda que a remuneração dos salários¹¹.

¹¹ A taxa de informalidade corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados + empregadores). A partir de 1992, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso são contados também no numerador.

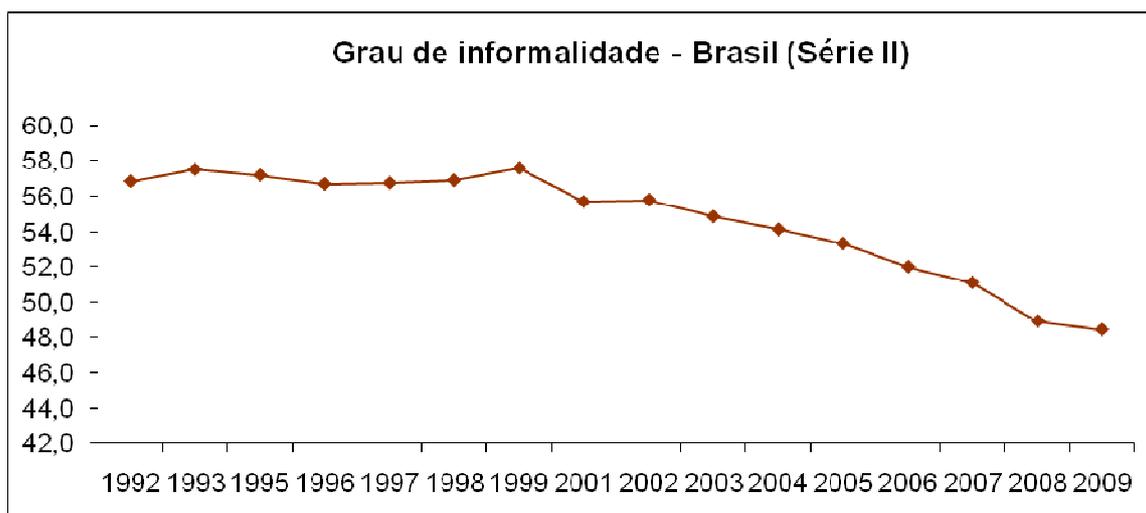


GRÁFICO 1 – Grau de informalidade – Brasil (Série II)

Fonte: IBGE – PNADs 1976, 1981, 1986, 1992, 1996, 2001, 2006, 2009.

Elaboração: Sibelle Cornelio Diniz

É bastante recorrente o argumento de que o contexto recessivo da década de 1990 seria a grande causa do aumento da informalidade. Em parte, o argumento é válido: percebe-se que, na década de queda do PIB, o grau de informalidade na economia brasileira atinge a patamares mais altos que na década subsequente. Pode-se especular, nesse momento (depois o argumento será mais bem desenvolvido) que, se a variável *crescimento econômico* pouco explica a dinâmica da informalidade, a variável *renda* é importante, mas não determinante.

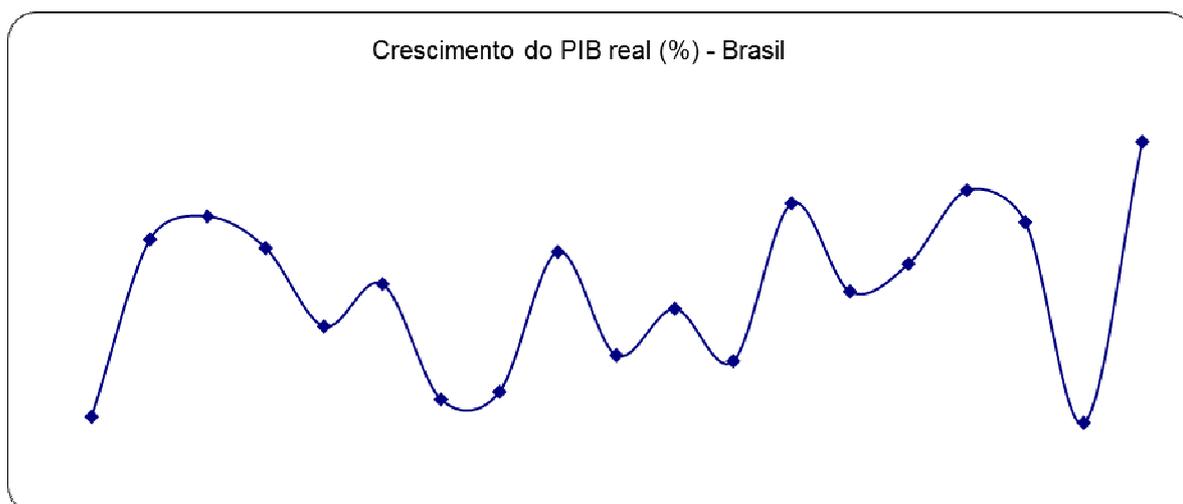


GRÁFICO 2 – Crescimento do PIB real (%) – Brasil

Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais Referência 2000 (IBGE/SCN 2000 Anual).

Elaboração: Sibelle Cornelio Diniz

Porém, ao se observar o Gráfico 3, fica evidente mais uma vez que a variação da informalidade é pouco significativa em comparação à variação do crescimento econômico.

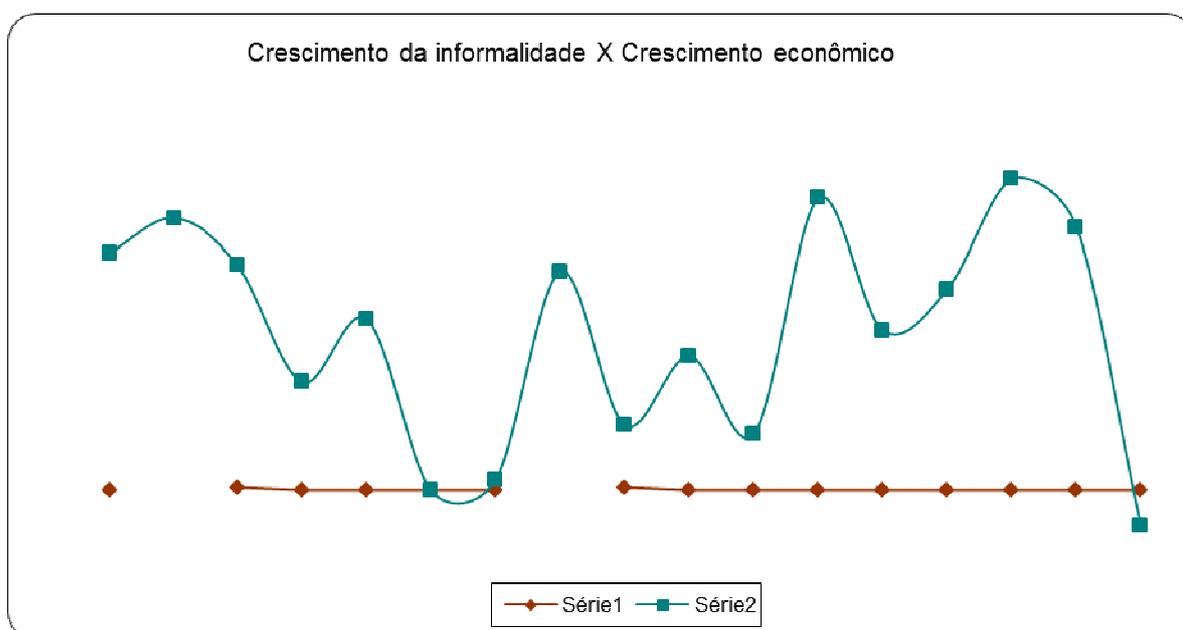


GRÁFICO 3 – Crescimento da informalidade (série 1) X Crescimento econômico (série 2)

Fonte: IBGE – PNADs 1976, 1981, 1986, 1992, 1996, 2001, 2006, 2009. IBGE, Sistema de Contas Nacionais Referência 2000 (IBGE/SCN 2000 Anual).

Elaboração: Sibelle Cornelio Diniz

Durante os anos de crise do fordismo periférico houve um aumento no grau de informalidade, que diminuiu com a retomada de crescimento, porém houve uma permanência da informalidade mesmo em momentos tão distintos.

A informalidade é inclassificável, persistente ao longo do tempo e múltipla nas formas com que se expressam. Sendo assim, interessa saber, em um primeiro momento, quais as características que reproduzem ou se aproximam das relações do mercado formal. Apesar da falta de regulação do Estado, parte dos trabalhadores informais tem sua remuneração baseada no salário mínimo e na jornada de trabalho padrão. Esse contingente se enquadra no conceito de população relativamente estagnada de Marx (1983). Além disso, segue um padrão de discriminação por sexo e cor que espelha o mercado formal, como constatou Rivero (2009). Ainda segundo a autora, a relação entre pobreza e informalidade está relacionada à falta de autonomia na posição ocupacional, à baixa escolaridade, ao sexo feminino e às atividades tradicionais.

No caso de Belo Horizonte, percebe-se uma constância na informalidade que espelha os dados mais gerais da sociedade brasileira. A Tabela 3, formulada a partir do ano de 1996 com os dados da pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte – PED (Fundação João Pinheiro), mostra mais claramente a dinâmica recente do mercado de trabalho. Enquanto a proporção de assalariados do setor privado cresce acompanhando o crescimento econômico, a proporção de assalariados sem carteira assinada tem um movimento inverso. Ou seja, percebe-se uma tendência de diminuição do trabalho assalariado informal com a retomada do crescimento no início do século 21. Por outro lado, o número relativo de autônomos que trabalham para o público, supostamente trabalhadores informais que têm maior autonomia na posição ocupacional, variou muito pouco.

TABELA 3
Distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação
Região Metropolitana De Belo Horizonte (RMBH) – 1996-2009

(Em percentagem)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ANO														
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Ocupados.....	100,0														
Assalariados Total (1).....	62,9	62,0	62,1	61,4	61,9	62,7	63,7	62,8	63,2	64,4	65,3	65,3	67,1	67,5	69,1
Assalariados do Setor Privado.....	49,1	49,2	49,6	48,8	49,1	50,2	51,2	50,2	50,6	51,9	52,3	52,8	54,1	53,7	55,3
Com carteira assinada.....	39,3	39,6	39,9	39,1	39,2	40,5	40,1	39,5	40,8	42,6	43,3	44,6	46,4	46,1	48,8
Sem carteira assinada.....	9,8	9,6	9,7	9,7	9,9	9,7	11,1	10,7	9,8	9,3	9,0	8,2	7,7	7,6	6,5
Assalariados do Setor Público.....	13,7	12,7	12,4	12,6	12,7	12,4	12,5	12,6	12,6	12,4	13,0	12,5	13,0	13,8	13,9
Autônomos.....	18,9	19,8	20,1	21,0	20,6	20,8	20,1	20,7	20,6	20,2	19,9	20,1	19,4	18,7	17,8
Que trabalham para o público.....	14,4	15,5	15,2	16,1	15,7	16,0	15,5	15,5	15,2	14,9	14,7	14,8	14,4	14,1	13,9
Que trabalham para empresa.....	4,5	4,3	4,9	4,9	4,9	4,8	4,6	5,2	5,4	5,3	5,2	5,3	5,0	4,6	3,9
Empregadores.....	5,3	5,4	5,1	4,8	4,9	4,4	4,8	4,8	4,4	4,3	4,3	4,6	4,2	4,6	4,6
Empregados domésticos.....	10,0	10,1	10,1	10,1	9,8	9,6	9,5	9,2	9,3	8,9	8,2	8,0	7,5	7,3	6,7
Mensalista.....	8,1	8,2	8,1	8,1	8,0	7,7	7,7	7,2	7,1	6,6	6,0	5,7	5,3	5,0	4,7
Diarista.....	1,9	1,9	2,0	2,0	1,8	1,9	1,8	2,0	2,2	2,3	2,2	2,3	2,2	2,3	2,0
Demais.....	2,9	2,7	2,6	2,7	2,8	2,5	1,9	2,5	2,5	2,2	2,3	2,0	1,8	1,9	1,9

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG - Elaboração: Maria Ramos

(1) Inclusive os assalariados que não sabem o tipo de empresa em que trabalham.

Em números absolutos, a relação entre assalariados do setor privado com carteira assinada e sem carteira assinada se mantém, ao passo que o número de autônomos que trabalham para o público aumenta.

TABELA 4
Estimativas dos ocupados, segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) – 1996-2010

Em mil pessoas

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ANO														
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Ocupados.....	1.571	1.635	1.621	1.615	1.674	1.722	1.775	1.818	1.880	1.952	2.074	2.165	2.250	2.245	2.259
Total de assalariados (1).....	988	1.014	1.007	992	1.036	1.080	1.131	1.142	1.188	1.257	1.354	1.414	1.510	1.515	1.561
Assalariados do Setor Privado..	771	804	804	788	822	864	909	913	951	1.013	1.085	1.143	1.217	1.206	1.247
Com carteira assinada.....	617	647	647	631	656	697	712	718	767	832	898	966	1.044	1.035	1.102
Sem carteira assinada.....	154	157	157	157	166	167	197	195	184	182	187	177	173	171	145
Assalariados do Setor Público..	215	208	201	203	213	214	222	229	237	242	269	271	293	309	314
Autônomos.....	297	324	325	339	345	358	357	376	387	394	413	435	436	420	402
Que trabalham para o público..	226	253	246	260	263	276	275	282	286	291	305	320	324	317	314
Que trabalham para empresa..	71	70	79	79	82	83	82	95	101	103	108	115	112	103	88
Empregadores.....	83	88	83	77	82	76	85	87	83	84	89	100	95	103	102
Empregados domésticos.....	157	165	164	163	164	165	169	167	175	174	170	173	169	164	151
Mensalista.....	127	134	131	131	134	133	137	131	134	129	124	123	119	112	106
Diarista.....	30	31	33	32	30	33	32	36	41	45	46	50	50	52	45
Demais.....	46	44	42	44	47	43	33	46	47	43	48	43	40	43	43

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG - Elaboração: Maria Ramos

(1) Inclusive os assalariados que não sabem o tipo de empresa em que trabalham.

Para fazer uma caracterização da informalidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, optou-se por privilegiar o grupo dos autônomos que trabalham para o setor público, pois é a categoria na qual se encontram os camelôs. Percebe-se, assim, que é o grupo que tem a menor variação, relativamente, ao longo do período referenciado. Serão usados como base de comparação os dados referentes aos ocupados que caracterizam o universo geral dos trabalhadores. No que diz respeito à composição dos ocupados por sexo, a Tabela 5 indica prevalência do sexo masculino e tendência de incorporação nessa categoria de pessoas do sexo feminino na década de crescimento econômico. Em relação ao grupo de autônomos que trabalham para o público, a diferença por sexo é mais acentuada e não há uma variação significativa para análise no período de referência.

TABELA 5
Distribuição da população ocupada e dos autônomos por atributos pessoais e outros
PED – RMBH – 1996 a 2010
Sexo

OCUPADOS (1)	ANO														em %
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
masculino	57,5	57,6	58,0	56,9	56,3	56,1	55,6	55,5	54,4	54,7	54,8	54,7	54,2	54,5	55,0
feminino	42,5	42,4	42,0	43,1	43,7	43,9	44,4	44,5	45,6	45,3	45,2	45,3	45,8	45,5	45,0
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
AUTÔNOMO QUE TRABALHA PARA O PÚBLICO (4)															
masculino	66,4	66,3	68,3	69,1	68,6	66,3	67,7	64,7	63,1	61,9	62,2	61,3	61,2	62,2	62,9
feminino	33,6	33,7	31,7	30,9	31,4	33,7	32,3	35,3	36,9	38,1	37,8	38,7	38,8	37,8	37,1
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG - Elaboração: Maria Ramos

Notas: (...) A amostra não comporta essa desagregação.

(1) Ocupados: pessoas de 10 ou mais empregadas com e sem carteira assinada no setor privado; empregados no setor público, empregados domésticos; trabalhador familiar sem remuneração salarial; autônomos; empregadores; profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar.

(2) Autônomo: (ou conta própria) é a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s), ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es). Pode ter eventualmente algum ajudante remunerado para auxiliá-lo em períodos de maior trabalho. Essas pessoas têm a liberdade (autonomia) para organizar seu próprio trabalho, e portanto, para determinar sua jornada de trabalho.

(4) O Autônomo pode prestar seus serviços diretamente ao consumidor (população em geral), o chamado autônomo para o público, (5) e pode prestar serviços para uma empresa ou pessoa, o chamado Autônomo para uma empresa ou pessoa;

(3) Renda Real Média : em reais de março de 2011. Inflator utilizado: IPCA-Ipead MG.

Em relação à faixa etária, percebe-se, através da Tabela 6, que a maior parte dos ocupados tem entre 25 e 39 anos de idade e que não há grande variação do número relativo ao longo dos anos. No que diz respeito aos autônomos que trabalham para o público, há uma forte concentração no grupo de 25 a 39 anos e acima de 40. Pode-se dizer, assim, que, além de ser um grupo em que prevalece o sexo masculino, são pessoas mais maduras. Normalmente, as pessoas que se estabelecem como autônomas e trabalham informalmente têm experiências anteriores no mercado formal, até se decidirem definitivamente pela informalidade. Tal relação será mais bem visualizada quando forem apresentadas as características dos camelôs.

TABELA 6
Distribuição da população ocupada e dos autônomos por atributos pessoais e outros
PED – RMBH – 1996 a 2010
Idade

OCUPADOS (1)	ANO														em %
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
10 a 17 anos	5,4	5,3	4,7	3,9	3,4	3,1	2,6	2,8	2,6	2,6	2,2	2,3	2,3	1,9	1,5
18 a 24 anos	20,7	20,9	21,2	20,8	21,2	21,1	21,2	20,1	19,4	19,4	18,8	18,2	17,9	16,5	15,9
25 a 39 anos	42,6	42,3	41,7	41,8	42,1	40,9	40,9	40,5	41,0	40,6	40,7	41,1	40,3	40,3	41,4
40 e mais	31,3	31,5	32,4	33,5	33,3	34,9	35,3	36,6	37,0	37,4	38,3	38,4	39,5	41,3	41,2
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
AUTÔNOMO QUE TRABALHA PARA O PÚBLICO (4)															
10 a 17 anos	3,2	3,6	3,0	2,9	2,5	2,5	2,5	2,7	2,8	3,0	2,1	2,4	2,1	2,1	1,2
18 a 24 anos	11,3	11,8	11,7	11,5	10,8	11,7	12,5	10,5	9,9	10,1	9,7	9,0	7,7	7,7	6,8
25 a 39 anos	41,6	41,4	41,0	39,3	39,3	37,1	35,9	37,2	35,3	33,9	33,9	32,9	32,2	31,2	32,2
40 e mais	43,9	43,2	44,3	46,3	47,4	48,7	49,1	49,6	52,0	53,0	54,3	55,7	58,0	59,0	59,8
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG - Elaboração: Maria Ramos

Notas: (...) A amostra não comporta essa desagregação.

(1) Ocupados: pessoas de 10 ou mais empregadas com e sem carteira assinada no setor privado; empregados no setor público, empregados domésticos; trabalhador familiar sem remuneração salarial; autônomos; empregadores; profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar.

(2) Autônomo: (ou conta própria) é a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s), ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es). Pode ter eventualmente algum ajudante remunerado para auxiliá-lo em períodos de maior trabalho. Essas pessoas têm a liberdade (autonomia) para organizar seu próprio trabalho, e portanto, para determinar sua jornada de trabalho.

(4) O Autônomo pode prestar seus serviços diretamente ao consumidor (população em geral), o chamado autônomo para o público, (5) e pode prestar serviços para uma empresa ou pessoa, o chamado Autônomo para uma empresa ou pessoa;

(3) Renda Real Média: em reais de março de 2011. Inflator utilizado: IPCA-Ipead MG.

Em relação à escolaridade, é perceptível para os dois casos que há uma tendência de elevação do grau de escolaridade dos trabalhadores. Pode-se se dizer que, se por um lado o mercado de trabalho formal na era da produção flexível tende a ser mais exigente em termos de qualificação e instrução, por outro há uma mudança geral na situação educacional do país a partir dos anos 1990, com a universalização do acesso ao ensino fundamental e a ampliação das vagas no ensino médio. Ainda que o comportamento ao longo dos anos, em relação à educação, tenha sido similar entre os dois grupos, o setor autônomo abriga um número significativamente maior de pessoas que não terminaram o ensino fundamental. Chama a atenção ainda a pequena, mas constante percentagem de trabalhadores com ensino superior completo.

TABELA 7
Distribuição da população ocupada e dos autônomos por atributos pessoais e outros
PED – RMBH – 1996 a 2010
Escolaridade

OCUPADOS (1)	ANO														em %
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
ESCOLARIDADE															
analfabetos	2,9	2,7	2,5	2,2	1,9	1,7	1,6	1,6	1,5	1,4	1,2	1,1	1,0	0,9	0,7
Ensino fundam	47,5	46,7	44,9	41,0	38,7	35,8	34,1	32,6	30,5	29,2	27,3	26,5	24,8	23,9	22,4
Ens.fund.compl	17,5	17,9	18,7	20,3	20,4	20,1	18,8	18,7	18,8	18,6	18,3	18,1	18,4	17,3	17,0
Ens.médio com	21,4	21,9	23,1	24,9	27,3	30,4	32,9	34,1	35,9	37,4	38,7	39,6	40,4	40,7	41,8
Superior compl	10,7	10,8	10,8	11,6	11,7	12,0	12,6	13,0	13,3	13,4	14,5	14,7	15,4	17,2	18,1
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
AUTÔNOMO QUE TRABALHA PARA O PÚBLICO (4)															
analfabetos	4,3	4,2	3,8	3,4	3,2	2,9	2,6	3,3	3,1	2,8	2,3	2,4	2,4	1,9	1,5
Ensino fundam	59,8	61,0	58,9	56,6	55,3	51,2	52,7	50,4	48,7	47,6	45,7	45,5	44,4	42,2	41,1
Ens.fund.compl	17,3	16,5	18,5	19,5	20,2	21,6	19,5	20,0	21,1	21,2	21,1	21,1	21,9	20,7	20,5
Ens.médio com	15,5	15,2	16,2	17,5	18,4	21,2	22,1	23,4	24,0	25,4	27,9	27,8	28,3	30,5	32,0
Superior compl	3,1	3,1	2,6	3,0	2,9	3,1	3,1	2,9	3,1	3,0	3,0	3,2	3,0	4,7	4,9
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG - Elaboração: Maria Ramos

Notas: (...) A amostra não comporta essa desagregação.

(1) Ocupados: pessoas de 10 ou mais empregadas com e sem carteira assinada no setor privado; empregados no setor público, empregados domésticos;

trabalhador familiar sem remuneração salarial; autônomos; empregadores; profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar.

(2) Autônomo: (ou conta própria) é a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s), ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es). Pode ter eventualmente algum ajudante remunerado para auxiliá-lo em períodos de maior trabalho. Essas pessoas têm a liberdade (autonomia) para organizar seu próprio trabalho, e portanto, para determinar sua jornada de trabalho.

(4) O Autônomo pode prestar seus serviços diretamente ao consumidor (população em geral), o chamado autônomo para o público, (5) e pode prestar serviços para uma empresa ou pessoa, o chamado Autônomo para uma empresa ou pessoa;

(3) Renda Real Média : em reais de março de 2011. Inflator utilizado: IPCA-Ipead MG.

A Tabela 8 mostra a distribuição dos ocupados por setor de atividade. É possível observar que a variação mais significativa na composição dos ocupados ocorre com o aumento do número relativo do setor de serviços, porém nos outros setores há uma diminuição pequena. Em relação aos autônomos que trabalham para o público, ocorre também um aumento no setor de serviços, mas com uma diminuição mais acentuada no setor de comércio.

TABELA 8
Distribuição da população ocupada e dos autônomos por atributos pessoais e outros
PED – RMBH – 1996 a 2010
Setor de atividade

OCUPADOS (1)	ANO														
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
em %															
SETOR DE ATIVIDADE															
Indústria	16,1	16,1	15,3	14,4	14,5	14,7	14,5	14,8	14,4	14,3	14,8	15,4	15,3	13,6	14,3
Construção civil	8,2	8,5	8,6	8,3	7,5	7,2	6,9	6,5	6,1	6,3	6,5	6,8	7,1	7,6	7,8
Comércio	15,1	15,3	15,3	15,0	15,0	15,1	15,4	13,0	15,4	15,6	14,9	15,1	15,3	14,5	14,9
Serviços	49,6	49,1	49,8	51,3	52,4	52,6	53,0	55,5	54,0	54,5	54,9	54,2	54,3	56,6	56,0
Serviços domésticos	10,0	10,1	10,1	10,2	9,8	9,6	9,5	9,4	9,3	9,0	8,3	8,0	7,5	7,2	6,7
Outros	1,0	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,3	0,6	0,5	0,5	0,5	0,3
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
AUTÔNOMO QUE TRABALHA PARA O PÚBLICO (4)															
Indústria	7,7	7,4	7,0	7,2	7,0	8,1	8,4	8,5	9,4	8,5	9,2	9,3	8,4	8,2	8,5
Construção civil	24,4	26,2	25,8	26,7	24,8	22,2	23,2	22,6	21,4	21,8	22,1	23,0	22,7	22,3	23,5
Comércio	18,0	17,9	18,1	16,5	16,4	17,6	16,8	14,2	17,4	14,8	15,2	15,3	15,5	15,3	15,0
Serviços	48,9	47,3	48,1	48,6	51,1	51,3	50,8	54,0	51,0	54,1	52,8	51,9	52,8	53,7	52,8
Outros	1,0	1,2	1,0	1,0	0,7	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,7	0,5	0,6	0,5	0,2
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG - Elaboração: Maria Ramos

Notas: (...) A amostra não comporta essa desagregação.

(1) Ocupados: pessoas de 10 ou mais empregadas com e sem carteira assinada no setor privado; empregados no setor público, empregados domésticos; trabalhador familiar sem remuneração salarial; autônomos; empregadores; profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar.

(2) Autônomo: (ou conta própria) é a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s), ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es). Pode ter eventualmente algum ajudante remunerado para auxiliá-lo em períodos de maior trabalho. Essas pessoas têm a liberdade (autonomia) para organizar seu próprio trabalho, e portanto, para determinar sua jornada de trabalho.

(4) O Autônomo pode prestar seus serviços diretamente ao consumidor (população em geral), o chamado autônomo para o público, (5) e pode prestar serviços para uma empresa ou pessoa, o chamado Autônomo para uma empresa ou pessoa;

(3) Renda Real Média: em reais de março de 2011. Inflator utilizado: IPCA-Ipead MG.

No que diz respeito à contribuição previdenciária, fica mais clara, entre os ocupados, a relação entre crescimento econômico e formalização do trabalho. Há, no período de referência, um crescimento significativo dos trabalhadores que passam a contribuir com a previdência, o que se explica pela diminuição do número de trabalhadores assalariados do setor privado sem carteira de trabalho assinada. Em relação aos autônomos que trabalham para o público, chama a atenção o baixo percentual de pessoas que contribuem com a previdência e a variação que ocorre em cada ano.

TABELA 9
Distribuição da população ocupada e dos autônomos por atributos pessoais e outros
PED – RMBH – 1996 a 2010
Contribuição para previdência

OCUPADOS (1)	ANO														em %
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA															
Sim	67,8	66,4	65,0	64,2	64,2	65,7	65,0	64,0	65,1	66,4	67,1	68,2	70,8	72,2	75,4
Não	32,2	33,6	35,0	35,8	35,8	34,3	35,0	36,0	34,9	33,6	32,9	31,8	29,2	27,8	24,6
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
AUTÔNOMO QUE TRABALHA PARA O PÚBLICO (4)															
Sim	26,1	22,0	19,0	16,2	16,0	17,8	17,4	14,4	13,1	14,0	14,8	15,1	19,6	21,0	23,2
Não	73,9	78,0	81,0	83,8	84,0	82,2	82,6	85,6	86,9	86,0	85,2	84,9	80,4	79,0	76,8
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG - Elaboração: Maria Ramos

Notas: (...) A amostra não comporta essa desagregação.

(1) Ocupados: pessoas de 10 ou mais empregadas com e sem carteira assinada no setor privado; empregados no setor público, empregados domésticos; trabalhador familiar sem remuneração salarial; autônomos; empregadores; profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar.

(2) Autônomo: (ou conta própria) é a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s), ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es). Pode ter eventualmente algum ajudante remunerado para auxiliá-lo em períodos de maior trabalho. Essas pessoas têm a liberdade (autonomia) para organizar seu próprio trabalho, e portanto, para determinar sua jornada de trabalho.

(4) O Autônomo pode prestar seus serviços diretamente ao consumidor (população em geral), o chamado autônomo para o público, (5) e pode prestar serviços para uma empresa ou pessoa, o chamado Autônomo para uma empresa ou pessoa;

(3) Renda Real Média: em reais de março de 2011. Inflator utilizado: IPCA-Ipead MG.

Em relação à jornada média de trabalho e rendimento real médio, percebe-se entre os ocupados uma pequena, mas significativa redução da média de horas trabalhadas e uma elevação do rendimento. Seria precipitado chamar tal relação de tendência, uma vez que isso exige necessariamente uma série histórica maior e abrangência nacional. Em relação ao grupo dos autônomos, não há uma relação significativa entre crescimento econômico, jornada de trabalho e rendimento. No entanto, percebe-se que, nos anos em que há uma diminuição do rendimento real médio, há também um aumento na jornada média de trabalho, ou seja, pode-se especular que a queda de rendimento é compensada em parte.

TABELA 10
Distribuição da população ocupada e dos autônomos por atributos pessoais e outros
PED – RMBH – 1996 a 2010
Jornada de trabalho e rendimento

OCUPADOS (1)	ANO														em %
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
JORNADA MÉDIA DE TRABALHO															
Média de horas	43	42	42	42	43	42	42	41	40	40	40	40	40	40	41
RENDIMENTO REAL MÉDIO (3)															
R\$	1282	1254	1208	1141	1117	1124	1151	1031	1018	1007	1144	1187	1275	1351	1412
AUTÔNOMO QUE TRABALHA PARA O PÚBLICO (4)															
JORNADA MÉDIA DE TRABALHO															
Média de horas	44	43	44	44	45	45	44	43	42	41	41	40	41	40	42
RENDIMENTO REAL MÉDIO (3)															
R\$	1077	1025	978	891	856	835	803	687	665	663	780	822	889	979	1064

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG - Elaboração: Maria Ramos

Notas: (...) A amostra não comporta essa desagregação.

(1) Ocupados: pessoas de 10 ou mais empregadas com e sem carteira assinada no setor privado; empregados no setor público, empregados domésticos; trabalhador familiar sem remuneração salarial; autônomos; empregadores; profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar.

(2) Autônomo: (ou conta própria) é a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s), ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es). Pode ter eventualmente algum ajudante remunerado para auxiliá-lo em períodos de maior trabalho. Essas pessoas têm a liberdade (autonomia) para organizar seu próprio trabalho, e portanto, para determinar sua jornada de trabalho.

(4) O Autônomo pode prestar seus serviços diretamente ao consumidor (população em geral), o chamado autônomo para o público, (5) e pode prestar serviços para uma empresa ou pessoa, o chamado Autônomo para uma empresa ou pessoa;

(3) Renda Real Média : em reais de março de 2011. Inflator utilizado: IPCA-Ipead MG.

Foi feito ainda, para o grupo de autônomos que trabalha para o público, um levantamento da situação em relação à posse dos instrumentos de trabalho e o local de funcionamento da atividade. Verifica-se, pela Tabela 11, que a imensa maioria dos trabalhadores possuía instrumentos de trabalho em 1996, com o gradual aumento do número relativo em 2010, o que denota em certa medida o crescente grau de autonomia dos trabalhadores. Em relação ao local de trabalho, há preponderância do trabalho sem instalação fixa, mas com equipamento próprio. No entanto, é importante mencionar que é bastante relevante o percentual de trabalhadores que usam a própria residência como local de trabalho, seja em cômodo adaptado ou não.

Chama a atenção ainda a brusca redução do percentual de utilização de barracas como local de trabalho a partir de 2004. Se é levado em consideração que boa parte dos camelôs utilizavam barracas para seus negócios, pode-se especular que a

diminuição talvez esteja relacionada à implantação do Código de Posturas em 2003 e à criação dos shoppings populares.

TABELA 11

Distribuição da população ocupada e dos autônomos por atributos pessoais e outros
PED – RMBH – 1996 a 2010

Instrumento de trabalho e local de funcionamento (Somente autônomos)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
INSTRUMENTOS DE TRABALHO															
Próprios	89,9	88,9	90,0	90,8	92,4	92,1	92,0	91,7	93,6	92,7	93,2	94,2	94,9	95,0	94,3
Não próprios	10,1	11,1	10,0	9,2	7,6	7,9	8,0	8,3	6,4	7,3	6,8	5,8	5,1	5,0	5,7
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
LOCAL DE FUNCIONAMENTO															
residência, em	12,7	9,6	12,0	12,2	11,8	11,3	11,7	8,5	8,7	8,3	7,8	6,5	8,4	10,7	11,0
residência, em	15,0	15,8	12,6	12,3	13,3	13,7	12,5	18,0	17,2	18,8	18,2	18,3	17,6	16,5	15,3
fora da residên	23,1	22,6	22,0	22,4	24,1	26,6	26,7	24,4	26,8	23,9	25,0	24,9	23,3	25,9	26,3
barracas	3,1	2,6	3,0	2,6	3,0	2,9	3,5	2,7	3,1	(...)	1,6	2,3	1,8	1,8	1,9
equip.automotiv	6,4	6,4	7,4	8,3	8,5	8,9	8,5	8,0	7,3	7,3	8,6	7,8	9,5	8,0	8,5
sem instalação	35,6	38,9	39,5	38,4	35,3	32,1	32,7	34,3	32,1	35,0	34,1	36,1	35,6	33,9	34,0
sem instalação	3,5	3,4	2,8	3,0	3,4	4,0	3,8	3,6	4,2	4,3	4,1	3,8	3,5	2,9	2,7
outros	0,6	0,7	0,7	0,8	0,6	0,5	0,6	0,5	0,6	(...)	0,6	0,3	0,3	0,3	0,3
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG - Elaboração: Maria Ramos

Notas: (...) A amostra não comporta essa desagregação.

(1) Ocupados: pessoas de 10 ou mais empregadas com e sem carteira assinada no setor privado; empregados no setor público, empregados domésticos;

trabalhador familiar sem remuneração salarial; autônomos; empregadores; profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar.

(2) Autônomo: (ou conta própria) é a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s), ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es). Pode ter eventualmente algum ajudante remunerado para auxiliá-lo em períodos de maior trabalho. Essas pessoas têm a liberdade (autonomia) para organizar seu próprio trabalho, e portanto, para determinar sua jornada de trabalho.

(4) O Autônomo pode prestar seus serviços diretamente ao consumidor (população em geral), o chamado autônomo para o público, (5) e pode prestar serviços para uma empresa ou pessoa, o chamado Autônomo para uma empresa ou pessoa;

(3) Renda Real Média: em reais de março de 2011. Inflator utilizado: IPCA-I-pead MG.

Percebe-se assim que, apesar do quadro heterogêneo da informalidade, é possível se estabelecerem algumas regularidades. É possível dizer que o crescimento econômico tem impacto positivo em termos de uma diminuição do trabalho informal precário, o que poderia ser mais relevante se fosse acompanhando de políticas públicas voltadas para o incentivo da formalização das relações de trabalho. No entanto, existe uma “cultura da informalidade” que marca definitivamente a estrutura ocupacional no Brasil e na RMBH. Como pode ser observado na Tabela 3 – Distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação – RMBH – 1996 a 2009 –, o número relativo de autônomos (que trabalham para o público e para empresa)

variou de 17,7% a 20,8% do total dos ocupados de 1996 a 2010. Percebe-se, assim, além de uma constância do número relativo em situações diferenciadas de crescimento econômico, que é um percentual significativo na estrutura ocupacional da RMBH.

Para caracterizar e entender um pouco melhor esse grupo, será feita uma análise da trajetória dos camelôs na cidade de Belo Horizonte, com o objetivo de averiguar as principais transformações e reestruturações nas redes de sociabilidade dos camelôs ao longo do processo de urbanização, culminando com a implementação das determinações do Código de Posturas 2003.

4.2 OS CAMELÔS DE BELO HORIZONTE

Analisar o panorama da informalidade no Brasil é um exercício importante não só no sentido de problematizar a estrutura ocupacional brasileira, mas também no de possibilitar a abertura de novos caminhos analíticos e de leitura da realidade social brasileira. No entanto, se por um lado a descrição da complexidade da informalidade permite desconstruir certos mitos e corrigir equívocos, por outro, pouco se tem avançado em uma formulação explicativa da persistência da informalidade na estrutura ocupacional. A ideia de uma *cultura da informalidade* tende a enviesar a análise, uma vez que permite formulações de cunho culturalista e/ou dualista, por diversas vezes criticado ao longo deste trabalho. Nesse sentido, pretende-se aqui fazer uma análise que permita uma compreensão da informalidade não somente a partir das relações econômicas, mas também a partir da dinâmica socioespacial. Para isto, buscam-se contribuições em Barbosa & Andrade (2000) para analisar um grupo de trabalhadores autônomos, os camelôs de Belo Horizonte. Pretende-se, dessa forma, qualificar a dinâmica do trabalho informal e suas inter-relações com o mercado e o Estado, através da reconstituição do processo de surgimento dos camelôs na nova capital e da tentativa de retirá-los das ruas da cidade por meio do Código de Posturas 2003: “Art. 118 - Fica proibido o exercício de atividade por camelôs e toreros em logradouro público.” (PBH, 2009)

A escolha dos camelôs para retratar as relações informais se justifica por diversos motivos. Primeiro, porque a atividade de camelô é bem antiga e existe não só na

realidade brasileira, mas pode ser vista também em diversos países, mesmo naqueles com característica econômica, política e social bem distinta da nossa. Em segundo lugar, o camelô persiste no tempo, mesmo com todas as tentativas de coibir sua atividade nas ruas das grandes cidades. Terceiro, porque é uma atividade que se renova constantemente, em função não só de mudanças macroeconômicas, mas também por conta de transformações nos espaços da cidade. Nesse sentido, é possível compreender a dinâmica de um grupo do setor informal, além de fazer uma leitura da urbanização belo-horizontina a partir da trajetória de vida desses sujeitos na cidade. Por fim, a atividade econômica do camelô tem uma estreita relação com o mercado formal, tanto no que diz respeito às mercadorias comercializadas quanto em relação aos consumidores. Do ponto de vista da relação com o Estado, no caso de Belo Horizonte, houve um momento em que existia uma regulação sobre tal atividade, sem que houvesse, contudo, sua formalização. Tal perspectiva permite um olhar não dual da informalidade pela ótica do camelô.

O estudo dos camelôs belo-horizontinos terá como base informações coletadas através de um estudo denominado *Perfil sócio-ocupacional dos camelôs em Belo Horizonte*, realizado durante os meses de julho e agosto de 1999 por Lára de Melo Barbosa e Flávia Cristina Drumond Andrade e apresentado sob a forma de artigo no IX Seminário sobre a Economia Mineira, em 2000 (BARBOSA & ANDRADE, 2000). Os dados foram sistematizados pelas autoras a partir da aplicação de 139 questionários com as pessoas que estavam trabalhando nas barracas regulamentadas pela Prefeitura na região do hipercentro da cidade. Os dados do *survey* são preciosos, pois através deles é possível ter uma caracterização da atividade de camelô em um momento de pico da atividade no hipercentro. Além disso, já havia uma certa regulação da atividade por parte do poder público, e estavam em andamento algumas negociações visando à saída dos camelôs das ruas, ao mesmo tempo em que se acirrava a competição com o comércio formal.

É preciso ressaltar que a análise dos dados tomará como ponto de partida o trabalho das autoras, porém será direcionada para o debate aqui colocado. No intuito de qualificar os dados do *survey*, serão utilizadas informações recolhidas através de

entrevistas semiestruturadas¹² realizadas com camelôs e ex-camelôs de Belo Horizonte. As falas foram colhidas depois da promulgação do Código de Posturas de 2003 e consequente retirada dos camelôs das ruas. Foram entrevistados ex-camelôs que mudaram de atividade, outros que conseguiram permanecer em algum shopping popular e também trabalhadores que permanecem na rua, seja em regiões mais distantes do hipercentro, onde a fiscalização é menos rigorosa, ou mesmo na região central. Serão ainda analisados dados de um *survey*¹³ realizado no Shopping Oiapoque no segundo semestre de 2006. As informações levantadas servem para caracterizar um outro momento e a situação da informalidade ainda ligada aos camelôs. Foram aplicados 90 questionários com as pessoas que trabalhavam nos boxes, sendo que 71 foram considerados válidos e compõem os percentuais que serão apresentados posteriormente. No momento da pesquisa, o Shopping Oi já contava com mais de 200 boxes, que vendiam produtos os mais variados, e um número indeterminado de trabalhadores. Nesse sentido, era inviável definir uma amostra minimamente confiável. Optou-se então por usar o método de *survey* como forma de exploração, ou seja, como ponto de partida de uma investigação (BABBIE, 2005). Os entrevistados foram escolhidos em diversos pontos do shopping, e procurou-se, de forma intencional, não fazer qualquer discriminação por sexo, idade, escolaridade etc. A pesquisa não tinha intenção de se basear em uma amostra representativa da população do shopping, porém intencionava levantar informações que caracterizassem minimamente o universo dos trabalhadores naquele momento.

A história inicial dos camelôs em Belo Horizonte relaciona-se, em grande medida, com famílias que chegaram do interior de Minas, normalmente numerosas, e que, dada a impossibilidade de sobrevivência no interior, buscavam melhores oportunidades na capital. O pai ocupava emprego precário no mercado formal, a

¹² As entrevistas tiveram início em 2005 conjuntamente com o projeto Globalização dos Excluídos. O projeto tinha a participação de um grupo de professores pesquisadores e alunos bolsistas do Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva. O grupo era composto pelos pesquisadores: Cláudio Roberto de Jesus; Maria Elisa Campos; Wilson de Avellar; Wanessa Pires Lott. Alunos bolsistas: Bruno Moraes Rímulo; Nilson Ricardo Araújo; Maximilian Barroso Melo. Os camelôs foram entrevistados por mim que contei com o apoio de todo o grupo. Posteriormente realizei outras entrevistas durante o doutorado, contando ainda com a inestimável ajuda de Cristiano Rato.

¹³ O *survey* foi elaborado e realizado também com a participação efetiva do grupo de pesquisa do projeto Globalização dos Excluídos, assim como a discussão dos dados. A elaboração das tabelas aqui usadas e a análise é de minha responsabilidade.

mãe ficava incumbida de cuidar da família e produzir formas complementares de subsistência.

A busca de formas alternativas de provimento das necessidades cotidianas e a inter-relação entre a casa e a rua ilustram parte da estrutura de nossas relações sociais. Trabalhar na rua significa estar à margem das formas tradicionais de proteção aos trabalhadores: não há sindicato, leis trabalhistas, nem mesmo proteção policial. O trabalho de camelô é visto ao mesmo tempo como meio honesto de sobrevivência e oportunismo inconveniente. Se há pessoas que compram produtos dos camelôs no intuito de ajudá-los, pois estão “trabalhando honestamente”, há também aqueles que dispensam rispidamente a oferta dos que consideram malandros e estorvos sociais. Para o camelô, o trabalho é aquilo que dignifica, pois no imaginário social a opção de vender produtos na rua contrapõe-se à dos que escolheram caminhos tortuosos, como tráfico, roubo e vadiagem. Ao mesmo tempo, o trabalho que dignifica é o que denigre sua imagem, uma vez que o trabalho do camelô é visto como uma concessão: ao invés de ser visto como trabalho útil, é tido como meio de sobrevivência precário e provisório.

Nesse sentido, os camelôs encontram-se fora da estrutura formal de trabalho, mas não fora do circuito econômico, e em alguns momentos a atividade era regulamentada pela Prefeitura Municipal. Apesar de participarem ativamente do circuito capitalista na aquisição e distribuição de mercadorias, sua posição não é reconhecida como legítima em tal relação, uma vez que são considerados concorrentes do comércio formalmente estabelecido e/ou disseminadores de produtos ilegais, pirateados. Apesar da aparente invisibilidade, o camelô existe no circuito econômico, na estrutura social, e ocupa definitivamente um espaço físico nas cidades brasileiras.

O lugar por excelência do camelô relaciona-se com fluxos e aglomerações: as adjacências da rodoviária, o semáforo movimentado, as esquinas mais visitadas. A atração exercida pelo centro das cidades potencializa, dinamiza e impulsiona a atividade dos camelôs, que, em um primeiro momento, atuavam nas brechas do capitalismo, especialmente nas economias periféricas. A atuação do camelô é determinada em parte pela incapacidade de o mercado de trabalho formal incorporar

todos os disponíveis, ou seja, desempregados, mas há também uma determinação dada pelo ritmo urbano e sua relação com o espaço físico. Em Belo Horizonte, por exemplo, até a década de 1980, o sistema viário e o fluxo de pessoas convergiam quase que exclusivamente para a área central. O centro era ao mesmo tempo lugar de trabalho, centro de poder, local de lazer e encontro, comércio e centro financeiro. A maior parte das linhas de ônibus tinha um ponto final na área central. Os camelôs procuravam transitar nesses locais, nos horários de maior movimentação de pessoas, com mercadorias variadas. O que se vendia no ponto de ônibus na hora de o trabalhador ir para casa era diferente do que se oferecia para os passantes do meio do dia, nas adjacências da rodoviária. A reestruturação do sistema viário, ocorrida na década de 1990, alterou significativamente o fluxo das pessoas na área central. Tal transformação levou os camelôs a reestruturar a forma como atuavam no centro, bem como os produtos comercializados. O lugar, assim compreendido, tornou-se um importante ponto de referência para a análise do surgimento e formação de hábitos dos camelôs enquanto agentes comerciais, porém é insuficiente para se entender os sujeitos e sua relação dinâmica com a cidade.

A atividade de camelô também é sensível às mudanças na produção capitalista. Até a década de 1970, parte dos camelôs tinha preferência pela venda de gêneros alimentícios, como salgados, frutas, dentre outros, pois não havia na área central muitas lanchonetes e restaurantes, principalmente de cunho mais popular. Tomar um café, almoçar em um restaurante, saborear uma sobremesa era um programa, uma atividade de lazer. Os camelôs procuravam atender às pessoas que frequentavam a área central e não usufruíam de tais espaços. Normalmente, vendiam tais produtos nas filas de ônibus, para trabalhadores, para passantes no entorno da rodoviária e para frequentadores do mercado distrital. Na medida em que proliferaram lanchonetes de cunho popular, como A Pastelândia¹⁴, os camelôs mudaram seus produtos.

Mas o gênero de mercadoria mais tradicional dos camelôs eram as miudezas. Pilhas, pentes, agulhas, cortador de unhas e várias outras miudezas compunham o portfólio de mercadorias de um camelô tradicional das imediações da avenida Afonso Pena ou da rua dos Caetés.

¹⁴ Tradicional pastelaria com mais de 40 anos e 14 lojas na região central de Belo Horizonte.

(...) nós vendíamos muito era pente Flamengo, agora você vê, vender pente Flamengo, era a marca do pente, era um pente que parecia borracha, quer dizer, inquebrável. E cortador de unha, essa coisa toda, quando foi lançado não existia cortador de unha Trim, uma marca até americana. Então camelô vendia aquilo, vendia caneta de quatro cores e tal, o que era lançamento. Então nós trabalhávamos em cima de lançamento, só de novidades, era do cotidiano e era novidade, então a gente trabalhava assim. (Entrevistado 8)

As mercadorias vinham em sua maioria de São Paulo, onde eram produzidas. Normalmente, os próprios camelôs buscavam os produtos que tinham maior saída na capital paulista e revendiam nas ruas de Belo Horizonte. A venda de miudezas era profícua, pois nem sempre os produtos eram encontrados nos bairros da periferia belo-horizontina, ao mesmo tempo em que grande parte dos transeuntes não dispunha de tempo para fazer compras no comércio formal. Além das miudezas, era comum os camelôs trazerem alguma novidade, geralmente coisas supérfluas, mas que viravam moda entre as camadas populares, como o bate-bag, mola maluca, vaivém, dentre outros.

A partir dos anos 1980, há uma mudança significativa na forma como o camelô passa a se apropriar do espaço público e também na comercialização e mercadorias. Até então, não havia um ponto fixo para os camelôs, eles dividiam os espaços de maior fluxo de pessoas sem grandes atritos, mesmo porque não eram tão numerosos. Com a mudança na circulação dos ônibus na área central e com a chegada de uma maior variedade de mercadorias oriundas não só de São Paulo, mas também do Paraguai, começou um processo de fixação dos camelôs em pontos fixos, normalmente áreas privilegiadas, de passagem quase que obrigatória de trabalhadores, como as ruas Paraná, Caetés e Tupis.

Nesse momento, ocorre também uma tentativa de regulação da atividade, o que se origina por iniciativa dos próprios camelôs. Houve uma articulação com a Prefeitura para que fosse permitido que o camelô tivesse um tabuleiro e crachá para o exercício da atividade.

A intensificação do processo de verticalização da área central e as mudanças viárias que reforçaram sua função de passagem propiciou uma alteração significativa na

paisagem e nos usos do hipercentro da cidade. Os camelôs não precisavam mais procurar os pontos de concentração de pessoas, podiam permanecer em um determinado lugar e oferecer seus produtos para os passantes. Nesse momento, há também uma mudança na relação entre vendedor e comprador: se antes as vendas eram feitas para os passantes, muitas pessoas passaram a ir ao centro exclusivamente para comprar seus produtos.

Ao mesmo tempo em que os camelôs se adaptam aos novos fluxos da cidade, outra mudança de cunho econômico e espacial passa a ter influência direta em suas rotinas. É a partir dos anos 1980 que se forma e desenvolve a rota China-Paraguai-Brasil de produção e comércio de pequenas mercadorias.

A rota China-Paraguai-Brasil corresponde ao sistema de produção no sul da China, à importação dos mesmos pelos imigrantes chineses e árabes que estão no Paraguai e à revenda para os sacoleiros brasileiros que, por meio do trabalho 'formiga', são responsáveis pela presença de grande parte desses bens nos mercados populares do Brasil. (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 119)

Nesse momento, há não só uma mudança no produto a ser vendido, que em grande parte passa a concorrer com o comércio tradicional, mas também na forma de comercialização dos mesmos e na organização dos camelôs. Em resumo, a viagem para buscar mercadorias era mais longa, exigia a mobilização de certo capital, era necessário trazer um maior volume de mercadorias para fazer valer o gasto com a viagem, os riscos de roubo e perdas por conta da fiscalização eram maiores. Porém, os ganhos com os produtos vindos do Paraguai eram por demais satisfatórios.

Desenvolveu-se, assim, toda uma rede de relações econômicas e sociais em torno da atividade do camelô. Girava em torno dos que vendiam as mercadorias no centro um grande contingente de outros trabalhadores: as pessoas que buscavam as mercadorias (normalmente mulheres), os guardadores – pois nem sempre era possível e viável estocar os produtos em casa –, os carregadores, além dos atacadistas, que começaram a surgir nesse momento e a ocupar as imediações da avenida Oiapoque. Sendo assim, grande parte dos camelôs da área central passou a ser abastecida de produtos por um grupo de atacadistas, isso tanto no caso dos produtos do Paraguai quanto no dos vendedores de frutas e verduras. Esse

momento é importante também porque estabelece definitivamente a confusão entre lícito e ilícito, formal e informal.

A atividade de camelô não era legalizada, ainda que regulada pelo poder público, e sofria com a ação dos fiscais e a coerção policial. No entanto, ainda não carregava o estigma de atividade ilícita. Os produtos comprados em São Paulo eram acompanhados de notas fiscais, assim como as frutas oriundas da Central de Abastecimento de Minas Gerais – Ceasa/MG. Já os produtos adquiridos no Paraguai eram considerados ilegais, pois carregavam consigo a pecha de contrabandeados e pirateados.

Da fábrica chinesa à banca de camelô, o sistema de comercialização de 'muamba' vai se alterando e adquirindo ora a face da legalidade, ora da irregularidade. Da mesma forma, um mesmo processo de produção pode se caracterizar por uma fachada formal, sendo grande parte de seus subsídios informais. (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 119)

A partir de então os camelôs passaram a ser a ponta do comércio China-Paraguai-Brasil, o que muda com a criação do shopping popular, uma vez que se estabeleceu uma relação direta entre China e Brasil. Além das mudanças já descritas na paisagem da cidade e no comércio mundial, é preciso ressaltar que os anos 1980 são marcados por um contexto de recessão econômica e desemprego. Porém, é importante destacar que o aumento do número de camelôs nas ruas da cidade não pode ser interpretado exclusivamente como resposta ao desemprego crescente.

O relógio, igual hoje eu trabalho com relógio, um relógio digital. Eu fui conhecer relógio eu já tava com mais de 15 anos. Quando eu fui colocar o primeiro relógio no pulso. Porque o relógio não tinha condições de a gente comprar. Depois que veio o produto importado, daí a pouco todo mundo já tinha relógio. Um rádio ninguém tinha, andava com o 'radiozinho' da Philips que não era nosso. Trazer um rádio do Paraguai era super barato. E ainda assim dava para ganhar muito dinheiro. Dava para ganhar, ganhava muito dinheiro em cima.

(...) Arrumar emprego tava difícil, camelô ganhava mais dinheiro, o pessoal começou a ver aquilo. Além de ganhar mais como camelô, não tinha ninguém para ficar mandando e xingando você o tempo todo. Apesar que a gente tinha um monte de patrão aqui. Cada freguês que chega aqui é diferenciado um do outro, não é verdade? O cara vai ficando. O cara vai fazendo o dinheiro acha que é sem fazer muita força, não é verdade? Vai ficando. (Entrevistado 2 – ex-camelô, proprietário de box em um shopping popular)

A atividade de camelô tornou-se lucrativa para uma parcela grande dos trabalhadores informais, além de popularizar o consumo de diversas mercadorias. Este ponto será retomado posteriormente para uma análise mais detalhada das implicações da disseminação dos produtos *made in China*.

Em 1984, houve a primeira tentativa legal de regulamentar a atividade dos camelôs através da Lei Municipal n. 3.481, que determinava, dentre outras coisas, critérios para o exercício da atividade e as obrigações dos licenciados. Em relação aos critérios, destaca-se a necessidade de uma autorização da Prefeitura para o exercício da atividade, que seria provisória, o pagamento de uma taxa anual, a padronização das bancas e a necessidade de um levantamento socioeconômico. (NEVES *et al*, 2009)

Na década de 1990, há um crescimento significativo do número de camelôs atuando na área central, licenciados ou não. Ao mesmo tempo, o poder público cria novas leis e começa a negociar com os próprios camelôs alternativas para o exercício da atividade, uma vez que a grande concentração de tabuleiros no centro começou a criar sérias dificuldades de circulação dos pedestres e problemas de limpeza urbana.

Em 12 de janeiro de 1994, foi sancionada a lei n. 6.505, que só permitia o comércio em vias públicas pelo camelô licenciado pela prefeitura.

Em 1995, a prefeitura regulamentou as leis n.3.841 e n. 6.505, por meio do decreto n. 8.402, que revelou um aspecto diferenciador com relação aos demais, pois previu a licitação trienal que apresentou as seguintes determinações:

1. o comércio em vias públicas ou calçadas somente poderá ser desenvolvido através de autorização;
2. a licitação será trienal, com critérios que serão publicados em edital;
3. a Secretaria Municipal de Atividades Urbanas, em conjunto com as administrações regionais, determinarão a quantidade de barracas, cores, modelos, dimensões e pontos para estabelecimento do comércio;
4. a renovação da licença levará em consideração os camelôs que não tiveram pontuação negativa ou quaisquer infrações nos anos anteriores;
5. fica determinada a distância de 10 metros entre as barracas. (NEVES *et al*, 2009, p. 100-101)

Ainda de acordo com as autoras citadas, nesse momento foram cadastrados cerca de 800 trabalhadores. As barracas padronizadas foram distribuídas pela Prefeitura, e foram delimitadas áreas de atuação dos camelôs. Até o fim dos anos 1990, foram licenciadas perto de 1.500 barracas, quando a Prefeitura parou de conceder licença.

Daí surgiram os toreros, aqueles que não conseguiam licença e ficavam entre as barracas, com mercadorias em caixotes ou em panos, pois, assim, quando chegavam os fiscais, era possível recolher rapidamente os produtos e fugir pelas ruas adjacentes ao seu “ponto”.

Diversas mutações ocorreram na atividade do camelô ao longo do século 20. Do ambulante que andava nas ruas da nova capital ao camelô fixado em barracas nos anos 1990, diversas gerações se revezaram nas ruas da cidade. Apesar de muitos camelôs terem herdado dos pais a profissão, não se pode dizer que o trabalhador dos anos 1990 seja um aperfeiçoamento dos primeiros ambulantes. Apesar de mantidas algumas características, a rua como espaço privilegiado de trabalho, o atendimento pessoalizado, a liberdade de horários, houve uma ruptura com vários outros traços constituintes do camelô tradicional. Em primeiro lugar, o camelô deixa de ser nômade para se fixar em um “ponto”. Em alguns casos, muda inclusive a forma de atuação do camelô, que contrata alguém para vender seus produtos (assalariado sem carteira assinada) e passa a gerenciar uma ou mais barracas e os produtos por atacado. Em segundo lugar, o camelô, ao trabalhar com mercadorias mais sofisticadas, como relógios, brinquedos elétricos, produtos eletrônicos, tem a necessidade de oferecer garantia de troca dos produtos defeituosos, portanto, torna-se ainda mais necessária a fixação em um local. Ainda que as relações comerciais tenham se tornado mais “sérias”, ainda assim continuaram pessoalizadas e informais. Apesar de o comprador não receber uma nota fiscal, ele se sentia seguro, pois prevalecia a moral da *la garantía soy yo*. O aumento do número de camelôs atuando na área central, a fixação territorial e a complexa rede social que se desenvolveu em torno de sua atividade fizeram deles um grupo poderoso, mas ao mesmo tempo tornou-se o principal motivo para o desmantelamento da rede. Antes de analisar o processo que culminou na retirada dos camelôs das ruas, será feita uma caracterização dos mesmos a partir dos dados do *survey* (BARBOSA & ANDRADE, 2000) produzido em 1999.

4.3 O CAMELÔ BELO-HORIZONTINO DO FIM DO MILÊNIO

Antes da descrição dos dados, é preciso fazer uma observação importante. Uma vez que as entrevistas foram feitas com a pessoa que trabalhava na barraca, não se pode dizer que os resultados do *survey* caracterizam os camelôs, mas sim a atividade como um todo, pois alguns entrevistados eram funcionários sem carteira assinada (29,5%) e outros se declararam familiares do proprietário (11,5%). No entanto, pode-se dizer que os dados oferecem um panorama consistente da atividade como um todo, uma vez que 88% dos entrevistados trabalhavam sozinhos na barraca ou dividiam horários e tarefas com apenas mais uma pessoa.

De acordo com os dados apresentados por Barbosa & Andrade (2000), a grande maioria dos entrevistados (73,4%) declarou trabalhar seis dias por semana, sendo que, em média, a grande maioria declarou trabalhar dez horas ou mais por dia (vide Gráfico 4, a seguir).

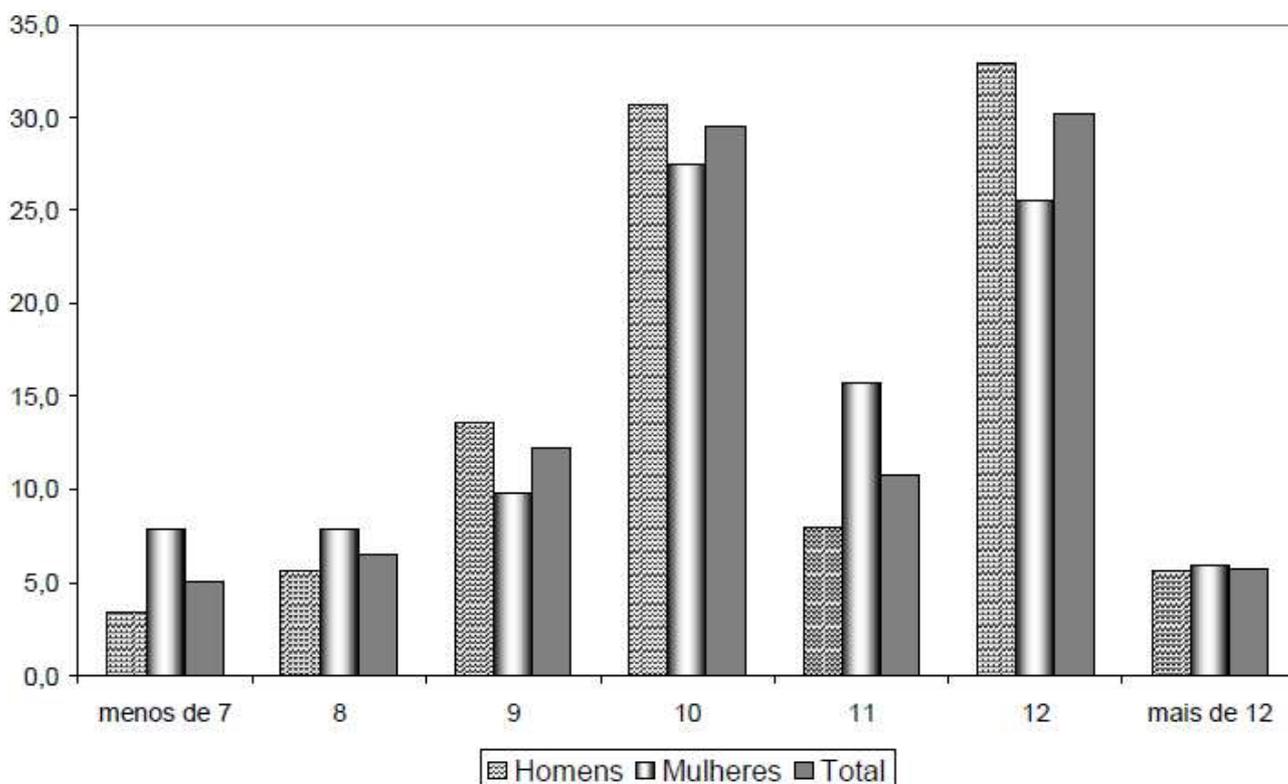


GRÁFICO 4 – Horas trabalhadas, em média, pelo camelô por dia.
Fonte: BARBOSA & ANDRADE, 2000, p. 1.013.

Ainda de acordo com as autoras,

os principais produtos vendidos são: produtos alimentícios (18,3%), roupas (16%); bijuterias e óculos (16%), brinquedos e eletrônicos (10,7%), artigos domésticos (9,2%), os demais (relógios e afins; bolsas, cintos e sapatos; CDs e diversos) totalizaram cerca de 30%. (BARBOSA & ANDRADE, 2000, p. 1.013)

Os dados das pesquisadoras revelam a diversidade de produtos que eram vendidos pelos camelôs, sendo que a grande maioria era vendida também no comércio formal. É preciso ainda chamar a atenção para o fato de que uma parte dos camelôs variava as mercadorias, tendo em vista demandas sazonais, como no caso do material escolar no início de ano, artigos de enfeite na época de natal, dentre outros.

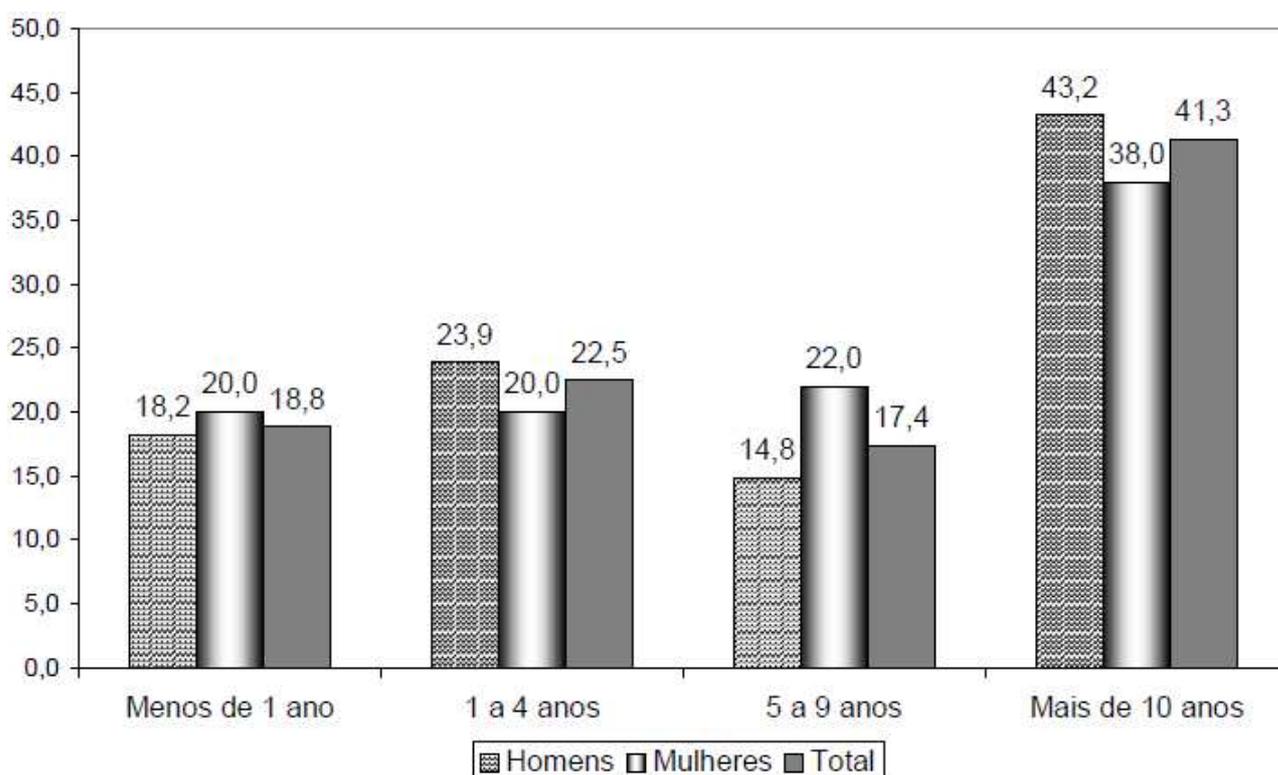


GRÁFICO 5 – Tempo na atividade de camelô da região central de Belo Horizonte, por sexo.
Fonte: BARBOSA & ANDRADE, 2000, p. 1.014.

Os dados sobre tempo de atividade como camelô representados no Gráfico 5 e detalhados na Tabela 12 (abaixo) são interessantes também para se pensar os trabalhadores autônomos que prestam serviços para o público, descritos anteriormente. Dos entrevistados, 41,3% declararam estar na profissão há mais de

10 anos, sendo que, desses, 91,2% eram proprietários das barracas. A maioria dos indivíduos com menos de 1 ano na profissão (53,8%) e que tinha de 1 a 4 anos na profissão (58,1%) eram empregados sem carteira assinada. Ou seja, faziam parte da dinâmica de complexificação da rede dos camelôs que se desenvolveu durante a década de 1990.

TABELA 12
Posição na barraca e tempo na atividade como camelô

Posição na Barraca	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	Mais de 10 anos
Proprietário	19,2	29,0	50,0	91,2
Empregado sem carteira	53,8	58,1	33,3	1,8
Familiar do proprietário	15,4	9,7	16,7	7,0
Outros	11,5	3,2	0,0	0,0
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Fonte: BARBOSA & ANDRADE, 2000, p. 1.014.

Os dados levantados indicam ainda que 63,3% dos entrevistados eram do sexo masculino, enquanto 36,6% eram do sexo feminino (BARBOSA & ANDRADE, 2000). A diferença por sexo aproxima-se dos dados dos autônomos que prestam serviço para o público da RMBH. No caso dos camelôs, a prevalência dos homens pode ser entendida por questões culturais. Como relatado pelo Entrevistado 2, o trabalho na rua era de certa forma “mal visto”. Quando ele começou a vender salgados na rua, na década de 1970, o lugar da mulher era em casa, por isso poucas se aventuravam a trabalhar como camelô. Havia ainda os problemas em relação à fiscalização e à ação da polícia, que muitas vezes chegava às raias do enfrentamento físico. Quando começou a regulação da atividade, houve também uma maior participação das mulheres, porém várias restrições persistiram, como no caso da satisfação de necessidades fisiológicas, o cuidado com os filhos, dentre outras coisas que o trabalho na rua dificultava. Em relação à idade, percebe-se uma população jovem, mas que, pelos relatos colhidos em entrevistas, começou ainda bem nova a trabalhar como camelô.

TABELA 13
Distribuição etária relativa da população de camelôs da região central de Belo Horizonte, por sexo

Idades	Homens	Mulheres	Total
15-24	33,3	35,3	34,1
25-34	25,3	21,6	23,9
35-44	18,4	27,5	21,7
45 e mais	23,0	15,7	20,3
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Fonte: BARBOSA & ANDRADE, 2000, p. 1.015.

Em relação à escolaridade, percebe-se algo similar ao grupo de autônomos que presta serviço para o público, ou seja, prevalece um baixo nível de escolaridade. De acordo com os relatos dos entrevistados, o trabalho como camelô impossibilitava a continuidade dos estudos. Se nos reportarmos aos dados sobre a média de horas trabalhadas, poderemos vislumbrar as dificuldades encontradas para os que se dedicavam integralmente ao trabalho de camelô e que tinham obrigações no sustento do lar. No caso do Entrevistado 4, o dinheiro que ganhava como camelô era quase integralmente deixado com a mãe; depois de casado, era a principal fonte de sustento do lar e dos filhos. O Entrevistado 12, depois que sofreu um acidente na construção civil e ficou incapaz de exercer a profissão de origem, criou os 14 filhos com os ganhos de camelô. Raros são os casos como o do Entrevistado 11, que trabalhava com carteira assinada e fazia faculdade à noite. Segundo seu relato, ficou cansado da rotina do trabalho na empresa a que era vinculado, pediu demissão e, com o dinheiro do acerto, abriu um negócio próprio (*lan house*). No entanto, passou a trabalhar também como camelô durante o dia para aumentar seus rendimentos e continuou com a faculdade à noite. Outro fato constante nas entrevistas é que, normalmente, os filhos dos camelôs estão na faculdade ou em vias de prestar vestibular e não desejam seguir a profissão dos pais.

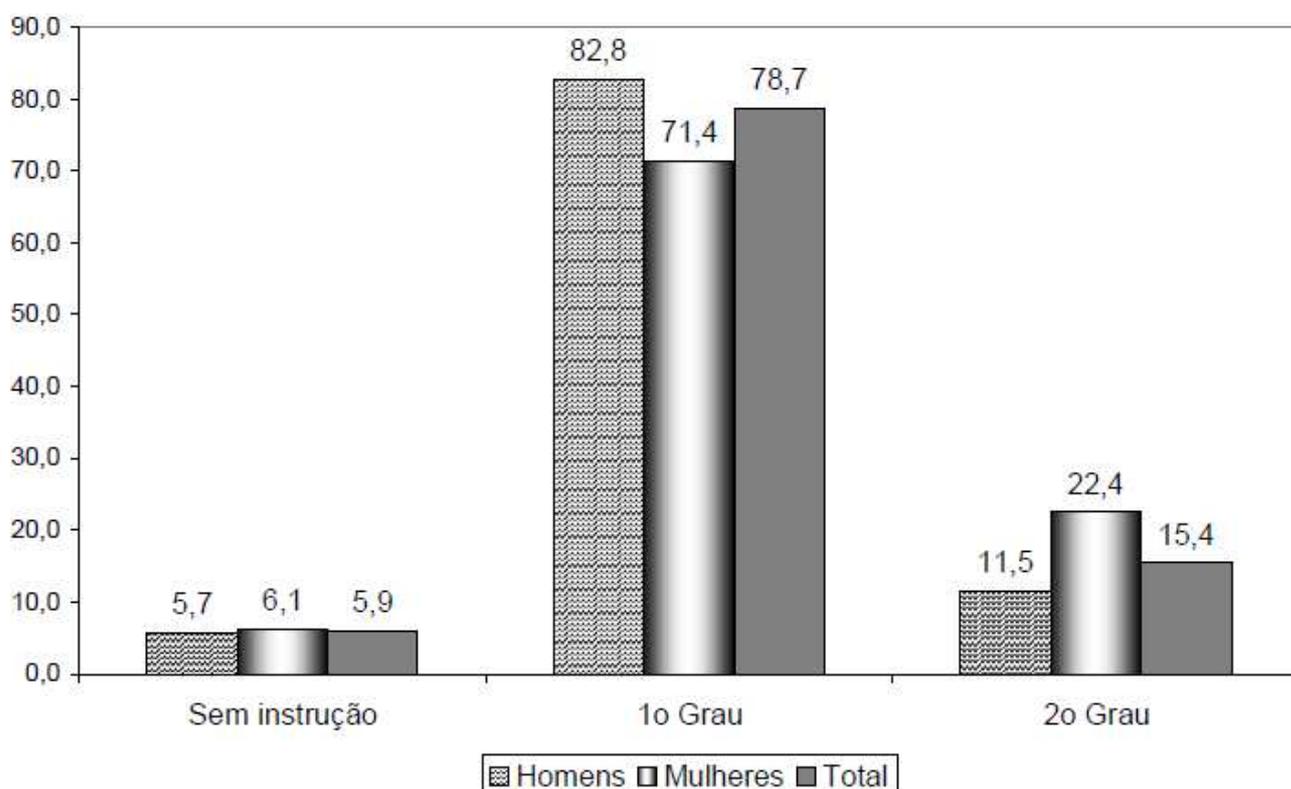


GRÁFICO 6 – Último grau da escola que o camelô da região central de Belo Horizonte concluiu com aprovação, por sexo.
 Fonte: BARBOSA & ANDRADE, 2000, p. 1.016.

Para a maioria dos entrevistados (88,5%), o trabalho de camelô era a única fonte de renda. A renda mensal da maioria dos entrevistados era de 1 a 2 SM (52,5%), enquanto 35,2% disseram receber acima de 2 SM (BARBOSA & ANDRADE, 2000). No entanto, os dados referentes à renda não podem ser considerados confiáveis. Em primeiro lugar, porque a renda dos camelôs era muito variável; em segundo, porque, de acordo com a experiência dos relatos, há forte relutância em declarar os ganhos. Falam sempre que ganharam muito em uma época e o suficiente em outras, mas sempre se esgueiram quando se trata de valores. No entanto, o que chama a atenção na Tabela 14, a seguir, é a tendência de os ganhos mais altos terem uma relação com a propriedade da barraca. Com o grau de escolaridade que prevalecia entre os camelôs, eles dificilmente teriam ganhos no mercado formal que pudessem se aproximar do que ganhavam na rua.

TABELA 14

Retirada mensal como camelô, segundo a posição na barraca e o sexo

	Retirada mensal como camelô			
	menos de 1 SM	1 a 2 SM	2 a 3 SM	mais de 3 SM
Homens				
Proprietário	33,3	43,8	77,8	64,3
Empregado sem carteira	66,7	43,8	16,7	7,1
Familiar do proprietário	0,0	10,4	0,0	21,4
Outros	0,0	2,1	5,6	7,1
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
Mulheres				
Proprietário	25,0	44,0	86,7	100,0
Empregado sem carteira	50,0	44,0	0,0	0,0
Familiar do proprietário	25,0	12,0	6,7	0,0
Outros	0,0	0,0	6,7	0,0
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Fonte: BARBOSA & ANDRADE, 2000, p. 1.018.

A sequência de Gráficos e Tabelas a seguir serve para pensar a relação entre os camelôs e o mercado de trabalho formal. Perguntados pelas autoras do *survey* se já haviam tido alguma experiência de trabalho anterior ao trabalho de camelô, 75,5% dos entrevistados responderam que sim. Apesar de ser a menor parte dos entrevistados (24,5%), chama a atenção a quantidade de pessoas que tinham como primeira experiência de trabalho a atividade de camelô (BARBOSA & ANDRADE, 2000). Em relação às experiências anteriores ao trabalho de camelô, verifica-se, como mostra o Gráfico 7, que entre os homens predominam trabalhadores que tiveram experiência anterior no ramo de comércio e prestação de serviços, respectivamente. Chama a atenção também o percentual de trabalhos oriundos da indústria de construção e transformação, pois são setores que, com a retomada do crescimento, podem ter impactado em alguma medida na diminuição da informalidade. No caso das mulheres, há uma prevalência da experiência nos ramos de prestação de serviços e comércio, onde tradicionalmente prevalece mão de obra feminina.

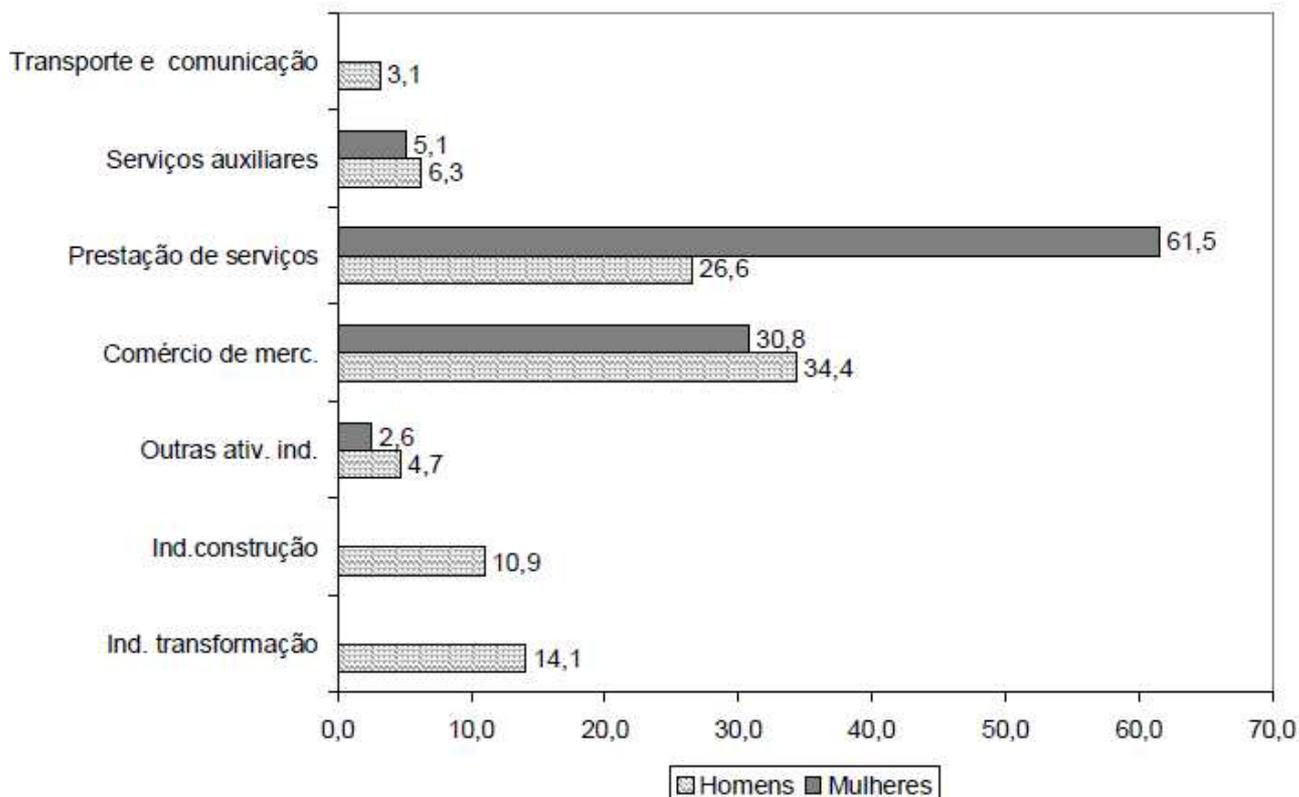


GRÁFICO 7 – Ramos de atividades dos camelôs na atividade anterior, segundo o sexo.
 Fonte: BARBOSA & ANDRADE, 2000, p. 1.019.

Quando questionados no *survey* sobre o tempo de trabalho na atividade anterior, 18,1% responderam que permaneceram mais de dez anos, como pode ser observado no Gráfico 8. Nesse caso, pode-se dizer que se trata de pessoas que têm grande dificuldade de retornar ao mercado de trabalho formal. A literatura acerca das transformações no mercado de trabalho no contexto da produção flexível (LEITE, 2003) demonstra que as pessoas com maior tempo empregadas em um único lugar têm enorme dificuldade de se adaptar às novas formas de gestão da produção e baixos salários, enquanto as que ficam pouco tempo em uma empresa tendem a ter alta rotatividade em funções medianas. O segundo caso pode estar relacionado com o grupo de camelôs que permaneceu menos de quatro anos no emprego anterior e, principalmente, com os que permaneceram menos de um ano. No caso do Entrevistado 7, a experiência anterior ao trabalho de camelô durou nove meses, relativo ao tempo em que permaneceu na Polícia Militar. Por não ter se adaptado ao sistema, pediu para sair. Já no caso do Entrevistado 9, o problema foi mais específico, mas não menos comum entre os trabalhadores informais: o entrevistado foi armador da construção civil por mais de dez anos e, após sofrer um acidente de

trabalho, ficou sem enxergar de um olho. Como teve dificuldade de voltar ao mercado formal, assumiu a profissão de camelô e permanece até o momento trabalhando nas ruas de um bairro da zona sul, onde a fiscalização não é tão intensa como na área central.

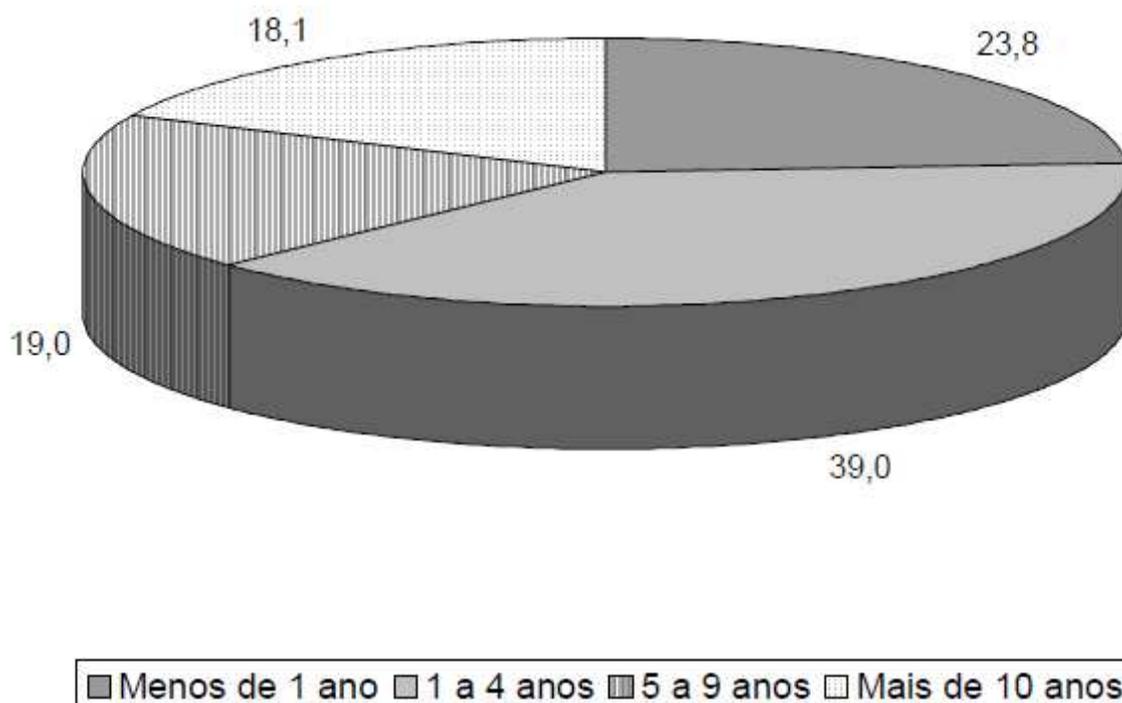


GRÁFICO 8 – Tempo de trabalho na atividade anterior a de camelô.
 Fonte: BARBOSA & ANDRADE, 2000, p. 1.020.

Em relação aos principais motivos que influenciaram o indivíduo a trabalhar como camelô, é bastante expressivo o percentual de pessoas que tiveram dificuldade em conseguir emprego ou se manter no mercado formal (48,2%), ou seja, foram levados à informalidade por falta de opção no mercado formal. Por outro lado, se for somado o percentual dos que fizeram opção pela informalidade em busca de melhor remuneração e por escolher relações de trabalho mais autônomas (29,8%), chega-se a um número significativo de pessoas que têm a informalidade como opção e, provavelmente, não estão dispostas a sair de tal situação (BARBOSA & ANDRADE, 2000).

TABELA 15

Principais motivos que levaram o entrevistado a ser camelô, por sexo

Motivos	Homens	Mulheres	Total
Independência/negócio próprio/não ter patrão/horário flexível	12,6	8,0	10,9
Melhor remuneração	17,2	18,0	17,5
Não conseguiu emprego/dificuldade no mercado de trabalho	47,1	50,0	48,2
Não conseguiu emprego por deficiência física	2,3	2,0	2,2
Motivos familiares	16,1	18,0	16,8
Outros	4,6	4,0	4,4
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Fonte: BARBOSA & ANDRADE, 2000, p. 1.023.

Quando questionados pelas autoras se gostariam de ter um emprego com carteira assinada, percebe-se que a grande maioria dos mais jovens responde afirmativamente, enquanto entre os mais velhos a resposta afirmativa é também maioria, mas com um percentual expressivo de negativas, como pode ser mais bem visto no Gráfico 9, a seguir:

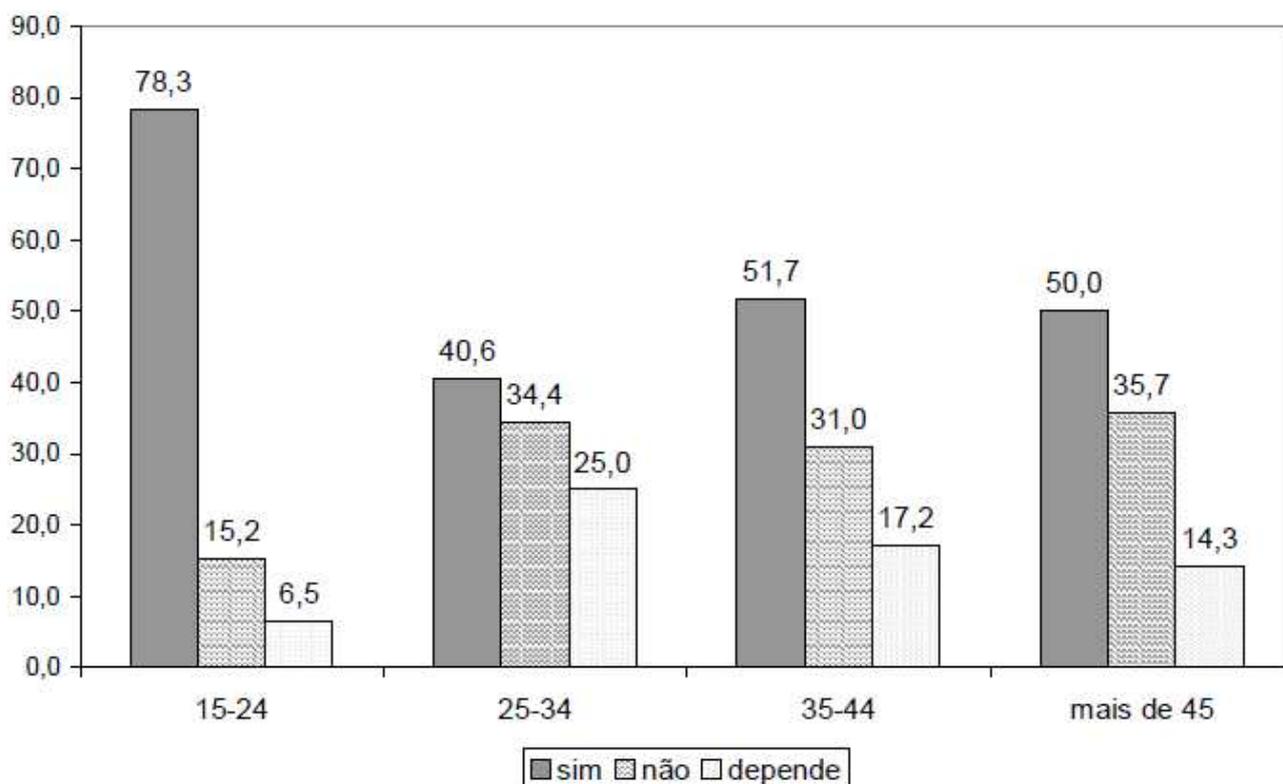


GRÁFICO 9 – Você gostaria de ter um emprego com carteira assinada? Por grupos etários
 Fonte: BARBOSA & ANDRADE, 2000, p. 1.024.

A mesma questão, quando comparada por nível educacional (Gráfico 10), deixa claro que, quanto maior o nível educacional, maior a pretensão de se trabalhar com carteira assinada. Pode-se dizer que, para os que têm um melhor nível de escolaridade e/ou condições de dar continuidade aos estudos, o mercado formal oferece mais estímulos em termos de desenvolvimento de carreira e ganhos salariais, enquanto o trabalho de camelô oferece apenas ganhos monetários.

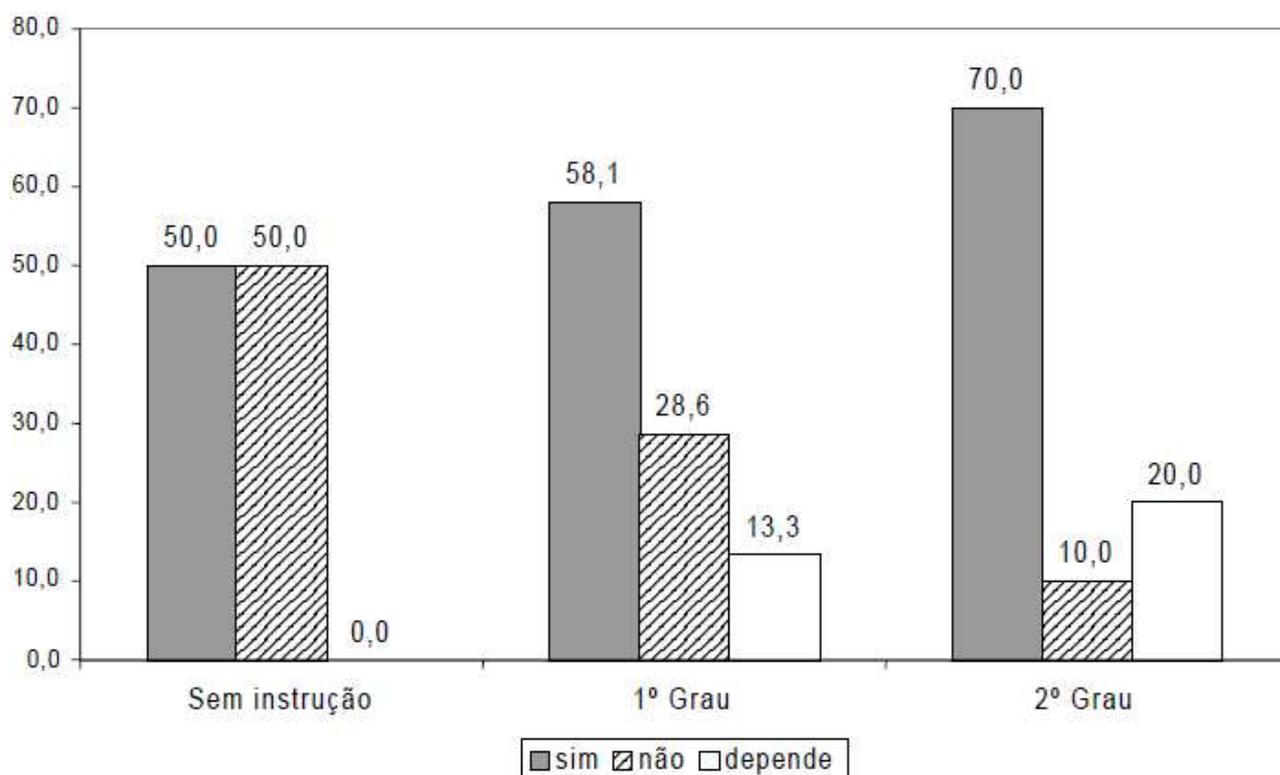


GRÁFICO 10 – Você gostaria de ter um emprego com carteira assinada? Por nível educacional
Fonte: BARBOSA & ANDRADE, 2000, p. 1.025.

Por fim, quando se analisa a preferência por um emprego de carteira assinada a partir da posição na barraca do trabalhador, torna-se perceptível que os proprietários das barracas eram os que menos tinham pretensão de ingressar no mercado formal, como sugere a Tabela 16:

TABELA 16

Você gostaria de ter um emprego com carteira assinada? Por posição na barraca

	Sim	Não	Depende	Total
Proprietário	44,7	36,8	18,4	100,0
Empregado sem carteira assinada	80,5	9,8	9,8	100,0
Familiar do proprietário	60,0	33,3	6,7	100,0
Outros	75,0	0,0	25,0	100,0

Fonte: BARBOSA & ANDRADE, 2000, p. 1.027.

Sendo assim, pode-se dizer que, ao fim da década de 1990, a situação dos camelôs do centro de Belo Horizonte estava bem organizada do ponto de vista comercial – era bem rentável para a parte dos entrevistados proprietários de barracas, articulava-se com uma rede estabelecida e diversificada de fornecedores, como demonstra a qualidade e variedade de produtos vendidos –, bem estruturada em termos de organização do trabalho – havia não só proprietários e parentes, mas também um número significativo de assalariados sem carteira assinada – e relativamente estável do ponto de vista político – pois havia a permissão do poder público para o uso do espaço central. A atividade concentrava um grande número de trabalhadores que estavam fora do mercado formal, mas que pretendiam voltar. Nesse sentido, a rede social e econômica que se constituiu na área central tornou-se mais do que uma alternativa ao trabalho formal: serviu como um importante amortecedor de conflitos sociais na medida em que grande parte dos desempregados e jovens em busca do primeiro emprego deixaram de pressionar o mercado de trabalho ao se estabelecerem, ainda que provisoriamente, no comércio informal.

Esse foi sem sombra de dúvida um dos pontos nevrálgicos em torno das negociações para a retirada dos camelôs das ruas da cidade. Proibir pura e simplesmente os camelôs de usar o espaço público significava, no contexto dos anos 1980 e 1990, agravar ainda mais o problema do desemprego, além das implicações políticas eleitorais de uma medida antipopular. Por isso, tornou-se necessária para se consumir a retirada dos camelôs das ruas não só a busca de alternativas em termos de geração de renda, mas também a formação de uma opinião pública contrária à atividade dos camelôs.

4.4 O CÓDIGO DE POSTURAS E O ADVENTO DO SHOPPING POPULAR

Como descrito anteriormente, a passagem dos camelôs da rua para o shopping popular deu-se com a promulgação do Código de Posturas 2003, mas foi fruto de um longo processo. Ainda que não tenham ocorrido confrontos tão violentos quanto em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, dentre outras capitais, a mudança esteve longe de se efetuar pelo consenso e aceitação dos camelôs. A rede que se consolidou nos anos 1990 entre os camelôs apresentava certa fragilidade em termos de organização dos interesses comuns. Havia entre os trabalhadores algumas lideranças que estavam em diálogo constante com os representantes da Prefeitura, inclusive era desejo dos camelôs a saída das ruas. Porém, com a mudança na forma de negociar do poder público e com a intensificação do debate em torno da aprovação do novo Código de Posturas, houve uma fragmentação da organização dos camelôs. Como destacado pelo Entrevistado 3, foi emblemático o episódio de retirada dos perueiros das ruas da cidade no início dos anos 2000, pois quando viram a forma como coibiram a ação dos perueiros, os camelôs perderam completamente a esperança de permanecer na rua.

Em agosto de 2003, foi feita a primeira transferência dos camelôs para o Shopping Oiapoque. Na inauguração, havia 180 *boxes*, que foram ocupados, no geral, pelos trabalhadores que ficavam no entorno da antiga fábrica de cerveja, que foi transformada no shopping. A maioria dos trabalhadores contemplados era composta de atacadistas que abasteciam a região central da cidade. Eles ficavam nas imediações da antiga cervejaria, e os camelôs da área central desciam para buscar mercadorias e abastecer as barracas. Esse foi um dos motivos para que, em pouco tempo, o Oi, como ficou conhecido, tivesse um grande movimento, pois a retirada das pessoas da rua não alterou suas vendas, aqueles camelôs não dependiam dos passantes. Com a mudança da paisagem no entorno do Oi, empreendida pelo poder público em parceria com entidades privadas, pessoas das mais diversas partes da cidade e de outros grupos sociais, especialmente a classe média, passaram a frequentar e a consumir os produtos ali vendidos. O efeito não esperado da transferência dos camelôs para o Oi criou a imagem de sucesso do shopping

popular e deu impulso para a retirada de todos os camelôs da área central, com a inauguração de outros empreendimentos.



FIGURA 3 – Shopping Oiapoque, dez. 2006.
Fonte: Cláudio de Jesus, acervo pessoal.

Em agosto de 2004, foi inaugurado o Shopping Xavantes, em frente ao Oi e o Tupinambás, situado em outra região da área central. A proximidade com o Shopping Oi fez com que o movimento no Xavantes fosse satisfatório, ainda que bem inferior ao seu vizinho de frente. Houve ainda a inauguração do Shopping Caetés em dezembro de 2004.



FIGURA 4 – Shopping Xavantes, dez. 2006.
 Fonte: Cláudio de Jesus, acervo pessoal.

No caso do Shopping Tupinambás, o “sucesso” não foi tão evidente como no caso do Oi. Os camelôs que foram transferidos para lá eram os que ocupavam a área central da cidade, estavam acostumados com o fluxo intenso de pedestres e as despesas que tinham com carregadores, guardadores e as taxas da Prefeitura eram pequenas em relação ao ganho com a venda de mercadorias. De acordo com o Entrevistado 8, houve muita relutância em mudar para lá, mas com a imagem criada pelo Oi e o cerceamento da Prefeitura, a transferência ocorreu para quase 800 camelôs. A região em que foi implantado o Tupinambás é pouco frequentada por pedestres, originalmente é uma região de lojas de material de marcenaria, casas de ferragens, parafusos. Sendo assim, o empreendimento foi desastroso, poucos camelôs tinham como pagar as taxas referentes ao aluguel dos *boxes*, uma vez que a clientela era escassa. A situação ficou mais dramática ainda para os trabalhadores que foram alocados no andar superior, pois raramente aparecia um cliente, ou mesmo curioso. O Entrevistado 5 relatou vários casos de trabalhadores endividados, deprimidos e até casos de suicídio em função do ostracismo e acúmulo de dívidas.

Curiosamente, o Tupinambás era o shopping que possuía a melhor infraestrutura, com estacionamento próprio, corredores amplos e mercadorias diversificadas.

O sucesso comercial do Oi e a significativa mudança ocorrida no uso dos espaços do seu entorno originou o mito do shopping popular. Ou seja, o bem-sucedido caso do Oi na verdade era bastante específico, pois havia ali uma atividade comercial já estabelecida de atacadistas e que foi potencializada com sua abertura para o varejo e pelo assédio da classe média. Para muitos, o shopping popular era a solução ideal para o problema dos camelôs e da cidade, só que não foram levadas em conta as peculiaridades de tal empreendimento.

Outro ponto que deve ser destacado diz respeito à reestruturação da rede dos camelôs, que ocorreu com a transferência para os shoppings. Do ponto de vista financeiro, criou-se um vigoroso comércio paralelo da posse dos boxes, que foram sorteados pela Prefeitura e, teoricamente, seriam destinados aos antigos camelôs. Os entrevistados relatam as negociações que passaram a ocorrer desde o momento da transferência e que são bem comuns até nos dias atuais. Em um primeiro momento, as incertezas em relação à prosperidade do comércio no Oi fizeram com que muitos sorteados “vendessem” o boxe por um valor que variava de 5.000,00 a 10.000,00 reais. Posteriormente, com a solidificação das relações comerciais, houve uma valorização exponencial dos boxes, criando assim um circuito paralelo de valorização do espaço interno do Oi e com menor intensidade nos outros shoppings.

No segundo semestre de 2006 foi realizado um *survey* com setenta e um trabalhadores do Shopping Oi, procurando fazer uma caracterização do seu perfil socioeconômico e das relações de trabalho ali estabelecidas. As entrevistas ocorreram em dias variados e foram realizadas com a pessoa que estava atendendo no boxe escolhido aleatoriamente. Dos entrevistados, 52,1% eram do sexo masculino, enquanto 47,9% eram do feminino, o que já mostra uma diferença importante em relação aos camelôs que estavam na área central em 1999. Em relação à faixa etária, chama a atenção o grande percentual de jovens entre 18 e 22 anos, como indica a Tabela 17. É significativo também o percentual de pessoas com mais de 35 anos.

TABELA 17
 Perfil dos trabalhadores do Shopping Oiapoque (2006)
 Idade

	%
18 a 22 anos	42,3
23 a 26 anos	15,5
27 a 30 anos	9,9
31 a 34 anos	8,5
Mais de 35 anos	22,5
Menor	1,4
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Com relação à escolaridade, há outra diferença importante quando se compara com os antigos camelôs. O percentual de trabalhadores com segundo grau completo e até mesmo com nível superior é muito significativo. As informações iniciais demonstram que, definitivamente, não se pode dizer que os trabalhadores do Oi, em 2006, eram os mesmos das ruas da cidade de 1999.

TABELA 18
 Perfil dos trabalhadores do Shopping Oiapoque (2006)
 Escolaridade

	%
Somente alfabetizado	1,4
Elementar incompleto ou 1a. a 3a. série do 1o. grau	4,3
Médio 1o. ciclo ou da 5a. a 8a. série do 1o. grau	18,6
Médio 2o. ciclo ou 2o. grau	71,4
Superior	4,3
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Em relação à renda, diferente do que foi perguntado no *survey* de 1999 (BARBOSA & ANDRADE, 2000), que pedia informações da renda média mensal, foi coletada informação referente à renda familiar, o que dificulta qualquer comparação. No entanto, chama a atenção na Tabela 19 o fato de que não há indícios, em um primeiro momento, de uma situação precária em relação à renda.

TABELA 19
 Perfil dos trabalhadores do Shopping Oiapoque (2006)
 Renda familiar

	%
Menos de 1 SM	3,3
2 a 3 SM	52,5
4 a 5 SM	14,8
6 a 10 SM	26,2
Mais de 10 SM	3,3
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Outra informação importante pode ser visualizada na Tabela 20. O número relativo de trabalhadores assalariados sem carteira assinada era bem mais alto do que entre os camelôs. Se em 1999 o percentual de assalariados sem carteira era de 29,5%, em 2006, no Oi, quase metade trabalhava nessas condições, percentual maior inclusive do que dos que se declararam autônomos/conta própria. Tal informação leva-nos a pensar que a passagem da rua para o shopping foi também um processo de mudança no perfil dos trabalhadores. Por um lado, há uma tentativa, por parte do poder público, em transformar o antigo camelô em empreendedor, através da oferta de cursos, consultorias e palestras. Por outro, a comercialização dos espaços internos do Oi influenciou fortemente na composição de um novo perfil dos proprietários dos boxes.

TABELA 20
 Perfil dos trabalhadores do Shopping Oiapoque (2006)
 Situação no mercado de trabalho

	%
Trabalho assalariado sem carteira assinada	44,3
Trabalho assalariado com carteira assinada	8,6
Proprietário / Empregador	7,1
Autônomo / Conta própria	40,0
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Quando questionados se haviam trabalhado anteriormente com carteira assinada, 58,6% responderam afirmativamente, enquanto os outros 41,4% disseram não ter tido experiência no mercado formal. Dos que tiveram carteira de trabalho assinada, a grande maioria ficou poucos anos na atividade, como informa a Tabela 21. Ou seja, grande parte dos trabalhadores não tinha experiência anterior de trabalho, ao mesmo tempo em que os que passaram pelo mercado formal tinham experiência de alta rotatividade.

TABELA 21
 Perfil dos trabalhadores do Shopping Oiapoque (2006)
 Tempo de trabalho com carteira assinada

	%
Ate 1 ano	22,5
1 a 2 anos	17,5
2 a 5 anos	25,0
5 a 10 anos	17,5
Mais de 10 anos	17,5
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Outro dado interessante diz respeito à comparação da situação em 2006 em relação à anterior no que diz respeito ao salário. Curiosamente, para a grande maioria dos que já tiveram experiência no mercado formal, a renda, em comparação com o salário, melhorou ou melhorou muito, como pode ser observado na Tabela 22. Nesse sentido, trabalhar no Oi, mesmo na situação de assalariado sem carteira assinada, significava maior ganho salarial.

TABELA 22

Perfil dos trabalhadores do Shopping Oiapoque (2006)

Em relação ao tempo de carteira assinada, como ficou o salário

	%
Melhorou muito	17,7
Melhorou	40,3
Nem melhorou, nem piorou	33,9
Piorou	4,8
Piorou muito	3,2
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Pode-se constatar a mesma relação quando se trata das condições de trabalho. Apenas uma minoria afirmou que as condições de trabalho ficaram piores do que quando estavam no trabalho formal, conforme se vê na Tabela 23:

TABELA 23

Perfil dos trabalhadores do Shopping Oiapoque (2006)

Em relação ao tempo de carteira assinada, como ficou a condição de trabalho.

	%
Melhorou muito	22,2
Melhorou	38,1
Nem melhorou, nem piorou	33,3
Piorou	3,2
Piorou muito	3,2
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Outro dado interessante diz respeito à pretensão de trabalhar com carteira de trabalho assinada novamente. Os dados são coerentes com as informações anteriores, pois a maioria dos entrevistados não deseja trabalhar com carteira assinada novamente.

TABELA 24

Perfil dos trabalhadores do Shopping Oiapoque (2006)
Gostaria de trabalhar com carteira assinada novamente?

	%
Sim	48,1
Não	51,9
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Ao serem questionados se estavam procurando emprego no mercado formal, apenas 24,3% responderam afirmativamente. Ou seja, um número expressivo das pessoas que nunca teve experiência no mercado formal não estava tentando entrar para ele. Nesse sentido, pode-se dizer que, no caso do Oi, a função de absorver parte da mão de obra que não tinha lugar no mercado formal estava sendo muito bem executada.

TABELA 25

Perfil dos trabalhadores do Shopping Oiapoque (2006)
Está procurando emprego no mercado formal?

	%
Sim	24,3
Não	75,7
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Mesmo com um número relativo expressivo de trabalhadores assalariados sem carteira assinada, houve uma maioria de respostas positivas em relação à satisfação com o trabalho, como indica a Tabela 26. A pesquisa falhou ao não incluir uma questão sobre uma possível remuneração extra para o grupo de assalariados, seja em forma de produtividade, seja em forma de gratificação.

TABELA 26
 Perfil dos trabalhadores do Shopping Oiapoque (2006)
 Satisfação com o trabalho atual

	%
Muita satisfação	50,7
Pouca satisfação	18,8
Nenhuma satisfação	7,2
Sem declaração	20,3
Outros	2,9
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

No entanto, a Tabela 27 aponta, apesar das restrições, para algumas causas da satisfação com o trabalho no Oi. Enquanto para os antigos camelôs o principal motivo de escolha do trabalho foi a dificuldade de ingressar no mercado formal (47,1%), no caso dos trabalhadores do Oi apenas 30% apontam tal motivo. Melhor remuneração junto com autonomia formam o maior percentual, ou seja, a maioria das pessoas trabalhava no Oi por opção. É preciso ressaltar que a precarização do trabalho ocorrida nos anos 1990 atingiu tanto o setor informal quanto o formal, o que pode ter influenciado na escolha e opinião dos entrevistados.

TABELA 27
 Perfil dos trabalhadores do Shopping Oiapoque (2006)
 Motivo de escolha do trabalho atual

	%
Independência/Negocio próprio/Não ter patrão/Horário Flexível	22,9
Melhor remuneração	24,3
Não conseguir emprego/dificuldade no mercado de trabalho	30,0
Motivos familiares	5,7
Outros	17,1
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Já em relação às horas diárias de trabalho, observa-se uma situação similar à dos antigos camelôs, ou seja, uma jornada superior a oito horas diárias para a maioria dos trabalhadores, como mostra a Tabela 28:

TABELA 28
Perfil dos trabalhadores do Shopping Oiapoque (2006)
Horas trabalhadas diariamente

	%
Menos de 6 horas	5,5
6 a 8 horas	20,0
8 a 10 Horas	52,7
Mais de 10 horas	21,8
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Por fim, ao serem indagados sobre a perspectiva em relação ao mercado de trabalho, percebe-se que, mesmo com todo o otimismo demonstrado anteriormente, havia uma forte expectativa de mudança em relação ao trabalho que executavam. Ou seja, é possível dizer, a partir dos dados da Tabela 29, que também no Oi se verifica uma parcela de trabalhadores que flutua entre a informalidade e o mercado formal, dependendo do contexto econômico.

TABELA 29
Perfil dos trabalhadores do Shopping Oiapoque (2006)
Perspectiva em relação ao mercado de trabalho

	%
Continuar na situação que está	35,7
Encontrar um emprego de carteira assinada	22,9
Fazer concurso público	10,0
Abrir seu próprio negócio	15,7
Outros	10,0
Autônomo / Conta própria	5,7
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

O argumento de que a história do Shopping Oi condicionou a criação do mito do shopping popular fundamenta-se no fato de que as características apresentadas

acima não se reproduzem nos outros empreendimentos. A bem-sucedida trajetória do Oi coincidiu com a retomada do crescimento econômico brasileiro, o que amenizou os desconfortos do desemprego da década de 1990 e os impactos da retirada dos antigos camelôs das ruas. Fica claro, a partir da leitura dos dados acima, que os relatos dos entrevistados de que poucos camelôs permaneceram nos shoppings podem ser generalizados. Nas várias visitas ao Oi, foi possível visualizar a prevalência de grupos de chineses em determinados corredores, empreendedores com sistemas sofisticados (em comparação com os antigos camelôs) de administração etc. Com isso não se pretende dizer que o antigo camelô fosse incapaz de se adaptar à nova realidade dos shoppings. Alguns entrevistados ainda permaneciam trabalhando no shopping, porém esse foi o destino da minoria. Longe de querer qualificar o camelô como vítima de um processo, não se pode deixar de dizer que, ao acreditar no mito do crescimento econômico, os camelôs foram deixados à sorte do mercado, reproduzindo, assim, a estrutura social vigente.

Novas questões emergem a partir do quadro descrito. Se o mercado formal é incapaz de absorver todos os trabalhadores brasileiros, quais têm sido as políticas públicas direcionadas à informalidade? De que forma os camelôs contribuíram para a criação de um consumo de massa das subclasses (nos termos de Jessé de Souza)? Qual a relação entre consumo de massa e consumo do espaço? De que forma as relações espaciais estabelecidas pelos camelôs relacionam-se com a luta de classes?

Nesse sentido, a atividade do camelô pode ser compreendida não só como uma forma de sobrevivência econômica, mas também como afirmação social, pois o olhar do camelô revela não uma vítima, mas um sujeito em busca de algum lugar. Isso não quer dizer que a experiência social do sujeito camelô seja isenta de dor, ou seja, não há dúvida de que a sua inserção no circuito econômico é também uma inserção marginal na estrutura social. Se os camelôs se constituem economicamente a partir da relação com o espaço físico do centro da cidade e seus fluxos, constituem-se também, e fundamentalmente, a partir dos espaços sociais estabelecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, é preciso deixar claros alguns posicionamentos acerca dos camelôs. Não se trata de defender a permanência deles nas ruas, muito menos de defendê-los, pois não são vítimas. O que se critica é a forma como foi feita a remoção dos trabalhadores, uma vez que a solução apontada pelo poder público não foi amplamente discutida e negociada com todas as partes envolvidas. Ocorreram, sim, negociações e debates, mas em uma correlação de forças desigual.

Através da análise dos depoimentos dos camelôs e dos dados obtidos pelos dois *surveys*, é possível retomar o debate acerca das classes sociais, ressaltando as limitações da interpretação subjetivista, que considera o trabalho de camelô uma escolha individual consciente, e do pensamento objetivista, que classifica o camelô a partir de uma estrutura (econômica e/ou social) pré-determinada. Quando se verificam as respostas sobre a motivação do sujeito à atividade de camelô, percebem-se tanto fatores estruturais que condicionam as escolhas, como a falta de oportunidades no mercado formal, quanto escolhas pessoais, como no caso dos que decidiram por maior autonomia. Este, com certeza, é um dos pontos que merecem uma análise mais cuidadosa. Quando os sujeitos escolhem trabalhar como camelô por conseguir maior rendimento, ter mais liberdade de horário, ser mais independente, o fazem dentro de certas condições que muitas vezes contradizem as falas dos próprios entrevistados. Os que responderam, por exemplo, que a escolha relaciona-se com flexibilidade de horário e/ou maior rendimento, enfrentam no dia a dia longas jornadas e uma remuneração bem variável. Quando se escuta a fala dos entrevistados, é possível identificar grande relutância em definir o rendimento médio, uma vez que depende de inúmeros fatores, desde o clima (o dia chuvoso é ótimo para o vendedor de sombrinhas e péssimo para quem trabalha com picolé) até os modismos criados pela mídia.

Os dados sobre rendimento e tempo de trabalho dos autônomos que prestam serviço para o público servem para ilustrar bem o ponto a que se pretende chegar. A Tabela 9 do quarto capítulo mostra que, com a diminuição dos rendimentos, os autônomos aumentam a jornada de trabalho para tentar manter os ganhos em níveis

razoáveis. Na busca de autonomia e flexibilidade de horários, os trabalhadores acabam por se submeter a longas jornadas de trabalho e aos imponderáveis do trabalho informal. Em muitos casos, principalmente para os trabalhadores especializados e que têm as ferramentas de trabalho, a remuneração auferida na condição de autônomo é maior do que no mercado formal. Há que se considerar, em primeiro lugar, que a remuneração do trabalho formal é, em média, precária. Fora isso, qualquer acidente, doença, ou mesmo escassez de serviço, pode comprometer a sobrevivência individual e/ou familiar. O Código de Posturas 2003 enquadra-se no caso dos imponderáveis. No entanto, nesses casos, os trabalhadores tendem a reconstruir as formas de sobrevivência, seja adaptando-se ao contexto do shopping, se inserindo em outras atividades ou permanecendo camelô e tornando-se infrator, como é frequente.

O caso dos camelôs possibilita um entendimento acerca das relações de classe em que não é possível aceitar certos determinismos. No entanto, ao analisar o comportamento do grupo, percebe-se que as ações e escolhas dos sujeitos não são fruto de uma racionalidade de mercado, de um cálculo razoável, nem mesmo de pura consciência do mundo. Elas ocorrem a partir de condições estruturalmente dadas, mas este é apenas o ponto de partida da construção de relações sociais.

A partir do que foi exposto, torna-se necessário recorrer a algumas formulações de Pierre Bourdieu para remeter os argumentos ao campo da teoria. A proposta de investigar o processo de retirada dos camelôs das ruas da capital mineira teve como pretensão fazer não só uma descrição dos fatos que culminaram na elaboração e instituição do Código de Posturas 2003. O aspecto principal da análise foi o de especificar as estruturas que forjaram a atividade de camelô, que em grande medida são semelhantes aos demais casos de informalidade persistente. Foi possível perceber também a forma como os trabalhadores reagiram às determinações estruturais e a dinâmica estabelecida com o setor formal e o Estado. Do ponto de vista teórico, é possível identificar, a partir do trabalho de campo, a formação de um *habitus* comum aos trabalhadores autônomos, e não somente os camelôs.

O *habitus*, para Bourdieu, refere-se a um conjunto de disposições gerais que condicionam as escolhas e ações dos sujeitos, que no entanto reagem a elas, estabelecendo assim um movimento. Nas palavras de Bourdieu,

o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural. (BOURDIEU, 2009, p. 61)

É preciso deixar bem claro que, para a finalidade deste trabalho, não é possível tomar o conceito de *habitus* na mesma dimensão e proporção dada por Bourdieu. A formulação do autor é baseada em um estudo profundo da formação do capital cultural, simbólico, social e econômico dos indivíduos, que leva à formação do *habitus*. No caso desta pesquisa, as informações não são suficientes para especificar os condicionantes que levam os indivíduos permanecerem em certas atividades e não buscar uma inserção no mercado formal, mas é possível estabelecer indícios de um *habitus* ligado à informalidade. Para Bourdieu, o *habitus* se constitui a partir da posição dos sujeitos em relação à estrutura social, que vai influenciar suas experiências vividas e, conseqüentemente, forjar a subjetividade de cada um. Em relação aos trabalhadores informais e, mais especificamente em relação aos camelôs, é possível perceber algumas singularidades.

Uma característica importante percebida através dos depoimentos, mas que pode ser vislumbrada em outros estudos sobre informalidade e camelôs (CASTRO, 2003; ZAMBELLI, 2006; RAMIRES, 2001) diz respeito ao fato de grande parte dos trabalhadores compartilharem uma história de reconstrução. Para as famílias que migraram do interior do Estado para a capital, a vida na metrópole significou o rompimento com um modo de vida, a separação de amigos e parentes, adaptação a uma nova moral social e econômica. Nesse sentido, as experiências que marcaram os sujeitos na sua origem não são abandonadas por completo, nem é possível reproduzir na cidade os hábitos e costumes interioranos. **Porém, algo vai marcar profundamente os sujeitos: a necessidade constante de recriar, readaptar e reconstruir os laços econômicos e sociais.** Em grande medida, as tentativas de reconstrução de hábitos interioranos serão evitadas no meio urbano. Como descrito no capítulo acerca das primeiras leis de posturas da nova capital, havia diversas

restrições e proibições relacionadas ao modo de vida interiorano, principalmente na área central da cidade. Nos bairros suburbanos, muitos costumes foram reproduzidos e/ou adaptados. A criação de pequenos animais para abate, o plantio de hortaliças e plantas da medicina popular, a construção por meio de mutirão fazem parte de um *habitus* interiorano que ainda permanece no centro urbano, porém longe de indicar qualquer forma de ruralidade. Os animais e as hortas são, ainda hoje, estratégias de sobrevivência, fonte adicional de alimentos, derivada em grande medida dos poucos salários pagos pelo mercado formal e absorvido pelo próprio mercado como forma de manutenção da renda precária. A remuneração da força de trabalho brasileira ainda é precária, uma vez que não possibilita nem mesmo sua reprodução satisfatória, por isso a necessidade de estratégias de sobrevivência coletiva e individual alternativas. Tais estratégias podem ter origem no mundo rural, mas quando reconstruídas no espaço urbano adquirem novos formatos e sentidos. Assim, a natureza bucólica do campo se reconstrói na paisagem urbana, tanto na forma das casas de jardim como nas casas de quintal. Rosas e couve, galinhas caipiras e gatos siameses compõem a paisagem urbana, marcando simbolicamente diferenças de classe.

É importante ressaltar que a experiência de reconstrução de valores na cidade vale para todos de origem interiorana; contudo, os impactos são diferenciados, tendo em vista as posições herdadas. Como n' *As Ilusões Perdidas*, tanto Luciano quanto a sra. de Bargeton sofrem para se adaptar aos costumes da Paris urbana. No entanto, a sra. de Bargeton sofre com as intrigas e picuinhas sociais confortavelmente instalada em um bairro burguês, podendo fazer todas as refeições que desejar, comparecer ou se ausentar dos meios sociais quando lhe convier e consertar as gafes com vestimentas comprando conselhos de outrem. Para Luciano, torna-se necessário adaptar-se rapidamente ao movimento frenético da cidade; para conseguir meios de sobrevivência, precisou contar com desconhecidos das ruas, sempre sujeito às mais diversas armadilhas. A perda das ilusões diz respeito ao processo de formação de um outro homem. Os sujeitos têm de aprender a lidar com a incontinência, os imponderáveis, a fartura num dia e a falta no outro, e com isso aprendem a viver o momento. Quase tudo se torna transitório, o que leva à criação de outras regularidades, ou, nos termos de Bourdieu, de um novo *habitus*.

Tal perspectiva é contrastante não só com os valores burgueses, mas também com o estilo de vida do trabalhador padrão, inserido no mercado formal de trabalho. Mesmo com a alta rotatividade que caracteriza o mercado de trabalho brasileiro, há certa estabilidade para aqueles que conseguem se firmar. Não se trata apenas das garantias asseguradas pelo Estado, como férias, décimo terceiro, previdência etc.: a carteira assinada no Brasil diferenciava o trabalhador cidadão dos demais. Até a década de 1980, por exemplo, só era atendido na rede pública de saúde quem tinha registro na carteira de trabalho. Era importante andar de posse de tal documento, pois em caso de ser abordado por policiais para uma averiguação de rotina, o que era muito comum na área central da cidade e na periferia, a apresentação da carteira retirava a desconfiança do inquisidor. Um relato interessante de um dos entrevistados ilustra bem tal relação. No fim dos anos de 1970 e princípio dos 80, os camelôs adquiriram fama de ladrões. Na área central, era comum a ocorrência de pequenos furtos e golpes, principalmente nas imediações da zona boêmia. Quando os delinquentes eram abordados por policiais, justificavam a ausência do registro na carteira por serem serventes de pedreiro, justificativa que não vingou a partir do momento em que os policiais passaram a observar a ausência de calos nas mãos. A justificativa então foi trocada: os delinquentes passaram a se declarar camelôs, e a confusão estabeleceu-se. Para um camelô, que fugia da fiscalização, explicar aos representantes da lei que era um trabalhador era complicado e muitas vezes doloroso.

Porém, o que interessa nesse momento é chamar a atenção para a diferença fundamental entre os trabalhadores formais e autônomos. Para os formais havia salário, direitos, crédito em estabelecimentos comerciais, ou seja, havia a possibilidade de planejamento (ainda que em condições precárias). O processo de reestruturação produtiva que ocorreu no Brasil, principalmente nos anos de 1990, acarretou profundas mudanças tanto no setor privado quanto no público. Os processos de enxugamento do quadro de funcionários e a nova organização do trabalho expuseram características profundamente arraigadas no trabalho formal. A dificuldade de reconstruir carreiras, alterar o modo de trabalhar, fez com que um grande número de pessoas enfrentasse sérias dificuldades de realocação no mercado de trabalho.

Não se trata aqui de ajuizar qual perspectiva é melhor – isso vai depender do ponto de referência. Para os economistas e administradores dos interesses do capital, era preciso, em um momento, disciplina e obediência, ao passo que se tornou necessário, no contexto da produção flexível, um novo perfil de trabalhador. No caso brasileiro, para manter uma estrutura social de grande desigualdade, foi necessária a criação de um amortecedor de conflitos sociais, função dada à informalidade, que necessitou de trabalhadores flexíveis.

A atividade do camelô pode ser compreendida não só como uma forma de sobrevivência econômica, mas também como afirmação social, pois o olhar do camelô revela não uma vítima, mas um sujeito em busca de algum lugar. Isso não quer dizer que a experiência social do sujeito camelô seja isenta de dor, ou seja, não há dúvida de que a sua inserção no circuito econômico é também uma inserção marginal na estrutura social.

Em relação aos camelôs, como a todo nômade, o espaço é fundamental para a compreensão da estrutura social estabelecida. Se os tais trabalhadores se constituem economicamente a partir da relação com o espaço físico do centro da cidade e seus fluxos, constituem-se também, e fundamentalmente, a partir dos espaços sociais então estabelecidos. Como destaca Bourdieu,

Os agentes sociais que são constituídos como tais em e pela relação com um *espaço social* (ou melhor, com campos) e também as coisas na medida em que elas são apropriadas pelos agentes, portanto constituídas como propriedades, estão situadas num lugar do espaço social que se pode caracterizar por sua posição relativa pela relação com os outros lugares (acima, abaixo, entre, etc.) e pela distância que o separa deles. Como o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais.

A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo *efeito de naturalização* que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas (basta pensar na ideia de 'fronteira natural'). É o caso, por exemplo, de todas as projeções espaciais da diferença social entre os sexos (na igreja, na escola, nos lugares públicos e até em casa). (BOURDIEU, 2007, p. 160. Destaques do autor)

Ainda que o camelô, até a década de 1980, circulasse por vários espaços do centro da cidade, a sua atividade era exercida fundamentalmente nas áreas mais populares. Como destacado no primeiro capítulo, desde o início do século 20 foram criadas leis de posturas em Belo Horizonte, na tentativa de regular o trabalho dos ambulantes e camelôs. A partir da década de 1950, as referidas leis procuram cercear a atividade de tais trabalhadores, principalmente na av. Afonso Pena e nas imediações da zona comercial. Se, por um lado, tornou-se necessária uma ação mais intensa do poder público no intuito de resguardar o espaço público na área central, houve também uma intensa diversidade nos grupos e formas de uso da cidade. Pode-se dizer que, até a metade do século 20, os espaços sociais (BOURDIEU, 2007) na sociedade belo-horizontina eram bem organizados, seus contornos se expressavam claramente na paisagem urbana. Era possível distinguir os diferentes grupos sociais a partir dos locais que frequentavam ou deixavam de frequentar. As leis de posturas da referida época dão indícios importantes de como operavam as diferenciações, como no caso do Parque Municipal. A literatura acadêmica (SOUZA, 2004; LEMOS, 1985; dentre outros) também evidencia as diferenças entre os lugares de livre acesso e trânsito das elites e as tentativas de controle das manifestações populares, expressas desde o plano da cidade:

O caráter totalizante desse tipo de planejamento, traçado de uma só vez, e que buscava destinar, previamente, o lugar para cada coisa ou grupo social, pretendia, de fato, congelar a capital em sua concepção de gabinete. Aprisionada aos rigores de um plano regido pela autoridade do saber, todo e qualquer desvio dessa ordem original era identificado como caos urbano. Havia uma intencionalidade latente nesse tipo de concepção: impedir qualquer intervenção espontânea dos habitantes no espaço. As manifestações da pluralidade e das contradições das relações humanas pareciam suscetíveis de ser banidas do território. (JULIÃO, 1996, p. 61)

Seria injusto dizer que a segregação vivida nas primeiras décadas do século 20 na capital mineira fosse fruto exclusivamente do plano de Aarão Reis. As diferenças de classe da sociedade brasileira eram expressas não só nas condutas dos grupos sociais, mas também nos usos do espaço urbano nas principais capitais do país. Em Belo Horizonte, havia o *footing*, os cafés, o Automóvel Clube, o comércio emergente, que no começo do século 20 eram espaços destinados às elites, apesar de o centro ser frequentado de forma crescente pelos populares. O que vale destacar ao chamar

Bourdieu para o debate é que, na primeira metade do século 20, o espaço social, assim como o espaço da área central, estava muito bem delimitado. O consumo do espaço e de mercadorias situava socialmente os indivíduos e definia relações sociais fortemente hierarquizadas.

Conforme ressaltado no segundo capítulo, é a partir da segunda metade do século 20 que ocorrem mudanças significativas na área central. Para alguns autores (LEMOS, 1988; VILLAÇA, 2001; dentre outros), este é o momento em que começa a degradação do centro, pois intensifica-se o processo de verticalização, as edificações começam a se deteriorar, as praças ficam abandonadas, aumenta a poluição visual e o trânsito fica intenso. Vale a pena reforçar aqui o argumento de que a chamada degradação da área central pode ser entendida como popularização, colocando, assim, outros argumentos e possibilidades de análise para o entendimento das grandes transformações da área central no fim do século 20.

Não se pretende negar os aspectos citados como fonte de degradação; cumpre ressaltar, porém, que eles não são os únicos, nem são os principais responsáveis pela formação de novas centralidades. Para Bourdieu (2007), o espaço social na sua materialidade expressa a distribuição e organização dos sujeitos e distribuição dos bens espacialmente. Nesse sentido, a organização socioespacial belo-horizontina, até meados do século 20, apesar da urbanização crescente, tem contornos bem definidos; porém, a crescente promulgação de leis de posturas é um indício de que a ordem imaginada sofre constantes abalos. Cada vez mais a área central passa a ser frequentada por grupos oriundos da periferia, que estabelecem lugares (VAINER, 2006), modos de vida e complexificam, confundindo as fronteiras simbólicas até então razoavelmente bem definidas. O caos urbano não ocorre por falta de planejamento, pois os centros urbanos, nesse momento, se organizam a partir da desordem aparente. Diferentemente dos autores que falam em degradação do centro, o que eles identificam como caos será tomado, aqui, como conflito, tensão, oposição.

A partir da década de 1960, não só os movimentos populares organizados (SOMARRIBA, 1991) passam a pressionar o poder público, a partir das suas reivindicações por melhorias em infraestrutura nos bairros, em busca de

reconhecimento. De forma mais sutil, porém não menos eficiente, os populares não apenas tornam-se frequentadores da área central, mas também passam a disputar os espaços antes dominados pelas elites.

Desenvolve-se na área central de Belo Horizonte todo um conjunto de códigos, práticas, redes sociais e econômicas que gradualmente passa a conviver e/ou rivalizar com as práticas dominantes. Nas imediações do bairro Lagoinha, da rodoviária, até a Praça da Estação, forma-se uma identidade específica, baseada em uma negociação da ordem (FREITAS, 1983) que tem como sujeitos prostitutas, cafetões, boêmios, dentre outros. Também nas imediações da rodoviária, porém confluindo para a av. Olegário Maciel e, posteriormente, nas ruas mais centrais, os camelôs foram pouco a pouco criando e fortalecendo suas redes. O Parque Municipal, apesar de perder parte considerável de sua área verde, torna-se um lugar frequentado por grupos diversos, com usos variados. Ainda hoje, ele preserva a diversidade como característica principal. Os moradores do centro frequentemente fazem caminhadas em suas ruas sem automóvel, grupos de jovens estudantes matam o tempo nos gramados, assim como casais de namorados, pais e parentes acompanham crianças nos brinquedos pagos e não pagos, garotas e garotos de programa aguardam nos bancos um passante interessado, acompanhantes de enfermos lotados em hospitais adjacentes procuram algum descanso na sombra das árvores. Tudo isso sem dizer dos mendigos, passantes, comerciantes, artistas de rua, ambulantes e tantos outros que compõem a diversidade do Parque. As principais praças da cidade tornaram-se palco de manifestações artísticas, políticas, religiosas, bem como preservaram os usos comerciais e de lazer que lhes são peculiares (BRASIL, 1992).

No entanto, toda a diversidade não implica uma apropriação democrática do espaço, pois se pode falar em uma cultura da rua, não institucionalizada pelos meios burocráticos tradicionais. Mas não se trata de uma cultura pública na medida em que tais relações se estabelecem a partir de uma apropriação territorializada do espaço público (FRUGOLI JR., 1995). Em grande parte, todo o comércio informal, os grupos de jovens, os meninos de rua, os malandros, dentre outros, estabelecem relações territoriais que, apesar de toda a sua diversidade, delimitam o espaço central e limitam seus usos. Dessa forma, as manifestações e os usos do espaço central,

tendo em vista uma cultura pública “capaz de gerar alguma forma de sociabilidade ligada à prática do debate e da troca de ideias, à resolução de conflitos, à aquisição de cultura, à formação parcial de traços da opinião pública” (FRUGOLI JR., 1995, p. 71), não se fazem presente de uma forma mais efetiva.

O centro de Belo Horizonte, a partir da segunda metade do século 20, sofre, sim, um processo de degradação, principalmente em relação à prevalência do automóvel privado no logradouro público. Porém, como dito anteriormente, a degradação ambiental intensifica-se com a saída das elites em busca de novos espaços e com o descaso do poder público. Ocorre na área central, do ponto de vista estritamente econômico, uma supervalorização dos imóveis, ao passo em que se tornam raros. A produção de raridades é ponto central para a se entender a reprodução capitalista moderna e as disputas de classe:

(...) As antigas raridades foram o pão, os meios de subsistência etc. Nos grandes países industrializados já há superprodução latente desses meios de viver que outrora foram raros, que provocaram lutas terríveis em torno de sua raridade. E agora, não em todos os países, mas virtualmente à escala planetária, há uma produção abundante desses bens, não obstante, as novas raridades, em torno das quais há luta intensa, emergem: a água, o ar, o espaço. (LEFEBVRE, 2008, p. 66-67)

Ou ainda, nos termos de Baudrillard (2010, p. 61),

A lógica social apossa-se novamente tanto da abundância como dos prejuízos. A influência do meio urbano e industrial faz aparecer novas raridades: o espaço e o tempo, a verdade, a água, o silêncio... Determinados bens, outrora gratuitos e disponíveis em profusão, tornam-se bens de luxo acessíveis apenas aos privilegiados, ao passo que os bens manufacturados ou os serviços são oferecidos em massa.

De fato espaço, silêncio, ar puro, cordialidade, segurança começaram a tornar-se raridade no centro de Belo Horizonte a partir dos anos 1960. Porém, o abandono da área central por parte das elites não se explica apenas por uma busca nostálgica da cidade jardim. Acontece que a popularização do centro é também um fenômeno de homogeneização dos lugares, que antes eram distintos. Nesse sentido, a busca de novos espaços é também uma forma de reconstrução e transferência das desigualdades.

O processo de formação de novas centralidades na capital mineira expressa uma mudança nas formas de distinção até então estabelecidas. O caos e a degradação são expressões de uma crise, que não é somente econômica, das formas de segregação até então estabelecidas nos centros urbanos (LEFEBVRE, 2008). Se, em um primeiro momento, a cidade era novidade para grande parte da população, na medida em que se dissipa o estranhamento em relação ao espaço, na medida em que é decodificado, as contradições são explicitadas. A mudança dos espaços de consumo das elites para outras áreas da cidade restabelece gradualmente uma hierarquia dos lugares, ao mesmo tempo em que produz uma diferenciação em relação às formas de consumo.

As mudanças mais expressivas na paisagem da área central ocorrem a partir dos anos 1980, e os camelôs têm uma participação importante nesse processo. A fixação dos camelôs em pontos específicos e a proliferação de tabuleiros montados nas ruas da cidade deram grande visibilidade para tais trabalhadores. Visíveis também ficaram as contradições entre trabalho formal e informalidade, precariedade, insegurança, desemprego – termos imprecisos para qualificar os camelôs, mas que se tornaram quase sinônimos da profissão. Para ir além dos rótulos simplistas, é preciso entender a mudança nas formas de ocupação espacial dos camelôs como expressão da luta por obtenção de capital material (renda) (BOURDIEU, 2009).

Porém, às vezes é preciso compreender Bourdieu às avessas para dar conta da realidade dos camelôs. A busca de reconhecimento, na concepção de Bourdieu, relaciona-se com a posição de prestígio de um indivíduo:

O nome da profissão de que os agentes estão dotados, o título que se lhes dá, é uma das retribuições positivas ou negativas (do mesmo título que o salário) enquanto *marca distintiva* (emblema ou estigma) que recebe o seu valor da posição que ocupa num sistema de títulos organizado hierarquicamente e que contribui por este modo para a determinação das posições relativas entre os agentes e grupos. Por esta razão, os agentes recorrem a estratégias práticas ou simbólicas tendo em mira maximizar o ganho simbólico da nomeação: por exemplo, podem renunciar às vantagens econômicas garantidas por um posto para ocuparem uma posição de menor retribuição mas à qual está atribuído um nome prestigioso, ou orientarem-se para posições cuja designação é menos precisa, escapando assim aos efeitos da desvalorização simbólica, da mesma forma que, ao declararem a sua identidade pessoal, podem atribuir a si mesmos um nome que os engloba numa classe suficientemente vasta para comportar também agentes que ocupam uma posição superior à deles, como o mestre-escola

que se faz passar por 'professor'. (BOURDIEU, 2009, p. 148. Destaque do autor)

Parte dos camelôs, como indicam os dados analisados no capítulo anterior, vai agir nos moldes sugeridos por Bourdieu. Os camelôs que buscam um trabalho de carteira assinada muitas vezes optam por uma remuneração menor em troca de uma posição minimamente prestigiada na hierarquia social. No entanto, o depoimento de vários entrevistados mostra que a relação contrária é comum, ou seja, vários trabalhadores com passagem no mercado formal deixam a segurança e o prestígio da carteira assinada para obter maior renda em um trabalho que tradicionalmente sofre forte discriminação social. Especialmente nas décadas de 1970 e 1980, era difícil para um camelô, ou trabalhador informal, ter acesso a serviços públicos, financiamento em empresas privadas, crédito bancário. O acesso à renda por parte dos camelôs não alterou significativamente sua posição na hierarquia social de valores, argumento que pode ser reforçado a partir dos dados apresentados acerca do nível de escolaridade dos entrevistados. No entanto, os camelôs, em alguma medida, passaram desde então a subverter as hierarquias estabelecidas.

A primeira e talvez mais importante disputa dos camelôs vai ocorrer com os comerciantes tradicionais da área central. Na medida em que fixam um ponto e passam a trabalhar com os produtos de origem chinesa, deixam de exercer uma atividade complementar à dos lojistas para tornarem-se concorrentes. Os camelôs, além de vendedores, tornam-se em algumas situações empregadores, compradores de mercadorias, clientes de bancos públicos e privados e usuários de serviços diversos. Ou seja, assumem funções antes privilegiadas dos participantes do mercado formal.

Há também, naquele momento, uma disputa pelo espaço público e pelos lugares da cidade. Na medida em que se desenvolve uma rede econômica e social em torno do trabalho dos camelôs, amplia-se também o território ocupado. Os inconvenientes decorrentes de tal expansão tornaram-se também bastante perceptíveis, como a sujeira nas ruas, dificuldade de passagem de pedestres, maior chance de ação oportunista de ladrões e, principalmente, a menor exposição das vitrines das lojas.

Havia uma outra disputa, menos visível, mas extremamente importante em termos de manutenção da nossa estrutura social de extrema desigualdade. No contexto do capitalismo tardio, os camelôs foram um dos principais responsáveis pela massificação do consumo das camadas mais pobres pela via do contrabando e da pirataria. A atividade dos camelôs ganhou força graças a uma mudança estrutural no capitalismo. A década de 1980 foi o auge da crise de superprodução e definiu os rumos do processo de reestruturação produtiva.

Resumidamente, a produção de mercadorias tornou-se, no contexto da produção flexível, algo quase trivial, dados os grandes avanços tecnológicos, ao mesmo tempo em que a competição pelo mercado consumidor ficou acirrada. As grandes empresas optaram por investir maciçamente em propaganda e publicidade para fortalecer a marca. Na concepção dos novos administradores do grande capital, produzir mercadorias era coisa para qualquer um, a diferença estava em produzir marca (KLEIN, 2002). Sendo assim, há uma mudança na geografia econômica mundial, onde o capital procura estabelecer os centros de produção nos países periféricos com baixa ou nenhuma regulação das relações entre capital e trabalho. A produção desses locais tem como clientes não só as grandes marcas dos países de capitalismo central: um grande número de fábricas legalizadas na China, por exemplo, passa a enviar imitações das marcas para a periferia do mundo, abastecendo o comércio informal e fortalecendo um circuito paralelo ao grande capital.

No Brasil, os produtos piratas e contrabandeados vão ser disseminados em larga escala pelos camelôs nas ruas das grandes capitais. O comércio, que era abastecido de forma individualizada, tornou-se extremamente organizado e rentável. No entanto, reduzir a atividade dos camelôs e da rede que se solidificou não só na área central da cidade a simples contravenção é desconsiderar o papel social e a força econômica do circuito paralelo. Graças ao comércio informal, houve uma popularização do consumo de produtos pirateados, mas também dos originais. A venda de CDs, DVDs e jogos piratas impulsiona também a venda de aparelhos originais para reproduzi-los; populariza e massifica artistas da música e do cinema comercial, além de divulgar e fortalecer identidades de marca (KLEIN, 2002).

As disputas mencionadas ganham força nos anos de 1990, quando as elites já abandonaram por completo a região central, e vão rebater no Estado, que, através da Prefeitura, em um primeiro momento, vai procurar intermediar interesses conflitantes, assumindo como legítima a atividade do camelô ao regulamentar o seu trabalho. Ao mesmo tempo em que vai estabelecer um espaço de negociação entre os interesses dos comerciantes e dos camelôs, coloca em discussão também a questão do espaço público. Porém, em um segundo momento, há uma inflexão na forma de gestão municipal, as negociações retrocedem, abre-se a possibilidade de aprovação de um Código de Posturas que deslegitima por completo o trabalho de camelô, mas que possibilita a permanência do comércio paralelo.

Nesse sentido, é possível entender um pouco mais as causas da permanência da informalidade na realidade brasileira, a despeito dos ciclos de desenvolvimento econômico. Fica evidente que a função da informalidade não é somente a manutenção da sobrevivência de grupos que não estão inseridos no mercado formal. Desenvolvem-se na informalidade não só meios de sobrevivência, mas relações econômicas, políticas e sociais que mantêm e reforçam a imensa desigualdade estrutural brasileira.

Na sociedade de consumo dos países de capitalismo avançado, a riqueza deixa de ser o principal fator de distinção. Não que ela deixe de ser importante, mas não é mais fonte primordial de vantagens, não é o que define a distinção (BAUDRILLARD, 2010). Em uma sociedade em que há diminuição considerável das desigualdades de renda, as formas de discriminação social passam a outras esferas.

Critérios como o saber, a cultura, as estruturas de responsabilidade e de decisão, o poder, embora largamente cúmplices da riqueza e do nível de rendimento, relegaram os últimos, bem como os signos exteriores do estatuto, para a ordem dos determinados sociais do valor, para a hierarquia dos critérios de 'poder'. (...) Não há dúvida, o homem rico que conduz o 2CV não ofusca, mas é mais sutil: superdiferencia-se, intensifica a distinção pela *maneira* de consumir, pelo estilo. Conserva absolutamente o seu privilégio ao passar da ostentação para a discrição (mais que aparatosa), ao transitar da ostentação quantitativa para distinção, do dinheiro para a cultura. (BAUDRILLARD, 2010, p. 57. Destaque do autor)

Na realidade brasileira, tais critérios de distinção são perceptíveis, porém não se trata apenas da **forma**, mas também do **lugar** onde se consome. É preciso ressaltar

que não se trata simplesmente do **lugar onde se compra, mas, sim, do lugar onde se consome**. O que se pretende enfatizar é que o aparente sucesso do Shopping Oi escamoteia relações complexas de segregação socioespacial recém-estabelecidas.

Por um lado, é inegável que a criação do Shopping Oi promoveu uma mudança positiva na paisagem e nos usos em seu entorno. Ainda que a decadente zona boêmia tenha permanecido com seus personagens nem sempre bem vistos pela sociedade, houve uma mudança radical no perfil dos frequentadores daquele lugar, uma vez que a classe média tornou-se cliente do Oi. É possível encontrar no Oi uma diversidade de mercadorias que vai bem além dos famosos eletroeletrônicos. Nos diversos *boxes* são oferecidos produtos religiosos, brinquedos de plástico e eletrônicos, roupas esportivas, sapatos e tênis, material de pesca, bijuterias, malas e bolsas, relógios, perfumes, dentre outros. Muitos produtos são cópias quase que idênticas de marcas famosas, e a diferença de preço do “genérico” para o original é muito grande. Tornou-se fato comum pessoas da classe média procurarem o Oi para comprar as falsificações bem feitas. Porém, o Oi é apenas um local de compra, pois o uso ocorre em outros lugares.

A informalidade torna-se ao mesmo tempo uma forma de sobrevivência, um meio de vida e também experiência de consumo em larga escala. Se havia, ao longo das décadas de 1980 e 1990, a esperança de surgimento de uma *outra economia* (SOUZA SANTOS, 2002; VIEITEZ, 1999; SINGER, 2001; dentre outros), tais expectativas foram gradualmente deixadas de lado não só pela retomada do crescimento e diminuição do desemprego. Há no processo de criação do shopping popular uma escolha pela manutenção das formas de subcidadania (SOUZA, 2003), através da massificação e legitimação do consumo paralelo. Nesse sentido, a atividade que atualmente se desenvolve fora da rua é apresentada pelo poder público como solução exemplar dos problemas de degradação da área central. No entanto, um olhar mais atento do cotidiano do Shopping Oi permite perceber a continuidade de uma complexa trama entre informalidade e ilegalidade, como observa Livia Souza Lima em recente análise:

Assim, apresentaram-se predicados que indicavam a construção de um mercado multifacetado no qual ilegalidade e legalidade misturam-se, bem como formalidades e informalidades passam a ser dificilmente distinguidas,

características essas, marcantes dos porosos limites que contornam os chamados 'bazares'. Destarte, foram ressaltadas a presença simbólica de alguns atributos de formalidade e legalidade, tais como os seguros da iniciativa privada, caixas eletrônicos, contrato de locação, etc., enquanto em sentido oposto salientou-se a precariedade das relações de trabalho, a falta de uma fiscalização eficiente, a venda de produtos de origem duvidosa, entre outros atributos que mostravam a informalidade e ilegalidade do Oiapoque.

Ao final desse ponto da pesquisa, o que sobressaiu foi que, com exceção dos aparelhos eletrônicos e da segurança privada, os atributos atrelados a uma aparente legalidade/formalidade são facilmente deslocados para informalidade/ilegalidade. Pois contratos de locação e de trabalho não são respeitados, a presença dos fiscais da prefeitura não representa uma real fiscalização do comércio, mas tão-somente a indicação de que, a qualquer momento, esta pode utilizar-se do seu poder de polícia administrativa para realizar algum ato que seja necessário, e mesmo, não se identifica uma concreta postura do judiciário na coibição dos delitos que são denunciados. (LIMA, 2011, p. 140-141)

Sendo assim, pode-se dizer que é possível perceber atualmente, com mais clareza, as mudanças radicais ocorridas na estrutura ocupacional, decorrentes da produção flexível, com a criação de novos postos de trabalho, mais qualificados e de melhor remuneração. Com a retomada do crescimento econômico, chama a atenção também o fenômeno da expansão do consumo de bens e serviços de camadas da população que antes tinham acesso restrito ao mercado consumidor. No entanto, não se pode negar o fato de que o restrito grupo dos mais ricos tem ganhado ainda mais em tal contexto.

REFERÊNCIAS

Fontes oficiais

APCBH. *Código de Posturas 1956*. Belo Horizonte. Doação do Senhor Newton Santos.

PBH. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade>. Acesso em 12 mar. 2010.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO (DOM). Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DomDia>>. Acesso em: 6 abr. 2010.

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=regulacaourbana&tax=23290&lang=pt_BR&pg=5570&taxp=0&. Acesso em: 12 jun. 2009.

Bibliografia citada

ANDRADE, L. T. *A Belo Horizonte dos modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna*. Belo Horizonte: PUC Minas: C/Arte, 2004.

ARENDDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *A dignidade da política*. 2.ed. Rio de Janeiro: 1993.

BABBIE, E. *Métodos de pesquisas de survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BALZAC, H. *As ilusões perdidas*. São Paulo: Nova Cultural, 1993.

BARBOSA, L. M. & ANDRADE, F. C. D. *Diagnóstico demográfico e ocupacional dos camelôs em Belo Horizonte*. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/DRUMOND.pdf>.

BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 2007.

BAUMAN, Z. *Confiança e medo na cidade*. São Paulo / Porto: Relógio d'Água, 2009.

BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BERNARDES, C. & MARCONDES, R. *Sociologia aplicada à administração*. São Paulo: Saraiva, 2000.

BOSCHI, R. R & VALLADARES, L. P. Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 8, p. 64-77, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre; KERN, Daniela; TEIXEIRA, Guilherme J. F. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre; TOMAZ, Fernando. *O poder simbólico*. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL, F. P. D. *De festeiros aos caras pintadas: apropriação das praças como espaço de lazer, cultura e cidadania*. 1992. 92 p. Monografia (Especialização em Urbanismo) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. São Paulo: Villa Rica, 1976.

CACCIAMALI, M. C. *A economia informal 20 anos depois*. 1983. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewPDFInterstitial/626/871>. Acesso em: 10 jul. 2009.

CALDEIRA, Tereza. *Cidade de muros*. São Paulo: Edusp, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARVALHO, J. M. *Pontos e bordados* – escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, R. *Cidade, democracia e socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

_____. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, M. S. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUÍ, Marilena. O que é política? In: NOVAES, A. *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

COMPANS, R. *Empreendedorismo urbano*. Entre o discurso e a prática. São Paulo: Unesp, 2005.

COSTA, G. M. Exclusão sócio-espacial na era urbano-industrial: uma introdução ao tema. In: VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1997, Recife. *Anais...*, 1997, vl. 2, p. 142-143.

COSTA, H. S. M. (Org.) *Novas periferias metropolitanas* – A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006.

DA MATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Salamandra Consultoria Editorial S/A, 1984.

_____. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 4.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 1991.

_____. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco. 1997.

DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo* – escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Página Aberta, 1993.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

DIAS, Padre Francisco Martins. *Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte*. Bello Horizonte: Typographia do Bello Horizonte, 1897. 108p. Edição fac-similada. Acervo Biblioteca da FAFICH/UFMG.

DIAS, M. R. *Sob o signo da vontade popular: o orçamento participativo e o dilema da câmara municipal de Porto Alegre*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Ampocs, 1995.

DULCI, O. & SOMARRIBA, M. M. A democratização do poder local e seus dilemas: a dinâmica atual da participação popular em Belo Horizonte. *XIX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu: 1995. 49p. Texto mimeografado.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça" branca*. São Paulo: Globo, 2008. v. 1.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____. *Vigiar e punir – história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2006.

FRANCO, S. H. R. *A democracia, o socialismo e o urbano: reflexões a partir da experiência dos governos das frentes de esquerda na cidade de Belo Horizonte*. 2007. 291 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

FREITAS, Blandina Mara de Lima *et al.* A globalização dos excluídos. *Iniciação científica Newton Paiva 2005-2006*, Belo Horizonte, n. 7, 238p, 2006.

FREITAS, R. S. *Bordel bordéis: negociando identidades*. Petrópolis: Vozes, 1985.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

_____. O subdesenvolvimento revisitado. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 1, 1992.

FRÚGOLI JR., H. *Espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

_____. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez / Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

GOMES, G. C. *A economia política do/no espaço e as (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea*. 2006. 308 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

GONÇALVES, P. G. *Limites e possibilidades da democracia representativa na produção do espaço urbano: uma análise a partir da atuação da Câmara Municipal de Belo Horizonte*. 2008. 230 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. 1991. 323 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Instrução, Rio de Janeiro, 1991.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

JACQUES, Paola B. *Apologia da deriva*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JESUS, C. R.; SANTOS, I. R. T.; NOGUEIRA, M. L. M.; SOARES, R. S. A invisibilidade do óbvio: política na praça pública, 2010. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_3/abep2010_2547.pdf. Acesso em: 17 jul. 2011.

JULIÃO, L. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, E. F. *BH – Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

KLEIN, N. *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LAGE e LAGE, S. D. *A pertinência das operações urbanas no paradigma do urbanismo democrático e incluyente: reflexões a partir da análise da regulamentação e aplicação do instrumento em Belo Horizonte*. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

LEFEBVRE, H. *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Madrid: Alianza Editorial S.A., 1984.

_____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros e Sérgio Martins (do original: *La Production De L'espace*). 4.ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Primeira versão: início – fev. 2006.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. *The Survival of Capitalism*. London: Allison & Busby, 1976.

_____. *Los Limites del Capitalismo y la Teoria Marxista*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1990.

LEITE, M. P. *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

LEITE, R. P. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

LEMOS, Celina Borges. *Savassi: a consolidação de um centro urbano*. 1985. Trabalho final do curso de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

LEMOS, C. B. *Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do Centro de Belo Horizonte*. 1988. 368 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987.

LE VEN, M. M. *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. 1974. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1974.

_____. Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania (1987-1990). In: NEVES, M. A. & DULCI, O. S. (Orgs.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

LIBERATO, R. *Cidade e exclusão: o lugar de moradia dos excluídos – o caso de Belo Horizonte*. 2007. 283 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial – Geografia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

LIMA, L. S. *Nas teias do ilegalismo: o shopping popular Oiapoque*. 2011. 206 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOBATO, M. Belo Horizonte, uma cidade certa. *Revista Social Trabalhista*, Belo Horizonte, n. 59, p. 220-221, dez. 1947.

MAQUIAVEL, N. B. *O príncipe*. Porto Alegre: L & PM, 1998.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O; VAINER, C. B.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, J. S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, L. *Estado capitalista e burocracia no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MARX, K. *O dezoito brumário*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *O capital – crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1.

_____. *A dominação britânica na Índia*. Disponível em: <http://marxists.org/portugues/marx/1853/06/10.htm>. Acesso em: 9 set. 2009.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista: texto integral*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MONTE MÓR, R. L. M.; PAULA, J. A. As três invenções de Belo Horizonte. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (Org.). *Anuário Estatístico de Belo Horizonte*, 2000. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2001, v. 1, p. 27-49.

NEVES, M. A. Trabalho e cidade: os camelôs e a construção dos shoppings populares em Belo Horizonte. In: CUNHA & LAUDARES. *Trabalho: diálogos multidisciplinares*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

NOGUEIRA, M. L. M. *Mobilidade psicossocial: a história de Nil na cidade vivida*. 2004. 145 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

NUN, J. *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica S.A., 2001.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PASTORE, J. & SILVA, N. V. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000.

PAULA, João Antônio de. Memória e esquecimento, Belo Horizonte e Canudos: encontros e estranhamento. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 18, set. 1997.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. *Rev. Bras. Ci. Soc.* [online]. v. 23, n. 67, p. 117-133, 2008.

POCHMANN, M. *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.

QUEIROZ RIBEIRO, L. C. de y ALVES DOS SANTOS JUNIOR, O. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. *EURE*, Santiago, n. 88, v. 29, p. 79-95, 2003.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, A. *A crise da razão*. Brasília: Companhia das Letras, 1996.

RIVERO, P. S. *Trabalho: opção ou necessidade?* Um século de informalidade no Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SAINT-HILAIRE, Auguste de; AZEVEDO, Fernando de; TAUNAY, Afonso de E. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo: (1822)*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 222p.

SANT'ANNA, Marcus Vinicius. *Entre o projeto urbano e o lugar: práticas, representações e usos do espaço público no processo contemporâneo de renovação do hipercentro de Belo Horizonte*. 2008. 162 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *A natureza do espaço; espaço e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. *Território e sociedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna; intelectuais, arte e vídeo – cultura na Argentina*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. *La ciudad vista – mercancías y cultura urbana*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alteridades*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SOJA, E. *Postmetrópolis. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes. *Reivindicações urbanas em Belo Horizonte e a política*. Belo Horizonte. 1991. 117 p. Tese (Professora Titular). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.

SOUSA SANTOS, B. (Org.). *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUZA, M. A. *A economia da caridade: estratégias assistenciais e filantropia em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.

SOUZA, M. L. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

THOMPSON, E. P. A. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, M. A revitalização do entorno do Mercado Adolpho Lisboa. VI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ibdu.org.br>.

TOMAZINI, S. T. *Emprego informal e trabalho e trabalho por conta própria: um estudo da diversidade de manifestação do problema da falta de emprego no Brasil*. 1995. 98 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C. B.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000a.

VAINER, Carlos Bernardo. Lugar, região, nação, mundo – explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 8, n. 2, p. 9-30, nov. 2006.

VIEITEZ, C. G. & Dal Ri, N. M. A economia solidária e o desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil. In: *Economia solidária – o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

VILELA, N. M. *Hipercentro de Belo Horizonte: movimentos e transformações espaciais recentes*. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

VILLAÇA, F. A recente urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.). *Urbanização brasileira; redescobertas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. p. 28-41.

_____. *Espaço intra urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, Fapesp, Lincoln Institute of Land Police, 2001.

WACQUANT, L. *Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.